Solicitação de Processo Licitatório

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL ELVIRA POSSATTO NOVOCHADLO RUA ONDINA BUENO SIQUEIRA Nº 180 - CENTRO CÍVICO - FONE/FAX (43) 3512-3000 ARAPOTI / PARANÁ - CNPJ nº 75.658.377/0001-31

PEDIDO DE COMPRA

NUMERO 009

DATA DO PEDIDO

12/07/2016

PRAZO Imediato

Do Ordenador

Órgão: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SMAS Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SMAS

Do Objeto

Item 1: Contratação de Empresa para realizar adequação para a Acessibilidade do prédio do CRAS Central e Centro de Convivência do Idoso.

Justificativa

Garantir o acesso aos prédios públicos a pessoas com mobilidade reduzida.

Da(s) Dotação (ões)

Reduzido Descrição 3.3.90.39.00.00 322

Outros Serv. de Terc. - Pes.Jur.

Exercício

2016

Valor Cotado Item 01: R\$11089,41

Total a ser licitado R\$: 11089,41

Convênio:

Origem dos Recursos do

Convênio:

(X) Federal; () Estadual; () Nenhum.

Indicar a origem dos Recursos: Programa Bolsa

Familia

Da Execução

Prazo de Execução: Imediato

Contrato:

Local de Entrega: -

Registro de Preços:

Fiscal do Contrato: Fabiana Kluppel Lisboa

Forma de Pagamento: Único

Assinatura

Fabiana Kluppel Lisboa Secretária de Assistência Social

Memorial Descritivo

Memorial descritivo

Construção de rampas para acesso aos prédios do CRAS central e do Centro de convivência do idoso.

Responsável técnico

Guilherme Naoto Endo.

CREA PR-150951/D

Sumário

CONSIDERAÇÕES INICIAIS:	3
1. Da localização	
2. Dos objetos	
3. Da execução	
4. Dimensões:	
5. Do Corrimão	
6. Do orçamento	
7. Do cronograma físico-finaceiro.	

CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

Qualquer dúvida quanto às especificações técnicas como os materiais a serem utilizados ou características das Rampas deverão ser consultado com o profissional Responsável pela fiscalização da Obra, ou se a dúvida persistir consultar-se-á o responsável pela elaboração deste Memorial.

1. Da localização

As rampas de acesso serão construídas no Prédio do Centro de Convivência do Idoso e no Prédio do CRAS Central na Rua Telêmaco Carneiro, 362. Centro.



CRAS Central



Centro de Convivência do Idoso

2. Dos objetos

- → Uma Rampa de acessibilidade na entrada do CRAS Central com corrimão metálico em ambas laterais de acordo com a NBR 9050/2004.
- → Duas Rampas intermediadas com corrimão metálico em todas as laterais de acordo com a NBR 9050/2004 por um patamar que dá acesso as duas entradas do Centro de convivência do Idoso

3. Da execução

As rampas assim como o patamar serão executadas com camada de concreto 13 Mpa com 7 cm de espessura e superfície alisadas sobre aterro de terra compactado. Contarão com guias laterais em concreto 13 MPa acompanhando declividade da rampa. A Camada de Concreto devera ser executada com malha de aço CA-60 com ø 4,2 em toda sua superfície.

4. Dimensões:

→ Rampa CRAS:

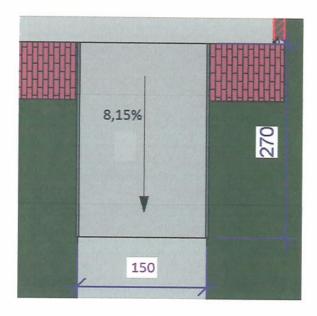
A rampa do CRAS terá as seguintes medidas:

Largura = 150 cm

Comprimento =270 cm

Diferença entre níveis = 22 cm

Declividade = 8,15 %



Rampa CRAS

→ Rampa Centro de convivência do Idoso.

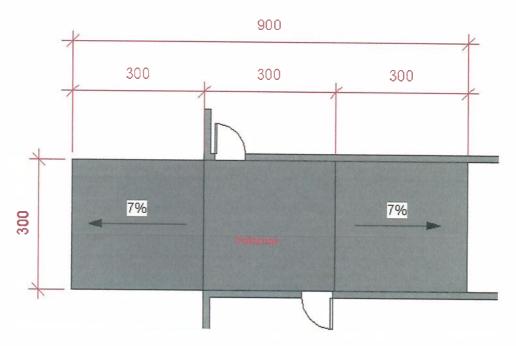
Largura = 300 cm

Comprimento total = 900 cm

Comprimento das Rampas = 300 cm cada uma

Diferença entre níveis = 21 cm

Declividade das Rampas = 7%



Rampa Centro de convivência do Idoso.

5. Do Corrimão

Serão colocados dois corrimãos na rampa do CRAS e quatro corrimãos nas rampas do Centro de Convivência do idoso, um em cada lado das rampas, os corrimãos serão metálicos fixados por dois balaustres chumbados no piso de concreto. Terá comprimento entre balaustres igual aos comprimentos das rampas e os corrimãos se prolongarão mais 30 cm em cada extremidade de acordo com NBR 9050/2004.

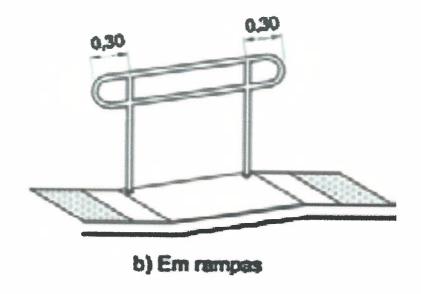


Imagem ilustrativa retirada da NBR 9050/2004 pagina 46.

6. Do orçamento

Serviços	Unidades	Quantidades	Valo	r Unitário	Referência	Va	lor Total
Demolição de piso de concreto	M²	31,05	R\$	39,17	Média entre cotações (LEX, F.A.S Manutec e Prímula)	R\$	1.216,13
Construção de rampas de acessibilidade em concreto com 7 cm de espessura com tela armada de CA- 60 a cada 20 cm.	M³	31,05	R\$	190,00	Média entre cotações (LEX, F.A.S Manutec e Prímula)	R\$	5.899,50
Construção de Vigas mestras de concreto com travamento em broca de fundação de 0,6 cm de profundidade	M linear	12	R\$	89,00	Média entre cotações (LEX, F.A.S Manutec e Prímula)	R\$	1.068,00
Instalação de corrimão metálico de acessibilidade (NBR 9050/2004)	M linear	17	R\$	149,85	Média entre cotações (LEX, F.A.S Manutec e Prímula)	R\$	2.547,51
Aterro e compactação do solo.	M³	1,55	R\$	85,00	Média entre cotações (LEX, F.A.S Manutec e Prímula)	R\$	131,75
Limpeza do canteiro e das rampas.			R\$	158,33	Média entre cotações (LEX, F.A.S Manutec e Prímula)	R\$	158,33

Total

R\$ 11.021,22

7. Do cronograma físico-finaceiro.

Será feita apenas uma medição ao final dos 30 dias após a ordem de serviço.

Item	Serviços	Mês 1		Tota	al
1	Demolição de piso de concreto	R\$	1.216,13	R\$	1.216,13
2	Construção de rampas de acessibilidade em concreto com 7 cm de espessura com tela armada de CA- 60 a cada 20 cm.	R\$	5.899,50	R\$	5.899,50
3	Construção de Vigas mestras de concreto com travamento em broca de fundação de 0,6 cm de profundidade	R\$	1.068,00	R\$	1.068,00
4	Instalação de corrimão metálico de acessibilidade (NBR 9050/2004)	R\$	2.547,51	R\$	2.547,51
5	Aterro e compactação do solo.	R\$	131,75	R\$	131,75
6	Limpeza do canteiro e das rampas.	R\$	158,33	R\$	158,33

R\$ 11.021,22 R\$ 11.021,22

Cotações de Preços

F.A.S Manutec

Engenharia Civil e Elétrica.

RUA Dolores Barros Dias - 88 Jardim Ceres - ARAPOTI / PR CEP - 84990-000

CNPJ: 20.480.536 / 0001 - 69

PROPOSTA

PROPOSTA - 112

DATA: 11/07/2016

DESCRIÇÃO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CLIENTE: AC: Secretaria Municipal de Ação Social.

RESPONSAVEL: VALTER JOSÉ CONTATO: (43) 9669 3164 (43) 3557 1707

ESCOPO: ORÇAMENTO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE RAMPAS DE ACESSIBILIDADE.

01	Demolição de piso de concreto	M ²	31,05	R\$ 40,00	R\$ 1.260,00
02	Construção de rampas de acessibilidade em concreto com 7cm de espessura com tela armada de CA-60 a cada 20cm.	M²	31,05	R\$ 190,00	R\$5.985,00
03	Construção de Vigas mestras de concreto com travamento em brocas de fundação de 0,60cm de profundidade	M linear	12	R\$ 87,00	R\$ 1.044,00
04	Instalação de corrimão metálico de acessibilidade (NBR9050/2004).	M linear	17	R\$ 150,00	R\$ 2.550,00
05	Aterro e compactação do solo.	M ³	1,55	R\$ 90,00	R\$ 139,50
06	Limpeza do canteiro de obras.			R\$ 160,00	R\$ 160,00

VALOR TOTAL: R\$ 11.138,50

VALIDADE DA PROPOSTA: 30 DIAS

CNPJ 20.480.536/0001-69

Alexandre Soares - ME FAS MANUTEC

R: Dolores Barros Dias ,88 CEP 84990-000 Bairro: Jardim Geres Afāßeţi = PA

Arapoti 11 de julho 2016.

VALTER JOSÉ DE OLIVEIRA GERENTE ADMINISTRATIVO ALEXANDRE SOARES-ME

CNPJ: 20.480.536/0001-69

F.A.S Manutec_cnpJ: 20.480.536/0001 - 69

Rua: Dolores Barros Dias,88

Jardim Ceres - ARAPOTI / PR

CEP - 84990-00



STELLA & GIGLIO STELLA LTDA EPP.

AC: SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL.

ORÇAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE RAMPAS DE ACESSIBILIDADE.

01	Demolição de piso de concreto	M ²	31,05	R\$ 39,50	R\$ 1.244,25
02	Construção de rampas de acessibilidade em concreto com 7cm de espessura com tela armada de CA-60 a cada 20cm.	M²	31,05	R\$ 195,00	R\$ 6.054,75
03	Construção de Vigas mestras de concreto com travamento em brocas de fundação de 0,60cm de profundidade	M linear	12	R\$ 95,00	R\$ 1.140,00
04	Instalação de corrimão metálico de acessibilidade (NBR9050/2004).	M linear	17	R\$ 150,00	R\$ 2.550,00
05	Aterro e compactação do solo.	M³	1,55	R\$ 85,00	R\$ 131,75
06	Limpeza do canteiro de obras.			R\$ 165,00	R\$ 165,00

Validade da proposta: 30 dias

TOTAL: R\$ 11.285,75

Validade do orçamento 30 dias

Execução a combinar

CNPJ 17.121.763/8001 - 93 Inscrição Estadual 966.12426- 24 Rua Moises Lupion, 120 - Centro CEP 84990-060 - Arapoti - PR Fone (43) 3557 - 4174

Arapoti, 11 de julho 2016.

CONTATO

Everaldo José Stella Gerente Comercial Soluções Profissionais de Serviços

> 43-3557-4174 43-9936-3599

STELLA & GIGLIO STELLA LTDA ME.

C.N.P.J/MF: 17.121.763/0001-93 – INSC. ESTADUAL: 906.12426-24 Rua Moises Lupion, 120 – Centro – Arapoti/PR – Cep: 84990-000 Fone: (43) 3557-4174 – atendimento@primulaarapoti.com.br



CNPJ: 14.878.001/0001-48 Rua Geniplo Pedroso, nº165 Centro. Fone (43) 9959 - 7674. Arapoti PR. CEP 849990-000

E-mail: alexpmello.apdm@gmail.com

AC: Secretaria Municipal de Ação Social.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	unidade	quant	V.Unit.	V. Total
01	Demolição de piso de concreto	M²	31,05	R\$ 38,00	R\$ 1.179,90
02	Construção de rampas de acessibilidade em concreto com 7cm de espessura com tela armada de CA-60 a cada 20cm.	M²	31,05	R\$ 185,00	R\$ 5.827,50
03	Construção de Vigas mestras de concreto com travamento em brocas de fundação de 0,60cm de profundidade	M linear	12	R\$ 85,00	R\$ 1.020,00
04	Instalação de corrimão metálico de acessibilidade (NBR9050/2004).	M linear	17	R\$ 149,56	R\$ 2.542.60
05	Aterro e compactação do solo.	M³	1,55	R\$ 80,00	R\$ 124,00
06	Limpeza do canteiro de obras.			R\$ 150,00	R\$ 150,00

TOTAL R\$ 10.844,00

Validade da proposta: 30 dias a partir desta data.

Condições de pagamento: Após emissão de NFe.

CNPJ 14.878.001 / 0841-SENIPLO PEDROSO, Nº 185-

Trans (42) 00 77

Autorização de Abertura de Processo Licitatório



RUA ONDINA BUENO SIQUEIRA, 180 - CENTRO CÍVICO - FONE/FAX (43) 3512-3000 CNPJ 75.658.377/0001-31 - ARAPOTI - PARANÁ

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO

Ref.: Processo Licitatório nº 127/2016

Solicitante: Secretaria Municipal de Assistência Social

Em cumprindo a solicitação da Unidade Gestora (Solicitante) informado acima, procedeu-se a abertura do PROCESSO LICITATÓRIO SOB O Nº 127/2016, cujo objeto consiste na:

Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no Centro de Convivência do Idoso

Portanto, fica aberto o PROCESSO LICITATÓRIO acima informado, conforme enunciado no Art. 38, da Lei Federal sob o nº 8.666, de 21 de Junho de 1993.

Arapoti, em 2 de agosto de 2016

PAULO ROBERTO DA SILVA
Chefe da Divisão de Licitação e Compras

Comissão Permanente de Licitação



GABINETE DO PREFEITO

Rua Placidio Leite Nº 148 Centro Cívico - CEP-84.990-000 - Fone/Fax (043)3557-1388 E-mail: assessoria.gabinete@arapoti.pr.gov.br - CNPJ Nº 75.658.377/0001-31 ARAPOTI - PARANÁ

DECRETO Nº 4030/2016

Ementa: Designa Comissão Permanente de Licitação para proceder aos processos licitatórios das modalidades de: Convite, Tomada de Preços, Concorrência, Concursos e Leilão, Dispensa e Inexigibilidade.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAPOTI, DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições legais e;

Considerando o disposto no art. 51 da Lei Federal nº 8.666/93

DECRETA

Art. 1° - Fica designada a Comissão Permanente de Licitação, objetivando a abertura e julgamento das propostas que serão apresentadas em Processos Licitatórios que venham ser instaurados no Município de Arapoti e Fundos Municipais, compostas pelos seguintes membros:

Membro da Comissão - Adão Rodrigues da Silva Membro da Comissão - Eduardo Chaowiche Filho Membro da Comissão - Idineu Antonio da Silva Membro da Comissão - José Roberto Ferrari Membro da Comissão - Luana Lordelos Fernandes Membro da Comissão - Luciano Aguiar Rocha Membro da Comissão - Paulo Roberto da Silva

Art. 2° - Qualquer um dos membros acima poderá Presidir a Comissão de Licitação na sessão, sendo no mínimo 03 (três) membros na mesma sessão, contados com o Presidente.

Art. 3° - A Comissão Permanente de Licitação supracitada deverá apresentar atas circunstanciadas dos atos de abertura e julgamento dos processos licitatórios, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Art. 4° - A renovação da Comissão Permanente de Licitação acima designada será processada no prazo de 12 (doze) meses, para o período subsequente, com fulcro no §4° do Art. 51 da Lei Federal n°8.666/93, alterada pela Lei n° 8.883/94

Art. 5° - Deve a Assessoria de Gabinete, tomar as medidas cabiveis para oficialização deste ato.

Art. 6° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Vereador Claudir Dias Novochadlo. Gabinete do Prefeito, em 07 de janeiro de 2016.

-BRAZ RIZZI-

Prefeito

WASHINGTON LUIS PIETROCHINSKI-

Chefe de Gabinete

PUBLICADO
Diário FULLA
Oficial Activa
Edição Quara Canolida Página BO
Data 15 101/2016
Visto

Autorização para Licitar



RUA ONDINA BUENO SIQUEIRA, 180 - CENTRO CÍVICO - FONE/FAX (43) 3512-3000 CNPJ 75.658.377/0001-31 - ARAPOTI - PARANÁ

AUTORIZAÇÃO PARA LICITAR

Referente: Processo Licitatório nº 127/2016.

Interessada: Secretaria Municipal de Assistência Social.

AUTORIZO a instauração de Procedimento Licitatório, nos termos do Art. 38 da Lei Federal nº 8.666/93, e demais normas pertinentes, para o seguinte OBJETO:

Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no Centro de Convivência do Idoso

Verificar se a adequação financeira e orçamentária, estando de acordo com a lei orçamentária e em compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias de acordo com o que determina a Lei Complementar nº 114/2000.

À Comissão Permanente de Licitação poderá preparar a minuta do instrumento convocatório na modalidade: CONVITE.

Após, encaminhar os autos à Procuradoria Jurídica Municipal para emissão de parecer, nos termos do parágrafo único do art. 38, da Lei nº 8.666/93.

Arapoti, 2 de agosto de 2016

Prefeito Municipal

FABIANA KLUPPEL LISBOA Presidente do FMAS

Indicação de Servidor para Fiscalizar o Contrato



RUA ONDINA BUENO SIQUEIRA, 180 - CENTRO CÍVICO - FONE/FAX (43) 3512-3000 CNPJ 75.658.377/0001-31 - ARAPOTI - PARANÁ

Ofício nº 60/2016-DLC-PMA

Arapoti, em 02/08/2016.

Realisto 13/18/2016
Reginaldo M. Fewhins

Assunto: Indicação de um servidor para Fiscal de Contrato.

Ref.:

Processo Licitatório nº 127/2016.

Objeto: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do

Prédio do CRAS e no Centro de Convivência do Idoso.

Em atendimento ao Art. 67, da Lei Federal sob o nº 8.666/93, em que o contrato administrativo deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da administração municipal.

Na oportunidade, solicitamos a Vossa Senhoria, a indicação de um servidor, para FISCALIZAR o CONTRATO que advir do processo e objeto supramencionados.

Certos de podermos contar com vossa colaboração neste sentido, antecipadamente agradecemos.

Respeitosamente,

PAULO ROBERTO DA SILVA Divisão de/Licitação e Compras

A Vossa Senhoria **REGINALDO MARCIO FELISBINO** MD. Secretário Municipal de Infraestrutura

Prefeitura Municipal de Arapoti



Rua Placídio Leite, n° 148, Centro Cívico – Fone: (43) 3512-3116. Arapoti – Paraná - CNPJ 75.658.377/0001-31 Secretaria Municipal de Infraestrutura

The second and the se

Arapoti, 04 de agosto de 2016.

Oficio N.º 382/2016-Infra

À Secretaria Municipal de Licitação e Compras Divisão de Licitação e Compras

> Ref: Indicação de Fiscal de Contrato

Prezado Senhor.

Venho por meio deste, informar que o servidor indicado para executar a fiscalização da realização de adequação de acessibilidade do Prédio do CRAS e no Centro de Convivência do Idoso é o Chefe de Divisão de Obras Públicas:

GUILHERME NAOTO ENDO (ENGENHEIRO CIVIL)

CPF: 088.906.989-18

Sem mais para o momento, reitero votos de

apreço.

Secretario Municipal de Infraestrutura

Reserva de Saldo Financeiro e Contábil



RUA PLACÍDIO LEITE, 148 - CENTRO CÍVICO - FONE/FAX (43) 3512-3000 CNPJ 75.658.377/0001-31 - ARAPOTI - PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE RESERVA FINANCEIRA E CONTÁBIL

		Processo Licitatório	o: 127/201
Secretaria Solic			
Secretaria Mun	nicipal de Assistência Social		
Objeto da Desp	esa:		
Contratação de e	empresa para realizar adequação para	a acessibilidade do Prédio do CRA	S e no Centro de
Convivência do	Idoso		
Prazo de Execu	ção/Entrega:		
30 (trinta) dias			
Recurso Orçam	entário:		
Descrição da De	Denas a ·		
Descrição da De	spesa.	Ondo: VIII	
	e Terceiros - Pessoa Jurídica		v. Total: 11.089,41 11.089,4
Valor Total:		*,***	11.009,
11.089,41	Onze mil, oitenta e nove reais e quar	eanta e um centovos	
		I I	\
Arapoti, 2 de a	igosto de 2016		
Arapoti, 2 de a	agosto de 2016	Divisão de Licitado o	
Arapoti, 2 de a	agosto de 2016	Divisão de Licitação e C	ompras
			ompras
	agosto de 2016 CASO NÃO HOUVER RECURSO FINA		ompras
		ANCEIRO OU CONTÁBIL:	ompras UTORIZADO:
RESPOSTA SE C		ANCEIRO OU CONTÁBIL:	UTORIZADO:
RESPOSTA SE C	CASO NÃO HOUVER RECURSO FINA	ANCEIRO OU CONTÁBIL:	UTORIZADO:
RESPOSTA SE C	CASO NÃO HOUVER RECURSO FINA	ANCEIRO OU CONTÁBIL:	UTORIZADO:

Grupo de Despesa: 3390390000 - Área: Geral

Página 1 de 1

Grupo Assessor Público® 03/08/2016 11:03 Usuário: MARCELO BRANDÃO

Prefeitura Municipal de Arapoti

Saldo de Dotação (Por Unidade, Funcional, Fonte e Despesa)

objeo	Carco				
Reserva					
Empenhado	opposition of the state of the				
Suplement. Reduzido Autorizado Contingencia Provis /Fopan Empenhado Reserva	0				
Reduzido Au					
Suplement.		- FMAS	- FMAS		
Fixado	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSIST.SOCIAL	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	Manutenção do Programa Bolsa Familia	PROGRAMA BOLSA FAMILIA C/C 19,824-2
esa Descrição da Despesa	Órgão: 11	Unidade Orçamentária: 11.00.1	Unidade Executora: 11.001	Funcional Programática: 0824400022059	Fonte de Recursos: 00795
Ficha Despesa		Unidade	Unid	Funcional	Font

Fonte de Recursos: 00795	sos: 00795 PROGRAMA BOLSA FAMILIA C/C 19.824-2	/C 19.824-2								
0322 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	21.115,00	45.000,00	00'0	66.115,00	00'0	00'0	38,992,25	000	27.122.75
	Total da Fonte de Recursos	21.115,00	45.000,00	00,00	66.115,00	00'0	0.00	38.992.25	00.0	27,122,75
	Total da Funcional Programática	21.115,00	45.000,00	00'0	66.115,00	0,00	0.00	38.992.25	00.0	27.122.75
	Total da Unidade Executora	21.115,00	45.000,00	00'0	66.115,00	0.00	000	38 992 25		27 122 75
	Total da Unidade Orçamentária	21.115,00	45.000,00	00,0	66.115,00	0.00	00.0	38 992 25	8,0	27 122,13
	Total do Órgão	21.115,00	45.000,00	00'0	66.115,00	00'0	00'0	38.992.25	0.00	27.122.75
	TOTAL	21.115,00	45.000,00	00'0	66.115,00	00'0	00'0	38.992,25	0.00	27.122.75

Minuta do Edital e Anexos



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL

	CONVITE N°/2016 PROCESSO N° 127/2016	
Razão Social:		
CNPJ nº:		
Endereço:		
E-mail:		
Cidade:	Estado:	
Telefone:	Fax:	
Pessoa para contato:		
Nesta data, () RECEBEMOS e ou () FIZEMOS o download do instrumento convocatório acima identificado no endereço eletrônico: http://www.arapoti.pr.gov.br .		
	Local:	, de de 201
	Assinatura	
Senhor Licitante,		

Visando comunicação futura entre esta COMISSÃO DE LICITAÇÃO e esse FORNECEDOR, solicitamos preencher o recibo de entrega/retirada de edital e remeter à Comissão de Licitação por meio do fax (43) 3512-3000 ou através de e-mail licitacao@arapoti.pr.gov.br. A não remessa do recibo exime-nos da comunicação de eventuais retificações no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS 029

EDITAL DE LICITAÇÃO CONVITE Nº ___/2016 PROCESSO Nº 127/2016

O Município de Arapoti, com sede na Rua Placidio Leite, 148, Bairro Centro Cívico - Arapoti/PR, através do Fundo Municipal de Assistência Social — FMAS, torna público, para conhecimento dos interessados, que de acordo com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, Decreto 4.030, de 07 de janeiro de 2016, realizará Licitação Pública na Modalidade de Convite, tipo MENOR PREÇO, na forma de EXECUÇÃO INDIRETA, em regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, objetivando a contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no Centro de Convivência do Idoso, conforme autorização do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, constante no Processo Licitatório nº 127/2016 e condições estabelecidas neste Edital.

1. EDITAL E SEUS ANEXOS

1.1. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no site www.arapoti.pr.gov.br, poderá ser lido e/ou obtido no endereço eletrônico: licitacao@arapoti.pr.gov.br, e também poderá ser retirado diretamente na Divisão de Licitação e Compras, localizada no 1º (primeiro) andar do Edifico do Centro Administrativo Municipal – CAM, na Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, Bloco D, Salas 60, 61, 62, 63 ou 64, no Bairro Centro Cívico, em Arapoti, Paraná, CEP 84.990-000, de 2ª, 3ª, 4ª e 5ª feira das 08h00mim às 11h30min e das 13h00min às 17h30min e 6ª feira das 08h00mim às 11h30min e das 13h00min às 16h00min, até o segundo dia útil imediatamente anterior à data de que trata o **subitem 2.1** deste edital.

2. PROTOCOLO DOS ENVELOPES E INÍCIO DA SESSÃO

2.1. HORÁRIO, DATA E LOCAL para ENTREGA e PROTOCOLO do ENVELOPE Nº 1 (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO) e do ENVELOPE Nº 02 (PROPOSTA DE PREÇOS, para realização da sessão de abertura do certame, conforme tabela abaixo:

PROTOCOLO DOS ENVELOPES

LOCAL:	No 1º (primeiro) andar do Edifício do Centro Administrativo Municipal CAM, na Divisão de Licitação e Compras, no Bloco "D", salas 60, 61, 62, 63 ou 64.
ENDEREÇO:	Rua Ondina Bueno de Siqueira, nº 180, Centro Cívico, Arapoti, Paraná, CEP 84.990-000.
CONTATO:	Fone: (43) 3512-3159 / 3160 / 3162 / 3032 / 3033 – E-mail: licitacao@arapoti.pr.gov.br.

ABERTURA DOS ENVELOPES E INÍCIO DA SESSÃO

INÍCIO:	Ashmin.
DATA:	de de 201
LOCAL:	No 1º (primeiro) andar do Edifício do Centro Administrativo Municipal - CAM, na Sala de



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

Licitações.

ENDEREÇO: Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, Centro Cívico, Arapoti, Paraná.

CONTATO: Fone: (43) 3512-3159 / 3160 / 3162 / 3032 / 3033 – E-mail: licitacao@arapoti.pr.gov.br.

3. DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

3.1. As planilhas, memoriais, projetos e detalhamentos, encontram-se disponível na Divisão de Licitação e Compras, na Rua Ondina Bueno Siqueira, 180, Bloco D, Salas 60, 61, 62, 63 ou 64, Centro Cívico, Arapoti/PR, CEP 84.990-000 e poderão ser retirados mediante a apresentação de dispositivos de armazenamento de dados (CD/RW ou Pendrive).

4. COMUNICAÇÃO ENTRE AS LICITANTES E COMISSÃO

4.1. A comunicação entre as licitantes e a Comissão de Licitação se processará através de correspondência dirigida ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL, encaminhada por meio de correio eletrônico (licitacao@arapoti.pr.gov.br), ou ainda, protocolizada diretamente na Divisão de Licitação e Compras, no 1º (primeiro) andar do Edifico do Centro Administrativo Municipal – CAM, na Rua Ondina Bueno Sigueira, nº 180, no Bloco D, Salas 60, 61, 62, 63 ou 64, no Bairro Centro Cívico, em Arapoti, Estado do Paraná, CEP 84.990-000, de 2ª, 3ª, 4ª e 5ª feira das 08h00mim às 11h30min e das 13h00min às 17h30min e 6ª feira das 08h00mim às 11h30min e das 13h00min às 16h00min, de forma escrita.

4. OBJETO

- 4.1. A presente licitação tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no Centro de Convivência do Idoso, mediante o regime empreitada por preço global, conforme especificações constantes no Memorial Descritivo ANEXO I, que é parte integrante deste Edital.
- 4.2 A licitação compõe-se de item único, conforme tabela constante do Memorial Descritivo ANEXO I, sagrando-se vencedor o licitante que ofertar o **menor preço**.
- 4.3. **Local dos Serviços**: Prédio do CRAS Central e no Prédio do Centro de Convivência do Idoso, situado na Rua Telêmaco Carneiro, nº 362, Bairro Centro, neste Município.
- 4.4. Todos os serviços deverão atender fielmente os projetos, cronograma e especificações constantes dos Anexos deste Edital, bem como, normas e legislações em vigor.

5. DATA, HORÁRIO, PROTOCOLO E LOCAL DA LICITAÇÃO

- 5.1. A empresa interessada deverá PROTOCOLAR os 02 (dois) ENVELOPES contendo a PROPOSTA DE PREÇOS e os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO até às __h__min, do dia __ de ____ de 20__, na sede da Divisão de Licitação e Compras, localizado no Centro Administrativo Municipal CAM, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, 180, Bloco D, Salas 60, 61, 62, 63 ou 64, Centro Cívico, Arapoti-PR, CEP 84.990-000, de 2ª, 3ª, 4ª e 5ª feira das 08h00mim às 11h30min e das 13h00min às 17h30min e 6ª feira das 08h00mim às 11h30min e das 13h00min às 16h00min.
- 5.2. O INÍCIO DA SESSÃO e a ABERTURA DOS ENVELOPES contendo a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO está previsto para às __h__mim, do dia __ de ____ de 20__, na Sala de Licitações,

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

localizada no Centro Administrativo Municipal – CAM, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, 180, Centro Cívico, Arapoti-PR.

- 5.3. A **ABERTURA DOS ENVELOPES** contendo a **PROPOSTA DE PREÇOS** poderá ser feita na mesma data informada no subitem anterior, desde que ultrapassada a fase de habilitação e caso haja renúncia do direito de recurso pelas licitantes que apresentarem seus documentos habilitatórios.
- 5.4. A ENTREGA e PROTOCOLO dos ENVELOPES de HABILITAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇOS deverá ser realizada EXCLUSIVAMENTE no endereço constante no subitem 4.1 deste Edital.
- 5.5. Para aferição do **HORÁRIO** de **ENTREGA DOS ENVELOPES**, será considerado o anotado no comprovante de protocolo emitido pela Comissão de Licitação.
- 5.6. Em hipótese alguma será concedido prazo suplementar para apresentação dos envelopes, ou permitida a sua alteração ou substituição do conteúdo, ou ainda, a correção do que constar nos documentos e propostas.
- 5.7. Não serão aceitos envelopes abertos ou propostas entregues via e-mail ou fac-símile.
- 5.8. Expirado o horário estipulado para protocolo dos envelopes, não será recebido qualquer envelope, quer seja referente à Habilitação ou à Proposta de Preços.
- 5.9. Os licitantes interessados em participar do certame não necessitam encaminhar seus representantes legais para ENTREGAR OS ENVELOPES com a DOCUMENTAÇÃO e as PROPOSTAS, podendo, inclusive, encaminhá-los VIA CORREIO ou OUTRO MEIO SIMILAR DE ENTREGA, atentando para as datas e horários finais para recebimento dos mesmos, constantes neste Edital.
- 5.10. A Comissão de Licitações não se responsabiliza pelo meio de entrega dos envelopes de habilitação e propostas escolhido pelo licitante, devendo este, tomar as medidas julgadas necessárias ao acompanhamento e protocolo dos documentos exigidos nesta licitação com prazo hábil a sua participação.

6. TIPO DE LICITAÇÃO E REGIME DE CONTRATAÇÃO

- 6.1. A presente licitação fundamenta-se na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, Decreto 4.030, de 07 de janeiro de 2016, bem como nas demais normas pertinentes e condições estabelecida no presente Edital e em seus anexos.
- 6.2. A presente licitação será do tipo "**MENOR PREÇO**", conforme disposto no Art. 45, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada.
- 6.3. A execução dos serviços será sob o **Regime de Empreitada por Preço Global**, conforme composição de preços unitários, constante da planilha, apresentada pela licitante vencedora em sua proposta de preços.

7. INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

7.1 A comprovação do **Capital Social** ou **Patrimônio liquido**, integralizado e registrado na forma da lei, de valor igual ou superior ao estabelecido no **subitem 7.2.2**, para proponente brasileira ou valor equivalente na moeda do país de origem para empresa estrangeira, considerada para a conversão a taxa de câmbio, tipo comercial, para venda estabelecida pelo Banco Central em vigor 30 (trinta) dias anteriores à data limite estabelecida para o recebimento das proposta (envelopes n°01 e n°02) pela Comissão;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

- 7.2.1. O Capital Social será equivalente a **10 % (dez por cento)** do valor estimado para a contratação, conforme determina o § 3º, Art. 31 da Lei 8.666/93.
- 7.2.2. Capital Social ou Patrimônio Liquido: Mínimo de R\$: 1.108,94, ou seja: ≥ R\$: 1.108,94.
- 7.2.3. O valor do capital social poderá ser atualizado pela proponente, para a data limite estabelecida para o recebimento das propostas (envelopes n°1 e n° 2), através de índices oficiais específicos para o caso.

8. VALOR MÁXIMO, PRAZO DE EXECUÇÃO E PRAZO CONTRATUAL

- 8.1. O VALOR MÁXIMO ESTIMADO para os serviços, objeto do presente Edital será de R\$ 11.089,41 (onze mil, oitenta e nove reais e quarenta e um centavos).
- 8.2. O PRAZO MÁXIMO para a CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS será de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data do 5º (quinto) dia da assinatura do contrato.
- 8.3 O PRAZO DE VIGÊNCIA do CONTRATO será de 90 (noventa) dias corridos, contados da data da assinatura do contrato.

9. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1. A disponibilidade orçamentária e financeira para atender a execução dos serviços decorrentes desta Licitação, estão previstas no seguinte enquadramento:

Orgão: 11 Secretaria Municipal de Assistência Social.

Unidade Executora: 11.001 Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

Funcional Programática: 08.244.0002.2059 Manutenção do Programa Bolsa Família.

Elemento de despesa: 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Fonte: 00795 Programa Bolsa Família.

10. INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

- 10.1. As informações e os esclarecimentos de dúvidas quanto ao Edital e seus Anexos, poderão ser solicitados pelo e-mail licitacao@arapoti.pr.gov.br, telefones: (43) 3512–3159, (43) 3512–3160, (43) 3512–3162, (43) 3512–3032 e (43) 3512–3033, ou por expediente protocolado, dirigido à Comissão Permanente de Licitação CPL, situada a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, Bloco D, Salas 60, 61, 62, 63 ou 64, Bairro Centro Cívico, Cidade Arapoti, Estado Paraná, CEP 84.990-000, de 2ª, 3ª, 4ª e 5ª feira das 08h00mim às 11h30min e das 13h00min às 17h30min e 6ª feira das 08h00mim às 11h30min e das 13h00min às 16h00min.
 - a) As informações e esclarecimentos solicitados e prestados de forma verbal não integrarão este Edital;
 - b) A CPL prestará de forma escrita as informações e esclarecimentos assim formulados e desde que recebidos até o 3º (terceiro) dia útil, inclusive, anterior à data de entrega dos envelopes de DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e da PROPOSTA DE PREÇOS, indicada no subitem 5.1 deste Edital;
 - c) Os esclarecimentos prestados à solicitante serão estendidos às demais licitantes adquirentes do Edital até o 1º primeiro dia útil imediatamente anterior à data que trata o subitem 5.1.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

- d) Será da responsabilidade das empresas requererem à Comissão Permanente de Licitação a confirmação do recebimento dos pedidos de informações e/ou esclarecimentos solicitados através de fax ou endereço eletrônico;
- 10.2. As informações e esclarecimentos prestados de forma escrita às empresas licitantes, bem como eventuais alterações no edital, estarão disponíveis no site www.arapoti.pr.gov.br, e comunicadas diretamente às empresas que enviaram os recibos de retirada/entrega do edital, não podendo as licitantes, em qualquer hipótese, alegarem desconhecimento dos mesmos.

11. PARTICIPAÇÃO

11.1. PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO:

a) Poderão participar, além das empresas convidadas pelo Município de Arapoti, os demais interessados do ramo correspondente ao objeto do presente certame, que manifestarem seu interesse com antecedência mínima de até 24 horas da apresentação das propostas.

11.2. A PARTICIPAÇÃO NA PRESENTE LICITAÇÃO IMPLICA PARA A LICITANTE:

- a) A aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste edital e de seus anexos;
- A observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor;
- c) A responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.
- 11.3. Nesta licitação só poderão se manifestar, em nome da empresa interessada, a pessoa por ela credenciada, nos termos do **item 13** deste edital.
 - 11.3.1. Nenhuma pessoa, mesmo munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa junto a Prefeitura Municipal de Arapoti, nesta licitação, sob pena de exclusão sumária das licitantes representadas.

12. NÃO PODERÁ PARTICIPAR

12.1. NÃO PODERÁ PARTICIPAR DA PRESENTE LICITAÇÃO:

- a) Consórcio de empresas sob nenhuma forma:
- b) Empresa declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;
- c) Empresa impedida de licitar e contratar com o Município de Arapoti;
- d) Empresa que se encontra sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução e liquidação;
- e) Empresa cujos sócios, diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo, sejam servidores ou empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Prefeitura Municipal de Arapoti;
- f) Empresa cujos sócios, diretores, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo que pertençam, ainda que parcialmente, a outra empresa que esteja participando desta licitação;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

- f.1) Caso constatada, ainda que a posteriori, tal situação, a empresa licitante será inabilitada, ficando esta e seus representantes incursos nas sanções previstas no art. 90 da Lei 8.666/93, consolidada.
- g) Empresa inadimplente com o Município de Arapoti;
- h) Empresas prestadoras de serviços que tenham como sócios, gerentes ou diretores, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, de membros da Prefeitura Municipal de Arapoti, conforme o disposto na Súmula Vinculante nº 13, editada pelo Supremo Tribunal Federal, Acórdão nº 2745/2010 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Prejulgado nº 09 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

13. REPRESENTANTE E DO CREDENCIAMENTO

- 13.1 Durante as reuniões de abertura e julgamento dos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** e das **PROPOSTAS DE PREÇOS** desta licitação, somente poderá se manifestar e atuar em nome da empresa licitante a pessoa por ela credenciada, mediante contrato, documento previsto no **ANEXO V** ou procuração com tal atribuição e portadora do respectivo documento de identidade.
 - 13.1.1. Pessoa credenciada mediante "CONTRATO": Quando a mesma for proprietária, sócia ou dirigente da empresa licitante, cujo ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor apresentado como DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO / HABILITAÇÃO JURÍDICA lhe dá poderes para exercer tais direitos e assumir obrigações.
 - 13.1.2. Pessoa Credenciada mediante "PROCURAÇÃO": Quando a mesma for legalmente constituída por intermédio de instrumento público ou particular de procuração, esse último com firmas reconhecidas em cartório dos outorgantes, que lhe expresse poderes para exercer tais direitos e assumir tais obrigações.
 - 13.1.3. Pessoa credenciada por empresa licitante, nos moldes do **ANEXO V** do presente edital, com assinatura do(s) sócio(s) ou representante(s) legal(is) da empresa participante, para a licitação em comento, com firmas reconhecidas em cartório.
- 13.2. O credenciado deverá apresentar junto aos documentos informados acima, cédula de identidade ou outro documento de identificação oficial.
- 13.3. Cada representante legal/credenciado deverá representar apenas uma empresa licitante.
- 13.4. A não apresentação do credenciamento na forma supra não inabilitará a licitante, mas impedirá o seu representante de se manifestar e responder em seu nome, facultando-se-lhe, no entanto, o acompanhamento das reuniões.

14. DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

- 14.1. Caso o licitante queira **usufruir dos benefícios** para **MICROEMPRESAS** ou **EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**, previstos na Lei Complementar nº 123/06, Alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, deverá apresentar documentação comprobatória dessa condição, por meio de um dos seguintes documentos:
 - a) **certidão simplificada** emitida e registrada pela respectiva junta comercial, devidamente atualizada, ou seja, com data não superior a 90 dias; ou
 - b) **declaração do contador**, atestando que se enquadra como Microempresa Individual, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, **conforme modelo de sugestão do Anexo IX**.

Anaport

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

- 14.2. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado das **MICROEMPRESAS** ou **EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**, o licitante que se enquadrar em qualquer das vedações do artigo 3°, parágrafo 4°, da Lei Complementar n° 123, de 2006 e, portanto, não deverá apresentar a respectiva declaração.
- 14.3. A declaração falsa relativa ao enquadramento na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte para fins de fruição dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, sujeitará o licitante, nos termos da Lei nº 8.666/93, à sanção de impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 2 (dois) anos, como também caracteriza o crime previsto no art. 299 do Código Penal, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

15 ORGANIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE 01

15.1. Os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, exigidos neste edital, deverão ser apresentados em uma única via, em envelope opaco e lacrado, contendo as seguintes indicações no seu anverso:

ENVELOPE Nº 01 - DO	CUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
Edital de CONVITE nº _	/2016
Prefeitura Municipal de	Arapoti
Proponente:	
CNPJ:	

- 15.2. Os proponentes deverão apresentar os documentos do **ENVELOPE Nº 1** em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial, com exceção dos que forem retirados da internet que deverão estar com prazo de validade em vigor.
- 15.3. A inversão de qualquer documento nos envelopes acarretará a exclusão sumária da licitante no certame.
- 15.4. O ENVELOPE Nº 1 deverá conter para a HABILITAÇÃO DO LICITANTE, os DOCUMENTOS, a seguir transcrita, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO/INABILITAÇÃO:

15.4.1. <u>Documentação relativa à Habilitação Jurídica (Art. 28)</u>:

- **15.4.1.1**. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;
- **15.4.1.2**. para as sociedades empresárias ou empresas individuais de responsabilidade limitada EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- **15.4.1.3**. em se tratando de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- **15.4.1.4**. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

- **15.4.1.5**. inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- **15.4.1.6**. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- **15.4.1.7**. os atos constitutivos das empresas licitantes deverão estar acompanhados dos demais documentos aditivos e modificativos do seu texto ou, preferencialmente, da respectiva consolidação.

15.4.2. <u>Documentação relativa à Regularidade Fiscal E Trabalhista (Art. 29)</u>:

- **15.4.2.1**. Prova de inscrição da proponente no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- **15.4.2.2.** Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal nº 8.212/1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa;
- **15.4.2.3**. Certidão Negativa de Tributos Estaduais ou Certidão Positiva com efeito Negativo, expedida pela Fazenda Estadual da sede da licitante, e a do Estado do Paraná, quando a sede da empresa for localizada em outro estado;
- **15.4.2.4**. Certidão Negativa de Tributos Municipais ou Certidão Positiva com efeito Negativo, expedida pela Fazenda Municipal da sede da licitante;
- **15.4.2.5**. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço CRF/FGTS;
- **15.4.2.6**. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), prova de inexistência de débitos inadimplidos perante da Justiça do Trabalho.
- 15.4.3. Nos termos dos Arts. 42 e 43 da Lei Complementar 123/2006, e Art. 43 §1º da Lei Complementar 147/2014, as microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de Regularidade Fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
- 15.4.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 15.4.5. A não-regularização da documentação, no prazo previsto alínea "b" deste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no <u>art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993</u>, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 15.4.6. Se as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte desatender a habilitação pedida quanto a Habilitação Jurídica, Qualificação Técnica, Qualificação Econômica e Outras Comprovações, estará automaticamente INABILITADA.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

15.4.7. <u>Documentação relativa à Qualificação Técnica (Art. 30):</u>

- **15.4.7.1**. Registro ou inscrição da empresa licitante, que indique estar habilitada a exercer as suas atividades, expedida pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) do Estado em que possui registro, em plena validade;
 - **15.4.7.1.1.** Na hipótese da licitante ser declarada vencedora e não possuir registro ou visto no CREA do Paraná, deverá providenciá-lo antes da assinatura do contrato, sob a pena de serem aplicadas as sanções para inadimplência total.
- **15.4.7.2**. Indicação do(s) Responsável(is) Técnico(s) para o acompanhamento dos serviços, objeto da presente licitação, **conforme modelo do Anexo XIII**;
- **15.4.7.3**. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame:
 - a.1. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social CTPS (das seguintes anotações: identificação do seu portador, da página relativa ao contrato de trabalho) e cópia da ficha ou livro de registro de empregado;
 - a.2. Cópia do Contrato Social, em sendo o profissional integrante do quadro societário do licitante:
 - a.3. Cópia do Contrato Social em se tratando de empresa LTDA, ou cópia da ata de eleição devidamente publicada, em se tratando de Sociedade, em se tratando de Diretor;
 - a.4. Cópia de Contrato de Prestação de Serviço regido pela legislação civil, celebrado entre o profissional e o licitante;
 - a.5. Declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.
 - 15.4.7.3.1. No decorrer da execução da obra, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.
- **15.4.7.4.** Declaração da Licitante de que recebeu os documentos relacionados nas Condições Específicas de Licitação deste edital, firmada por seu representante legal e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da Licitação, **conforme modelo do Anexo VI**;
- 15.4.7.5. Atestado de Visita assinado pelo servidor responsável, conforme modelo do Anexo XV.
 - 15.4.7.5.1. A vistoria será acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda à quinta-feira, das <u>08h30min às 11h00min</u> e das <u>13h30min às 17h00min</u> e na sexta-feira das <u>08h30min às 11h00min</u> e das <u>13h30min às 15h30min</u>, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (43) 3512-3113/3116;
 - 15.4.7.5.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura dos envelopes;



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

15.4.7.7.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria;

15.4.7.7.4. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pendrive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

15.4.8. <u>Documentação relativa à Qualificação Econômico-Financeira (Art. 31)</u>:

- **15.4.8.1**. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de **90 (noventa) dias** contados da data da sua apresentação;
- **15.4.8.2**. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de **Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG)** e **Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um)**, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

- 15.4.8.3.1. O licitante que apresentar índices econômicos **iguais ou inferiores** a 1 (um) em qualquer dos índices de **Liquidez Geral**, **Solvência Geral e Liquidez Corrente** deverá **comprovar** que possui (**capital mínimo ou patrimônio líquido**) equivalente a 10% (**dez por cento**) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.
- **15.4.8.4**. Comprovação de Capital Social ou Patrimônio Liquido não inferior ao exigido no **subitem 7.2.2** deste edital.

15.4.9. Outras Comprovações (Obrigatórias):

- **15.4.9.1**. Declaração de sujeição ao edital e inexistência de fatos superveniente impeditivos da habilitação, **conforme modelo do Anexo VII**;
- **15.4.9.2**. Declaração de inexistência no quadro funcional da empresa de menor de 18 (dezoito) anos, **conforme modelo do Anexo VIII**;

A PARTY OF THE PAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

- **15.4.9.3**. Declaração que não existe em seu quadro de empregados servidores públicos da contratante, **conformo modelo do Anexo X**;
- **15.4.9.4**. Declaração de que não tem servidor público em seu quadro de empregados, **conformo modelo do Anexo XI**;
- **15.4.9.5**. Declaração de responsável legal, caso a licitante seja vencedora da licitação, comprometendo a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e, para esse fim, fornecemos os seus dados, **conforme modelo do Anexo XVII**.
- 15.4.10. Os documentos que, em seu corpo, não constar a validade somente será considerado válido, para efeito desta licitação, quando expedidos até **90 (noventa) dias** antes da data de abertura dos envelopes da Habilitação ressalvada a hipótese do licitante comprovar que o documento tem prazo superior ao convencionado, mediante juntada de norma legal pertinente.
- 15.4.11. As licitantes que não apresentarem em forma legal e em perfeitas condições a documentação exigida neste item, serão consideradas inabilitadas e excluídas das fases subsequentes da Licitação, sem direito a qualquer reclamação ou indenização.
- 15.4.12. A ausência de alguma informação em documento exigido poderá ser suprida pela própria Comissão de Licitações, se os dados existirem em outro documento.
- 15.4.13. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital de Licitação perante a Administração a licitante que os tendo aceitado sem objeção, venha a apontar, depois da abertura dos envelopes de habilitação, falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- 15.4.14. A impugnação de que trata o item acima, se houver, deverá ser apresentada de conformidade com artigo 41, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subseqüentes.
- 15.4.15. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos exigidos neste Edital e seus anexos.

16. ORGANIZAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS - ENVELOPE 02

- 16.1. A proposta, apresentada no **ENVELOPE Nº 2**, será redigida no idioma pátrio, impressa, rubricada em todas as suas páginas e ao final firmada pelo representante legal da empresa licitante, sem emendas, entrelinhas ou ressalvas, devendo conter.
- 16.2. As **PROPOSTAS DE PREÇOS** devem ser postas em envelope opaco e lacrado, contendo as seguintes indicações no seu anverso:

ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA DE PREÇOS
Edital de CONVITE nº/2016
Prefeitura Municipal de Arapoti
Proponente:
CNPJ:

16.3. O **ENVELOPE** Nº 02 deverá conter todos os documentos a seguir relacionados, que ao final deverão estar assinado(s) pelo representante legal da empresa (indicação do responsável e assinatura), sob pena de desclassificação:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

- 16.3.1. **Proposta de Preços**, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, apresentada **conforme modelo do ANEXO XII**, constando, dentre outros, os seguintes elementos:
 - a) Nome da empresa e CNPJ;
 - b) Preço total da proposta, em algarismos e por extenso;
 - Prazo de execução da obra/serviços, que não deverá ser superior ao estipulado no item "5" das Condições Específicas;
 - d) Prazo de validade da proposta igual ou superior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data prevista para a abertura dos envelopes.
- 16.4. O licitante deverá apresentar junto à proposta de preços, **PLANILHA ORÇAMENTÁRIA** de **forma impressa**, obrigatoriamente de acordo com características técnicas, unidades, quantidades, valores unitários e totais, conforme modelo do Anexo II.
 - 16.4.1. A Planilha Orçamentária deverá estar assinada pelo representante legal da proponente.
- 16.5. O licitante deverá apresentar junto à proposta de preços, **CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO** de **forma impressa**, detalhada, em parcelas mensais, contendo valores simples e acumulada, totalizada horizontal e verticalmente, por etapas de serviços, conforme modelo do Anexo III.
 - 16.5.1. O Cronograma Físico Financeiro deverá estar assinada pelo representante legal da proponente.
 - 16.5.2. O cronograma físico financeiro servirá como base também para os pagamentos, acompanhamento da evolução dos serviços e eventual indicativo de atraso, passível de sanções.
- 16.6. Os preços unitários contratuais serão os constantes da Planilha, Quadro de Quantidades e Preços Unitários (propostos), com base na PLANILHA ORÇAMENTÁRIA. Os preços unitários apresentados pelos licitantes não poderão exceder os constantes na planilha orçamentária de referência, sob pena de desclassificação.
- 16.7. O valor máximo estimado para os serviços, objeto desta licitação, conforme especificado no **subitem 8.1** corresponde ao total da Planilha Orçamentária Global.
- 16.8. O Cronograma Físico Financeiro serve de mera referência ao licitante, sendo de sua exclusiva responsabilidade prever adequadamente as etapas do objeto.
- 16.9. Todos os dados informados pelo licitante em sua Planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.
- 16.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pela Comissão, desde que não haja majoração do preço proposto.
- 16.11. Os preços unitários propostos deverão incluir, além dos custos dos materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra necessários aos serviços, todas as despesas diretas e indiretas, custo de teste de controle tecnológico dos materiais empregados, leis sociais etc. Os mesmos são inalteráveis e incluem todos os custos, diretos e indiretos, encargos trabalhistas, previdenciários, civis, fiscais e comerciais e constituem a única remuneração pela execução dos trabalhos contratados.
- 16.12. Mediante solicitação por escrito do proponente, a Comissão de Licitação disponibilizará a Proposta de Preços (arquivo Word), Planilha Orçamentária (arquivo Excel) e o Cronograma Físico Financeiro (arquivo Excel), através do contato (43) 3512-3000/3001 ou e-mail: licitacao@arapoti.pr.gov.br.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

17. ABERTURA E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 17.1. No dia, na hora e no local fixado neste edital, a Comissão de Licitação apresentará os envelopes fechados e inviolados, de cada proponente; rubricará, juntamente com os representantes que assim o desejarem, o envelope nº 02, que contém a proposta de preços, e procederá à abertura do envelope nº 01, que contém a documentação que será submetida ao exame da Comissão de Licitação e das proponentes interessadas.
- 17.2. Após a apresentação do **envelopes nº 01 e nº 02**, o representante da proponente, se não for membro integrante da diretoria e querendo participar ativamente (com poderes legais para representar à proponente) da sessão, deverá apresentar à Comissão de Licitação à **CREDENCIAL**, juntamente com o seu documento de identificação pessoal.
- 17.3. Uma mesma **pessoa não poderá representar mais de uma proponente** sob pena de inabilitação das proponentes que o mesmo representa.
- 17.4. Aberto os envelopes referentes aos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, o seu conteúdo será examinado e rubricado pelos representantes das empresas e pelos membros da Comissão Permanente de Licitação.
- 17.5. Após examinados os documentos, um único representante legal de cada empresa, devidamente credenciado, poderá usar da palavra para solicitar esclarecimentos, registrar protestos ou observações, sendo tudo registrado em ata no momento da reunião.
- 17.6. Registradas as devidas observações, a Comissão examinará os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO das empresas dando ciência aos interessados dos resultados da análise.
- 17.7. Caso a Comissão julgue necessário, a reunião poderá ser suspensa para posterior analise e julgamento dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, desde que tomadas às seguintes providências:
 - 17.7.1.1 Todos os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO das licitantes, deverão ser rubricados pelos membros da Comissão e representantes credenciados, ficando em poder da Comissão até que seja concluída a fase de habilitação.
- 17.8. O resultado do julgamento dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO das licitantes será comunicado as mesmas pela CPL, através de publicação no Diário Oficial do Município de Arapoti.
- 17.9. Invocando os princípios da razoabilidade e da ampla competição e privilegiando o interesse público, a Comissão poderá admitir defeitos na documentação apresentada pelos licitantes desde que estes se configurem como vícios considerados meramente formais, assim entendidos aqueles que não venham a comprometer a disputa ou o atendimento às necessidades da administração, tais como: ausência de timbre, padrão, modelo, tamanho de fonte, etc.
- 17.10. Será inabilitada a empresa que:
 - a) Deixar de apresentar qualquer documento exigido ou apresentá-lo em desacordo com as exigências do presente Edital e seus Anexos;
 - b) Afrontar qualquer condição editalícia.
 - c) Descumprir as exigências contidas no item 15 deste Edital;
- 17.11. A Comissão poderá, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente na documentação.

A STATE OF THE STA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

- 17.12. Caso haja discordância de qualquer decisão da CPL, a sessão poderá ser suspensa pelo prazo de **05 (cinco) dias úteis**, com vistas a dirimir as dúvidas surgidas e/ou, se for o caso, para interposição de recursos.
- 17.13. Não havendo manifestação por parte dos proponentes a Comissão encerrará a sessão informando que o resultado do julgamento da habilitação será encaminhado aos interessados pelos meios usuais de comunicação (edital, "fac-símile", publicação na imprensa oficial).
- 17.14. Será lavrada ata circunstanciada da reunião de recepção e abertura das propostas (envelope nº 01 e nº 02), que registrará as reclamações, observações e demais ocorrências, e será assinada pela Comissão de Licitação e pelas proponentes presentes, que assim o desejarem.
- 17.15. A ausência de assinatura em documento emitido pela proponente poderá ser suprida se o representante estiver presente na sessão e possuir poderes para ratificar o ato, devendo tal fato ser registrado em ata.
- 17.16. Se todas as proponentes forem inabilitadas a Comissão de Licitação poderá fixar o prazo de **8** (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação, conforme disposta no parágrafo 3° do artigo 48 da Lei 8.666/93.
- 17.17. O não comparecimento de um ou mais licitantes não obstará o andamento normal da respectiva fase licitatória.
- 17.18. Nos casos que o licitante não puder mandar um representante legal para a abertura dos envelopes e não tiver o interesse em passar vistas ao processo, poderá mandar, junto aos envelopes das respectivas fases, o **Termo de Renúncia** conforme modelo constante do **ANEXO XVI**.
- 17.19. Caso a Comissão de Licitação conclua o exame dos documentos de habilitação na própria sessão, anunciará o respectivo resultado. Se todas as participantes renunciarem ao prazo para interposição de recurso, quanto à fase de habilitação preliminar, mediante manifestação expressa a constar na respectiva ata que deverá ser assinada por todas as proponentes, a Comissão de Licitação devolverá, mediante recibo ou protocolo, às proponentes inabilitadas os respectivos envelopes nº 2 e procederá à abertura dos envelopes nº 2 das proponentes habilitadas.
- 17.20. Uma vez encerrada a fase da habilitação, o licitante se compromete a não mais desistir da proposta até o encerramento do certame, sob as penalidades da lei. Somente por fundamentação motivo justo decorrente de fato superveniente é que se poderá liberá-lo de continuar no certame.

18. ABERTURA E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 18.1. Na data fixada para a reunião de abertura dos **envelopes nº 2**, a Comissão de Licitação devolverá à proponente não habilitada o respectivo envelope nº 2, fechado e inviolado. Caso a proponente não habilitada não se fizer representar neste ato o envelope nº 2 será devolvido, através dos meios convencionais ou descartá-los ao final do procedimento licitatório após a homologação da licitação.
- 18.2. Iniciados os trabalhos, não caberá desistência de propostas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação.
- 18.3. Desde logo, a CPL, preliminarmente, desclassificará as propostas que não forem apresentadas em papel impresso, ou cujo teor se apresente incompleto ou irregular com relação aos arquivos fornecidos pela Prefeitura Municipal de Arapoti.
- 18.4. Todas as propostas relativas a cada um dos licitantes serão analisadas e rubricadas pela CPL e a seguir oferecidas aos representantes presentes para exame e rubrica.

Anaport

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

- 18.5. Um único representante legal de cada empresa, devidamente credenciado, poderá usar da palavra para solicitar esclarecimentos, registrar protestos ou observações, sendo tudo registrado em ata no momento da reunião.
- 18.6. Concluída a análise das propostas, a Comissão se pronunciará a respeito da classificação ou desclassificação das licitantes. Havendo discordância da posição tomada pela Comissão, as propostas serão reexaminadas, para confirmação ou modificação do posicionamento.
- 18.7. Caso a Comissão julgue necessário, a reunião será suspensa para posterior analise e julgamento da PROPOSTA DE PREÇOS, desde que tomadas as seguintes providências:
 - 18.7.1. Todas as propostas, deverão ser rubricados pelos membros da Comissão e representantes credenciados, ficando em poder da Comissão até que seja concluída a fase de classificação.
- 18.8. O resultado do julgamento da PROPOSTA DE PREÇOS apresentada pelas licitantes, será comunicado as mesmas pela CPL, através de meios eletrônicos e publicação no Diário Oficial do Município de Arapoti ou pela ciência da ata da sessão, por meio de suas assinaturas.
- 18.9. As PROPOSTAS DE PREÇOS que atenderem, na sua essência, aos requisitos definidos neste edital serão verificadas, ajustadas e, se for o caso, corrigidas pela Comissão, na forma indicada a seguir:
 - a) Erro de multiplicação de preço unitário pela quantidade correspondente: será retificado, mantendo-se o preço unitário e a quantidade e corrigindo-se o produto;
 - Erro de adição: será retificado, conservando-se as parcelas corretas e corrigindo-se a soma;
 - c) Divergência entre o prazo constante da carta-proposta e o cronograma proposto: será considerado o cronograma proposto, retificando-se o prazo da carta-proposta;
 - d) Havendo descrições de serviços iguais com diferentes preços unitários, a comissão considerará como válido o menor valor dentre eles;
 - e) Havendo divergência entre os valores grafados por algarismos e por extenso, a Comissão considerará como válido o valor que coincidir com o valor total da(s) planilha(s);
 - f) Apresentando valor com mais de duas casas decimais terá o valor desconsiderado no que exceder esse limite.
- 18.10. Serão desclassificadas as propostas que:
 - a) Apresentem omissões, rasuras, erros substanciais ou que desatendam as condições exigidas;
 - b) Contiverem preços globais excessivos ou manifestamente inexequíveis;
 - b.1) Considerar-se-ão excessivos os preços globais que ultrapassem os valores orçados pela Prefeitura;
 - b.2) Considerar-se-ão manifestamente inexequíveis, os preços que se enquadrarem nos critérios estabelecidos no Art. 48, § 1º, da Lei nº 8.666/93, consolidada.
 - c) Apresentarem preços globais ou unitários nulos, e/ou simbólicos, irrisórios ou de valor zero ou, ainda, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado da região, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração conforme Art. 44 § 3° da Lei 8.666/93 consolidada.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

- d) Apresentarem divergência entre o valor total da(s) planilha(s) e o valor constante da proposta de preços, caso não aceite a utilização do menor valor informado para ambos, ou seja, tanto para o valor total da(s) planilha(s) quanto para o valor informado na proposta de preços.
- e) Aceitando a condição acima descrita, será constado em ata o valor e a concordância da empresa, a qual deverá, caso seja necessário adequar no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a(s) planilha(s) e a proposta de preços.
- f) Apresentarem preço unitário proposto superior aos estimados constantes da Planilha Orçamentária Global da Prefeitura, caso não aceite substituir o preço unitário proposto pelo preço unitário estimado na Planilha Orçamentária da Prefeitura.
- Não atenderem outras exigências do presente Edital, consideradas desclassificatórias.
- 18.11. A comissão poderá rejeitar todas as propostas apresentadas quando nenhuma delas satisfizer o propósito da licitação ou quando for evidente a inexistência de concorrência ou existência de confuio;
- 18.12. No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito por meio de sorteio em seção pública, com a presença dos membros da CPL, dos representantes das licitantes empatadas que assim o desejarem e demais interessados.
- 18.13. Havendo no certame participação de microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparadas, a mesma poderá usufruir do benefício da Lei Complementar 123/06.
- 18.14. Caso a licitante cuja proposta tenha sido a mais vantajosa não esteja enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparadas, será dada preferência na contratação às empresas assim enquadradas, sendo observado o seguinte procedimento:
 - 18.14.1. Serão consideradas empatadas as propostas apresentadas pelas **microempresas**, **empresas de pequeno porte** ou **equiparadas** cujos valores sejam iguais ou superiores em até 10% (dez por cento) à proposta mais vantajosa.
 - 18.14.2. Ocorrendo à situação descrita no item anterior, a microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparadas mais bem classificada terá o direito de apresentar nova proposta com o valor inferior àquela previamente considerada mais vantajosa, e será considerada detentora da melhor proposta, caso assim o faça.
 - 18.14.3. Em caso de empate ficto, a Comissão convocará o licitante que faz jus ao exercício do direito de preferência para apresentar nova proposta em um prazo de 2 (dois) dias úteis.
 - 18.14.4. Se na situação acima a licitante não fizer uso de sua prerrogativa, serão convocadas as microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas remanescentes, cujas propostas estejam de acordo com os parâmetros estejam fixados neste edital, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito.
- 18.15. Se todas as propostas de preços forem desclassificadas, a Comissão de Licitação poderá fixar o prazo de **8 (oito) dias úteis**, conforme disposta no parágrafo 3° do artigo 48 da Lei 8.666/93.
- 18.16. Atendida às condições fixadas neste Edital, será considerado vencedor da licitação, o licitante que apresentar o **MENOR PREÇO**, assim entendido, aquele que representar o menor valor total, respeitados os valores unitários máximos constantes da Planilha Orçamentária da Prefeitura.
- 18.17. A intimação do resultado final do julgamento das propostas será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

19.	IMPUGNAÇÕES, INTERPOSIÇÕES	RECURSOS	ADMINISTRATIVOS	E	OUTRAS

19.1. DAS IMPUGNAÇÕES

- a) Qualquer cidadão poderá impugnar este edital por irregularidade na aplicação da legislação vigente, em especial a Lei Federal nº 8.666/93, devendo endereçar o pedido à Comissão Permanente de Licitação e protocolizá-lo até **05 (cinco) dias úteis**, inclusive, antes da data indicada no **subitem 5.1** deste edital.
- b) Qualquer empresa licitante poderá impugnar o edital por irregularidade na aplicação da legislação vigente, em especial da Lei Federal nº 8.666/93, devendo endereçar o pedido à Comissão Permanente de Licitação e protocolizá-lo até **02 (dois) dias úteis**, inclusive, antes da data indicada no **subitem 5.1** deste edital.
- c) Tomar-se-á por base, para efeito de contagem de prazo, a exclusão da data fixada no **subitem 5.1** e a inclusão da data do vencimento para o recebimento das impugnações.
- 19.1.1. As impugnações aqui referidas deverão ser protocolizadas diretamente na Divisão de Licitação e Compras, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, 180, Bloco D, Salas 60, 61, 62, 63 ou 64, Centro Cívico, Arapoti, Paraná, de 2ª, 3ª, 4ª e 5ª feira das 08h00mim às 11h30min e das 13h00min às 17h30min e 6ª feira das 08h00mim às 11h30min e das 13h00min às 16h00min.
- 19.1.2. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente, devendo, por conseguinte, entregar os Documentos de Habilitação e a Proposta de Preços à Comissão de Licitação, junto com as outras licitantes, na data, hora e local fixados no subitem 5.1 deste edital.
- 19.1.3. Não serão conhecidas às impugnações encaminhadas por fac-símile, e-mail ou qualquer outro meio que não o previsto no **subitem 19.1 "b"**.

19.2. DOS RECURSOS

- a) Cabe recurso ou representação ou pedido de reconsideração contra os atos da Comissão Permanente de Licitação praticados nesta licitação, que serão processados nos termos e condições dispostos no art. 109 da Lei Federal nº 8.666/1993.
- b) Das decisões proferidas pela Comissão Permanente de Licitação quanto a ato de "habilitação ou inabilitação" de empresa licitante e "julgamento de propostas", caberão recursos a Comissão Permanente de Licitação, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da lavratura da ata ou intimação do ato.
- c) O Recurso Administrativo interposto tanto na fase de habilitação como na fase de classificação e julgamento das propostas, terá efeito suspensivo.
- d) Nenhum prazo de Recurso Administrativo se iniciará ou correrá, sem que os autos do processo estejam com vistas franqueadas aos interessados.
- 19.2.1. Os recursos aqui referidos deverão ser protocolizados diretamente na Divisão de Licitação e Compras, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, 180, Bloco D, Salas 60, 61, 62, 63 ou 64, Centro Cívico, Arapoti, Paraná, de 2ª, 3ª, 4ª e 5ª feira das 08h00mim às 11h30min e das 13h00min às 17h30min e 6ª feira das 08h00mim às 11h30min e das 13h00min às 16h00min.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

19.2.2. Não será conhecida a Impugnação ou o Recurso Administrativo interpostos em desacordo com as condições deste edital.

20. CONTRATAÇÃO

- 20.1. A proponente vencedora deverá assinar o Termo de Contrato, conforme Minuta de Contrato, ANEXO IV, impreterivelmente até **5 (cinco) dias úteis** após notificada por escrito pela Divisão de Licitação e Compras ao endereço eletrônico (declinado pelo licitante na sua proposta de preços), ofício, ou qualquer outro meio a critério da Contratante.
 - 20.1.1. Esse prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela empresa licitante vencedora durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.
 - 20.1.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o Município de Arapoti para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de **03 (três) dias**, a contar da data de seu recebimento.
- 20.2. No caso de a empresa vencedora não assinar o termo de contrato no prazo e condições acima estabelecidos, o Órgão Licitador poderá convocar as empresas licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/1993.
- 20.3. O contrato decorrente desta Licitação poderá ser alterado conforme artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 20.4. Por ocasião da celebração do contrato, o licitante vencedor deverá demonstrar a regularidade fiscal (apresentando novamente os documentos exigidos no **subitem 15.4.3** como condição para celebração do ajuste, devendo manter as mesmas condições de habilitação quando da execução do contrato.
- 20.5. A minuta do termo de contrato decorrente desta licitação se encontra transcrita no ANEXO IV Minuta de Contrato.
- 20.6. Sanções administrativas:
 - 20.6.1. Deverão ser aplicadas na forma do disposto no item 26.4 deste edital.
- 20.7. Considerando os propósitos dos **itens 29.1 e 29.1.1** deste Edital, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

21. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

21.1. A Contratada assumirá total responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços, pelo fornecimento de equipamentos, materiais, mão-de-obra, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como por quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados a Contratante ou a terceiros.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

- 21.2. Deverão ser observadas todas as normas técnicas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT, Corpo de Bombeiros de Estado do Paraná e INMETRO na execução dos serviços. Se necessário, devem ser considerados requisitos estabelecidos por entidades estrangeiras congêneres (ASTM, DIN, etc.) para determinados materiais e serviços, quando inexistirem especificações brasileiras correspondentes.
- 21.3. A contratada deverá executar os serviços obedecendo a todas as condições descritas na Minuta de Contrato ANEXO IV e deverão atender fielmente os projetos, cronograma e especificações constantes dos Anexos deste Edital, bem como, normas e legislações em vigor.

22. PAGAMENTOS

22.1. Os pagamentos serão os estabelecidos na Cláusula Quarta da minuta de contrato anexa a este edital (ANEXO IV).

23. CRITÉRIOS DE REAJUSTE

23.1. O valor do contrato será fixo e irreajustável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do índice INCC DI/FGV ou outro que vier a substituí-lo, e afetará exclusivamente as etapas/parcelas do empreendimento cujo atraso não decorra de culpa da contratada.

24. FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL

- 24.1. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada diretamente pela Fiscalização, composta por preposto(s), devidamente credenciados pela Contratante informada no Termo de Contrato.
- 24.2. Os critérios e condições do exercício da fiscalização e do recebimento do objeto contratual são os estabelecidos na Cláusula Sexta da **Minuta de Contrato ANEXO IV** deste Edital.

25. SANÇÕES

- 25.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 a Contratada que inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; ensejar o retardamento da execução do objeto; fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal; ou não mantiver a proposta;
- 25.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - 25.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
 - 25.2.2- Multa pelo atraso injustificado no início da execução dos serviços, no andamento previsto no cronograma ou na conclusão do mesmo, a contratada ficará sujeita à penalidade de multa, a ser calculada pela seguinte equação:

M=V. F.N Onde:

M=valor da multa

V=valor correspondente à fase, etapa ou parcela da obra em atraso.

N=período de atraso em dias corridos

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

F=fator percentual progressivo segundo tabela abaixo:

PERÍODO DE ATRASO EM DIAS CORRIDOS	(%)
1º- Até 10 dias	0,3
2º- De 11 a 20 dias	0,6
3º- De 21 a 30 dias	0,9
4º - De 31 a 40 dias	1,2
5°- Acima de 41 dias	1,5

- Multa de 0,1% (zero virgula um por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de reincidência dos motivos determinantes da aplicação da penalidade de advertência;
- 25.2.4- Multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, em cada irregularidade cometida pela empresa e que não gere a inexecução parcial do objeto;
- 25.2.5- Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, quando o atraso injustificado no andamento previsto no cronograma e na conclusão do mesmo, ocasionar a rescisão contratual; e nas demais hipóteses de inexecução parcial do contrato.
- 25.2.6- Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, nos caso de inexecução total do contrato.
- 25.2.7- As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.
- 25.2.8- A multa será cobrada administrativamente pelo Órgão ou, ainda, judicialmente.
 - 25.2.8.1-Quando prestada garantia à execução do contrato, o valor da multa será descontado da garantia, que deverá ser reforçada pela contratada.
 - 25.2.8.2-Se o valor da multa for superior à garantia, a diferença será cobrada administrativamente ou, ainda, judicialmente.
- Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 25.2.10- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior;
- 25.3. A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.
- 25.4. A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades condições:
 - 25.4.1. Fixa-se a multa de mora em 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), a incidir sobre o valor total atualizado do contrato, ou sobre o saldo atualizado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado.
 - 25.4.2. Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do objeto.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

- 25.4.3. A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no item 26 deste edital e na Lei Federal nº 8.666/93.
- 25.5. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.
- 25.6. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:
 - 25.6.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 25.6.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 25.6.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 25.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 25.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 25.9. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
 - 25.9.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 25.10. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

26. RESCISÃO

26.1. Nas ocasiões e na forma como disposto na Cláusula Décima Quarta da **Minuta de Contrato - ANEXO IV** deste Edital, poderá o Contrato ser rescindido.

27. HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

- 27.1. O julgamento da licitação será submetido à homologação do Prefeito Municipal, que adjudicará o objeto da licitação à empresa vencedora.
- 27.2. O Prefeito Municipal, em despacho fundamentado, poderá revogar a licitação por razões de interesse público e deverá anulá-la de ofício ou por provocação de terceiros, verificada a ocorrência de qualquer ilegalidade.

28. FRAUDE E CORRUPÇÃO

28.1. Os licitantes, fornecedores, empreiteiros e seus agentes (sejam eles declarados ou não), subcontratados, subconsultores, prestadores de serviço e fornecedores, além de todo funcionário a eles vinculado, que mantenham os mais elevados padrões de ética durante a aquisição e execução de contratos:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

- 28.1.1. Define, para os fins desta disposição, os termos indicados a seguir:
 - a) Prática corrupta: significa oferecer, entregar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido a ação de terceiros;
 - **b)** Prática fraudulenta: significa qualquer ato, falsificação ou omissão de fatos que, de forma intencional ou irresponsável induza ou tente induzir uma parte a erro, com o objetivo de obter beneficio financeiro ou de qualquer outra ordem, ou com a intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;
 - c) Prática colusiva: significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um objetivo indevido, inclusive influenciar indevidamente as ações de outra parte;
 - **d) Prática coercitiva**: significa prejudicar ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar indevidamente as ações de uma parte.
 - e) Prática obstrutiva: significa:
 - **e.1)** deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma investigação do Banco de alegações de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada, para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento, ou
 - **e.2)** atos que tenham como objetivo impedir materialmente o exercício dos direitos do Banco de promover inspeção ou auditoria, estabelecidos no parágrafo (28.1.5) abaixo:
- 28.1.2. Rejeitará uma proposta de outorga se determinar que o licitante recomendado para a outorga do contrato, ou qualquer do seu pessoal, ou seus agentes, subconsultores, subempreiteiros, prestadores de serviço, fornecedores e/ou funcionários, envolveu-se, direta ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao concorrer para o contrato em questão;
- 28.1.3. Declarará viciado o processo de aquisição e cancelará a parcela do empréstimo alocada a um contrato se, a qualquer momento, determinar que representantes do Mutuário ou de um beneficiário de qualquer parte dos recursos empréstimo envolveram-se em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de aquisição ou de implementação do contrato em questão, sem que o Mutuário tenha adotado medidas oportunas e adequadas, satisfatórias ao Banco, para combater essas práticas quando de sua ocorrência, inclusive por falhar em informar tempestivamente o Banco no momento em que tomou conhecimento dessas práticas;
- 28.1.4. Sancionará uma empresa ou uma pessoa física, a qualquer tempo, de acordo com os procedimentos de sanção cabíveis do Banco6, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado: (i) para a outorga de contratos financiados pelo Banco; e (ii) para ser designado' subempreiteiro, consultor, fornecedor ou prestador de serviço de uma empresa elegível que esteja recebendo a outorga de um contrato financiado pelo Banco;
- 28.1.5. Os licitantes, fornecedores e empreiteiros, assim como seus subempreiteiros, agentes, pessoal, consultores, prestadores de serviço e fornecedores, deverão permitir que o Banco inspecione todas as contas e registros, além de outros documentos referentes à apresentação das

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

propostas e à execução do contrato, e os submeta a auditoria por profissionais designados pelo Banco.

29. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 29.1. A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 29.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 29.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 29.4. A participação na licitação implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus Anexos, bem como da obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.
- 29.5. Qualquer modificação no instrumento convocatório exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 29.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o **primeiro dia útil** subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação da Comissão em sentido contrário.
- 29.7. É facultada à Comissão ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 29.8. As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 29.9. Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra deste Edital e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos, nos termos do artigo 32, § 5°, da Lei n° 8.666, de 1993.
- 29.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 29.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 29.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.
- 29.13. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão com base nas disposições da Lei nº 8.666, de 1993, e demais diplomas legais eventualmente aplicáveis.
- 29.14. Somente a Comissão Permanente de Licitação está autorizada a prestar, formalmente, informações ou esclarecimento a respeito desta licitação.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

29.15. Será aplicada à prerrogativa disposta no parágrafo 3° do artigo 48 da Lei 8.666/93, o qual dispõe que: "Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo".

29.16. São partes integrantes deste edital os seguintes elementos instrutores, bem como quaisquer adendos posteriores emitidos:

u	os hostelloles	ernidos.
	Anexo I	Memorial Descritivo;
	Anexo II	Planilha orçamentária estimado;
	Anexo III	Cronograma físico financeiro;
	Anexo IV	Minuta do contrato;
	Anexo V	Modelo de carta de credenciamento;
	Anexo VI	Modelo de declaração de recebimento de documentos;
	Anexo VII	Modelo de declaração de sujeição ao edital e inexistência de fatos supervenientes
		impeditivos da habilitação;
	Anexo VIII	Modelo de declaração de inexistência de trabalho de menor;
	Anexo IX	Modelo de declaração para microempresa ou empresa de pequeno porte;
	Anexo X	Modelo de declaração de não parentesco;
	Anexo XI	Modelo de declaração de não servidor público no quadro de empregados da
		empresa;
	Anexo XII	Modelo de proposta de preços;
	Anexo XIII	Modelo de declaração de responsabilidade técnica;
	Anexo XIV	Modelo de capacidade financeira;
	Anexo XV	Atestado de visita;
	Anexo XVI	Modelo de declaração de renúncia;
	Anexo XVII	Modelo de declaração de responsávei legal;
	Anexo XVIII	Projetos.

Arapoti (PR), __ de ____ de 20__.

PAULO ROBERTO DA SILVA

Presidente da CPL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

ANEXO I

MEMORIAL DESCRITIVO

> O arquivo (MEMORIAL DESCRITIVO) estará disponível no site da Prefeitura Municipal no endereço eletrônico www.arapoti.pr.gov.br junto ao edital, ou poderá retirá-lo junto a Comissão de Licitação da Divisão de Licitação e Compras, na Rua Ondina Bueno de Siqueira, 180, Centro Cívico, Arapoti, Paraná, de segunda a quinta-feira das 08h00min às 11h30min e das 13h00min as 17h00min e sexta-feira das 08h00min às 11h30min e das 13h00min as 14h00min.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

ANEXO II

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Demolição de piso de concreto	m²	31,05	39,17	1.216,13
2	Construção de rampas de acessibilidade em concreto com 7 cm de espessura com tela armada de CA-60 a cada 20 cm	m³	31,05	190,00	5.899,50
3	Construção de vigas mestras de concreto com travamento em broca de fundação de 0,6 cm de profundidade	m linear	12,00	89,00	1.068,00
4	Instalação de corrimão metálico de acessibilidade (NBR 9050/2004)	m linear	17,00	149,85	2.547,51
5	Aterro e compactação do solo	m³	1,55	85,00	131,75
6	Limpeza do canteiro e das rampas	Serv.	1,00	158,33	158,33
			VA	LOR TOTAL	11.021,22



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

ANEXO III

CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	PRAZO EXECU	AZO EXECUÇÃO EM DIAS	
		30	TOTAL	INFL %
1	Demolição de piso de concreto	100%	1.216,13	11,03%
2	Construção de rampas de acessibilidade em concreto com 7 cm de espessura com tela armada de CA-60 a cada 20 cm	100%	5.899,50	53,53%
3	Construção de vigas mestras de concreto com travamento em broca de fundação de 0,6 cm de profundidade	100%	1.068,00	9,69%
4	Instalação de corrimão metálico de acessibilidade (NBR 9050/2004)	100%	2.547,51	23,11%
5	Aterro e compactação do solo	100%	131,75	1,20%
6	Limpeza do canteiro e das rampas	100%	158,33	1,44%
		TOTAL	11.021,22	100,00%

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

ANEXO XIV

MINUTA CONTRATO
Processo nº 127/2016 Convite nº/20 Contrato n º/20
TERMO DE CONTRATO DE OBRA, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARAPOT E A EMPRESA
O MUNICÍPIO DE ARAPOTI, com sede na Rua Placídio Leite, nº 148, Bairro Centro Cívico, em Arapoti. Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o n º 75.658.377/0001-31, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor BRAZ RIZZI, residente e domiciliado na Rua João Rogenski, nº 290, Bairro Vila Rudy, em Arapoti, Estado do Paraná, brasileiro, viúvo, portador do RG. nº 882.131-3 expedida pela SSP/PR, e inscrito no CPF nº 177.929.759-91, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa inscrita no CNPJ/MF sob o nº, sediada na, nº, Bairro, Cidade, Estado, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo (a) Sr. (a), portador (a) da Carteira de Identidade RG. nº, expedida pela SSP/, e inscrito(a) no CPF nº, residente e domiciliado na, nº, Bairro, Cidade, Estado, cidade, Estado, tendo em vista o que consta no Processo nº 127/2016 e em observância às disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Convite nº/20, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1- O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no Centro de Convivência do Idoso, mediante o regime empreitada por preco global, que será prestada por preco global, que será prestada por preco global, que será prestada por preco global.

- por preço global, que será prestado nas condições estabelecidas no Memorial Descritivo e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Instrumento Convocatório do certame que deu origem a este instrumento contratual.
- 1.2- Este Termo de Contrato vincula-se ao Instrumento Convocatório do Convite nº ___/20__, e seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 2.1- De acordo com o disposto nas cláusulas deste contrato, a fim de atender ao bom desempenho dos compromissos ora assumidos, a CONTRATADA obriga-se à:
 - Se responsabilizar pela preservação do sigilo e pelo uso restrito à execução dos serviços, 2.1.1de informações sensíveis (informações proprietárias) relacionadas a aspectos técnicos, operacionais, comerciais, jurídicos e financeiros da CONTRATANTE, a que tenha acesso em decorrência da relação contratual.

Anapasi N

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

- 2.1.2- Iniciar os serviços de fiscalização no prazo máximo de **05 (cinco) dias** após o recebimento da Ordem de Serviço emitida pela Secretaria Municipal de Infraestrutura;
- 2.1.3- Disponibilizar um aparelho de telefone celular de contato ao responsável técnico que funcione adequadamente no local da obra, de modo a permitir que a Coordenação de Engenharia o contate sempre que necessário.
- 2.1.4- Manter durante toda a execução do contrato, preposto domiciliado em Arapoti, com poderes expressos para responder civil, penal e administrativamente pela contratada. A indicação do preposto deverá ser feita quando da assinatura do contrato;
- 2.1.5- Comunicar ao gestor do contrato da **CONTRATANTE**, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, que venha a afetar o andamento dos trabalhos e prestar os esclarecimentos julgados necessários.
- 2.1.6- Registrar as ocorrências havidas durante a execução do presente contrato, dando ciência a Contratante, respondendo integralmente por sua omissão.
- 2.1.7- Atender no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, quaisquer notificações da Contratante, relativas a irregularidades praticadas por seus empregados, bem como ao descumprimento de qualquer obrigação contratual.
- 2.1.8- Apresentar mensalmente a lista de funcionários envolvidos na prestação do serviço, com sua identificação (nome completo, CPF, CTPS, etc.) e as comprovações de quitação de todos os débitos trabalhistas contratuais e rescisório referentes a estes;
- 2.1.9- Responder pelos postulados vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, bem como assegurar os direitos e cumprimentos de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação específica do setor em que atua, obrigando-se a prestar o serviço em conformidade com os padrões de qualidade e normas expedidas para o setor.
- 2.1.10- Responder pelos danos causados diretamente a Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quanto da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante.
- 2.1.11- Responder por todos os ônus, encargos sociais e trabalhistas, tributos, taxas, seguros, contribuições e indenizações decorrentes da prestação dos serviços.
- 2.1.12 Emitir as Anotações de Responsabilidade Técnica perante o Conselho Profissional ao qual se subordina o profissional responsável técnico, imediatamente após a emissão da Ordem de Serviço e do ato/fato posterior que demande o registro.
- 2.1.13- Responsabilizar-se pelo pagamento de multas e emolumentos cuja incidência se relacione com o serviço objeto contratado.
- 2.1.14- Arcar com todas as responsabilidades decorrentes do objeto licitado, nos termos do Código Civil e do Código de Defesa e Proteção do Consumidor.
- 2.2- A constatação de qualquer procedimento irregular pela **CONTRATADA** implicará na retenção dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, até que seja feita a regularização.
- 2.3- Comunicar ao **CONTRATANTE**, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.
- 2.4- Manter, durante toda execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigida nesta licitação.
- 2.5- Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**.
- 2.6- Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências do CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 3.1- Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por um representante especialmente designado pela autoridade competente da **CONTRATANTE**, nos termos do art. 67 da Lei 8.666/93 e suas alterações.
- 3.2- Permitir acesso dos empregados da contratada às suas dependências, para execução dos serviços referentes ao objeto, quando necessários.
- 3.3- Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da contratada.
- 3.4- Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela empresa contratada, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela **CONTRATANTE**, não devem ser interrompidos.
- 3.5- Emitir, por intermédio da Administração do **CONTRATANTE**, pareceres sobre os atos relativos à execução do contrato, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços, à exigência de condições estabelecidas neste Memorial Descritivo e à proposta de aplicação de sanções.
- 3.6- Tornar disponíveis as instalações e os equipamentos necessários à prestação dos serviços, quando for o caso.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, DAS MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS E DA FORMA DE PAGAMENTO

- 4.1- O preço global para a execução do objeto deste Contrato é de R\$ _____ (___valor por extenso___), daqui por diante denominado "VALOR CONTRATUAL".
- 4.2- No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 4.3- O pagamento dos serviços será efetuado pela CONTRATANTE em moeda brasileira corrente, no prazo de até **15 (quinze) dias úteis** dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento das atividades executadas e dos materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 4.4- A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de **05 (cinco) dias**, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.
- 4.5- A Nota Fiscal/Fatura será emitida pela Contratada de acordo com os seguintes procedimentos:
 - 4.5.1- Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia das atividades executadas no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.
 - 4.5.2- Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando as atividades previstas para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executadas em sua totalidade.
 - 4.5.3- Juntamente com a primeira medição, a Contratada deverá apresentar:
 - comprovação de matrícula da obra junto à Previdência Social;
 - ART pela CONTRATADA.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

- 4.5.4- A Contratada apresentará, a cada medição, cópia da guia de recolhimento da Previdência Social GPS do(s) mês(s) de execução por obra(s), devidamente quitada(s), de conformidade com o relatório do SEFIP/GFIP com as folhas detalhadas e resumidas por obra, bem como comprovante(s) de transmissão do(s) arquivo(s) para a Caixa Econômica Federal, e cópia(s) da(s) guia(s) de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS do(s) último(s) recolhimento(s) devido(s), devidamente quitada(s), de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, exclusivo para a(s) obra(s).
- 4.5.4- A Contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.
- 4.5.5- A liberação da última parcela fica condicionada à apresentação:
 - da certidão negativa de débitos, expedida pelo INSS, referente ao objeto contratado concluído;
 - do Termo de Recebimento Provisório.
- 4.6- A Contratante terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data da apresentação da medição, para aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, a medição prévia relatada pela Contratada, bem como para avaliar a conformidade das atividades executadas, inclusive quanto à obrigação de utilização de produtos e subprodutos florestais de comprovada procedência legal.
- 4.7- A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva das atividades executadas.
- 4.8- Após a aprovação, a Contratada emitirá Nota Fiscal/Fatura no valor da medição definitiva aprovada, acompanhada da planilha de medição de serviços e de memória de cálculo detalhada.
- 4.9- O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, acompanhada dos demais documentos exigidos neste instrumento contratual.
- 4.10- O "atesto" da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com as atividades efetivamente executadas, bem como às seguintes comprovações, que deverão obrigatoriamente acompanhá-la:
 - 4.10.1- Do pagamento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social) e da regularidade trabalhista, correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, quanto aos empregados diretamente vinculados à execução contratual;
 - 4.10.2- Da regularidade fiscal, constatada através de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no artigo 29 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 4.11- O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação às atividades efetivamente prestadas e aos materiais empregados.
- 4.12- Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 4.13- Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 4.14- Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

- 4.15- Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 4.16- Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 4.17- Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 4.18- Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.
- 4.19- Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente.
- 4.20- Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei n. 8.212, de 1993.
 - 4.20.1- A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na Lei Complementar n. 123, de 2006.
 - 4.20.2- Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.
- 4.21- Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)

i = (6/100) / 365

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO

- 5.1- O valor do contrato será fixo e irreajustável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do índice INCC DI/FGV ou outro que vier a substituí-lo, e afetará exclusivamente as etapas/parcelas do empreendimento cujo atraso não decorra de culpa da contratada.
- 5.2- Em caso de aditivo contratual em que a vigência do contrato ultrapasse um ano da database da proposta, será efetuado reajuste do contrato com base na aplicação do índice INCC DI/FGV, sobre o saldo remanescente dos serviços, devendo ser aplicado à fórmula a seguir:

SR = S(112/10)



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

R = SR - S

112 = índice INCC-DI/FGV do 12º mês após proposta.

I0 = Indice INCC-DI/FGV do mês da proposta.

S = saldo de contrato após medição referente ao 12º mês da proposta.

SR = saldo reajustado

R = valor do reajuste

5.3- Os eventuais reajustamentos para garantir o equilíbrio econômico-financeiro deste contrato estarão, ainda, sujeito a leis, medidas provisórias e decretos que venham regular novos procedimentos em função de medidas econômicas de interesse do País e do Estado do Paraná.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

- 6.1- Constituirá motivo de rescisão do Contrato:
 - a) o não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações projetos e prazos definidos para execução dos serviços;
 - b) o desenvolvimento lento na execução do objeto contratual, levando a Fiscalização a comprovar a impossibilidade da sua conclusão no prazo contratual;
 - c) o atraso injustificado no início dos serviços;
 - d) a paralisação da execução do objeto sem justa causa e prévia comunicação à Fiscalização do CONTRATANTE;
 - e) a subcontratação total ou parcial dos serviços contratados sem a anuência prévia do CONTRATANTE; a associação do Contratado com outrem para a execução do objeto contratual; a cessão ou transferência total ou parcial bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas nesta Licitação;
 - f) o desatendimento das determinações da Fiscalização;
 - g) o cometimento reiterado de faltas na sua execução anotadas no Diário de Obras;
 - h) a decretação de falência, a instauração de insolvência civil; ou a dissolução da CONTRATADA;
 - i) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da Contratada, que, a juízo do CONTRATANTE, prejudique a execução do objeto contratual;
 - j) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Prefeito Municipal;
 - k) a supressão, pelo CONTRATANTE, de parte dos serviços contratados, acarretando modificações do valor inicial do contrato além dos limites legais;
 - I) a suspensão de execução do objeto contratual, ordenada por escrito pelo CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras imprevistas, assegurado à Contratada, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
 - m) o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à Contratada direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
 - n) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do objeto;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

- o) o não cumprimento pela CONTRATADA, das obrigações relativas à saúde e à segurança no trabalho dos seus empregados, previstas na Legislação Federal, Estadual e Municipal ou de dispositivos relativos à matéria constantes de acordo, convenção ou dissídio coletivo;
- p) a falta de cumprimento pela CONTRATADA da legislação trabalhista relativa a seus empregados;
- q) a inobservância pela CONTRATADA da legislação relativa à proteção do meio-ambiente;
- r) a falta de comprovação pela CONTRATADA das quitações dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do Contrato.
- 6.2- A rescisão contratual poderá ser:
 - a) determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos em que a legislação assim o permitir;
 - b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da Licitação, desde que haja conveniência;
 - c) judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇOES ADMINISTRATIVAS

- 7.1- Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 a Contratada que inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; ensejar o retardamento da execução do objeto; fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal; ou não mantiver a proposta;
- 7.2- A Contratada que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - 7.2.1- Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
 - 7.2.2- Multa pelo atraso injustificado no início da execução dos serviços, no andamento previsto no cronograma ou na conclusão do mesmo, a contratada ficará sujeita à penalidade de multa, a ser calculada pela seguinte equação:

M=V. F.N Onde:

M=valor da multa

V=valor correspondente à fase, etapa ou parcela da obra em atraso.

N=período de atraso em dias corridos

F=fator percentual progressivo segundo tabela abaixo:

PERÍODO DE ATRASO EM DIAS CORRIDOS	(%)
1º- Até 10 dias	0.3
2 °- De 11 a 20 dias	0,6
3 °- De 21 a 30 dias	0,9
4 °- De 31 a 40 dias	1.2
5°- Acima de 41 dias	1,5

- 7.2.3- Multa de 0,1% (zero virgula um por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de reincidência dos motivos determinantes da aplicação da penalidade de advertência;
- 7.2.4- Multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, em cada irregularidade cometida pela empresa e que não gere a inexecução parcial do objeto;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

- 7.2.5- Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, quando o atraso injustificado no andamento previsto no cronograma e na conclusão do mesmo, ocasionar a rescisão contratual; e nas demais hipóteses de inexecução parcial do contrato.
- 7.2.6- Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, nos caso de inexecução total do contrato.
- 7.2.7- As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.
- 7.2.8- A multa será cobrada administrativamente pelo Órgão ou, ainda, judicialmente.
 - 7.2.8.1- Quando prestada garantia à execução do contrato, o valor da multa será descontado da garantia, que deverá ser reforçada pela contratada.
 - 7.2.8.2- Se o valor da multa for superior à garantia, a diferença será cobrada administrativamente ou, ainda, judicialmente.
- 7.2.9- Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 7.2.10- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior;
- 7.3- A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.
- 7.4-. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.
- 7.5-. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:
 - 7.5.1- Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 7.5.2- Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 7.5.3- Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 7.6- A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 7.7-. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 7.8-. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
 - 7.8.1- Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 7.9- As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA OITAVA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

8.1- Fica estabelecida à forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, nos termos do Artigo 10, Inciso II, "a" da Lei 8.666/93.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 9.1- A Contratada assumirá total responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços, pelo fornecimento de equipamentos, materiais, mão-de-obra, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como por quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados a Contratante ou a terceiros.
- 9.2- Deverão ser observadas todas as normas técnicas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT, Corpo de Bombeiros de Estado do Paraná e INMETRO na execução dos serviços. Se necessário, devem ser considerados requisitos estabelecidos por entidades estrangeiras congêneres (ASTM, DIN, etc.) para determinados materiais e serviços, quando inexistirem especificações brasileiras correspondentes.
- 9.3- A contratada deverá executar os serviços obedecendo a todas as condições descritas neste contrato e deverão atender fielmente os projetos, cronograma e especificações constantes dos Anexos deste Edital, bem como, normas e legislações em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS PRAZOS

- 10.1- O prazo de vigência deste instrumento contratual será de **90 (noventa) dias corridos**, com início na data de __/_/20__ e encerramento em __/_/20__, a contar da assinatura deste contrato.
- 10.2- O prazo máximo para o início dos trabalhos fica fixado em, no máximo, **5 (cinco) dias**, contados da assinatura deste contrato.
- 10.3- O prazo execução para a conclusão total dos serviços fica fixado em **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do **5º (décimo) dia** da assinatura deste contrato.
 - 10.3.1- A prorrogação do prazo ficará a exclusivo critério do CONTRATANTE, desde que ocorram alguns dos motivos elencados no § 1º, do art. 57, da Lei nº 8.666/93.
 - 10.3.2- A CONTRATADA se obriga a acatar as solicitações da **Secretaria Municipal de Assistência Social** do CONTRATANTE, para iniciar ou paralisar os serviços objeto deste contrato, em qualquer fase.
- 10.4- A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU n° 39, de 13/12/2011.
- 10.5- A prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato será precedida da correspondente adequação do cronograma físico financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1- Os recursos necessários ao pagamento das despesas inerentes a este Contrato correrão através:

Órgão: 11 Secretaria Municipal de Assistência Social.

Unidade Executora: 11.001 Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

Funcional Programática: 08.244.0002.2059 Manutenção do Programa Bolsa Família.

Elemento de despesa: 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Fonte: 00795 Programa Bolsa Família.

11.2- Os acréscimos que se fizerem necessários serão circunstancialmente justificados, dependendo de termo aditivo devidamente aprovado pelo CONTRATANTE, observado o disposto no art. 65 e seus parágrafos, da Lei nº 8.666/93.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS RESPONSABILIDADES

12.1- A CONTRATADA assume, integralmente, qualquer responsabilidade de natureza civil, criminal, trabalhista, etc., decorrente da execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ACOMPANHAMENTO, DA FISCALIZAÇÃO E DO GESTOR DO CONTRATO

- 13.1- A Contratante exercerá o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, pelo servidor **GUILHERME NAOTO ENDO**, matrícula nº 4147, RG. nº 9.462.727-3, CPF nº 088.906.989-18, Engenheiro Civil CREA / PR: 150.951/D, especialmente designado pela autoridade competente da CONTRATANTE, nos termos do artigo 67 e 73, da Lei 8.666/93 e suas alterações.
- 13.2- A fiscalização da execução abrange:
 - 13.2.1- O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, podendo rejeitar totalmente ou em parte, qualquer objeto que não esteja de acordo com as exigências, bem como determinar prazo para substituição do material eventualmente fora de especificação;
 - 13.2.3- O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;
 - 13.2.4- A verificação da adequação da prestação contratada deverá ser realizada com base nos critérios previstos nos projetos e demais documentos técnicos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este contrato;
 - 13.2.5- A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993;
 - 13.2.6- A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido nos projetos e demais documentos técnicos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;
 - 13-2.7- O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
 - 13.2.8- O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Contrato e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993;
 - 13.2.9- Exigir da Contratada o cumprimento integral do estabelecido na Cláusula Segunda: Obrigações da Contratada, destas Condições Gerais de Contratação;
 - 13.2.10- Acompanhar a execução da prestação de serviços e comunicar formalmente qualquer irregularidade ao Gestor de Contrato, para que tome as devidas providencias;
 - 13.2.11- 6.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993;

- 13.2.12- A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da CONTRATANTE, não elide nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.
- 13.3- Caberá ao gestor do contrato, o servidor **PAULO ROBERTO DA SILVA**, matrícula nº 1062, RG. nº 3.185.067-3, CPF nº 411.906.539-15, promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas neste Edital, no Contrato, e ainda:
 - 13.3.1- Propor ao órgão competente pela instrução, a aplicação das penalidades previstas neste contrato, no edital e na legislação, no caso de constatar qualquer irregularidade cometida;
 - 13.3.2- Encaminhar o fato à deliberação superior, com vistas a oficiar aos órgãos públicos competentes para a adoção das medidas corretivas e punitivas aplicáveis, no caso de haver indícios de apropriação indébita e de prejuízo ao Erário.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

- 14.1. Quando os serviços contratados forem concluídos, caberá à CONTRATADA apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização da CONTRATANTE, a qual competirá, no prazo de até 15 (quinze) dias, a verificação dos serviços executados, para fins de recebimento provisório.
 - 14.1.1. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 14.2. A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executadas, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pela obra, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
 - 14.2.1. Após tal inspeção, será lavrado **Termo de Recebimento Provisório**, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas.
 - 14.2.2. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.
- 14.3. O **Termo de Recebimento Definitivo** dos serviços contratados será lavrado em até **60** (sessenta) dias após a lavratura do **Termo de Recebimento Provisório**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, desde que tenham sido devidamente atendidas todas as exigências da fiscalização quanto às pendências observadas e somente após solucionadas todas as reclamações porventura feitas quanto à falta de pagamento a operários ou fornecedores de materiais e prestadores de serviços empregados na execução do contrato.
 - 14.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, desde que o fato seja comunicado à Contratante nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão do prazo.
 - 14.3.2. O recebimento definitivo do objeto licitado não exime a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

- 15.1- Serão incorporados a este Contrato, mediante TERMOS ADITIVOS, quaisquer alterações nos projetos, nas especificações técnicas, nos memoriais, nas quantidades, no prazo de execução ou nos valores, decorrentes das obrigações assumidas pela CONTRATADA, com anuência expressa do PREFEITO.
- 15.2- As alterações contratuais, revisões de preços e acréscimos e supressões nos serviços obedecerão rigorosamente às condições estabelecidas no Art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA SUSPENSÃO E PARALISAÇÃO

- 16.1- Reserva-se a PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI, o direito de paralisar ou suspender a qualquer tempo a execução dos serviços contratados, desde que haja conveniência para a Administração, devidamente fundamentada.
- 16.2- Se isso vier a ocorrer, a CONTRATADA terá direito a receber somente os valores dos serviços efetivamente executados, a serem apurados na respectiva medição.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

- 17.1- Os licitantes, fornecedores, empreiteiros e seus agentes (sejam eles declarados ou não), subcontratados, subconsultores, prestadores de serviço e fornecedores, além de todo funcionário a eles vinculado, que mantenham os mais elevados padrões de ética durante a aquisição e execução de contratos:
 - 17.1.1- Define, para os fins desta disposição, os termos indicados a seguir:
 - a) Prática corrupta: significa oferecer, entregar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido a ação de terceiros;
 - b) Prática fraudulenta: significa qualquer ato, falsificação ou omissão de fatos que, de forma intencional ou irresponsável induza ou tente induzir uma parte a erro, com o objetivo de obter beneficio financeiro ou de qualquer outra ordem, ou com a intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;
 - c) Prática colusiva: significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um objetivo indevido, inclusive influenciar indevidamente as ações de outra parte;
 - d) Prática coercitiva: significa prejudicar ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar indevidamente as ações de uma parte.
 - e) Prática obstrutiva: significa:
 - **e.1)** deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma investigação do Banco de alegações de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada, para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento, ou
 - **e.2)** atos que tenham como objetivo impedir materialmente o exercício dos direitos do Banco de promover inspeção ou auditoria, estabelecidos no parágrafo (17.1.5) abaixo:
 - 17.1.2- Rejeitará uma proposta de outorga se determinar que o licitante recomendado para a outorga do contrato, ou qualquer do seu pessoal, ou seus agentes, subconsultores, subempreiteiros, prestadores de serviço, fornecedores e/ou funcionários, envolveu-se, direta ou

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao concorrer para o contrato em questão;

- 17.1.3- Declarará viciado o processo de aquisição e cancelará a parcela do empréstimo alocada a um contrato se, a qualquer momento, determinar que representantes do Mutuário ou de um beneficiário de qualquer parte dos recursos empréstimo envolveram-se em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de aquisição ou de implementação do contrato em questão, sem que o Mutuário tenha adotado medidas oportunas e adequadas, satisfatórias ao Banco, para combater essas práticas quando de sua ocorrência, inclusive por falhar em informar tempestivamente o Banco no momento em que tomou conhecimento dessas práticas;
- 17.1.4- Sancionará uma empresa ou uma pessoa física, a qualquer tempo, de acordo com os procedimentos de sanção cabíveis do Banco6, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado: (i) para a outorga de contratos financiados pelo Banco; e (ii) para ser designado' subempreiteiro, consultor, fornecedor ou prestador de serviço de uma empresa elegível que esteja recebendo a outorga de um contrato financiado pelo Banco;
- 17.1.5- Os licitantes, fornecedores e empreiteiros, assim como seus subempreiteiros, agentes, pessoal, consultores, prestadores de serviço e fornecedores, deverão permitir que o Banco inspecione todas as contas e registros, além de outros documentos referentes à apresentação das propostas e à execução do contrato, e os submeta a auditoria por profissionais designados pelo Banco.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA — DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 18.1- Não serão indenizadas pelo CONTRATANTE, quaisquer despesas decorrentes de mobilização e desmobilização de pessoal e equipamentos, bem como de instalações e retirada de canteiros e equipamentos, mesmo na ocorrência de qualquer tipo de rescisão contratual.
- 18.2- À CONTRATADA é vedado prestar informações a terceiros sobre a natureza ou andamento dos trabalhos objeto deste contrato, divulgá-los através da imprensa escrita e falada ou por meio de qualquer divulgação pública, salvo por autorização expressa do CONTRATANTE.
- 18.3- Não constitui novação nem implica aceitação, renúncia ou consentimento, qualquer tolerância por uma das Partes quanto à infração pela outra Parte de cláusulas ou condições previstas neste Contrato, Termos Aditivos e Solicitações de Serviços.
- 18.4- As relações entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE serão por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser confirmados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.
- 18.5- Aplicar-se-á a Lei nº 8.666/93, com as modificações posteriores e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado aos casos omissos do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

- 19.1- As partes elegem o foro da Comarca de Arapoti, Estado do Paraná, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 19.2- E, por estarem assim justos e acordados, depois de lido e achado conforme, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para fins de direito.

Arapoti,	de	de 201
/ u upou,	uc	UC ZUI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI BRAZ RIZZI -Prefeito-

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FABIANA KLUPPEL LISBOA -Presidente-

NOME DA CONTRATADA NOME DO REPRESENTANTE LEGAL -Representante Legal-

Testemunhas:

NOME DA TESTEMUNHA RG.

NOME DA TESTEMUNHA RG.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

ANEXO V

(MODELO) (PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

CARTA DE CREDENCIAMENTO

refeitura Municipal de Arapoti
Rua Placidio Leite, 148, Centro Cívico, Arapoti/PR
att.: Comissão Permanente de Licitação - CPL
Ref.: CONVITE Nº/20
rezados senhores,
rela presente, credenciamos junto a Prefeitura Municipal de Arapoti o Sr. carteira de Identidade RG. nº, Órgão Expedidor, a quem outorgamos os mais
mplos poderes inclusive para interpor recursos, quando cabíveis, transigir, desistir, assinar atas e ocumentos e, enfim, praticar os demais atos no presente processo licitatório.
Nome do Responsável Legal
RG e Assinatura

ANEXO VI

(MODELO) (PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS

Α	
Prefeitura Municipa	al de Arapoti
-	148, Centro Cívico, Arapoti/PR
	manente de Licitação - CPL
Ref.: CONVITE Nº_	
constituído da propo	resente, o senhor <u>(inserir o nome completo)</u> , representante legalmente onente <u>(inserir o nome da proponente)</u> , declara que a mesma recebeu toda a mou conhecimento de todas as informações e condições necessárias à execução do
objeto da licitação si	-
Local, de o	de 201
_	Nome do Responsável Legal
	RG e Assinatura

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

ANEXO VII

(MODELO) (PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO AO EDITAL E INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO

A
Prefeitura Municipal de Arapoti
Rua Placidio Leite, 148, Centro Cívico, Arapoti/PR
Att.: Comissão Permanente de Licitação - CPL
Ref.: CONVITE Nº/20
O signatário da presente, em nome da proponente(inserir o nome da proponente), declara
expressamente, que se sujeita às condições estabelecidas no edital do Convite e respectivos modelos
adendos, anexos e documentos e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada
pelo licitador.
Declara, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da
·
qualificação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 32, parágrafo 2°, e
Artigo 97 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e que está ciente da obrigatoriedade
de declarar ocorrências posteriores.
Local, de de 201_
,
Nome do Responsável Legal
RG e Assinatura

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

ANEXO VIII

(MODELO) (PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE TRABALHO DE MENOR

A
Prefeitura Municipal de Arapoti
Rua Placidio Leite, 148, Centro Cívico, Arapoti/PR
Att.: Comissão Permanente de Licitação - CPL
Ref.: CONVITE Nº/20
O signatário da presente, o senhor(inserir o nome completo), representante legalmente constituído da proponente(inserir o nome da proponente) declara, sob as penas da Lei, não possuir em nosso quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de
aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Lei nº 9.854/99) e Decreto Federal nº 4.358/2001.
Local, de de 201_
No.
Nome do Responsável Legal
RG e Assinatura



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

ANEXO IX

(MODELO) (PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Prefeitura Municipal de Arapoti Rua Placidio Leite, 148, Centro Cívico, Arapoti/PR Att.: Comissão Permanente de Licitação - CPL Ref.: CONVITE Nº/20	
A Empresa(nome da Empresa), devidamente inscrita no CNPJ /MF nº	orasileiro, (estado
() Microempresa (ME) ou, () Empresa de pequeno porte (EPP) E que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º Complementar nº 123/2006.	do art. 3º da lei
Por ser verdade, assumo inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando declaração falsa está sujeita às penalidades previstas em lei.	ciente de que a
Local, de de 201_	
Nome do Contador	
CRC e Assinatura	

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

ANEXO X

(MODELO) (PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO

Α			
Prefeitu	ra Municipal de Arapoti		
	cidio Leite, 148, Centro Cívi	co, Arapoti/PR	
	nissão Permanente de Li	•	
	NVITE Nº/20	•	
A empre	esa, inscr	ita no CNPJ nº	, com sede
Acórdão	A, para os fins do disposto nº 2745/2010 do Tribunal o Estado do Paraná que:	na Súmula Vinculante nº 1 de Contas do Estado do	3, editada pelo Supremo Tribunal Federal, Paraná, Prejulgado n° 09 do Tribunal de
NÃO PO	SSUI cônjuge, companheir	o ou parentes que mantenh antenham contratos de qu	am contratos de qualquer natureza ou que alquer natureza, com o Poder Executivo
comissio	PSSUI cônjuge, companhe nado ou função gratificada gislativo Municipal.	eiro ou parentes que seja na Administração Pública [am agentes políticos ou exerçam cargo Direta ou Indireta do Poder Executivo e do
	•	e de declarar ocorrências po	ostorioros
			ostenores.
a a a o s n	ins desta declaração, consi		
	Parente em linha reta	Parente colateral	Parente por afinidade
1º grau	Dai K FH - ()		(familiares do cônjuge)
i giau	Pai, mãe e filho (a).	_	Padrasto, madrasta, enteado (a), sogro (a), genro e nora.
2º grau	Avô, avó e neto (a).	Irmãos.	Cunhado (a), avô e avó do cônjuge
3º grau	Bisavô, bisavó e bisneto	Tio (a) e sobrinho (a)	Concunhado (a).
declaraçã	erdade, assumo inteira res o falsa está sujeita às pena de de 201	ponsabilidade pelas informa alidades previstas em lei.	ações prestadas, estando ciente de que a
.ooai,	de de 201_		
	-	Nome do Responsável Le	naal
		RG e Assinatura	gai
		. 10 0 / loomatara	

Α

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI

0.76

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

ANEXO XI

(MODELO) (PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO DE NÃO SERVIDOR PÚBLICO NO QUADRO DE EMPREGADOS DA EMPRESA

Prefeitura Municipal de Arapoti Rua Placidio Leite, 148, Centro Cívico, Arapoti/PR Att.: Comissão Permanente de Licitação - CPL Ref.: CONVITE Nº/20
Declaração da própria empresa que não existe em seu quadro de empregados servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão, na forma do art. 9°, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme modelo abaixo:
DECLARAÇÃO
(Razão Social da LICITANTE), inscrita no CNPJ sob o nº, sediada à (endereço completo), declara, sob as penas da Lei, para os fins requeridos no inciso III, do artigo 9° da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, que não tem em seu quadro de empregados, servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de. decisão, bem como sócios, gerentes ou diretores que sejam parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, noclusive, de membros ou servidores do Poder Executivo Municipal.
ocal, de de 201
Nome do Responsável Legal RG e Assinatura

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

ANEXO XII

(MODELO) (PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

PROPOSTA DE PREÇOS

		LOCAL, de _	de 20
A			
Prefeitura Municipal de Arapoti			
Rua Placidio Leite, 148, Centro Cívico, Arapo	ti/PR		
Att.: Comissão Permanente de Licitação -			
Ref.: CONVITE Nº/20			
NOME DA EMPRESA:			
CNPJ N°.:			
Pela presente submetemos a apr	eciação de Vossa Sen	horia, a nossa Pr	oposta de Preços
relativa ao Convite em referência, cujo valor to			
O prazo execução para a conclusão	io total dos serviços fica	fixado em () dias corridos
contados a partir do 5º (quinto) dia da assina			
O prazo de validade desta Propos de sua apresentação.	ta de Preços é de () dias , contado	os a partir da data
Declaramos ainda nesta proposta	a. conhecer os termos	do edital de licits	ecão e da minuta
contratual que o integra.	,, composi da tarrilo	do contar de none	ição e da minute
Atonoiocomento			
Atenciosamente,			
Nome d	o Responsável Legal		
R	G e Assinatura		

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

ANEXO XIII

(MODELO)
(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

		tal do Convite em referência, indicamos o	
		técnico(s) da obra, caso sejamos vence	dor da licitação
Je\	ridamente contratado:		
Nº	Nome	Especialidade / Título	Nº do CREA
		dade pelas informações prestadas, estand	o ciente de que
	ser verdade, assumo inteira responsabilio laração falsa está sujeita às penalidades p		o ciente de que
ec	laração falsa está sujeita às penalidades p		o ciente de que
ec			o ciente de que
lec	laração falsa está sujeita às penalidades p		o ciente de que
lec	laração falsa está sujeita às penalidades p		o ciente de que
lec	laração falsa está sujeita às penalidades p al, de de 201_		o ciente de que

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

ANEXO XIV

(MODELO) (PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

CAPACIDADE FINANCEIRA

Prefeitura Municipal de Arapoti Rua Placidio Leite, 148, Centro Cív Att.: Comissão Permanente de L Ref.: CONVITE Nº/20	icitação - CPL	
Declaramos que as demonstraçõe foram obtidos no balanço do último		eal situação da proponente. Esses índices
Declaramos, ainda, que a qualqu apresentar todos os documentos o		ado pelo licitador, nos comprometemos a arão as demonstrações.
	SÃO AS DEMONSTRAÇÕ	ĎES:
LG =	Ativo Circulante + Realizáv	el a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Exigív	el a Longo Prazo
SG =	Ativo Total	l
	Passivo Circulante + Exigív	el a Longo Prazo
	Ativo Circulante	
	Passivo Circulante	
Local, de de 201_		
	Nome do Responsável Le RG e Assinatura	egal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

ANEXO XV

ATESTADO DE VISITA

L
refeitura Municipal de Arapoti
Rua Placidio Leite, 148, Centro Cívico, Arapoti/PR
tt.: Comissão Permanente de Licitação - CPL
Ref.: CONVITE N°/20
eclaramos que o Senhor(a)(inserir o nome completo), _RG/CREA/CAU nº(inserir o número)
a proponente(inserir o nome da proponente), devidamente credenciado, visitou o local da xecução da obra, objeto da licitação em epígrafe.
kecução da obra, objeto da notação em epigrare.
ocal, de de 201_
Nome do Responsável Legal
RG e Assinatura

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

ANEXO XVI

(MODELO) (PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA

A
Prefeitura Municipal de Arapoti
Rua Placidio Leite, 148, Centro Cívico, Arapoti/PR
Att.: Comissão Permanente de Licitação - CPL
Ref.: CONVITE Nº/20
A empress
A empresa, inscrita no CNPJ nº, por intermédio de ser
representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de identidade n
, e do CPF nº, DECLARA, nos termos do Edital em epígrafe, caso seja
habilitado no certame, que abre mão do direito de prazo recursal da fase HABILITAÇÃO da licitação
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
conforme dispõe o art. 43, III da Lei 8.666/93 e suas alterações, podendo a Comissão prosseguir no
trabalhos licitatórios
Local, de de 201_
Nome do Responsável Legal
RG e Assinatura

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

ANEXO XVII

(MODEŁO) (PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO DE RESPONSÁVEL LEGAL

A	
Prefeitura Municipal de Arapoti	
Rua Placidio Leite, 148, Centro Cívico, Arapoti/F	
Att.: Comissão Permanente de Licitação - CP	°L
Ref.: CONVITE Nº/20	
Declaramos, caso nos seja adjudicado o objet	to da licitação, comprometemos a assinar o Contrato no
prazo determinado no documento de convocação	io, e, para esse fim, fornecemos os seguintes dados:
Razão Social:	
CNPJ/MF:	
Endereço:	
	UF:
	Tel./Fax:
Dados do Representante Legal da Empresa p	ara assinatura do Contrato:
Nome:	
Endereço:	
	UF:
	nção:
	_ Expedido por:
	Nacionalidade:
	Racionalidade
Os dados bancários de nossa empresa são:	
·	
Banco(nº e nome), Agência(nº e nome)_	e Conta Corrente nº
Local, de de 201	
<u> </u>	
Nama da C	Pochanościał Logal
	Responsável Legal e Assinatura

ANEXO XVIII

PROJETOS

Ref.: CONVITE Nº ___/20__

Obs.: Os Projetos que fazem parte deste Edital, poderá ser copiado separado através de CD ou Pendrive na Secretaria Municipal de Infraestrutura da Prefeitura Municipal de Arapoti-PR, no horário das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, em dias úteis.



RUA ONDINA BUENO SIQUEIRA, 180 - CENTRO CÍVICO - FONE/FAX (43) 3512-3000 CNPJ 75.658.377/0001-31 - ARAPOTI - PARANÁ

Arapoti, em 04/08/2016.

A Sua Senhoria o Senhor

DIONE BATISTA DOS SANTOS

DD. Procurador Jurídico Municipal

Assunto: Solicitação de parecer jurídico preliminar

Ref.: Processo Licitatório nº 127/2016

Tendo em vista a solicitação da Secretaria Municipal em epígrafe, conjuntamente com os demais documentos nos autos, vimos solicitar de Vossa Senhoria, Parecer Jurídico sobre os procedimentos de contratação em questão.

É de se informar que os serviços em questão denotam possibilidade de ser contratada através da modalidade de CONVITE.

A presente solicitação consiste no seguinte objeto:

Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no Centro de Convivência do Idoso

Aguardamos o retorno de um parecer conclusivo dos mesmos para que seja dado andamento no processo licitatório.

PAULO ROBERTO DA SILVA Divisão de Licitação e Compras

Recebi em: _	/_	/20

Parecer nº 215/2016

Consulente: Paulo Roberto da Silva - Divisão de Licitação e Compras.

PARECER

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. MODALIDADE CARTA CONVITE - MENOR PREÇO. 1. Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do prédio do CRAS e no Centro de Convivência do Idoso.2. Possibilidade amparada no cumprimento das disposições extraídas da Lei n. 8.666/93.

RELATÓRIO

O presente procedimento licitatório solicitado pela Secretaria Municipal de Assistência Social tem por objeto a contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do prédio do CRAS e no Centro de Convivência do Idoso.

A consulta está instruída com os seguintes documentos:

- a) Solicitação de processo licitatório (fl. 02);
- b) Memorial descritivo (fls. 04/10);
- c) Cotações de preços (fls. 12/14);



- d) Autorização de abertura de processo licitatório (fl.16);
- e) Decreto de nomeação da Comissão Permanente de Licitação (fl.18);
- f) Autorização para licitar (fl. 20);
- g) Indicação de servidor para fiscalizar o contrato (fls. 22/23);
- h) Reserva de saldo financeiro e contábil (fls. 25/26);
- i) Minuta do edital e anexos (fls. 28/83).

É o que cumpre informar. Segue análise.

ANÁLISE JURÍDICA

Preliminarmente, destaco que a presente manifestação é feita sob o prisma estritamente jurídico, não adentrando, portanto, na análise da conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito da Administração, tampouco em aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

Conforme consta da minuta do edital (fls. 28/83), <u>a presente</u> licitação tem como objeto a formação de registro de preços para contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do prédio do CRAS e no Centro de Convivência do Idoso.

Diga-se que o presente processo licitatório foi autorizado pela autoridade competente (fl.20), com vistas à contratação de empresa especializada em fornecimento do objeto ora licitado.

A licitação é a regra e a Constituição Federal exige que seja feita para os contratos de obras, <u>serviços, compras</u> e alienações (art. 37, XXI), bem como para concessão e permissão de serviços públicos (art. 175).





A Lei n. 8.666/93 exige licitação para as obras, serviços, inclusive de publicidade, <u>compras</u>, alienações, concessões, permissões e locações (art. 2°).

Art. 2º As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.

A modalidade de Carta Convite é prevista na Lei 8.666/93 em seu art. 22, III e §3°, como segue:

Art. 22 - São modalidades de licitação:

III -convite:

§ 3º -Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

Desse modo, a contratação poderá ser levada a efeito pela modalidade escolhida, ou seja, CARTA CONVITE - MENOR PREÇO.

Em tal modalidade de licitação, na forma do que dispõe o § 6º do art. 22 da Lei n° 8.666/1993, quando existirem na praça mais de três interessados para o item a ser licitado, a cada novo convite que possua objeto da mesma espécie ou do mesmo gênero, a Administração deverá, obrigatoriamente convidar sempre mais um interessado, até que existam cadastrados que não tenham sido convidados em licitações anteriores. É a chamada "rotatividade de licitantes"





O número mínimo de licitantes no convite também foi objeto de dispositivo legal, que impõe que quando esse número mínimo não for atingido, tanto por limitações de mercado, quanto por manifesto desinteresse dos convidados em participar do certame, essas ocorrências deverão ser justificadas no processo, a fim de que o procedimento não necessite ser repetido.

Com relação ao manifesto desinteresse, esse se configura pela própria ausência desses convidados no momento da abertura da licitação. No entanto, se esse convidado demonstrar expressamente o seu desinteresse por não trabalhar com aquele objeto, a situação se torna diferente, pois não se atingiu o número mínimo de três licitantes do ramo, e o convite necessita de repetição.

No que tange à limitação de mercado, essa já se torna mais difícil de ser comprovada, pois não bastará a ausência dos convidados. Necessitará, também, de uma pesquisa mais aprofundada, consultando entidades de classes, juntas comerciais, etc., por meio das quais realmente se detectem essa limitação, e seja objeto de uma declaração justificadora nesse sentido por parte da Administração.

Na modalidade convite, o edital, também chamado de "cartaconvite", "instrumento convocatório" ou, simplesmente, "convite", não há exigência legal de publicidade em diários oficiais e/ou jornais de grande circulação, sendo que tal publicidade poderá ser realizada somente pela sua afixação em local visível na própria Administração, como em um quadro de avisos, por exemplo, mas nada impede uma ampla publicação do certame, pelo contrário, tal medida deve ser adotada para o fim de seleção da proposta mais vantajosa (art. 3°, caput, da Lei n° 8.666/1993).



A afixação do ato referente à licitação deverá ocorrer por, no mínimo, cinco dias úteis antes de sua abertura, sendo que, o não cumprimento dessa exigência poderá gerar a nulidade do procedimento.

No convite, por ser uma modalidade de licitação mais simples, poderá haver, mediante análise do caso concreto pela Administração, dispensa da apresentação de determinados documentos, já que existe a pressuposição de que a Administração convidará interessados que possam executar o objeto licitado; e aqueles que se convidar para participar, por terem como exigência o prévio cadastramento no órgão, já terão verificada a sua qualificação por meio do próprio sistema de cadastro.

Por imposição legal, não poderá ser dispensada a comprovação de regularidade junto ao FGTS (por meio da Certidão de Regularidade de Situação - CRS, expedida pela Caixa Econômica Federal), por força da Lei n°. 9.012/95, e a prova de regularidade para com a Seguridade Social (por meio da Certidão Negativa de Débitos - CND, expedida pela Previdência Social), em face das disposições contidas no art. 195, § 3º da Constituição Federal, os quais poderão ser exigidos apenas do vencedor do certame.

Assim, nota-se que o presente processo licitatório encontra-se apto para regular prosseguimento.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, restrito aos aspectos jurídico-formais, observados os apontamentos contidos nesta manifestação, em especial, a observância dos termos da Lei n. 8.666/93, opino favoravelmente pela possibilidade realização de

licitação para contratação de empresa para realizar adequação para acessibilidade do prédio do CRAS e no Centro de Convivência do Idoso.

É o parecer que submeto à apreciação do(s) interessado(s).

Arapoti, 11 de agosto de 2016.

Dione Batista dos Santos

OAB/PR nº 55.989

Edital de Convite e Anexos



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL

CONVITE Nº 001/2016
PROCESSO Nº 127/2016
Razão Social:
CNPJ nº:
Endereço:
E-mail:
Cidade: Estado:
Telefone: Fax:
Pessoa para contato:
Nesta data, () RECEBEMOS e ou () FIZEMOS o download do instrumento convocatório acima identificado no endereço eletrônico: http://www.arapoti.pr.gov.br .
Local:,de de 201
Assinatura
Senhor Licitante

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre esta COMISSÃO DE LICITAÇÃO e esse FORNECEDOR, solicitamos preencher o recibo de entrega/retirada de edital e remeter à Comissão de Licitação por meio do fax (43) 3512-3000 ou através de e-mail licitacao@arapoti.pr.gov.br. A não remessa do recibo exime-nos da comunicação de eventuais retificações no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO CONVITE Nº 001/2016 PROCESSO Nº 127/2016

O Município de Arapoti, com sede na Rua Placidio Leite, 148, Bairro Centro Cívico - Arapoti/PR, através do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, torna público, para conhecimento dos interessados, que de acordo com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, Decreto 4.030, de 07 de janeiro de 2016, realizará Licitação Pública na Modalidade de Convite, tipo MENOR PREÇO, na forma de EXECUÇÃO INDIRETA, em regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, objetivando a contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no Centro de Convivência do Idoso, conforme autorização do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, constante no Processo Licitatório nº 127/2016 e condições estabelecidas neste Edital.

1. EDITAL E SEUS ANEXOS

1.1. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no site www.arapoti.pr.gov.br, poderá ser lido e/ou obtido no endereço eletrônico: licitacao@arapoti.pr.gov.br, e também poderá ser retirado diretamente na Divisão de Licitação e Compras, localizada no 1º (primeiro) andar do Edifico do Centro Administrativo Municipal – CAM, na Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, Bloco D, Salas 60, 61, 62, 63 ou 64, no Bairro Centro Cívico, em Arapoti, Paraná, CEP 84.990-000, de 2ª, 3ª, 4ª e 5ª feira das 08h00mim às 11h30min e das 13h00min às 17h30min e 6ª feira das 08h00mim às 11h30min e das 13h00min às 16h00min, até o segundo dia útil imediatamente anterior à data de que trata o **subitem 2.1** deste edital.

2. PROTOCOLO DOS ENVELOPES E INÍCIO DA SESSÃO

2.1. HORÁRIO, DATA E LOCAL para ENTREGA e PROTOCOLO do ENVELOPE Nº 1 (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO) e do ENVELOPE Nº 02 (PROPOSTA DE PREÇOS, para realização da sessão de abertura do certame, conforme tabela abaixo:

PROTOCOLO DOS ENVELOPES

HORÁRIO: Até as 13h30min.

DATA: Do dia 26 de agosto de 2016.

LOCAL: No 1º (primeiro) andar do Edifício do Centro Administrativo Municipal – CAM, na Divisão

de Licitação e Compras, no Bloco "D", salas 60, 61, 62, 63 ou 64.

ENDEREÇO: Rua Ondina Bueno de Siqueira, nº 180, Centro Cívico, Arapoti, Paraná, CEP 84.990-000.

CONTATO: Fone: (43) 3512-3159 / 3160 / 3162 / 3032 / 3033 – E-mail: licitacao@arapoti.pr.gov.br.

ABERTURA DOS ENVELOPES E INÍCIO DA SESSÃO

INÍCIO: As 14h00min.

DATA: Do dia 26 de agosto de 2016.

LOCAL: No 1º (primeiro) andar do Edifício do Centro Administrativo Municipal - CAM, na Sala de



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

Licitações.

ENDEREÇO: Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, Centro Cívico, Arapoti, Paraná.

CONTATO: Fone: (43) 3512-3159 / 3160 / 3162 / 3032 / 3033 - E-mail: licitacao@arapoti.pr.gov.br.

3. DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

3.1. As planilhas, memoriais, projetos e detalhamentos, encontram-se disponível na Divisão de Licitação e Compras, na Rua Ondina Bueno Siqueira, 180, Bloco D, Salas 60, 61, 62, 63 ou 64, Centro Cívico, Arapoti/PR, CEP 84.990-000 e poderão ser retirados mediante a apresentação de dispositivos de armazenamento de dados (CD/RW ou Pendrive).

4. COMUNICAÇÃO ENTRE AS LICITANTES E COMISSÃO

4.1. A comunicação entre as licitantes e a Comissão de Licitação se processará através de correspondência dirigida ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL, encaminhada por meio de correio eletrônico (licitacao@arapoti.pr.gov.br), ou ainda, protocolizada diretamente na Divisão de Licitação e Compras, no 1º (primeiro) andar do Edifico do Centro Administrativo Municipal – CAM, na Rua Ondina Bueno Sigueira, nº 180, no Bloco D, Salas 60, 61, 62, 63 ou 64, no Bairro Centro Cívico, em Arapoti, Estado do Paraná, CEP 84.990-000, de 2ª, 3ª, 4ª e 5ª feira das 08h00mim às 11h30min e das 13h00min às 17h30min e 6ª feira das 08h00mim às 11h30min e das 13h00min às 16h00min, de forma escrita.

4. OBJETO

- 4.1. A presente licitação tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no Centro de Convivência do Idoso, mediante o regime empreitada por preço global, conforme especificações constantes no Memorial Descritivo ANEXO I, que é parte integrante deste Edital.
- 4.2 A licitação compõe-se de item único, conforme tabela constante do Memorial Descritivo ANEXO I, sagrando-se vencedor o licitante que ofertar o **menor preço**.
- 4.3. **Local dos Serviços**: Prédio do CRAS Central e no Prédio do Centro de Convivência do Idoso, situado na Rua Telêmaco Carneiro, nº 362, Bairro Centro, neste Município.
- 4.4. Todos os serviços deverão atender fielmente os projetos, cronograma e especificações constantes dos Anexos deste Edital, bem como, normas e legislações em vigor.

5. DATA, HORÁRIO, PROTOCOLO E LOCAL DA LICITAÇÃO

- 5.1. A empresa interessada deverá PROTOCOLAR os 02 (dois) ENVELOPES contendo a PROPOSTA DE PREÇOS e os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO até às 13h30min, do dia 26 de agosto de 2016, na sede da Divisão de Licitação e Compras, localizado no Centro Administrativo Municipal CAM, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, 180, Bloco D, Salas 60, 61, 62, 63 ou 64, Centro Cívico, Arapoti-PR, CEP 84.990-000, de 2ª, 3ª, 4ª e 5ª feira das 08h00mim às 11h30min e das 13h00min às 17h30min e 6ª feira das 08h00mim às 11h30min e das 13h00min às 16h00min.
- 5.2. O INÍCIO DA SESSÃO e a ABERTURA DOS ENVELOPES contendo a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO está previsto para às 14h00min, do dia 26 de agosto de 2016, na Sala de Licitações,

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

localizada no Centro Administrativo Municipal – CAM, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, 180, Centro Cívico, Arapoti-PR.

- 5.3. A **ABERTURA DOS ENVELOPES** contendo a **PROPOSTA DE PREÇOS** poderá ser feita na mesma data informada no subitem anterior, desde que ultrapassada a fase de habilitação e caso haja renúncia do direito de recurso pelas licitantes que apresentarem seus documentos habilitatórios.
- 5.4. A ENTREGA e PROTOCOLO dos ENVELOPES de HABILITAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇOS deverá ser realizada EXCLUSIVAMENTE no endereço constante no subitem 4.1 deste Edital.
- 5.5. Para aferição do **HORÁRIO** de **ENTREGA DOS ENVELOPES**, será considerado o anotado no comprovante de protocolo emitido pela Comissão de Licitação.
- 5.6. Em hipótese alguma será concedido prazo suplementar para apresentação dos envelopes, ou permitida a sua alteração ou substituição do conteúdo, ou ainda, a correção do que constar nos documentos e propostas.
- 5.7. Não serão aceitos envelopes abertos ou propostas entregues via e-mail ou fac-símile.
- 5.8. Expirado o horário estipulado para protocolo dos envelopes, não será recebido qualquer envelope, quer seja referente à Habilitação ou à Proposta de Preços.
- 5.9. Os licitantes interessados em participar do certame não necessitam encaminhar seus representantes legais para ENTREGAR OS ENVELOPES com a DOCUMENTAÇÃO e as PROPOSTAS, podendo, inclusive, encaminhá-los VIA CORREIO ou OUTRO MEIO SIMILAR DE ENTREGA, atentando para as datas e horários finais para recebimento dos mesmos, constantes neste Edital.
- 5.10. A Comissão de Licitações não se responsabiliza pelo meio de entrega dos envelopes de habilitação e propostas escolhido pelo licitante, devendo este, tomar as medidas julgadas necessárias ao acompanhamento e protocolo dos documentos exigidos nesta licitação com prazo hábil a sua participação.

6. TIPO DE LICITAÇÃO E REGIME DE CONTRATAÇÃO

- 6.1. A presente licitação fundamenta-se na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, Decreto 4.030, de 07 de janeiro de 2016, bem como nas demais normas pertinentes e condições estabelecida no presente Edital e em seus anexos.
- 6.2. A presente licitação será do tipo "**MENOR PREÇO**", conforme disposto no Art. 45, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada.
- 6.3. A execução dos serviços será sob o **Regime de Empreitada por Preço Global**, conforme composição de preços unitários, constante da planilha, apresentada pela licitante vencedora em sua proposta de preços.

7. INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

7.1 A comprovação do **Capital Social** ou **Patrimônio liquido**, integralizado e registrado na forma da lei, de valor igual ou superior ao estabelecido no **subitem 7.2.2**, para proponente brasileira ou valor equivalente na moeda do país de origem para empresa estrangeira, considerada para a conversão a taxa de câmbio, tipo comercial, para venda estabelecida pelo Banco Central em vigor 30 (trinta) dias anteriores à data limite estabelecida para o recebimento das proposta (envelopes n°01 e n°02) pela Comissão;



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

- 7.2.1. O Capital Social será equivalente a **10 % (dez por cento)** do valor estimado para a contratação, conforme determina o § 3°, Art. 31 da Lei 8.666/93.
- 7.2.2. Capital Social ou Patrimônio Liquido: Mínimo de R\$: 1.108,94, ou seja: ≥ R\$: 1.108,94.
- 7.2.3. O valor do capital social poderá ser atualizado pela proponente, para a data limite estabelecida para o recebimento das propostas (envelopes n°1 e n° 2), através de índices oficiais específicos para o caso.

8. VALOR MÁXIMO, PRAZO DE EXECUÇÃO E PRAZO CONTRATUAL

- 8.1. O VALOR MÁXIMO ESTIMADO para os serviços, objeto do presente Edital será de R\$ 11.021,26 (ONZE MIL, VINTE E UM REAIS E VINTE E SEIS CENTAVOS).
- 8.2. O PRAZO MÁXIMO para a CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS será de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data do 5º (quinto) dia da assinatura do contrato.
- 8.3 O PRAZO DE VIGÊNCIA do CONTRATO será de 90 (noventa) dias corridos, contados da data da assinatura do contrato.

9. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1. A disponibilidade orçamentária e financeira para atender a execução dos serviços decorrentes desta Licitação, estão previstas no seguinte enquadramento:

Orgão: 11 Secretaria Municipal de Assistência Social.

Unidade Executora: 11.001 Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

Funcional Programática: 08.244.0002.2059 Manutenção do Programa Bolsa Família.

Elemento de despesa: 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Fonte: 00795 Programa Bolsa Família.

10. INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

- 10.1. As informações e os esclarecimentos de dúvidas quanto ao Edital e seus Anexos, poderão ser solicitados pelo e-mail licitacao@arapoti.pr.gov.br, telefones: (43) 3512–3159, (43) 3512–3160, (43) 3512–3032 e (43) 3512–3033, ou por expediente protocolado, dirigido à Comissão Permanente de Licitação CPL, situada a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, Bloco D, Salas 60, 61, 62, 63 ou 64, Bairro Centro Cívico, Cidade Arapoti, Estado Paraná, CEP 84.990-000, de 2ª, 3ª, 4ª e 5ª feira das 08h00mim às 11h30min e das 13h00min às 17h30min e 6ª feira das 08h00mim às 11h30min e das 13h00min às 16h00min.
 - a) As informações e esclarecimentos solicitados e prestados de forma verbal não integrarão este Edital;
 - b) A CPL prestará de forma escrita as informações e esclarecimentos assim formulados e desde que recebidos até o 3º (terceiro) dia útil, inclusive, anterior à data de entrega dos envelopes de DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e da PROPOSTA DE PREÇOS, indicada no subitem 5.1 deste Edital;
 - c) Os esclarecimentos prestados à solicitante serão estendidos às demais licitantes adquirentes do Edital até o 1º primeiro dia útil imediatamente anterior à data que trata o subitem 5.1.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

- d) Será da responsabilidade das empresas requererem à Comissão Permanente de Licitação a confirmação do recebimento dos pedidos de informações e/ou esclarecimentos solicitados através de fax ou endereço eletrônico;
- 10.2. As informações e esclarecimentos prestados de forma escrita às empresas licitantes, bem como eventuais alterações no edital, estarão disponíveis no site www.arapoti.pr.gov.br, e comunicadas diretamente às empresas que enviaram os recibos de retirada/entrega do edital, não podendo as licitantes, em qualquer hipótese, alegarem desconhecimento dos mesmos.

11. PARTICIPAÇÃO

11.1. PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO:

a) Poderão participar, além das empresas convidadas pelo Município de Arapoti, os demais interessados do ramo correspondente ao objeto do presente certame, que manifestarem seu interesse com antecedência mínima de até 24 horas da apresentação das propostas.

11.2. A PARTICIPAÇÃO NA PRESENTE LICITAÇÃO IMPLICA PARA A LICITANTE:

- a) A aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste edital e de seus anexos;
- A observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor;
- c) A responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.
- 11.3. Nesta licitação só poderão se manifestar, em nome da empresa interessada, a pessoa por ela credenciada, nos termos do **item 13** deste edital.
 - 11.3.1. Nenhuma pessoa, mesmo munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa junto a Prefeitura Municipal de Arapoti, nesta licitação, sob pena de exclusão sumária das licitantes representadas.

12. NÃO PODERÁ PARTICIPAR

12.1. NÃO PODERÁ PARTICIPAR DA PRESENTE LICITAÇÃO:

- a) Consórcio de empresas sob nenhuma forma;
- b) Empresa declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;
- Empresa impedida de licitar e contratar com o Município de Arapoti;
- d) Empresa que se encontra sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução e liquidação;
- e) Empresa cujos sócios, diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo, sejam servidores ou empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Prefeitura Municipal de Arapoti;
- f) Empresa cujos sócios, diretores, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo que pertençam, ainda que parcialmente, a outra empresa que esteja participando desta licitação;



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

- f.1) Caso constatada, ainda que a posteriori, tal situação, a empresa licitante será inabilitada, ficando esta e seus representantes incursos nas sanções previstas no art. 90 da Lei 8.666/93, consolidada.
- g) Empresa inadimplente com o Município de Arapoti;
- h) Empresas prestadoras de serviços que tenham como sócios, gerentes ou diretores, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, de membros da Prefeitura Municipal de Arapoti, conforme o disposto na Súmula Vinculante nº 13, editada pelo Supremo Tribunal Federal, Acórdão nº 2745/2010 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Prejulgado nº 09 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

13. REPRESENTANTE E DO CREDENCIAMENTO

- 13.1 Durante as reuniões de abertura e julgamento dos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** e das **PROPOSTAS DE PREÇOS** desta licitação, somente poderá se manifestar e atuar em nome da empresa licitante a pessoa por ela credenciada, mediante contrato, documento previsto no **ANEXO V** ou procuração com tal atribuição e portadora do respectivo documento de identidade.
 - 13.1.1. Pessoa credenciada mediante "CONTRATO": Quando a mesma for proprietária, sócia ou dirigente da empresa licitante, cujo ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor apresentado como DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO / HABILITAÇÃO JURÍDICA lhe dá poderes para exercer tais direitos e assumir obrigações.
 - 13.1.2. Pessoa Credenciada mediante "PROCURAÇÃO": Quando a mesma for legalmente constituída por intermédio de instrumento público ou particular de procuração, esse último com firmas reconhecidas em cartório dos outorgantes, que lhe expresse poderes para exercer tais direitos e assumir tais obrigações.
 - 13.1.3. Pessoa credenciada por empresa licitante, nos moldes do **ANEXO V** do presente edital, com assinatura do(s) sócio(s) ou representante(s) legal(is) da empresa participante, para a licitação em comento, com firmas reconhecidas em cartório.
- 13.2. O credenciado deverá apresentar junto aos documentos informados acima, cédula de identidade ou outro documento de identificação oficial.
- 13.3. Cada representante legal/credenciado deverá representar apenas uma empresa licitante.
- 13.4. A não apresentação do credenciamento na forma supra não inabilitará a licitante, mas impedirá o seu representante de se manifestar e responder em seu nome, facultando-se-lhe, no entanto, o acompanhamento das reuniões.

14. DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

- 14.1. Caso o licitante queira **usufruir dos beneficios** para **MICROEMPRESAS** ou **EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**, previstos na Lei Complementar nº 123/06, Alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, deverá apresentar documentação comprobatória dessa condição, por meio de um dos seguintes documentos:
 - a) **certidão simplificada** emitida e registrada pela respectiva junta comercial, devidamente atualizada, ou seja, com data não superior a 90 dias; ou
 - b) declaração do contador, atestando que se enquadra como Microempresa Individual, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme modelo de sugestão do Anexo IX.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

- 14.2. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado das **MICROEMPRESAS** ou **EMPRESAS** DE **PEQUENO PORTE**, o licitante que se enquadrar em qualquer das vedações do artigo 3°, parágrafo 4°, da Lei Complementar n° 123, de 2006 e, portanto, não deverá apresentar a respectiva declaração.
- 14.3. A declaração falsa relativa ao enquadramento na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte para fins de fruição dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, sujeitará o licitante, nos termos da Lei nº 8.666/93, à sanção de impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 2 (dois) anos, como também caracteriza o crime previsto no art. 299 do Código Penal, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

15 ORGANIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE 01

15.1. Os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, exigidos neste edital, deverão ser apresentados em uma única via, em envelope opaco e lacrado, contendo as seguintes indicações no seu anverso:

ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
Edital de CONVITE nº 001/2016
Prefeitura Municipal de Arapoti
Proponente:
CNPJ:

- 15.2. Os proponentes deverão apresentar os documentos do **ENVELOPE Nº 1** em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial, com exceção dos que forem retirados da internet que deverão estar com prazo de validade em vigor.
- 15.3. A inversão de qualquer documento nos envelopes acarretará a exclusão sumária da licitante no certame.
- 15.4. O ENVELOPE Nº 1 deverá conter para a HABILITAÇÃO DO LICITANTE, os DOCUMENTOS, a seguir transcrita, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO/INABILITAÇÃO:

15.4.1. <u>Documentação relativa à Habilitação Jurídica (Art. 28)</u>:

- **15.4.1.1**. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;
- **15.4.1.2**. para as sociedades empresárias ou empresas individuais de responsabilidade limitada EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- **15.4.1.3**. em se tratando de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- **15.4.1.4**. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

- **15.4.1.5**. inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- **15.4.1.6**. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- **15.4.1.7**. os atos constitutivos das empresas licitantes deverão estar acompanhados dos demais documentos aditivos e modificativos do seu texto ou, preferencialmente, da respectiva consolidação.

15.4.2. <u>Documentação relativa à Regularidade Fiscal E Trabalhista (Art. 29)</u>:

- **15.4.2.1**. Prova de inscrição da proponente no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- **15.4.2.2.** Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal nº 8.212/1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa;
- **15.4.2.3**. Certidão Negativa de Tributos Estaduais ou Certidão Positiva com efeito Negativo, expedida pela Fazenda Estadual da sede da licitante, e a do Estado do Paraná, quando a sede da empresa for localizada em outro estado:
- **15.4.2.4**. Certidão Negativa de Tributos Municipais ou Certidão Positiva com efeito Negativo, expedida pela Fazenda Municipal da sede da licitante;
- **15.4.2.5**. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço CRF/FGTS:
- **15.4.2.6**. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), prova de inexistência de débitos inadimplidos perante da Justiça do Trabalho.
- 15.4.3. Nos termos dos Arts. 42 e 43 da Lei Complementar 123/2006, e Art. 43 §1º da Lei Complementar 147/2014, as microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de Regularidade Fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
- 15.4.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 15.4.5. A não-regularização da documentação, no prazo previsto alínea "b" deste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no <u>art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993</u>, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 15.4.6. Se as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte desatender a habilitação pedida quanto a Habilitação Jurídica, Qualificação Técnica, Qualificação Econômica e Outras Comprovações, estará automaticamente INABILITADA.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

15.4.7. <u>Documentação relativa à Qualificação Técnica (Art. 30):</u>

- **15.4.7.1**. Registro ou inscrição da empresa licitante, que indique estar habilitada a exercer as suas atividades, expedida pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) do Estado em que possui registro, em plena validade;
 - **15.4.7.1.1.** Na hipótese da licitante ser declarada vencedora e não possuir registro ou visto no CREA do Paraná, deverá providenciá-lo antes da assinatura do contrato, sob a pena de serem aplicadas as sanções para inadimplência total.
- **15.4.7.2**. Indicação do(s) Responsável(is) Técnico(s) para o acompanhamento dos serviços, objeto da presente licitação, **conforme modelo do Anexo XIII**;
- **15.4.7.3**. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame:
 - a.1. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social CTPS (das seguintes anotações: identificação do seu portador, da página relativa ao contrato de trabalho) e cópia da ficha ou livro de registro de empregado;
 - a.2. Cópia do Contrato Social, em sendo o profissional integrante do quadro societário do licitante;
 - a.3. Cópia do Contrato Social em se tratando de empresa LTDA, ou cópia da ata de eleição devidamente publicada, em se tratando de Sociedade, em se tratando de Diretor;
 - a.4. Cópia de Contrato de Prestação de Serviço regido pela legislação civil, celebrado entre o profissional e o licitante;
 - a.5. Declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.
 - 15.4.7.3.1. No decorrer da execução da obra, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei n° 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.
- **15.4.7.4**. Declaração da Licitante de que recebeu os documentos relacionados nas Condições Específicas de Licitação deste edital, firmada por seu representante legal e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da Licitação, **conforme modelo do Anexo VI**;
- 15.4.7.5. Atestado de Visita assinado pelo servidor responsável, conforme modelo do Anexo XV.
 - 15.4.7.5.1. A vistoria será acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda à quinta-feira, das <u>08h30min às 11h00min</u> e das <u>13h30min às 17h00min</u> e na sexta-feira das <u>08h30min às 11h00min</u> e das <u>13h30min às 15h30min</u>, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (43) 3512-3113/3116;
 - 15.4.7.5.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura dos envelopes;



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

- 15.4.7.7.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria;
- 15.4.7.7.4. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pendrive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

15.4.8. <u>Documentação relativa à Qualificação Econômico-Financeira (Art. 31)</u>:

- **15.4.8.1**. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de **90 (noventa) dias** contados da data da sua apresentação;
- 15.4.8.2. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

- 15.4.8.3.1. O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui (capital mínimo ou patrimônio líquido) equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.
- **15.4.8.4**. Comprovação de Capital Social ou Patrimônio Liquido não inferior ao exigido no **subitem 7.2.2** deste edital.

15.4.9. Outras Comprovações (Obrigatórias):

- **15.4.9.1**. Declaração de sujeição ao edital e inexistência de fatos superveniente impeditivos da habilitação, **conforme modelo do Anexo VII**;
- **15.4.9.2**. Declaração de inexistência no quadro funcional da empresa de menor de 18 (dezoito) anos, **conforme modelo do Anexo VIII**;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

- **15.4.9.3**. Declaração que não existe em seu quadro de empregados servidores públicos da contratante, **conformo modelo do Anexo X**;
- **15.4.9.4**. Declaração de que não tem servidor público em seu quadro de empregados, **conformo modelo do Anexo XI**;
- **15.4.9.5**. Declaração de responsável legal, caso a licitante seja vencedora da licitação, comprometendo a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e, para esse fim, fornecemos os seus dados, **conforme modelo do Anexo XVII**.
- 15.4.10. Os documentos que, em seu corpo, não constar a validade somente será considerado válido, para efeito desta licitação, quando expedidos até **90 (noventa) dias** antes da data de abertura dos envelopes da Habilitação ressalvada a hipótese do licitante comprovar que o documento tem prazo superior ao convencionado, mediante juntada de norma legal pertinente.
- 15.4.11. As licitantes que não apresentarem em forma legal e em perfeitas condições a documentação exigida neste item, serão consideradas inabilitadas e excluídas das fases subseqüentes da Licitação, sem direito a qualquer reclamação ou indenização.
- 15.4.12. A ausência de alguma informação em documento exigido poderá ser suprida pela própria Comissão de Licitações, se os dados existirem em outro documento.
- 15.4.13. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital de Licitação perante a Administração a licitante que os tendo aceitado sem objeção, venha a apontar, depois da abertura dos envelopes de habilitação, falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- 15.4.14. A impugnação de que trata o item acima, se houver, deverá ser apresentada de conformidade com artigo 41, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subseqüentes.
- 15.4.15. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos exigidos neste Edital e seus anexos.

16. ORGANIZAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS - ENVELOPE 02

- 16.1. A proposta, apresentada no **ENVELOPE Nº 2**, será redigida no idioma pátrio, impressa, rubricada em todas as suas páginas e ao final firmada pelo representante legal da empresa licitante, sem emendas, entrelinhas ou ressalvas, devendo conter.
- 16.2. As **PROPOSTAS DE PREÇOS** devem ser postas em envelope opaco e lacrado, contendo as seguintes indicações no seu anverso:

ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA DE PREÇOS	3
Edital de CONVITE nº 001/2016	
Prefeitura Municipal de Arapoti	
Proponente:	
CNPJ:	

16.3. O **ENVELOPE** Nº 02 deverá conter todos os documentos a seguir relacionados, que ao final deverão estar assinado(s) pelo representante legal da empresa (indicação do responsável e assinatura), sob pena de desclassificação:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

- 16.3.1. **Proposta de Preços**, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, apresentada **conforme modelo do ANEXO XII**, constando, dentre outros, os seguintes elementos:
 - a) Nome da empresa e CNPJ;
 - b) Preço total da proposta, em algarismos e por extenso;
 - Prazo de execução da obra/serviços, que não deverá ser superior ao estipulado no item "5" das Condições Específicas;
 - d) Prazo de validade da proposta igual ou superior a **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data prevista para a abertura dos envelopes.
- 16.4. O licitante deverá apresentar junto à proposta de preços, **PLANILHA ORÇAMENTÁRIA** de **forma impressa**, obrigatoriamente de acordo com características técnicas, unidades, quantidades, valores unitários e totais, conforme modelo do Anexo II.
 - 16.4.1. A Planilha Orçamentária deverá estar assinada pelo representante legal da proponente.
- 16.5. O licitante deverá apresentar junto à proposta de preços, **CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO** de **forma impressa**, detalhada, em parcelas mensais, contendo valores simples e acumulada, totalizada horizontal e verticalmente, por etapas de serviços, conforme modelo do Anexo III.
 - 16.5.1. O Cronograma Físico Financeiro deverá estar assinada pelo representante legal da proponente.
 - 16.5.2. O cronograma físico financeiro servirá como base também para os pagamentos, acompanhamento da evolução dos serviços e eventual indicativo de atraso, passível de sanções.
- 16.6. Os preços unitários contratuais serão os constantes da Planilha, Quadro de Quantidades e Preços Unitários (propostos), com base na PLANILHA ORÇAMENTÁRIA. Os preços unitários apresentados pelos licitantes não poderão exceder os constantes na planilha orçamentária de referência, sob pena de desclassificação.
- 16.7. O valor máximo estimado para os serviços, objeto desta licitação, conforme especificado no **subitem 8.1** corresponde ao total da Planilha Orçamentária Global.
- 16.8. O Cronograma Físico Financeiro serve de mera referência ao licitante, sendo de sua exclusiva responsabilidade prever adequadamente as etapas do objeto.
- 16.9. Todos os dados informados pelo licitante em sua Planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.
- 16.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pela Comissão, desde que não haja majoração do preço proposto.
- 16.11. Os preços unitários propostos deverão incluir, além dos custos dos materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra necessários aos serviços, todas as despesas diretas e indiretas, custo de teste de controle tecnológico dos materiais empregados, leis sociais etc. Os mesmos são inalteráveis e incluem todos os custos, diretos e indiretos, encargos trabalhistas, previdenciários, civis, fiscais e comerciais e constituem a única remuneração pela execução dos trabalhos contratados.
- 16.12. Mediante solicitação por escrito do proponente, a Comissão de Licitação disponibilizará a Proposta de Preços (arquivo Word), Planilha Orçamentária (arquivo Excel) e o Cronograma Físico Financeiro (arquivo Excel), através do contato (43) 3512-3000/3001 ou e-mail: licitacao@arapoti.pr.gov.br.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

17. ABERTURA E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 17.1. No dia, na hora e no local fixado neste edital, a Comissão de Licitação apresentará os envelopes fechados e inviolados, de cada proponente; rubricará, juntamente com os representantes que assim o desejarem, o envelope nº 02, que contém a proposta de preços, e procederá à abertura do envelope nº 01, que contém a documentação que será submetida ao exame da Comissão de Licitação e das proponentes interessadas.
- 17.2. Após a apresentação do **envelopes nº 01 e nº 02**, o representante da proponente, se não for membro integrante da diretoria e querendo participar ativamente (com poderes legais para representar à proponente) da sessão, deverá apresentar à Comissão de Licitação à **CREDENCIAL**, juntamente com o seu documento de identificação pessoal.
- 17.3. Uma mesma **pessoa não poderá representar mais de uma proponente** sob pena de inabilitação das proponentes que o mesmo representa.
- 17.4. Aberto os envelopes referentes aos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, o seu conteúdo será examinado e rubricado pelos representantes das empresas e pelos membros da Comissão Permanente de Licitação.
- 17.5. Após examinados os documentos, um único representante legal de cada empresa, devidamente credenciado, poderá usar da palavra para solicitar esclarecimentos, registrar protestos ou observações, sendo tudo registrado em ata no momento da reunião.
- 17.6. Registradas as devidas observações, a Comissão examinará os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO das empresas dando ciência aos interessados dos resultados da análise.
- 17.7. Caso a Comissão julgue necessário, a reunião poderá ser suspensa para posterior analise e julgamento dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, desde que tomadas às seguintes providências:
 - 17.7.1.1 Todos os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO das licitantes, deverão ser rubricados pelos membros da Comissão e representantes credenciados, ficando em poder da Comissão até que seja concluída a fase de habilitação.
- 17.8. O resultado do julgamento dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO das licitantes será comunicado as mesmas pela CPL, através de publicação no Diário Oficial do Município de Arapoti.
- 17.9. Invocando os princípios da razoabilidade e da ampla competição e privilegiando o interesse público, a Comissão poderá admitir defeitos na documentação apresentada pelos licitantes desde que estes se configurem como vícios considerados meramente formais, assim entendidos aqueles que não venham a comprometer a disputa ou o atendimento às necessidades da administração, tais como: ausência de timbre, padrão, modelo, tamanho de fonte, etc.
- 17.10. Será inabilitada a empresa que:
 - a) Deixar de apresentar qualquer documento exigido ou apresentá-lo em desacordo com as exigências do presente Edital e seus Anexos;
 - b) Afrontar qualquer condição editalícia.
 - c) Descumprir as exigências contidas no item 15 deste Edital;
- 17.11. A Comissão poderá, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente na documentação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

- 17.12. Caso haja discordância de qualquer decisão da CPL, a sessão poderá ser suspensa pelo prazo de **05 (cinco) dias úteis**, com vistas a dirimir as dúvidas surgidas e/ou, se for o caso, para interposição de recursos.
- 17.13. Não havendo manifestação por parte dos proponentes a Comissão encerrará a sessão informando que o resultado do julgamento da habilitação será encaminhado aos interessados pelos meios usuais de comunicação (edital, "fac-símile", publicação na imprensa oficial).
- 17.14. Será lavrada ata circunstanciada da reunião de recepção e abertura das propostas (envelope nº 01 e nº 02), que registrará as reclamações, observações e demais ocorrências, e será assinada pela Comissão de Licitação e pelas proponentes presentes, que assim o desejarem.
- 17.15. A ausência de assinatura em documento emitido pela proponente poderá ser suprida se o representante estiver presente na sessão e possuir poderes para ratificar o ato, devendo tal fato ser registrado em ata.
- 17.16. Se todas as proponentes forem inabilitadas a Comissão de Licitação poderá fixar o prazo de **8** (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação, conforme disposta no parágrafo 3° do artigo 48 da Lei 8.666/93.
- 17.17. O não comparecimento de um ou mais licitantes não obstará o andamento normal da respectiva fase licitatória.
- 17.18. Nos casos que o licitante não puder mandar um representante legal para a abertura dos envelopes e não tiver o interesse em passar vistas ao processo, poderá mandar, junto aos envelopes das respectivas fases, o **Termo de Renúncia** conforme modelo constante do **ANEXO XVI**.
- 17.19. Caso a Comissão de Licitação conclua o exame dos documentos de habilitação na própria sessão, anunciará o respectivo resultado. Se todas as participantes renunciarem ao prazo para interposição de recurso, quanto à fase de habilitação preliminar, mediante manifestação expressa a constar na respectiva ata que deverá ser assinada por todas as proponentes, a Comissão de Licitação devolverá, mediante recibo ou protocolo, às proponentes inabilitadas os respectivos envelopes nº 2 e procederá à abertura dos envelopes nº 2 das proponentes habilitadas.
- 17.20. Uma vez encerrada a fase da habilitação, o licitante se compromete a não mais desistir da proposta até o encerramento do certame, sob as penalidades da lei. Somente por fundamentação motivo justo decorrente de fato superveniente é que se poderá liberá-lo de continuar no certame.

18. ABERTURA E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 18.1. Na data fixada para a reunião de abertura dos **envelopes nº 2**, a Comissão de Licitação devolverá à proponente não habilitada o respectivo envelope nº 2, fechado e inviolado. Caso a proponente não habilitada não se fizer representar neste ato o envelope nº 2 será devolvido, através dos meios convencionais ou descartá-los ao final do procedimento licitatório após a homologação da licitação.
- 18.2. Iniciados os trabalhos, não caberá desistência de propostas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação.
- 18.3. Desde logo, a CPL, preliminarmente, desclassificará as propostas que não forem apresentadas em papel impresso, ou cujo teor se apresente incompleto ou irregular com relação aos arquivos fornecidos pela Prefeitura Municipal de Arapoti.
- 18.4. Todas as propostas relativas a cada um dos licitantes serão analisadas e rubricadas pela CPL e a seguir oferecidas aos representantes presentes para exame e rubrica.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

- 18.5. Um único representante legal de cada empresa, devidamente credenciado, poderá usar da palavra para solicitar esclarecimentos, registrar protestos ou observações, sendo tudo registrado em ata no momento da reunião.
- 18.6. Concluída a análise das propostas, a Comissão se pronunciará a respeito da classificação ou desclassificação das licitantes. Havendo discordância da posição tomada pela Comissão, as propostas serão reexaminadas, para confirmação ou modificação do posicionamento.
- 18.7. Caso a Comissão julgue necessário, a reunião será suspensa para posterior analise e julgamento da PROPOSTA DE PREÇOS, desde que tomadas as seguintes providências:
 - 18.7.1. Todas as propostas, deverão ser rubricados pelos membros da Comissão e representantes credenciados, ficando em poder da Comissão até que seja concluída a fase de classificação.
- 18.8. O resultado do julgamento da PROPOSTA DE PREÇOS apresentada pelas licitantes, será comunicado as mesmas pela CPL, através de meios eletrônicos e publicação no Diário Oficial do Município de Arapoti ou pela ciência da ata da sessão, por meio de suas assinaturas.
- 18.9. As PROPOSTAS DE PREÇOS que atenderem, na sua essência, aos requisitos definidos neste edital serão verificadas, ajustadas e, se for o caso, corrigidas pela Comissão, na forma indicada a seguir:
 - a) Erro de multiplicação de preço unitário pela quantidade correspondente: será retificado, mantendo-se o preço unitário e a quantidade e corrigindo-se o produto;
 - Erro de adição: será retificado, conservando-se as parcelas corretas e corrigindo-se a soma;
 - c) Divergência entre o prazo constante da carta-proposta e o cronograma proposto: será considerado o cronograma proposto, retificando-se o prazo da carta-proposta;
 - d) Havendo descrições de serviços iguais com diferentes preços unitários, a comissão considerará como válido o menor valor dentre eles;
 - e) Havendo divergência entre os valores grafados por algarismos e por extenso, a Comissão considerará como válido o valor que coincidir com o valor total da(s) planilha(s);
 - f) Apresentando valor com mais de duas casas decimais terá o valor desconsiderado no que exceder esse limite.
- 18.10. Serão desclassificadas as propostas que:
 - a) Apresentem omissões, rasuras, erros substanciais ou que desatendam as condições exigidas;
 - b) Contiverem preços globais excessivos ou manifestamente inexequíveis;
 - b.1) Considerar-se-ão excessivos os preços globais que ultrapassem os valores orçados pela Prefeitura;
 - b.2) Considerar-se-ão manifestamente inexequíveis, os preços que se enquadrarem nos critérios estabelecidos no Art. 48, § 1º, da Lei nº 8.666/93, consolidada.
 - c) Apresentarem preços globais ou unitários nulos, e/ou simbólicos, irrisórios ou de valor zero ou, ainda, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado da região, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração conforme Art. 44 § 3° da Lei 8.666/93 consolidada.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

- d) Apresentarem divergência entre o valor total da(s) planilha(s) e o valor constante da proposta de preços, caso não aceite a utilização do menor valor informado para ambos, ou seja, tanto para o valor total da(s) planilha(s) quanto para o valor informado na proposta de preços.
- e) Aceitando a condição acima descrita, será constado em ata o valor e a concordância da empresa, a qual deverá, caso seja necessário adequar no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a(s) planilha(s) e a proposta de preços.
- f) Apresentarem preço unitário proposto superior aos estimados constantes da Planilha Orçamentária Global da Prefeitura, caso não aceite substituir o preço unitário proposto pelo preço unitário estimado na Planilha Orçamentária da Prefeitura.
- Não atenderem outras exigências do presente Edital, consideradas desclassificatórias.
- 18.11. A comissão poderá rejeitar todas as propostas apresentadas quando nenhuma delas satisfizer o propósito da licitação ou quando for evidente a inexistência de concorrência ou existência de conluio;
- 18.12. No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito por meio de sorteio em seção pública, com a presença dos membros da CPL, dos representantes das licitantes empatadas que assim o desejarem e demais interessados.
- 18.13. Havendo no certame participação de microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparadas, a mesma poderá usufruir do benefício da Lei Complementar 123/06.
- 18.14. Caso a licitante cuja proposta tenha sido a mais vantajosa não esteja enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparadas, será dada preferência na contratação às empresas assim enquadradas, sendo observado o seguinte procedimento:
 - 18.14.1. Serão consideradas empatadas as propostas apresentadas pelas **microempresas**, **empresas de pequeno porte** ou **equiparadas** cujos valores sejam iguais ou superiores em até 10% (dez por cento) à proposta mais vantajosa.
 - 18.14.2. Ocorrendo à situação descrita no item anterior, a microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparadas mais bem classificada terá o direito de apresentar nova proposta com o valor inferior àquela previamente considerada mais vantajosa, e será considerada detentora da melhor proposta, caso assim o faça.
 - 18.14.3. Em caso de empate ficto, a Comissão convocará o licitante que faz jus ao exercício do direito de preferência para apresentar nova proposta em um prazo de 2 (dois) dias úteis.
 - 18.14.4. Se na situação acima a licitante não fizer uso de sua prerrogativa, serão convocadas as microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas remanescentes, cujas propostas estejam de acordo com os parâmetros estejam fixados neste edital, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito.
- 18.15. Se todas as propostas de preços forem desclassificadas, a Comissão de Licitação poderá fixar o prazo de **8 (oito) dias úteis**, conforme disposta no parágrafo 3° do artigo 48 da Lei 8.666/93.
- 18.16. Atendida às condições fixadas neste Edital, será considerado vencedor da licitação, o licitante que apresentar o **MENOR PREÇO**, assim entendido, aquele que representar o menor valor total, respeitados os valores unitários máximos constantes da Planilha Orçamentária da Prefeitura.
- 18.17. A intimação do resultado final do julgamento das propostas será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.





SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

	19.	IMPUGNAÇÕES, INTERPOSIÇÕES	RECURSOS	ADMINISTRATIVOS	E	OUTRAS
1						

19.1. DAS IMPUGNAÇÕES

- a) Qualquer cidadão poderá impugnar este edital por irregularidade na aplicação da legislação vigente, em especial a Lei Federal nº 8.666/93, devendo endereçar o pedido à Comissão Permanente de Licitação e protocolizá-lo até **05 (cinco) dias úteis**, inclusive, antes da data indicada no **subitem 5.1** deste edital.
- b) Qualquer empresa licitante poderá impugnar o edital por irregularidade na aplicação da legislação vigente, em especial da Lei Federal nº 8.666/93, devendo endereçar o pedido à Comissão Permanente de Licitação e protocolizá-lo até **02 (dois) dias úteis**, inclusive, antes da data indicada no **subitem 5.1** deste edital.
- c) Tomar-se-á por base, para efeito de contagem de prazo, a exclusão da data fixada no **subitem 5.1** e a inclusão da data do vencimento para o recebimento das impugnações.
- 19.1.1. As impugnações aqui referidas deverão ser protocolizadas diretamente na Divisão de Licitação e Compras, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, 180, Bloco D, Salas 60, 61, 62, 63 ou 64, Centro Cívico, Arapoti, Paraná, de 2ª, 3ª, 4ª e 5ª feira das 08h00mim às 11h30min e das 13h00min às 17h30min e 6ª feira das 08h00mim às 11h30min e das 13h00min às 16h00min.
- 19.1.2. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente, devendo, por conseguinte, entregar os Documentos de Habilitação e a Proposta de Preços à Comissão de Licitação, junto com as outras licitantes, na data, hora e local fixados no subitem 5.1 deste edital.
- 19.1.3. Não serão conhecidas às impugnações encaminhadas por fac-símile, e-mail ou qualquer outro meio que não o previsto no **subitem 19.1 "b"**.

19.2. DOS RECURSOS

- a) Cabe recurso ou representação ou pedido de reconsideração contra os atos da Comissão Permanente de Licitação praticados nesta licitação, que serão processados nos termos e condições dispostos no art. 109 da Lei Federal nº 8.666/1993.
- b) Das decisões proferidas pela Comissão Permanente de Licitação quanto a ato de "habilitação ou inabilitação" de empresa licitante e "julgamento de propostas", caberão recursos a Comissão Permanente de Licitação, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da lavratura da ata ou intimação do ato.
- c) O Recurso Administrativo interposto tanto na fase de habilitação como na fase de classificação e julgamento das propostas, terá efeito suspensivo.
- d) Nenhum prazo de Recurso Administrativo se iniciará ou correrá, sem que os autos do processo estejam com vistas franqueadas aos interessados.
- 19.2.1. Os recursos aqui referidos deverão ser protocolizados diretamente na Divisão de Licitação e Compras, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, 180, Bloco D, Salas 60, 61, 62, 63 ou 64, Centro Cívico, Arapoti, Paraná, de 2ª, 3ª, 4ª e 5ª feira das 08h00mim às 11h30min e das 13h00min às 17h30min e 6ª feira das 08h00mim às 11h30min e das 13h00min às 16h00min.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

19.2.2. Não será conhecida a Impugnação ou o Recurso Administrativo interpostos em desacordo com as condições deste edital.

20. CONTRATAÇÃO

- 20.1. A proponente vencedora deverá assinar o Termo de Contrato, conforme Minuta de Contrato, ANEXO IV, impreterivelmente até **5 (cinco) dias úteis** após notificada por escrito pela Divisão de Licitação e Compras ao endereço eletrônico (declinado pelo licitante na sua proposta de preços), ofício, ou qualquer outro meio a critério da Contratante.
 - 20.1.1. Esse prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela empresa licitante vencedora durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.
 - 20.1.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o Município de Arapoti para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de **03 (três) dias**, a contar da data de seu recebimento.
- 20.2. No caso de a empresa vencedora não assinar o termo de contrato no prazo e condições acima estabelecidos, o Órgão Licitador poderá convocar as empresas licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei Federal n° 8.666/1993.
- 20.3. O contrato decorrente desta Licitação poderá ser alterado conforme artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 20.4. Por ocasião da celebração do contrato, o licitante vencedor deverá demonstrar a regularidade fiscal (apresentando novamente os documentos exigidos no **subitem 15.4.3** como condição para celebração do ajuste, devendo manter as mesmas condições de habilitação quando da execução do contrato.
- 20.5. A minuta do termo de contrato decorrente desta licitação se encontra transcrita no ANEXO IV Minuta de Contrato.
- 20.6. Sanções administrativas:
 - 20.6.1. Deverão ser aplicadas na forma do disposto no item 26.4 deste edital.
- 20.7. Considerando os propósitos dos **itens 29.1 e 29.1.1** deste Edital, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

21. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

21.1. A Contratada assumirá total responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços, pelo fornecimento de equipamentos, materiais, mão-de-obra, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como por quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados a Contratante ou a terceiros.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

- 21.2. Deverão ser observadas todas as normas técnicas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT, Corpo de Bombeiros de Estado do Paraná e INMETRO na execução dos serviços. Se necessário, devem ser considerados requisitos estabelecidos por entidades estrangeiras congêneres (ASTM, DIN, etc.) para determinados materiais e serviços, quando inexistirem especificações brasileiras correspondentes.
- 21.3. A contratada deverá executar os serviços obedecendo a todas as condições descritas na Minuta de Contrato ANEXO IV e deverão atender fielmente os projetos, cronograma e especificações constantes dos Anexos deste Edital, bem como, normas e legislações em vigor.

22. PAGAMENTOS

22.1. Os pagamentos serão os estabelecidos na Cláusula Quarta da minuta de contrato anexa a este edital (ANEXO IV).

23. CRITÉRIOS DE REAJUSTE

23.1. O valor do contrato será fixo e irreajustável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do índice INCC DI/FGV ou outro que vier a substituí-lo, e afetará exclusivamente as etapas/parcelas do empreendimento cujo atraso não decorra de culpa da contratada.

24. FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL

- 24.1. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada diretamente pela Fiscalização, composta por preposto(s), devidamente credenciados pela Contratante informada no Termo de Contrato.
- 24.2. Os critérios e condições do exercício da fiscalização e do recebimento do objeto contratual são os estabelecidos na Cláusula Sexta da **Minuta de Contrato ANEXO IV** deste Edital.

25. SANÇÕES

- 25.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 a Contratada que inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; ensejar o retardamento da execução do objeto; fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal; ou não mantiver a proposta;
- 25.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - 25.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
 - 25.2.2- Multa pelo atraso injustificado no início da execução dos serviços, no andamento previsto no cronograma ou na conclusão do mesmo, a contratada ficará sujeita à penalidade de multa, a ser calculada pela seguinte equação:

M=V. F.N Onde:

M=valor da multa

V=valor correspondente à fase, etapa ou parcela da obra em atraso.

N=período de atraso em dias corridos

F=fator percentual progressivo segundo tabela abaixo:

PERÍODO DE ATRASO EM DIAS CORRIDOS	(%)
1º- Até 10 dias	0,3
2 °- De 11 a 20 dias	0,6
3º- De 21 a 30 dias	0,9
4º- De 31 a 40 dias	1,2
5º- Acima de 41 dias	1,5

- 25.2.3- Multa de 0,1% (zero virgula um por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de reincidência dos motivos determinantes da aplicação da penalidade de advertência;
- 25.2.4- Multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, em cada irregularidade cometida pela empresa e que não gere a inexecução parcial do objeto;
- 25.2.5- Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, quando o atraso injustificado no andamento previsto no cronograma e na conclusão do mesmo, ocasionar a rescisão contratual; e nas demais hipóteses de inexecução parcial do contrato.
- 25.2.6- Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, nos caso de inexecução total do contrato.
- 25.2.7- As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.
- 25.2.8- A multa será cobrada administrativamente pelo Órgão ou, ainda, judicialmente.
 - 25.2.8.1- Quando prestada garantia à execução do contrato, o valor da multa será descontado da garantia, que deverá ser reforçada pela contratada.
 - 25.2.8.2- Se o valor da multa for superior à garantia, a diferença será cobrada administrativamente ou, ainda, judicialmente.
- 25.2.9- Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 25.2.10- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior;
- 25.3. A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.
- 25.4. A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades condições:
 - 25.4.1. Fixa-se a multa de mora em 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), a incidir sobre o valor total atualizado do contrato, ou sobre o saldo atualizado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado.
 - 25.4.2. Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do objeto.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

- 25.4.3. A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no item 26 deste edital e na Lei Federal nº 8.666/93.
- 25.5. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.
- 25.6. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:
 - 25.6.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 25.6.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 25.6.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 25.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 25.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 25.9. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
 - 25.9.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 25.10. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

26. RESCISÃO

26.1. Nas ocasiões e na forma como disposto na Cláusula Décima Quarta da **Minuta de Contrato - ANEXO IV** deste Edital, poderá o Contrato ser rescindido.

27. HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

- 27.1. O julgamento da licitação será submetido à homologação do Prefeito Municipal, que adjudicará o objeto da licitação à empresa vencedora.
- 27.2. O Prefeito Municipal, em despacho fundamentado, poderá revogar a licitação por razões de interesse público e deverá anulá-la de ofício ou por provocação de terceiros, verificada a ocorrência de qualquer ilegalidade.

28. FRAUDE E CORRUPÇÃO

28.1. Os licitantes, fornecedores, empreiteiros e seus agentes (sejam eles declarados ou não), subcontratados, subconsultores, prestadores de serviço e fornecedores, além de todo funcionário a eles vinculado, que mantenham os mais elevados padrões de ética durante a aquisição e execução de contratos:



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

- 28.1.1. Define, para os fins desta disposição, os termos indicados a seguir:
 - a) Prática corrupta: significa oferecer, entregar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido a ação de terceiros;
 - **b) Prática fraudulenta**: significa qualquer ato, falsificação ou omissão de fatos que, de forma intencional ou irresponsável induza ou tente induzir uma parte a erro, com o objetivo de obter beneficio financeiro ou de qualquer outra ordem, ou com a intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;
 - c) Prática colusiva: significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um objetivo indevido, inclusive influenciar indevidamente as ações de outra parte;
 - **d) Prática coercitiva**: significa prejudicar ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar indevidamente as ações de uma parte.
 - e) Prática obstrutiva: significa:
 - **e.1)** deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma investigação do Banco de alegações de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada, para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento, ou
 - **e.2)** atos que tenham como objetivo impedir materialmente o exercício dos direitos do Banco de promover inspeção ou auditoria, estabelecidos no parágrafo (28.1.5) abaixo:
- 28.1.2. Rejeitará uma proposta de outorga se determinar que o licitante recomendado para a outorga do contrato, ou qualquer do seu pessoal, ou seus agentes, subconsultores, subempreiteiros, prestadores de serviço, fornecedores e/ou funcionários, envolveu-se, direta ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao concorrer para o contrato em questão;
- 28.1.3. Declarará viciado o processo de aquisição e cancelará a parcela do empréstimo alocada a um contrato se, a qualquer momento, determinar que representantes do Mutuário ou de um beneficiário de qualquer parte dos recursos empréstimo envolveram-se em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de aquisição ou de implementação do contrato em questão, sem que o Mutuário tenha adotado medidas oportunas e adequadas, satisfatórias ao Banco, para combater essas práticas quando de sua ocorrência, inclusive por falhar em informar tempestivamente o Banco no momento em que tomou conhecimento dessas práticas;
- 28.1.4. Sancionará uma empresa ou uma pessoa física, a qualquer tempo, de acordo com os procedimentos de sanção cabíveis do Banco6, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado: (i) para a outorga de contratos financiados pelo Banco; e (ii) para ser designado' subempreiteiro, consultor, fornecedor ou prestador de serviço de uma empresa elegível que esteja recebendo a outorga de um contrato financiado pelo Banco;
- 28.1.5. Os licitantes, fornecedores e empreiteiros, assim como seus subempreiteiros, agentes, pessoal, consultores, prestadores de serviço e fornecedores, deverão permitir que o Banco inspecione todas as contas e registros, além de outros documentos referentes à apresentação das

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

propostas e à execução do contrato, e os submeta a auditoria por profissionais designados pelo Banco.

29. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 29.1. A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 29.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 29.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 29.4. A participação na licitação implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus Anexos, bem como da obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.
- 29.5. Qualquer modificação no instrumento convocatório exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 29.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o **primeiro dia útil** subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação da Comissão em sentido contrário.
- 29.7. É facultada à Comissão ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 29.8. As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 29.9. Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra deste Edital e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos, nos termos do artigo 32, § 5°, da Lei n° 8.666, de 1993.
- 29.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 29.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 29.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.
- 29.13. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão com base nas disposições da Lei nº 8.666, de 1993, e demais diplomas legais eventualmente aplicáveis.
- 29.14. Somente a Comissão Permanente de Licitação está autorizada a prestar, formalmente, informações ou esclarecimento a respeito desta licitação.

Anexo I

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

29.15. Será aplicada à prerrogativa disposta no parágrafo 3° do artigo 48 da Lei 8.666/93, o qual dispõe que: "Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo".

29.16. São partes integrantes deste edital os seguintes elementos instrutores, bem como quaisquer adendos posteriores emitidos:

	,
Anexo II	Planilha orçamentária estimado;
Anexo III	Cronograma físico financeiro;
Anexo IV	Minuta do contrato;
Anexo V	Modelo de carta de credenciamento;
Anexo VI	Modelo de declaração de recebimento de documentos;
Anexo VII	Modelo de declaração de sujeição ao edital e inexistência de fatos supervenientes
	impeditivos da habilitação;
Anexo VIII	Modelo de declaração de inexistência de trabalho de menor;
Anexo IX	Modelo de declaração para microempresa ou empresa de pequeno porte;
Anexo X	Modelo de declaração de não parentesco;
Anexo XI	Modelo de declaração de não servidor público no quadro de empregados da
	empresa;

Anexo XII Modelo de proposta de preços;

Memorial Descritivo;

Anexo XIII Modelo de declaração de responsabilidade técnica;

Anexo XIV Modelo de capacidade financeira;

Anexo XV Atestado de visita;

Anexo XVI Modelo de declaração de renúncia;

Anexo XVII Modelo de declaração de responsável legal;

Anexo XVIII Projetos.

Arapoti (PR), 15 de agosto de 2016.

PAULO ROBERTO DA SILVA

Presidente da CPL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

ANEXO I

MEMORIAL DESCRITIVO

O arquivo (MEMORIAL DESCRITIVO) estará disponível no site da Prefeitura Municipal no endereço eletrônico www.arapoti.pr.gov.br junto ao edital, ou poderá retirá-lo junto a Comissão de Licitação da Divisão de Licitação e Compras, na Rua Ondina Bueno de Siqueira, 180, Centro Cívico, Arapoti, Paraná, de segunda a quinta-feira das 08h00min às 11h30min e das 13h00min as 17h00min e sexta-feira das 08h00min às 11h30min e das 13h00min as 14h00min.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

ANEXO II

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1 Demolição de piso de concreto		31,05	39,17	1.216,23
2	Construção de rampas de acessibilidade em concreto com 7 cm de espessura com tela armada de CA-60 a cada 20 cm	m³	31,05	190,00	5.899,50
3	Construção de vigas mestras de concreto com travamento em broca de fundação de 0,6 cm de profundidade	m linear	12,00	89,00	1.068,00
4	Instalação de corrimão metálico de acessibilidade (NBR 9050/2004)	m linear	17,00	149,85	2.547,45
5	Aterro e compactação do solo	m³	1,55	85,00	131,75
6	Limpeza do canteiro e das rampas	Serv.	1,00	158,33	158,33
			VA	LOR TOTAL	11.021,26

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

ANEXO III

CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	PRAZO EXECU	COEF.	
,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,		30	TOTAL	INFL %
1	Demolição de piso de concreto	100%	1.216,23	11,03%
2	Construção de rampas de acessibilidade em concreto com 7 cm de espessura com tela armada de CA-60 a cada 20 cm	100%	5.899,50	53,53%
3	Construção de vigas mestras de concreto com travamento em broca de fundação de 0,6 cm de profundidade	100%	1.068,00	9,69%
4	Instalação de corrimão metálico de acessibilidade (NBR 9050/2004)	100%	2.547,45	23,11%
5	Aterro e compactação do solo	100%	131,75	1,20%
6	Limpeza do canteiro e das rampas	100%	158,33	1,44%
		TOTAL	11.021,26	100,00%



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

ANEXO XIV

MINUTA CONTRATO

Processo r	nº 127/2016
Convite nº	001/2016
Contrato n	°/20

TERMO	DE	CON.	TRATO	DE	OB	RA,	QU	E
FAZEM	ENTR	E SI (MUM C	CÍPIO	DE	ARA	NPO1	r I
E A EMF	PRES/	4					_	

O MUNICIPIO DE ARAPOTI, com sede na Rua Placídio Leite, nº 148, Bairro Centro Cívico, em Arapoti,
Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o n º 75.658.377/0001-31, neste ato representado pelo Prefeito
Municipal, o Senhor BRAZ RIZZI, residente e domiciliado na Rua João Rogenski, nº 290, Bairro Vila
Rudy, em Arapoti, Estado do Paraná, brasileiro, viúvo, portador do RG. nº 882.131-3 expedida pela
SSP/PR, e inscrito no CPF nº 177.929.759-91, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa
inscrita no CNPJ/MF sob o nº, sediada na, nº
, Bairro, Cidade, Estado, doravante designada
CONTRATADA, neste ato representada pelo (a) Sr. (a), portador (a) da Carteira
de Identidade RG. nº, expedida pela SSP/, e inscrito(a) no CPF nº,
residente e domiciliado na, nº, Bairro, Cidade, Estado
, tendo em vista o que consta no Processo nº 127/2016 e em observância às disposições
da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, da Lei Complementar nº 123, de 14
de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, resolvem
celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Convite nº 001/2016, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1- O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no Centro de Convivência do Idoso, mediante o regime empreitada por preço global, que será prestado nas condições estabelecidas no Memorial Descritivo e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Instrumento Convocatório do certame que deu origem a este instrumento contratual.
- 1.2- Este Termo de Contrato vincula-se ao Instrumento Convocatório do Convite nº 001/2016, e seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 2.1- De acordo com o disposto nas cláusulas deste contrato, a fim de atender ao bom desempenho dos compromissos ora assumidos, a **CONTRATADA** obriga-se à:
 - 2.1.1- Se responsabilizar pela preservação do sigilo e pelo uso restrito à execução dos serviços, de informações sensíveis (informações proprietárias) relacionadas a aspectos técnicos, operacionais, comerciais, jurídicos e financeiros da **CONTRATANTE**, a que tenha acesso em decorrência da relação contratual.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

- 2.1.2- Iniciar os serviços de fiscalização no prazo máximo de **05 (cinco) dias** após o recebimento da Ordem de Serviço emitida pela Secretaria Municipal de Infraestrutura;
- 2.1.3- Disponibilizar um aparelho de telefone celular de contato ao responsável técnico que funcione adequadamente no local da obra, de modo a permitir que a Coordenação de Engenharia o contate sempre que necessário.
- 2.1.4- Manter durante toda a execução do contrato, preposto domiciliado em Arapoti, com poderes expressos para responder civil, penal e administrativamente pela contratada. A indicação do preposto deverá ser feita quando da assinatura do contrato:
- 2.1.5- Comunicar ao gestor do contrato da **CONTRATANTE**, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, que venha a afetar o andamento dos trabalhos e prestar os esclarecimentos julgados necessários.
- 2.1.6- Registrar as ocorrências havidas durante a execução do presente contrato, dando ciência a Contratante, respondendo integralmente por sua omissão.
- 2.1.7- Atender no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, quaisquer notificações da Contratante, relativas a irregularidades praticadas por seus empregados, bem como ao descumprimento de qualquer obrigação contratual.
- 2.1.8- Apresentar mensalmente a lista de funcionários envolvidos na prestação do serviço, com sua identificação (nome completo, CPF, CTPS, etc.) e as comprovações de quitação de todos os débitos trabalhistas contratuais e rescisório referentes a estes:
- 2.1.9- Responder pelos postulados vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, bem como assegurar os direitos e cumprimentos de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação específica do setor em que atua, obrigando-se a prestar o serviço em conformidade com os padrões de qualidade e normas expedidas para o setor.
- 2.1.10- Responder pelos danos causados diretamente a Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quanto da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante.
- 2.1.11- Responder por todos os ônus, encargos sociais e trabalhistas, tributos, taxas, seguros, contribuições e indenizações decorrentes da prestação dos serviços.
- 2.1.12 Emitir as Anotações de Responsabilidade Técnica perante o Conselho Profissional ao qual se subordina o profissional responsável técnico, imediatamente após a emissão da Ordem de Serviço e do ato/fato posterior que demande o registro.
- 2.1.13- Responsabilizar-se pelo pagamento de multas e emolumentos cuja incidência se relacione com o serviço objeto contratado.
- 2.1.14- Arcar com todas as responsabilidades decorrentes do objeto licitado, nos termos do Código Civil e do Código de Defesa e Proteção do Consumidor.
- 2.2- A constatação de qualquer procedimento irregular pela **CONTRATADA** implicará na retenção dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, até que seja feita a regularização.
- 2.3- Comunicar ao **CONTRATANTE**, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.
- 2.4- Manter, durante toda execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigida nesta licitação.
- 2.5- Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**.
- 2.6- Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências do CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 3.1- Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por um representante especialmente designado pela autoridade competente da **CONTRATANTE**, nos termos do art. 67 da Lei 8.666/93 e suas alterações.
- 3.2- Permitir acesso dos empregados da contratada às suas dependências, para execução dos serviços referentes ao objeto, quando necessários.
- 3.3- Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da contratada.
- 3.4- Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela empresa contratada, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela **CONTRATANTE**, não devem ser interrompidos.
- 3.5- Emitir, por intermédio da Administração do **CONTRATANTE**, pareceres sobre os atos relativos à execução do contrato, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços, à exigência de condições estabelecidas neste Memorial Descritivo e à proposta de aplicação de sanções.
- 3.6- Tornar disponíveis as instalações e os equipamentos necessários à prestação dos serviços, quando for o caso.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, DAS MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS E DA FORMA DE PAGAMENTO

- 4.1- O preço global para a execução do objeto deste Contrato é de R\$ _____ (___valor por extenso___), daqui por diante denominado "VALOR CONTRATUAL".
- 4.2- No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 4.3- O pagamento dos serviços será efetuado pela CONTRATANTE em moeda brasileira corrente, no prazo de até **15 (quinze) dias úteis** dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento das atividades executadas e dos materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 4.4- A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de **05 (cinco) dias**, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.
- 4.5- A Nota Fiscal/Fatura será emitida pela Contratada de acordo com os seguintes procedimentos:
 - 4.5.1- Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia das atividades executadas no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.
 - 4.5.2- Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando as atividades previstas para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executadas em sua totalidade.
 - 4.5.3- Juntamente com a primeira medição, a Contratada deverá apresentar:
 - comprovação de matrícula da obra junto à Previdência Social;
 - ART pela CONTRATADA.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

- 4.5.4- A Contratada apresentará, a cada medição, cópia da guia de recolhimento da Previdência Social GPS do(s) mês(s) de execução por obra(s), devidamente quitada(s), de conformidade com o relatório do SEFIP/GFIP com as folhas detalhadas e resumidas por obra, bem como comprovante(s) de transmissão do(s) arquivo(s) para a Caixa Econômica Federal, e cópia(s) da(s) guia(s) de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS do(s) último(s) recolhimento(s) devido(s), devidamente quitada(s), de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, exclusivo para a(s) obra(s).
- 4.5.4- A Contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.
- 4.5.5- A liberação da última parcela fica condicionada à apresentação:
 - da certidão negativa de débitos, expedida pelo INSS, referente ao objeto contratado concluído;
 - do Termo de Recebimento Provisório.
- 4.6- A Contratante terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data da apresentação da medição, para aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, a medição prévia relatada pela Contratada, bem como para avaliar a conformidade das atividades executadas, inclusive quanto à obrigação de utilização de produtos e subprodutos florestais de comprovada procedência legal.
- 4.7- A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva das atividades executadas.
- 4.8- Após a aprovação, a Contratada emitirá Nota Fiscal/Fatura no valor da medição definitiva aprovada, acompanhada da planilha de medição de serviços e de memória de cálculo detalhada.
- 4.9- O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, acompanhada dos demais documentos exigidos neste instrumento contratual.
- 4.10- O "atesto" da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com as atividades efetivamente executadas, bem como às seguintes comprovações, que deverão obrigatoriamente acompanhá-la:
 - 4.10.1- Do pagamento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social) e da regularidade trabalhista, correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, quanto aos empregados diretamente vinculados à execução contratual;
 - 4.10.2- Da regularidade fiscal, constatada através de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no artigo 29 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 4.11- O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação às atividades efetivamente prestadas e aos materiais empregados.
- 4.12- Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 4.13- Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 4.14- Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

- 4.15- Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 4.16- Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 4.17- Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 4.18- Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.
- 4.19- Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente.
- 4.20- Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei n. 8.212, de 1993.
 - 4.20.1- A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na Lei Complementar n. 123, de 2006.
 - 4.20.2- Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.
- 4.21- Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)

I = (6/100) / 365

I = 0.00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO

- 5.1- O valor do contrato será fixo e irreajustável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do índice INCC DI/FGV ou outro que vier a substituí-lo, e afetará exclusivamente as etapas/parcelas do empreendimento cujo atraso não decorra de culpa da contratada.
- 5.2- Em caso de aditivo contratual em que a vigência do contrato ultrapasse um ano da database da proposta, será efetuado reajuste do contrato com base na aplicação do índice INCC DI/FGV, sobre o saldo remanescente dos serviços, devendo ser aplicado à fórmula a seguir:

SR = S(112/10)

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

R = SR - S

112 = índice fNCC-DI/FGV do 12º mês após proposta.

10 = índice INCC-DI/FGV do mês da proposta.

S = saldo de contrato após medição referente ao 12º mês da proposta.

SR = saldo reajustado

R = valor do reajuste

5.3- Os eventuais reajustamentos para garantir o equilíbrio econômico-financeiro deste contrato estarão, ainda, sujeito a leis, medidas provisórias e decretos que venham regular novos procedimentos em função de medidas econômicas de interesse do País e do Estado do Paraná.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

- 6.1- Constituirá motivo de rescisão do Contrato:
 - a) o não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações projetos e prazos definidos para execução dos serviços;
 - b) o desenvolvimento lento na execução do objeto contratual, levando a Fiscalização a comprovar a impossibilidade da sua conclusão no prazo contratual;
 - c) o atraso injustificado no início dos serviços;
 - d) a paralisação da execução do objeto sem justa causa e prévia comunicação à Fiscalização do CONTRATANTE;
 - e) a subcontratação total ou parcial dos serviços contratados sem a anuência prévia do CONTRATANTE; a associação do Contratado com outrem para a execução do objeto contratual; a cessão ou transferência total ou parcial bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas nesta Licitação;
 - f) o desatendimento das determinações da Fiscalização;
 - g) o cometimento reiterado de faltas na sua execução anotadas no Diário de Obras;
 - h) a decretação de falência, a instauração de insolvência civil; ou a dissolução da CONTRATADA:
 - i) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da Contratada, que, a juízo do CONTRATANTE, prejudique a execução do objeto contratual;
 - j) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Prefeito Municipal;
 - k) a supressão, pelo CONTRATANTE, de parte dos serviços contratados, acarretando modificações do valor inicial do contrato além dos limites legais;
 - I) a suspensão de execução do objeto contratual, ordenada por escrito pelo CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras imprevistas, assegurado à Contratada, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
 - m) o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à Contratada direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
 - n) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do objeto;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

- o) o não cumprimento pela CONTRATADA, das obrigações relativas à saúde e à segurança no trabalho dos seus empregados, previstas na Legislação Federal, Estadual e Municipal ou de dispositivos relativos à matéria constantes de acordo, convenção ou dissídio coletivo;
- p) a falta de cumprimento pela CONTRATADA da legislação trabalhista relativa a seus empregados;
- q) a inobservância pela CONTRATADA da legislação relativa à proteção do meio-ambiente;
- r) a falta de comprovação pela CONTRATADA das quitações dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do Contrato.
- 6.2- A rescisão contratual poderá ser:
 - a) determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos em que a legislação assim o permitir;
 - b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da Licitação, desde que haja conveniência;
 - c) judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇOES ADMINISTRATIVAS

- 7.1- Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 a Contratada que inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; ensejar o retardamento da execução do objeto; fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal; ou não mantiver a proposta;
- 7.2- A Contratada que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - 7.2.1- Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
 - 7.2.2- Multa pelo atraso injustificado no início da execução dos serviços, no andamento previsto no cronograma ou na conclusão do mesmo, a contratada ficará sujeita à penalidade de multa, a ser calculada pela seguinte equação:

M=V. F.N Onde:

M=vaior da multa

V=valor correspondente à fase, etapa ou parcela da obra em atraso.

N=período de atraso em dias corridos

F=fator percentual progressivo segundo tabela abaixo:

PERÍODO DE ATRASO EM DIAS CORRIDOS	(%)
1º- Até 10 dias	0,3
2º- De 11 a 20 dias	0,6
3°- De 21 a 30 dias	0,9
4º- De 31 a 40 dias	1,2
5°- Acima de 41 dias	1,5

- 7.2.3- Multa de 0,1% (zero virgula um por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de reincidência dos motivos determinantes da aplicação da penalidade de advertência;
- 7.2.4- Multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, em cada irregularidade cometida pela empresa e que não gere a inexecução parcial do objeto;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

- 7.2.5- Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, quando o atraso injustificado no andamento previsto no cronograma e na conclusão do mesmo, ocasionar a rescisão contratual; e nas demais hipóteses de inexecução parcial do contrato.
- 7.2.6- Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, nos caso de inexecução total do contrato.
- 7.2.7- As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.
- 7.2.8- A multa será cobrada administrativamente pelo Órgão ou, ainda, judicialmente.
 - 7.2.8.1- Quando prestada garantia à execução do contrato, o valor da multa será descontado da garantia, que deverá ser reforçada pela contratada.
 - 7.2.8.2- Se o valor da multa for superior à garantia, a diferença será cobrada administrativamente ou, ainda, judicialmente.
- 7.2.9- Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 7.2.10- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior;
- 7.3- A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.
- 7.4-. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.
- 7.5-. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:
 - 7.5.1- Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 7.5.2- Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 7.5.3- Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 7.6- A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 7.7-. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 7.8-. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
 - 7.8.1- Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 7.9- As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA OITAVA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

8.1- Fica estabelecida à forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, nos termos do Artigo 10, Inciso II, "a" da Lei 8.666/93.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 9.1- A Contratada assumirá total responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços, pelo fornecimento de equipamentos, materiais, mão-de-obra, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como por quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados a Contratante ou a terceiros.
- 9.2- Deverão ser observadas todas as normas técnicas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT, Corpo de Bombeiros de Estado do Paraná e INMETRO na execução dos serviços. Se necessário, devem ser considerados requisitos estabelecidos por entidades estrangeiras congêneres (ASTM, DIN, etc.) para determinados materiais e serviços, quando inexistirem especificações brasileiras correspondentes.
- 9.3- A contratada deverá executar os serviços obedecendo a todas as condições descritas neste contrato e deverão atender fielmente os projetos, cronograma e especificações constantes dos Anexos deste Edital, bem como, normas e legislações em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS PRAZOS

- 10.1- O prazo de vigência deste instrumento contratual será de **90 (noventa) dias corridos**, com início na data de __/__/20__ e encerramento em __/__/20__, a contar da assinatura deste contrato.
- 10.2- O prazo máximo para o início dos trabalhos fica fixado em, no máximo, **5 (cinco) dias**, contados da assinatura deste contrato.
- 10.3- O prazo execução para a conclusão total dos serviços fica fixado em **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do **5º (décimo) dia** da assinatura deste contrato.
 - 10.3.1- A prorrogação do prazo ficará a exclusivo critério do CONTRATANTE, desde que ocorram alguns dos motivos elencados no § 1º, do art. 57, da Lei nº 8.666/93.
 - 10.3.2- A CONTRATADA se obriga a acatar as solicitações da **Secretaria Municipal de Assistência Social** do CONTRATANTE, para iniciar ou paralisar os serviços objeto deste contrato, em qualquer fase.
- 10.4- A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU n° 39, de 13/12/2011.
- 10.5- A prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato será precedida da correspondente adequação do cronograma físico financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1- Os recursos necessários ao pagamento das despesas inerentes a este Contrato correrão através:

Órgão: 11 Secretaria Municipal de Assistência Social.

Unidade Executora: 11.001 Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

Funcional Programática: 08.244.0002.2059 Manutenção do Programa Bolsa Família.

Elemento de despesa: 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Fonte: 00795 Programa Bolsa Família.

11.2- Os acréscimos que se fizerem necessários serão circunstancialmente justificados, dependendo de termo aditivo devidamente aprovado pelo CONTRATANTE, observado o disposto no art. 65 e seus parágrafos, da Lei nº 8.666/93.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS RESPONSABILIDADES

12.1- A CONTRATADA assume, integralmente, qualquer responsabilidade de natureza civil, criminal, trabalhista, etc., decorrente da execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ACOMPANHAMENTO, DA FISCALIZAÇÃO E DO GESTOR DO CONTRATO

- 13.1- A Contratante exercerá o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, pelo servidor **GUILHERME NAOTO ENDO**, matrícula nº 4147, RG. nº 9.462.727-3, CPF nº 088.906.989-18, Engenheiro Civil CREA / PR: 150.951/D, especialmente designado pela autoridade competente da CONTRATANTE, nos termos do artigo 67 e 73, da Lei 8.666/93 e suas alterações.
- 13.2- A fiscalização da execução abrange:
 - 13.2.1- O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, podendo rejeitar totalmente ou em parte, qualquer objeto que não esteja de acordo com as exigências, bem como determinar prazo para substituição do material eventualmente fora de especificação;
 - 13.2.3- O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;
 - 13.2.4- A verificação da adequação da prestação contratada deverá ser realizada com base nos critérios previstos nos projetos e demais documentos técnicos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este contrato;
 - 13.2.5- A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993;
 - 13.2.6- A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido nos projetos e demais documentos técnicos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;
 - 13-2.7- O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
 - 13.2.8- O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Contrato e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993;
 - 13.2.9- Exigir da Contratada o cumprimento integral do estabelecido na Cláusula Segunda: Obrigações da Contratada, destas Condições Gerais de Contratação;
 - 13.2.10- Acompanhar a execução da prestação de serviços e comunicar formalmente qualquer irregularidade ao Gestor de Contrato, para que tome as devidas providencias;
 - 13.2.11- 6.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993;

- 13.2.12- A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da CONTRATANTE, não elide nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.
- 13.3- Caberá ao gestor do contrato, o servidor **PAULO ROBERTO DA SILVA**, matrícula nº 1062, RG. nº 3.185.067-3, CPF nº 411.906.539-15, promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas neste Edital, no Contrato, e ainda:
 - 13.3.1- Propor ao órgão competente pela instrução, a aplicação das penalidades previstas neste contrato, no edital e na legislação, no caso de constatar qualquer irregularidade cometida;
 - 13.3.2- Encaminhar o fato à deliberação superior, com vistas a oficiar aos órgãos públicos competentes para a adoção das medidas corretivas e punitivas aplicáveis, no caso de haver indícios de apropriação indébita e de prejuízo ao Erário.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

- 14.1. Quando os serviços contratados forem concluídos, caberá à CONTRATADA apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização da CONTRATANTE, a qual competirá, no prazo de até 15 (quinze) dias, a verificação dos serviços executados, para fins de recebimento provisório.
 - 14.1.1. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 14.2. A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executadas, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pela obra, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
 - 14.2.1. Após tal inspeção, será lavrado **Termo de Recebimento Provisório**, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas.
 - 14.2.2. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.
- 14.3. O **Termo de Recebimento Definitivo** dos serviços contratados será lavrado em até **60** (sessenta) dias após a lavratura do **Termo de Recebimento Provisório**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, desde que tenham sido devidamente atendidas todas as exigências da fiscalização quanto às pendências observadas e somente após solucionadas todas as reclamações porventura feitas quanto à falta de pagamento a operários ou fornecedores de materiais e prestadores de serviços empregados na execução do contrato.
 - 14.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, desde que o fato seja comunicado à Contratante nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão do prazo.
 - 14.3.2. O recebimento definitivo do objeto licitado não exime a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei n° 10.406, de 2002).

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

- 15.1- Serão incorporados a este Contrato, mediante TERMOS ADITIVOS, quaisquer alterações nos projetos, nas especificações técnicas, nos memoriais, nas quantidades, no prazo de execução ou nos valores, decorrentes das obrigações assumidas pela CONTRATADA, com anuência expressa do PREFEITO.
- 15.2- As alterações contratuais, revisões de preços e acréscimos e supressões nos serviços obedecerão rigorosamente às condições estabelecidas no Art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA SUSPENSÃO E PARALISAÇÃO

- 16.1- Reserva-se a PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI, o direito de paralisar ou suspender a qualquer tempo a execução dos serviços contratados, desde que haja conveniência para a Administração, devidamente fundamentada.
- 16.2- Se isso vier a ocorrer, a CONTRATADA terá direito a receber somente os valores dos serviços efetivamente executados, a serem apurados na respectiva medição.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

- 17.1- Os licitantes, fornecedores, empreiteiros e seus agentes (sejam eles declarados ou não), subcontratados, subconsultores, prestadores de serviço e fornecedores, além de todo funcionário a eles vinculado, que mantenham os mais elevados padrões de ética durante a aquisição e execução de contratos:
 - 17.1.1- Define, para os fins desta disposição, os termos indicados a seguir:
 - a) Prática corrupta: significa oferecer, entregar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido a ação de terceiros;
 - **b)** Prática fraudulenta: significa qualquer ato, falsificação ou omissão de fatos que, de forma intencional ou irresponsável induza ou tente induzir uma parte a erro, com o objetivo de obter beneficio financeiro ou de qualquer outra ordem, ou com a intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;
 - c) Prática colusiva: significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um objetivo indevido, inclusive influenciar indevidamente as ações de outra parte;
 - **d) Prática coercitiva**: significa prejudicar ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar indevidamente as ações de uma parte.
 - e) Prática obstrutiva: significa:
 - **e.1)** deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma investigação do Banco de alegações de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada, para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento, ou
 - **e.2)** atos que tenham como objetivo impedir materialmente o exercício dos direitos do Banco de promover inspeção ou auditoria, estabelecidos no parágrafo (17.1.5) abaixo:
 - 17.1.2- Rejeitará uma proposta de outorga se determinar que o licitante recomendado para a outorga do contrato, ou qualquer do seu pessoal, ou seus agentes, subconsultores, subempreiteiros, prestadores de serviço, fornecedores e/ou funcionários, envolveu-se, direta ou



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao concorrer para o contrato em questão;

- 17.1.3- Declarará viciado o processo de aquisição e cancelará a parcela do empréstimo alocada a um contrato se, a qualquer momento, determinar que representantes do Mutuário ou de um beneficiário de qualquer parte dos recursos empréstimo envolveram-se em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de aquisição ou de implementação do contrato em questão, sem que o Mutuário tenha adotado medidas oportunas e adequadas, satisfatórias ao Banco, para combater essas práticas quando de sua ocorrência, inclusive por falhar em informar tempestivamente o Banco no momento em que tomou conhecimento dessas práticas;
- 17.1.4- Sancionará uma empresa ou uma pessoa física, a qualquer tempo, de acordo com os procedimentos de sanção cabíveis do Banco6, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado: (i) para a outorga de contratos financiados pelo Banco; e (ii) para ser designado' subempreiteiro, consultor, fornecedor ou prestador de serviço de uma empresa elegível que esteja recebendo a outorga de um contrato financiado pelo Banco;
- 17.1.5- Os licitantes, fornecedores e empreiteiros, assim como seus subempreiteiros, agentes, pessoal, consultores, prestadores de serviço e fornecedores, deverão permitir que o Banco inspecione todas as contas e registros, além de outros documentos referentes à apresentação das propostas e à execução do contrato, e os submeta a auditoria por profissionais designados pelo Banco.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 18.1- Não serão indenizadas pelo CONTRATANTE, quaisquer despesas decorrentes de mobilização e desmobilização de pessoal e equipamentos, bem como de instalações e retirada de canteiros e equipamentos, mesmo na ocorrência de qualquer tipo de rescisão contratual.
- 18.2- À CONTRATADA é vedado prestar informações a terceiros sobre a natureza ou andamento dos trabalhos objeto deste contrato, divulgá-los através da imprensa escrita e falada ou por meio de qualquer divulgação pública, salvo por autorização expressa do CONTRATANTE.
- 18.3- Não constitui novação nem implica aceitação, renúncia ou consentimento, qualquer tolerância por uma das Partes quanto à infração pela outra Parte de cláusulas ou condições previstas neste Contrato, Termos Aditivos e Solicitações de Serviços.
- 18.4- As relações entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE serão por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser confirmados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.
- 18.5- Aplicar-se-á a Lei nº 8.666/93, com as modificações posteriores e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado aos casos omissos do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

- 19.1- As partes elegem o foro da Comarca de Arapoti, Estado do Paraná, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 19.2- E, por estarem assim justos e acordados, depois de lido e achado conforme, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para fins de direito.

Arapoti	de	de 201
AIADOIL	CIE .	CO ZUI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI BRAZ RIZZI -Prefeito-

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FABIANA KLUPPEL LISBOA -Presidente-

NOME DA CONTRATADA

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL -Representante Legal-

Testemunhas:

NOME DA TESTEMUNHA RG.

NOME DA TESTEMUNHA RG.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

ANEXO V

(MODELO) (PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

CARTA DE CREDENCIAMENTO

A
Prefeitura Municipal de Arapoti
Rua Placidio Leite, 148, Centro Cívico, Arapoti/PR
Att.: Comissão Permanente de Licitação - CPL
Ref.: CONVITE Nº/20
Prezados senhores,
Pela presente, credenciamos junto a Prefeitura Municipal de Arapoti o Sr.
amplos poderes inclusive para interpor recursos, quando cabíveis, transigir, desistir, assinar atas e documentos e, enfim, praticar os demais atos no presente processo licitatório.
Nome do Responsável Legal
RG e Assinatura



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

ANEXO VI

(MODELO) (PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS

Α	
Prefeitura Municipal	de Arapoti
-	8, Centro Cívico, Arapoti/PR
	nanente de Licitação - CPL
Ref.: CONVITE Nº	
constituído da propon	esente, o senhor <u>(inserir o nome completo)</u> , representante legalmente ente <u>(inserir o nome da proponente)</u> , declara que a mesma recebeu toda a ou conhecimento de todas as informações e condições necessárias à execução do pramencionada
Local, de de	
u	, <u>201_</u> .
	Nome do Responsável Legal
	RG e Assinatura

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

ANEXO VII

(MODELO) (PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO AO EDITAL E INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO

A
Prefeitura Municipal de Arapoti Rua Placidio Leite, 148, Centro Cívico, Arapoti/PR Att.: Comissão Permanente de Licitação - CPL Ref.: CONVITE Nº/20
O signatário da presente, em nome da proponente(inserir o nome da proponente), declara expressamente, que se sujeita às condições estabelecidas no edital do Convite e respectivos modelos adendos, anexos e documentos e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomad pelo licitador.
Declara, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos d qualificação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 32, parágrafo 2°, Artigo 97 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e que está ciente da obrigatoriedad de declarar ocorrências posteriores.
Local, de de 201_
Nome do Responsável Legal
RG e Assinatura

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

ANEXO VIII

(MODELO) (PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE TRABALHO DE MENOR

Α	
Prefeitura Municip	al de Arapoti
	148, Centro Cívico, Arapoti/PR
	rmanente de Licitação - CPL
Ref.: CONVITE Nº _	
O signatário da p	presente, o senhor(inserir o nome completo), representante legalmente
constituído da prop	onente(inserir o nome da proponente) declara, sob as penas da Lei, não
	juadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno
	re e de menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de
	14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federa
	Decreto Federal nº 4.358/2001.
(Lei II - 0.00-#39) & L	765/610 1 646/A/11 4.556/2001.
Local, de	de 201_
_	Name de Personafuel Legal
	Nome do Responsável Legal RG e Assinatura
	1/0 c vosiliatria



DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

ANEXO IX

(MODELO) (PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

refeitura Municipal de Arapoti ua Placidio Leite, 148, Centro Cívico, Arapoti/PR t.: Comissão Permanente de Licitação - CPL ef.: CONVITE Nº/20
Empresa(nome da Empresa), devidamente inscrita no CNPJ /MF nº, sedia
(endereço completo), neste ato representada pelo Sr, brasileiro, (esta
ril), portador da Carteira de Identidade nº, inscrito no CPF/MF sob o nº
uso de suas atribuições legais, declara, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas, ser:
) Microempresa (ME) ou,
) Empresa de pequeno porte (EPP)
que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da emplementar nº 123/2006.
r ser verdade, assumo inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que claração falsa está sujeita às penalidades previstas em lei.
cal, de de 201_
Nome do Contador
CRC e Assinatura



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

ANEXO X

(MODELO) (PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO

Rua Piac Att.: Cor	ra Municipal de Arapoti cidio Leite, 148, Centro Cívi missão Permanente de Lie NVITE Nº/20		
DECLAR Acórdão	A, para os fins do disposto	ita no CNPJ nº na Súmula Vinculante nº 1 de Contas do Estado do	, com sede 3, editada pelo Supremo Tribunal Federal Paraná, Prejulgado n° 09 do Tribunal de
NÃO PO sejam số Municipa	ocios de empresas que m	o ou parentes que mantenha antenham contratos de qu	am contratos de qualquer natureza ou que alquer natureza, com o Poder Executivo
comissio	OSSUI cônjuge, companho nado ou função gratificada gislativo Municipal.	eiro ou parentes que seja na Administração Pública D	im agentes políticos ou exerçam cargo Direta ou Indireta do Poder Executivo e do
Ainda, es	stá ciente da obrigatoriedad	e de declarar ocorrências po	osteriores.
Para os f	īns desta declaração, consi	deram-se parentes:	
	Parente em linha reta	Parente colateral	Parente por afinidade
			(familiares do cônjuge)
1º grau	Pai, mãe e filho (a).	100	Padrasto, madrasta, enteado (a), sogro (a), genro e nora.
2º grau	Avô, avó e neto (a).	Irmãos.	Cunhado (a), avô e avó do cônjuge
3º grau	Bisavô, bisavó e bisneto	Tio (a) e sobrinho (a)	Concunhado (a).
declaraçã	erdade, assumo inteira res do falsa está sujeita às pena de de 201_		ações prestadas, estando ciente de que a
		Nome do Responsável Le	 egal
		RG e Assinatura	-

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

ANEXO XI

(MODELO) (PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO DE NÃO SERVIDOR PÚBLICO NO QUADRO DE EMPREGADOS DA EMPRESA

Prefeitura municipal de Arapoti
Rua Placidio Leite, 148, Centro Cívico, Arapoti/PR
Att.: Comissão Permanente de Licitação - CPL
Ref.: CONVITE Nº/20
Declaração da própria amprosa que não eviete em equipada de experiencia de experi
Declaração da própria empresa que não existe em seu quadro de empregados servidores públicos da
contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão, na forma do art. 9°
inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme modelo abaixo:
DECLARAÇÃO
(Razão Social da LICITANTE), inscrita no CNPJ sob o nº, sediada à (endereço
completo), declara, sob as penas da Lei, para os fins requeridos no inciso III, do artigo 9º da Lei Federa
n° 8.666, de 21 de junho de 1993, que não tem em seu quadro de empregados, servidores públicos da
contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de. decisão, bem como sócios,
gerentes ou diretores que sejam parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau,
inclusive, de membros ou servidores do Poder Executivo Municipal.
The state of the s
Local, de de 201_
Nome do Responsável Legal
RG e Assinatura

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

ANEXO XII

(MODELO) (PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

PROPOSTA DE PREÇOS

	LOCAL, de de 20
Rua Placidio Att.: Comis	Municipal de Arapoti o Leite, 148, Centro Cívico, Arapoti/PR ssão Permanente de Licitação - CPL
Ref.: CONV	/ITE №/20
	EMPRESA:
relativa ao (Pela presente submetemos a apreciação de Vossa Senhoria, a nossa Proposta de Preços Convite em referência, cujo valor total é de R\$
	partir do 5º (quinto) dia da assinatura deste contrato O prazo de validade desta Proposta de Preços é de () dias , contados a partir da data sentação.
	Declaramos ainda nesta proposta, conhecer os termos do edital de licitação e da minuta ue o integra.
A	Atenciosamente,
	Nome do Responsável Legal RG e Assinatura

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

ANEXO XIII

(MODELO) (PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Α			
Pre	efeitura Municipal de Arapoti		
Ru	a Placidio Leite, 148, Centro Cívico, Arapoti/PR		
	.: Comissão Permanente de Licitação - CPL		
	f.: CONVITE Nº/20		
Fm	atendimento ao item 15.4.7.4 deste Edital do Co	onvita em referência, indicamos e	(a) mrofinsianal(i-)
	aixo para atuar(em) como responsável(is) técnico	(s) da obra, caso sejamos vence	dor da licitação e
aev	vidamente contratado:		
Nº	Nome	Especialidade / Título	Nº do CREA
			-
Por	ser verdade, assumo inteira responsabilidade pel	as informações prestadas, estand	o ciente de que a
	laração falsa está sujeita às penalidades previstas		
	and the second of the second o		
LOC	al, de de 201_		
	Nome do Respo	onsável Legal	
	RG e Ass	•	

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

ANEXO XIV

(MODELO) (PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

CAPACIDADE FINANCEIRA

A
Prefeitura Municipal de Arapoti
Rua Placidio Leite, 148, Centro Cívico, Arapoti/PF
Att.: Comissão Permanente de Licitação - CPL
Ref.: CONVITE Nº/20

Declaramos que as demonstrações abaixo correspondem à real situação da proponente. Esses índices foram obtidos no balanço do último exercício social.

Declaramos, ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitado pelo licitador, nos comprometemos a apresentar todos os documentos ou informações que comprovarão as demonstrações.

SÃO AS DEMONSTRAÇÕES:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
20-	Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo
SG =	Ativo Total
33	Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo
LC =	Ativo Circulante
20	Passivo Circulante
Local, de de 201 ₋	-
	Nome do Responsável Legal
	RG e Assinatura

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

ANEXO XV

ATESTADO DE VISITA

A
Prefeitura Municipal de Arapotí
Rua Placidio Leite, 148, Centro Cívico, Arapoti/PR
Att.: Comissão Permanente de Licitação - CPL
Ref.: CONVITE Nº/20
Declaramos que o Senhor(a)(inserir o nome completo), _RG/CREA/CAU nº(inserir o número)
da proponente(inserir o nome da proponente), devidamente credenciado, visitou o local da
execução da obra, objeto da licitação em epígrafe.
Local, de de 201_
, · ·
Nome do Responsável Legal
RG e Assinatura

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

ANEXO XVI

(MODELO) (PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA

A .
Prefeitura Municipal de Arapoti
Rua Placidio Leite, 148, Centro Cívico, Arapoti/PR
Att.: Comissão Permanente de Licitação - CPL
Ref.: CONVITE Nº/20
A empresa, inscrita no CNPJ nº, por intermédio de se
epresentante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de identidade
, e do CPF nº, DECLARA, nos termos do Edital em epígrafe, caso se
abilitado no certame, que abre mão do direito de prazo recursal da fase HABILITAÇÃO da licitaçã
•
conforme dispõe o art. 43, III da Lei 8.666/93 e suas alterações, podendo a Comissão prosseguir no
rabalhos licitatórios
ocal, de de 201_
Nome do Responsável Legal
RG e Assinatura

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

ANEXO XVII

(MODELO) (PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO DE RESPONSÁVEL LEGAL

A		
Prefeitura Municipal de Arap	oti	
Rua Placidio Leite, 148, Centro		
Att.: Comissão Permanente d Ref.: CONVITE Nº/20	de Licitação - CPL	
Declaramos, caso nos seja a prazo determinado no docume	djudicado o objeto da licitação, o nto de convocação, e, para esse t	comprometemos a assinar o Contrato no fim, fornecemos os seguintes dados:
Razão Social:		
CNPJ/MF:		
Endereço:		
		UF:
Email:		Tel./Fax:
Endereço:C CEP:C	idade:	UF:
Carteira Identidade nº:	Expedido por:	
Naturalidade:	Nacionalida	nde:
Os dados bancários de nossa Banco(nº e nome), Agênc _ocal, de de 201_	a empresa são: sia(nº e nome) e Conta Corre	ente nº
	Nome do Responsável Leç RG e Assinatura	gal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI ***

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

ANEXO XVIII

PROJETOS

Ref.: CONVITE Nº 001/2016

Obs.: Os Projetos que fazem parte deste Edital, poderá ser copiado separado através de CD ou Pendrive na Secretaria Municipal de Infraestrutura da Prefeitura Municipal de Arapoti-PR, no horário das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, em dias úteis.

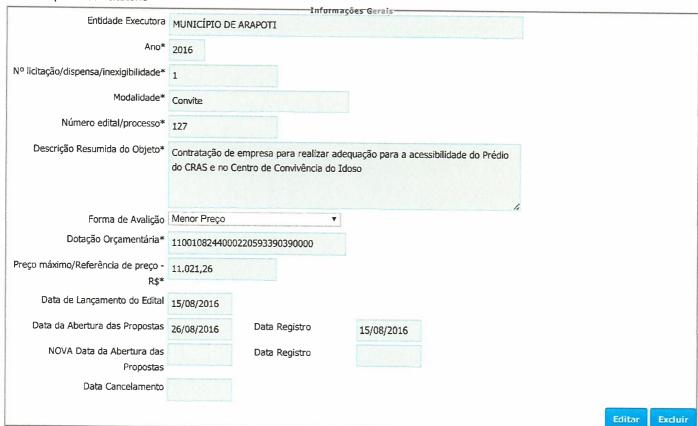
Publicação no Mural de Licitações do TCE/PR





Voltar

Detalhes processo licitatório



CPF: 1842515918 (Logout)

Publicação no Site Oficial do Município

(www.arapoti.pr.gov.br)



PROCESSOS LICITATÓRIOS

Pesquisar Licitação

Para visualizar os arquivos é necessário ter instalado no computador o Winrar, o Adobe Reader e o Gerador de Propostas. Clique nes Aguardando imagens para fazer o download. Abertura



Aguardando Homologação

Realizadas

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 071/2016 Valor Máximo:

R\$ 5.531,20 Objeto:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 126/2016 Data Abertura: 29/08/2016 às 09:00:00

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS...

Situação: AGUARDANDO ABERTURA

- AVISOS E EDITAIS

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 070/2016 Valor Máximo:

R\$ 26.930,00 Objeto:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 124/2016

Data Abertura: 25/08/2016 às 09:00:00

AQUISIÇÃO DE PARQUES INFANTIS..

Situação: AGUARDANDO ABERTURA

- AVISOS E EDITAIS

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 068/2016 Valor Máximo:

R\$ 28.070.00

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 100/2016

Objeto:

Data Abertura: 19/08/2016 às 09:00:00

AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CASA DA PASSAGEM, ATENDIDA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL..

Situação: AGUARDANDO ABERTURA

- AVISOS E EDITAIS

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 067/2016

R\$ 43.950,00

Objeto:

Valor Maxim

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 121/2016

Data Abertura: 22/08/2016 às 09:00:00

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA SERVICOS DE FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE TOLDOS E LETREIROS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS

Situação: AGUARDANDO ABERTURA

- AVISOS E EDITAIS

Modalidade: CARTA CONVITE Nº 001/2016 Valor Máximo: R\$ 11.021,26

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 127/2016

Objeto: Data Abertura: 26/08/2016 às 14:00:00

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR ADEOUAÇÃO PARA A ACESSIBILIDADE DO PRÉDIO DO CRAS E NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO...

Situação: AGUARDANDO ABERTURA

- AVISOS E EDITAIS

Página 1 de 1

- ACESSO RÁPIDO -



Rua Placídio Leite, 148

Centro Cívico - CEP: 84.990-000

(43) 3512-3000

assessoria.gabinete@arapoti.pr.gov.br

HORÁRIO DE ATENDIMENTO

De Segunda à Quinta

08h00 às 11h30 - das 13h00 às 17h30

Sexta - Feira

08h00 às 11h30 - das 13h00 às 16h00

Última Atualização: 15/08/2016 às 11:41:56

Extrato do Resumo do Edital

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAPOTI - PR RUA PLACÍDIO LEITE Nº 148 CENTRO CÍVICO CEP 84.990-000 / FONE (43) 3512-3000 CNPJ Nº 75.658.377/0001-31

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Convite nº 001/2016.

Processo nº 127/2016.

Objeto: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no Centro de Convivência do Idoso.

Protocolo dos Envelopes: Até as 13h30min, do dia 26//08/2016.

Abertura dos Envelopes: 26/08/2016, às 14h00min.

Prazo de Execução: 30 (trinta) dias.

Valor Máximo: R\$ 11.089,41 (onze mil, oitenta e nove reais e quarenta e um centavos).

Informações e Retirada do Edital: Maiores informações poderão ser obtidas na Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180 - Centro Cívico, Arapoti, Paraná, telefones: (43) 3512-3000/3001, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min / site: www.arapoti.pr.gov.br / email: licitacao@arapoti.pr.gov.

Data Edital: 15/08/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

Publicação de Extrato do Resumo do Edital

Diário Oficial do Município **FOLHA EXTRA**

25741 - FANTOCHES ANTINAIS DOMESTICOS	1	UNI	TIKA	112,90	112,90
25742 - HORA DO RUSH	2	UNE	BIG STAR	65,00	130,00
25743 - CAÇA-FONEMAS COMPLETO	2	UNI	CACA FONEMAS	240,00	480,00
25744 - DISCRIMINAÇÃO FONEMAS	2	UNI	GEARTE	100,00	200,00
25745 - CRUZADINHAS (REPRESENTAÇÕES MÚLTIPLAS)	2	UNI	CRUZADINHA	30,00	60,00
25746 - CRUZADBNHAS (OPOSIÇÃO BURDOS X SONOROS)	2	UNI	CRUZADINHAS	00	30,09
25747 - AUTO DITADO REPRESENTAÇÕES MULTIMAT	-	-C1/1	GEARTE	35.00	1
2574 AUTO DITADO (DPO CÃO SURDOS Y SONO DS)	2	100	GEARTE	35,00	70,00
25749 - (OPOSIÇÃO SURDO: SONOROS)	2	UNI	GEARTE	35,00	70,00
25750 - TRILHA FONEMAS COMPLETO	2	UNI	GEARTE	220,00	440,00
25751 - CONJUNTO LINGUAGEM ÁLBUM DE FIGURAS AVAL DA LINGUAGEM ORAL CODORS	2	UNI	CRAL COD 201	160,00	320,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIVISÃO DE LICITAÇÃO – Ilotácaso@arapoti.pr.gov.br
RUA PLACÍDIO LETE № 148 CENTRO CÍVICO
CEP 84990-000 FONE (043) 3012-3162
09.277.7120001-27
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO
Ratifico a Dispersas acé o nº 17/2018, para Aquisição de 33,6 m² de
divisións em sucataz visendo atender as necessidados de Hospital
Municipal 16 de Dezembros, a Savor das empresas:
ESQUADRIAS EM ALUMINIO ARAPOTI LTDA ME
3,900.00 3.900,00

5.850/50. Conforme proposta nos autos, am conformidade com o art, 26 da Lei nº 8.866/93, elterada pela Lei nº 8.883/94, com base no artigo 24, da Lei nº 8.666/93.

n.occas. Arapoti, 12 de agosto de 2016. Talita Telxeira Kluppel dos Santos Presidente do FMS

PREFETURA DO MUNICIPIO DE ARAPOTI - PR RUA PLACIDIO LETTE Nº 146 CENTRO CNICO CEP 84.996-099 / FONE (43) 3512-3890 CNPJ Nº 78.888.3778901-31

AVISO DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA IN

Edital de Pregão Presencial nº 71/2016. Processo nº 126/2016.

Processo nº 126/2016, Olijako: Aquisição de materiais s

Protocolo dos Envelopes: Até as 58k30min do dia 25 de agosto de 2016.

Aberturs des Envelapes: No die 29 de agosto de 2016 às ObhOOmin. Prazo de Execução: 12 (doze) mases.

Valor Máximo: R\$5,531,20 (cinco mil quinhentos e trinta e um reale-vinte centavos).

virte centravos).

Wirtemspéas a Restrada de Bélitait Malores Informações poderão as obtidas na Rua Ondina Buano Siqueira, nº 180 - Centro Civico Arapodi, Parani, Neidrores (43) 3512-3033, no binario das 0773-0mila 11x0-0mil a des 13x0-0mil às 17x0-0mil / abs: www.arapodi.prgov.br / e-mail: Schacas@arapodi.pr.gov.br

Data Editait: 15/08/2015,

Lucieno Aguier Roche Predoeiro

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARAPOTI – PR FUNDO MUNICIPAL DE ARAPOTI – PR RUA PLACIÓN LETTE Nº 146 CENTRO CÍVICO CEP 84.980-000 / PONE (43) 3812-3000 CRP JR 79.884.3778001-31 – CNPJ N° 19.277.712/0001-27

PEDIAGOGICOS LIDA-ME.
Objano: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPECIALIZADOS
PARA ATENDIMENTO FONDAUDIOLOGICO, VISANDO
ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE

Valor Global: R\$ 12,739,60 (Doze Mil Sate Nove Reals e Sessents Centavos).

Dotação Crysmentária: 1001 1030200042257 339030 00495 DB 002 1238100152004 339030 00000 Prazo de Strougle-Vigende: 395 dies. Deta de sealnatura: 15/08/2015.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARAPOTI - PR FUNDO MUNICIPAL DE ARAPOTI - PR FUNDO MUNICIPAL DE ARAPOTI - PR FUNDO MUNICIPAL PLA CENTRO CÁNCO CEP 84,880-000 / PCNIE (43) 3512-3000 CRP JA **26.843,7770001-31 - CNP J M **08,277,7120001-37

EXTRATO
EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO

Edital de Pragão nº 47/2016. Processo nº 75/2018.

Processo nº relavra.

O Prepedro comunica ses intersesados na execução do o do Edital supramencionado, que após a análtes e ventidas propostas de preços e da documentação da habilita decidiu classificar e habilitar as seguintes proponentes:

Nª	Empresa	Valor R\$
01	TICTAC COMERCIO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS LTDA - ME	12.739,60
Armo	ti em 10 de Agosto de 2016	

Luana Lordelos Fernandes Pregoeira

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARAPOTI -- PR
FUNDO MUNICIPIAL DE ARAPOTI -- PR
FUNDO MUNICIPIAL DE ARAPOTI -- PR
FUNDO MUNICIPIAL DE ARAPOTI -- PR
FUNDO LETTE Nº 146 CENTRO CÍVICO
CEP BA 480-000 / FONIE (43) 35/12-2000
CPJ Nº 76.585.377/0001-31 -- CNPJ Nº 90.277.712/0001-27
EXTRATO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
Despacho do Prefetto Municipal
Despacho de Secretária Municipal
De 1008/2016
De 1008/2016
De 1008/2016
De 1008/2016
De Adjudicando o monadimento licitatório

Homologando e Adjudicando o procedimento licitatório realizado na modelidade de Pregão Eletrônico nº 47/2016, a(a) empresa(s):

١	Empresa	Valor (R8)	l
	TICTAC COMERCIO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS LTDA - ME	12.739,60	l
I	Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ES PARA ATENDIMENTO FONDAUDIOLOGÍ ATENDER AS NECESSIDADES DA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA SAUDE.	CO, VISANDO	Ö

Talita Teixaira Klüppei dos Santos Presidente do FMS

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARAPOTI - PR RUA PLACIDIO LETTE IN 144 CENTRO CÍVICO CEP 84.996-000 / FONE (43) 3213-3600 CNPJ N° 76.858,377/0001-31

AVISO DE LIGITAÇÃO

Editat de Convite nº 881/2016, Processe nº 137/2016, Déjete: Contratação de empresa para realizar adequação para a comedidades do Prádio do CRAS e no Centro de Convivência do

idosa.
Protesedo des Envelopes: Até es 13h30min, do dis 29/08/2016.
Abertura dos Envelopes: 25/08/2016, es 14h00min.
Prates de Escuejos-20 ((trins) diss.
Valer filiastres: R5 11,021,25 (onze mil, vinte e um nasie a vinte e seis

Velor Mistriner RS 11.021/26 (onze mi), virtis e um nazie e virte e sele contrievos), informações a Reisrada de Editist. Malorier informações poderão ses informações a Rus Ondine Busno Siqueira, nº 180 - Centro Cirloo, Arapoli, Paraná, laiefones: (43) 3512-3000/3001, no horário das Olin-Orioni as III-300min a dea 13000min à a 173-30min / elte: www.araport.pr.gov.br / email: Editacao@erapoli.pr.gov.



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARAPOTI

RESOLUÇÃO Nº 041

COMISSÃO INTERSETORIAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR - CIST

RESOLUÇÃO Nº 641

SÓMULA: Crisr e regulamente a Comissão intersetorial de Seúde do Trabalhador - CIST.

Municipia de Arapoel-PR, no ten da estibutição que la Saúde (CMS) do Federal 5.422, de 2017/1990: Lei Federal 5.000, de Se 386 conheridas pela Lei de 1095/2012 do Conselhor Nectoria de Saúde; Lei Arabichi Biór, Resolução 453, 2017/2009: Regimento Interno de Conselho Municipal de Saúde Resolução 353 2017/2009: Regimento Interno de Conselho Municipal de Saúde Resolução 453 2017/2009: Regimento Interno de Conselho Municipal de Saúde Resolução 353 2017/2009: Regimento Interno de Conselho Municipal de Saúde Resolução 353 2017/2009: Regimento Interno de Conselho Municipal de Saúde Resolução 353 2017/2009: Regimento Interno de Conselho Municipal de Saúde Resolução 353 2017/2009: Regimento Interno de Conselho Municipal de Saúde Resolução 353 2017/2009: Regimento Interno de Conselho Municipal de Saúde Resolução 353 2017/2009: Regimento Interno de Conselho Municipal de Saúde Resolução 353 2017/2009: Regimento Interno de Conselho Municipal de Saúde Resolução 353 2017/2009: Regimento Interno de Conselho Municipal de Saúde Resolução 353 2017/2009: Regimento Interno de Conselho Municipal de Saúde Resolução 353 2017/2009: Regimento Interno de Conselho Municipal de Saúde Resolução 353 2017/2009: Regimento Interno de Conselho Municipal de Saúde Resolução 350 2017/2009: Regimento Interno de Conselho Municipal de Saúde Resolução 350 2017/2009: Regimento Interno de Conselho Municipal de Saúde Resolução 350 2017/2009: Regimento Interno de Conselho Municipal de Saúde Resolução 350 2017/2009: Regimento Interno de Conselho Municipal de Saúde Resolução 350 2017/2009: Regimento Interno de Conselho Municipal de Saúde Resolução 350 2017/2009: Regimento Interno de Conselho Municipal de Saúde Resolução 350 2017/2009: Regimento Interno de Conselho Municipal de Saúde Resolução 350 2017/2009: Regimento Interno de Conselho Municipal de Saúde Resolução 350 2017/2009: Regimento Interno de Conselho Municipal de Saúde Resolução 350 2017/2009: Regimento Interno Saúde Resolução 350 2017/2009: Regimento Interno Saúde Resoluç

CONSIDERANDO

RESOLVE:

Artigo 1º - APROVAR a crisção à estruturação da Comissão intersatorial de Saúda do Trabalhador - CIST, com sa seguintes atribuições a compatâncias;

(n.) Assessmore Conseillo Municipal de Salos e propettar de acordo com a fergidação vigante em políticas da salos e os habalhador, neatras incluídas o meio ambienta do tribalho no maniciplo.

1) Aluny, aprociur, amitias e emilir patrocama na sucucição, dentro de suas competêncies, no controle das políticas da Salos do Orhashador.

11) Propor divertos servidas des sobre de vigiláncia em salode, para se prevenção, promoção e proteção da salode dos trabalhadors autoridado aco mocos, nos amiciantes de inclusivo.

1) Internga Junicipal ao Oppartamento de Vigiláncia em Salode, o AVTE (Ministério aco mocos, nos amiciantes de inclusivo.

2) Internga Junicipal ao Oppartamento de Vigiláncia em Salode, o AVTE (Ministério com proceso de composição de Vigiláncia em Salode, o AVTE (Ministério politica) ou qualques com la Vigiláncia em Salode, o AVTE (Ministério politica) ou qualques com de Vigiláncia em Salode, o AVTE (Ministério politica) ou qualques com proceso de Vigiláncia em Salode, o AVTE (Ministério politica) ou qualques com com vigiláncia em Salode o Internació politica de la composição de la composição de la contrativa de la salode do trabalhador.

2) Exercia respeta liscatizaciones, apodeças ou constraine, com emise ma se destribus 2) Exercia respeta liscatizaciones, apodeças ou constraines, com emise ma se destribus 2) Exercia respeta liscatizaciones, apodeças ou constraines, com emise ma se de la 2) Exercia respeta liscatizaciones, apodeças ou constraines, com emise ma se de la 2) Exercia respeta liscatizaciones, apodeças ou constraines, com emise ma se de la 2) Exercia respeta liscatizaciones, apodeças ou constraines, com emise ma se de la 2) Exercia respeta finales de la salode de la salode de la competação de la salode de la salod

ocorder record ou curso notes minimistrativos de la configuración de la conjuntata, com enime que estam 19 Exercia enfora fiscalitación do dirigidos públicos e nacueles convenidos ou configuración de la configuración de la configuración de la configuración de 19 Acompanistra de Fecilitar se recorrecistado o tirginamento dos expravos e a 19 Acompanistra de Fecilitar se recorrecistado o singuinamento de configuración 20 Acompanistra de Fecilitar se recorrecistado de trabalhos 20 Acompanistra de fecilitar se recorrecistado de trabalhos 20 Acompanistra de fecilitar se recorrecistado de trabalhos 20 Acompanistra de fecilidad de fe

Rue Ondine Bosso Shportes, 180 Sala 38 - Centre Civien. Fone: (43) 3512-3158 CGP: 34.999-000 - Arapoti - PR. p. mell: citematusmi(Originama)) com-



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARAPOTI

RESOLUÇÃO Nº DA1

COMISSÃO INTERSETORIAL DE SAUDE DO TRABALHADOR - CIST

capez, para se consolidar as melhorina, ne áreas de audide do trebelhedor, no Stúd;

VIII) Outres antihuições destridade e asseguradas em atos complementeres, babuedos polos Órgilos Faderate, Secretarias de Saúdo se Comenhes de Saúdo no pos es préfér à operacionalidade e guesto das apotes révocables à Saúdo do Tambelhedor.

a 2º - A CIST será constituída por 8 (olto) enticiados, as quate serão niembra das entidades que compõe o Comanho Municipal de Sadde e outras rides e dregade, que tenham principios referendados com el Sadde do mador, om tenha que persona por el mador por po

§ 1º - A CIST menteral periodole previste na Let Fudoral nº 8142/80, ou seja, que 50% des emitidades percençante ao sequimento de seutinos.

2º - A composição de CIST deve ser sprovada pelo Plentrio do onseiho Municipal de Saúde: No caso de haver necessidade de alteração, na mposação, a Coordenação de CIST encaminhará no Conseiho para as

3" - A antidade ou instituição que não estiver representade em três es consecuidas ou a cisco interciledas no prazo de um ano será uida por nace.

Parágrato Único — Preterancialmente ocupará a vaga existente a entidade que aver maior aproximissão com se atividades referentes à saúde do trabalhador.

Artigo 4° – A CIST reunin-se-à meniminante de lorme ordinária extraordinariamente sampre que nacessário:

§ 1º - Az reunitos ordinárias malizadas na esgunda semana, na terça formulação de um calendário anual.

Z* - Partigratio Z* - As numbles estractionárias audito requeridos pelo continuador de CIST ou por trita entidadas integranhés de composição ao matistante do Comento Manticipal de Saúde a quiem cube convoca-la, com no intimo 72 horas de antiecode/nois, restaulvados casos de acumen genédade.

§ 3º - O quonan para instalação será de no mínimo de quatro entidades:

\$ 3" - U quorum juma memorphis. nasi reuntides serito prioritariame somedes por consenso si em não heverido serito tomedes por morino a simple.

Rua Ordina Bueno Sisparira, 180 Sala 58 - Cantro Civico, Pano: (43) 3512-3158 CEP: 84 990-003 - Aragoni - PR semal: construing/fifthermed com



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARAPOTI

RESOLUÇÃO Nº 041

COMBSÃO INTERSETORIAL DE SAÚDE DO TRABALHACOR - CIST

§ \mathbb{S}^n - Quando não ocomer consenso ne siaboração das deliberações, todas as opiniões divergentes devenão astar supresses nos mistórios.

Artigo F - As reunibles sente aleman de mitadas, árgido e a população inferenceida, portim quando em casos especiales a recossión, em um segundo inferenceida, portim quando em casos especiales a recossión, em um segundo momento, pera fina de corpector estárdicidad de final por o alema servináriames ocomenta uma segundo partir que será restrita se invelidade e diregio delegrantes.

Artigo 9" - A CIST lista (im (a) Condenador (a) a Um Ratetor (a), our quais terdo mandato concidente com o da Mesa Diestora do Conselho Municipal de Saúde,

Parsignato Único ≣ A Coordenação e Relatorie estão exercides por seus respectivos integrantes titulares, escolaido por votação timas.

tigo 7º Para melhor desempenho des atribuições a CIST dará solicitar, a Direção, serviços leriporários de profesionale e de outros reformes, coláboradores ou aspecialistas, sealm como dir outros consisteánas. Artigo 8º - As deliberações da CIST deverão ser expressas em parsoer, oa quele secto encaminhados à Mesa Diretora do Conselho Municipei de Sande.

Artigo 9º - As etividades externas de misgrantes de Comissão serão di relativios e apracisdos em reunidos.

Parlignefo Único — Ou integrantes de CIST para desempenherem as ativid externas deverão estar devidamenta identificados.

Artigo 19 — A presente Resokojão foi aprovede pelo Plenário do Corselho Municipal de Sadde em 27/10/2015, e entre em vigor na data de sua publicação, reformadas arcitorpatições are projutativa.



10MOLOGO em [2/2/2016, pu

Rose Ondras Bismo Signeria, 180 Sala SR - Courre Civico, Fore: (43) 3517-3158 CEP: 84.990-000 - Araputi - PR scientific grammani (Milanes) com

CÂMARA DE ARAPOTI

EXTRATO DO ADITIVO Nº 01 / 2016 AO CONTRATO Nº 10 / 2015

PROCESSO Nº 21/2016

OBJETO: Contratação de empresa especializada para locação de software de immostrácio.

CONTRATAMTE: CAMARA MUNICIPAL DE ARAPOTI
CONTRATADA: ALTERNATIVA SOLUCIOES EM SISTEMAS PUBLICOS LTDA - EPP

203 LTDA - EPP CNPJ: 06,633,630/0001-59 VALOR TOTAL: R\$ 1,313,92 (hum mil trazentos e traze resis e noventa

e dels centavos). VIGÊNCIA: 10.08.2016 a 10.12.2016 ELEMENTO DE DESPESA: 01.001.01.031.0045.2,001.3.3.90.39.00.0 0 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.

ASSINAM: WESLEY CARNEIRO ULRICH -- pola CONTRATANTE PAULO HENRIQUE FIGUEREIDO -- pola CONTRATADA

EXTRATO DO ADITIVO Nº 02 / 2016 AO CONTRATO Nº 06 / 2015

PROCESSO Nº 20 / 2016

OBJETO: Contratação de empresa especializada para locação de activeras de gestão pública.

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE ARAPOTI CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE ARAPOTI CONTRATADA: ALTERNATIVA SOLUCIOES EM SISTEMAS PUBLICOS LTDA - EPP

CIND-1: 08.33.36300001-59

VALOR TOTAL: R\$ 13.568.60 (traze mil quinhentos e sessenta e olto reside originata certences).

VALUAT TOTAL PA-13.000,00 (9826 ms quarinarino è sessentia e onto fisale e oltrafia contravos). VIGÊNCIA: 08.09.2018 a 08.12.2018 ELEMENTO DE DESPESA VI 0.09.10, 031,0045.2.001.3.3.90.38.00.0 0 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.

U- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA J ASSINAM: WESLEY CARNEIRO ULRICH - Pela CONTRATANTE PAULO HENRIQUE FIGUEREIDO - Pela CONTRATADA

CÂMARA DE WENCESI ALI RRAZ



CÂMARA MUNICIPAL DE WENCESLAU BRAZ - PR

GESTÃO 2013 - 2016

TERMO ADITIVO Nº 02/2018

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 01/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM CAMARA MUNICIPAL DE WENCESLAU BRAZ PREA VISTA CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado a CÁMARA MUNICIPAL DE WENCESLAU BRAZ PR. Inscrita no CRPJ seb o nº. 07.787.9870001-66 neste ato representado por sea Presidente de Camera Municipal Sr. VALDENIR APARECIDO PONTES e de outro ledo a emprese NISTA CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA. Inscrita no CRPJ seb o nº. 10.448.411001-06 representada pale Srs. REGIS AP. CUANI, resolvere artes de na melhor forma de direito, aditar o contrato nº. 01/2013, para constar a seguinte alteragio:

Cléueula Primeira -- DOS VALORES
Os valores contratados serão reajustados pelo IGP-M (FGV) a cumulado no período de 12 meses, no percentual de 11,85%, conforme cléueula

Cláusale Quinta - DAS DOTAÇÕES As despasas decorrentes do presente Tarmo correrão a conta de Dotatofes Orgamentárias consignadas na seguinte classificação: 3.3.99.00.00,00.00.00.01.00.00.

Cléusula Sexta - DAS DEMAIS CLÁUSULAS As demais diéusulas e condições do contrato ora aditado permanecem

E por estarem acordados, assinam o presenta Termo, em dua vias de igual teor, juntamente com as testermunhas abeixo, obrigando seus aucessores legais, a cumpri-lo mutuamenta.

Wencesleu Braz, 12 de agosto

2 - Valdenir Aperecido Pontes

VISTA CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA CONTRATADA

CÁMARA MUNICIPAL DE WENCESLAU BRAZ PR CONTRATANTE TESTEMUNHAS

IBAJTI

1 - Arus Maria Cardoso

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 008/2019
TERMO DE RATIFICAÇÃO
Com base nas informeções do Termo da Justificativa de Dispersa de Lidiação, Processeo n° 1008/2018, referente à contratação da empresa CAROL - COM. E ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM PRODUTOS HOSPI-TALARES, incerta no ROPI a belo n° 14.31/2006/001-21, com sede localizada na RUA ALAMBARI, 1051 - CEP: 80390000 - BAIRRO. CENTRO CIDADELIF: Cambará/PR, para prestação da sentição de assistância técnica para menutanção de equipamentos médico-hospitaires, no valor total de RS 7.57.00 (Seta IMI, Cuchinetina e Cularenta e Seta Realis), onde bio observado o provisto no Artigo 23, Indiso II, aliense "a" e no Artigo 24, Inciano II, bama como instruição conforma o seta pela election os art. 27 de Lai nº 8.666 de 21 de junho de 1983, RATIFICO a referito de persema, bem como encatrinho o presente processo para o Departamento compessario para a devides providências quento à contratação do objeto em epigrafia.

Publique-se, los de Aquesto de 2016, SHEILA DE OLIVEIRA GONÇALI/ES

B2 EDITAIS

FOLHA EXTRA

TERÇA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2

25741 - FANTOCHES	1	UNI	TIKA	440.00	410.0
ANIMAIS DOMÉSTICOS		ON	TIKA	112,90	112,90
25742 - HORA DO RUSH	2	UNI	BIG STAR	65,00	130,00
25743 - CAÇA-FONEMAS COMPLETO	2	UNI	FONEMAS	240,00	480,00
25744 - DISCRIMINAÇÃO FONEMAS	2	UNI	GEARTE	100,00	200.00
25745 - CRUZADINHAS (REPRESENTAÇÕES MÚLTIPLAS)	2	UNI	CRUZADINHA	30,00	60.00
25746 - CRUZADINHAS (OPOSIÇÃO SURDOS X SONOROS)	2	UNI	CRUZADINHAS	30,00	60,00
25747 - AUTO DITADO REPRESENTAÇÕES MÚLTIPLAS)	2	UNI	GEARTE	35,00	70,00
25748 - AUTO DITADO OPOSIÇÃO SURDOS X SONOROS)	2	UNI	GEARTE	35,00	70,00
25749 - LACUNAS (OPOSIÇÃO SURDOS X SONOROS)	2	UNI	GEARTE	35,00	70,00
25750 - TRILHA FONEMAS COMPLETO	2	UNI	GEARTE	220,00	440,00
25751 - CONJUNTO INGUAGEM ÁLBUM DE IGURAS AVAL. DA INGUAGEM ORAL COD201	2	UNI	LINGUAGEM ORAL COD 201	160,00	320,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DIVISÃO DE LICITAÇÃO – licitacao@arapoti.pr.gov.br RUA PLACÍDIO LEITE Nº 148 CENTRO CÍVICO CEP 84990-000 FONE (043) 3512-3162 09.277.712/0001-27

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO

Ratifico a Dispensa sob o nº 17/2016, para Aquisição de 33,6 m² de divisória em eucatex visando atender as necessidades do Hospital Municipal 18 de Dezembro, a favor das empresas:

ESQUADRIAS EM ALUMINIO ARAPOTI LTDA ME

3.900,00

Conforme proposta nos autos, em conformidade com o art. 26 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94, com base no artigo 24, da Lei nº 8.666/93.

Arapoti, 12 de agosto de 2016. Talita Teixeira Kluppel dos Santos Presidente do FMS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAPOTI - PR RUA PLACÍDIO LEITE Nº 148 CENTRO CÍVICO CEP 84.990-000 / FONE (43) 3512-3000 CNPJ Nº 75.658.377/0001-31

AVISO DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MEI/ME/EPP

Edital de Pregão Presencial nº 71/2016. Processo nº 126/2016.

Objeto: Aquisição de materiais esportivos.

Protocolo dos Envelopes: Até as 08h30min do dia 29 de agosto de 2016.

Abertura dos Envelopes: No dia 29 de agosto de 2016 às 09h00min. Prazo de Execução: 12 (doze) meses.

Valor Máximo: R\$5.531,20 (cinco mil quinhentos e trinta e um reais e vinte centavos).

Informações e Retirada do Edital: Maiores informações poderão ser obtidas na Rua Ondina Bueno Sigueira nº 180 - Centro China

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAPOTI - PR RUA PLACÍDIO LEITE Nº 148 CENTRO CÍVICO CEP 84.990-000 / FONE (43) 3512-3000 CNPJ Nº 75.658.377/0001-31

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Convite nº 001/2016. Processo nº 127/2016.

Objeto: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no Centro de Convivência do constituido de c

Protocolo dos Envelopes: Até as 13h30min, do dia 26//08/2016.

Abertura dos Envelopes: 26/08/2016, às 14h00min.

Prazo de Execução: 30 (trinta) dias.

Valor Máximo: R\$ 11.021,26 (onze mil, vinte e um reais e vinte e seis centavos).

Informações e Retirada do Edital: Maiores informações poderão ser obtidas na Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180 - Centro Cívico, Arapoti, Paraná, telefones: (43) 3512-3000/3001, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min / site: www.arapoti.pr.gov.br / email: licitacao@arapoti.pr.gov.

Data Edital: 15/08/2016.



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARAPOTI

RESOLUÇÃO Nº 041

COMISSÃO INTERSETORIAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR - CIST

RESOLUÇÃO Nº 041

SÚMULA: Cria e regulamenta a Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador - CIST.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde (CMS) do Federal 8.142, de 28/12/1990; Lei Federal 8.080, de 19/09/1990; Resolução 453, 23/12/2009; Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde; Lei Municipal 1.140, de de 11/08/2006, e

CONSIDERANDO

- a necessidade de estabelecer uma política de saúde de trabalhador

RESOLVE:

Artigo 1º - APROVAR a criação e estruturação da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador - CIST, com as seguintes atribuições e competências:

- Assessorar o Conselho Municipal de Saúde e organizar de acordo com a legislação vigente as políticas de saúde do trabalhador, nestas incluídas o meio ambiente do trabalho no município;
- II) Atuar, apreciar, analisar e emitir pareceres na execução, dentro de suas competências, no controle das políticas de Saúde do Trabalhador;
- Propor diretrizes através das ações da vigilância em saúde, para a prevenção, promoção e proteção da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos, nos ambientes de trabalho:
- IV) Interagir junto ao Departamento de Vigilância em Saúde, o MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), e com o MP (Ministério Público) ou qualquer outro órgão ligado à saúde do trabalhador quando ocorrer fatos ou denuncias eminentes de risco à vida ou a saúde do trabalhador;
- V) Exercer ações fiscalizadoras, isoladas ou conjuntas, com entes que atuam na esfera de fiscalização dos órgãos públicos e naqueles conveniados ou contratados com o SUS, nos termos da legislação vigente;
- VI) Acompanhar e fiscalizar se necessário o tratamento dos agravos e a reabilitação das sequelas advindas das condições de trabalho;
- .VII) Contribuir, direta ou indiretamente, junto aos setores de controle

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

Aviso de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

Remetente

Licitação Arapoti < licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Para

Alexandre Soares - ME Construtora <adm_fasmanutec@hotmail.com>

Data

15/08/2016 11:52



AVISO DE LICITAÇÃO.pdf (46 KB)

AVISO DE LICITAÇÃO CONVITE Nº 001/2016

OBJETO: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no Centro de Convivência do Idoso.

VALOR GLOBAL: R\$ 11.021,26 (Onze mil, vinte e um reais e vinte e seis centavos).

ABERTURA DA LICITAÇÃO: 26 de agosto de 2016, ás 14h00min.

LOCAL DE ABERTURA: Sala de licitações localizada no Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, Centro Cívico, Arapoti, Paraná.

RETIRADA DO EDITAL E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

O Edital poderá ser adquirido na Divisão de Licitação e Compras no Prédio do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, salas 60, 61, 62 ou 63, Centro Cívico, Cidade de Arapoti, Paraná, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min, ou solicitado via email no endereço eletrônico: licitacao@arapoti.pr.gov.br.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

Maiores informações poderão ser obtidas por meio dos telefones: (43) 3512-3032 / 3512-3033 / 3512-3160 / 3512-3162, pelo site: www.arapoti.pr.gov.br, ou pelo email: licitacao@arapoti.pr.gov.br.

Arapoti, 15 de agosto de 2016.

160

Assunto AVISO DE LICITAÇÃO

Remetente Licitação Arapoti < licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Para Alex P. Mello Construtora <alexpmello@yahoo.com.br>

Data 15/08/2016 11:53



AVISO DE LICITAÇÃO.pdf (46 KB)

AVISO DE LICITAÇÃO CONVITE Nº 001/2016

OBJETO: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no Centro de Convivência do Idoso.

VALOR GLOBAL: R\$ 11.021,26 (Onze mil, vinte e um reais e vinte e seis centavos).

ABERTURA DA LICITAÇÃO: 26 de agosto de 2016, ás 14h00min.

LOCAL DE ABERTURA: Sala de licitações localizada no Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, Centro Cívico, Arapoti, Paraná.

RETIRADA DO EDITAL E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

O Edital poderá ser adquirido na Divisão de Licitação e Compras no Prédio do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, salas 60, 61, 62 ou 63, Centro Cívico, Cidade de Arapoti, Paraná, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min, ou solicitado via email no endereço eletrônico: licitacao@arapoti.pr.gov.br.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

Maiores informações poderão ser obtidas por meio dos telefones: (43) 3512-3032 / 3512-3033 / 3512-3160 / 3512-3162, pelo site: www.arapoti.pr.gov.br, ou pelo email: licitacao@arapoti.pr.gov.br.

Arapoti, 15 de agosto de 2016.

roundcube

AVISO DE LICITAÇÃO Assunto

Remetente Licitação Arapoti < licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Para Compacta Construtora - Jeferson < jefersonprestes@yahoo.com.br>

Cc Compacta - Jeferson < compacta.civil@gmail.com>

Data 15/08/2016 11:54

AVISO DE LICITAÇÃO.pdf (46 KB)

AVISO DE LICITAÇÃO CONVITE Nº 001/2016

OBJETO: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no Centro de Convivência do Idoso.

VALOR GLOBAL: R\$ 11.021,26 (Onze mil, vinte e um reais e vinte e seis centavos).

ABERTURA DA LICITAÇÃO: 26 de agosto de 2016, ás 14h00min.

LOCAL DE ABERTURA: Sala de licitações localizada no Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, Centro Cívico, Arapoti, Paraná.

RETIRADA DO EDITAL E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

O Edital poderá ser adquirido na Divisão de Licitação e Compras no Prédio do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, salas 60, 61, 62 ou 63, Centro Cívico, Cidade de Arapoti, Paraná, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min, ou solicitado via email no endereço eletrônico: <u>licitacao@arapoti.pr.gov.br</u>.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

Maiores informações poderão ser obtidas por meio dos telefones: (43) 3512-3032 / 3512-3033 / 3512-3160 / 3512-3162, pelo site: www.arapoti.pr.gov.br, ou pelo email: licitacao@arapoti.pr.gov.br.

Arapoti, 15 de agosto de 2016.

AVISO DE LICITAÇÃO

Remetente Licitação Arapoti < licitação@arapoti.pr.gov.br>

Para HB CONSTRUTORA - HELCTO < hbconstrut

HB CONSTRUTORA - HELCIO <hbconstrutoracivil@gmail.com>

Data 15/08/2016 11:54



AVISO DE LICITAÇÃO.pdf (46 KB)

AVISO DE LICITAÇÃO CONVITE Nº 001/2016

OBJETO: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no Centro de Convivência do Idoso.

VALOR GLOBAL: R\$ 11.021,26 (Onze mil, vinte e um reais e vinte e seis centavos).

ABERTURA DA LICITAÇÃO: 26 de agosto de 2016, ás 14h00min.

LOCAL DE ABERTURA: Sala de licitações localizada no Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, Centro Cívico, Arapoti, Paraná.

RETIRADA DO EDITAL E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

O Edital poderá ser adquirido na Divisão de Licitação e Compras no Prédio do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, salas 60, 61, 62 ou 63, Centro Cívico, Cidade de Arapoti, Paraná, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min, ou solicitado via email no endereço eletrônico: licitacao@arapoti.pr.gov.br.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

Maiores informações poderão ser obtidas por meio dos telefones: (43) 3512-3032 / 3512-3033 / 3512-3160 / 3512-3162, pelo site: www.arapoti.pr.gov.br, ou pelo email: licitacao@arapoti.pr.gov.br.

Arapoti, 15 de agosto de 2016.

Assunto AVISO DE LICITAÇÃO

Remetente Licitação Arapoti < licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Para Construtora Alvorada <construtoraalvorada@yahoo.com.br>

Data 15/08/2016 13:01



AVISO DE LICITAÇÃO.pdf (46 KB)

AVISO DE LICITAÇÃO CONVITE Nº 001/2016

OBJETO: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no Centro de Convivência do Idoso.

VALOR GLOBAL: R\$ 11.021,26 (Onze mil, vinte e um reais e vinte e seis centavos).

ABERTURA DA LICITAÇÃO: 26 de agosto de 2016, ás 14h00min.

LOCAL DE ABERTURA: Sala de licitações localizada no Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, Centro Cívico, Arapoti, Paraná.

RETIRADA DO EDITAL E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

O Edital poderá ser adquirido na Divisão de Licitação e Compras no Prédio do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, salas 60, 61, 62 ou 63, Centro Cívico, Cidade de Arapoti, Paraná, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min, ou solicitado via email no endereço eletrônico: licitacao@arapoti.pr.gov.br.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

Maiores informações poderão ser obtidas por meio dos telefones: (43) 3512-3032 / 3512-3033 / 3512-3160 / 3512-3162, pelo site: www.arapoti.pr.gov.br, ou pelo email: licitacao@arapoti.pr.gov.br.

Arapoti, 15 de agosto de 2016.

16

Assunto

AVISO DE LICITAÇÃO

Remetente Licitação Arapoti < licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Para

Construtora Guetter < construtora@guetter.com.br>

Data

15/08/2016 13:02



AVISO DE LICITAÇÃO.pdf (46 KB)

AVISO DE LICITAÇÃO CONVITE Nº 001/2016

OBJETO: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no Centro de Convivência do Idoso.

VALOR GLOBAL: R\$ 11.021,26 (Onze mil, vinte e um reais e vinte e seis centavos).

ABERTURA DA LICITAÇÃO: 26 de agosto de 2016, ás 14h00min.

LOCAL DE ABERTURA: Sala de licitações localizada no Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, Centro Cívico, Arapoti, Paraná.

RETIRADA DO EDITAL E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

O Edital poderá ser adquirido na Divisão de Licitação e Compras no Prédio do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, salas 60, 61, 62 ou 63, Centro Cívico, Cidade de Arapoti, Paraná, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min, ou solicitado via email no endereço eletrônico: licitacao@arapoti.pr.gov.br.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

Maiores informações poderão ser obtidas por meio dos telefones: (43) 3512-3032 / 3512-3033 / 3512-3160 / 3512-3162, pelo site: www.arapoti.pr.gov.br, ou pelo email: licitacao@arapoti.pr.gov.br.

Arapoti, 15 de agosto de 2016.

165

roundcubel

Assunto

AVISO DE LICITAÇÃO

Remetente Licitação

Licitação Arapoti < licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Para

Consbarra Construções - Comercial

<comercial.construtorabarra@gmail.com>

Cc

Consbarra Construções - Grupo Barra

licitacao@grupobarra.com.br>

Data

15/08/2016 13:03



AVISO DE LICITAÇÃO CONVITE Nº 001/2016

OBJETO: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no Centro de Convivência do Idoso.

VALOR GLOBAL: R\$ 11.021,26 (Onze mil, vinte e um reais e vinte e seis centavos).

ABERTURA DA LICITAÇÃO: 26 de agosto de 2016, ás 14h00min.

LOCAL DE ABERTURA: Sala de licitações localizada no Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, Centro Cívico, Arapoti, Paraná.

RETIRADA DO EDITAL E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

O Edital poderá ser adquirido na Divisão de Licitação e Compras no Prédio do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, salas 60, 61, 62 ou 63, Centro Cívico, Cidade de Arapoti, Paraná, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min, ou solicitado via email no endereço eletrônico: licitacao@arapoti.pr.gov.br.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

Maiores informações poderão ser obtidas por meio dos telefones: (43) 3512-3032 / 3512-3033 / 3512-3160 / 3512-3162, pelo site: www.arapoti.pr.gov.br, ou pelo email: licitacao@arapoti.pr.gov.br.

Arapoti, 15 de agosto de 2016.

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Remetente Licitação Arapoti < licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Para Casaalta Construções <casaalta@casaalta.com.br>

Data 15/08/2016 13:03



AVISO DE LICITAÇÃO.pdf (46 KB)

AVISO DE LICITAÇÃO CONVITE Nº 001/2016

OBJETO: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no Centro de Convivência do Idoso.

VALOR GLOBAL: R\$ 11.021,26 (Onze mil, vinte e um reais e vinte e seis centavos).

ABERTURA DA LICITAÇÃO: 26 de agosto de 2016, ás 14h00min.

LOCAL DE ABERTURA: Sala de licitações localizada no Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, Centro Cívico, Arapoti, Paraná.

RETIRADA DO EDITAL E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

O Edital poderá ser adquirido na Divisão de Licitação e Compras no Prédio do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, salas 60, 61, 62 ou 63, Centro Cívico, Cidade de Arapoti, Paraná, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min, ou solicitado via email no endereço eletrônico: licitacao@arapoti.pr.gov.br.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

Maiores informações poderão ser obtidas por meio dos telefones: (43) 3512-3032 / 3512-3033 / 3512-3160 / 3512-3162, pelo site: www.arapoti.pr.gov.br, ou pelo email: licitacao@arapoti.pr.gov.br.

Arapoti, 15 de agosto de 2016.

167

Assunto AVISO DE LICITAÇÃO

Remetente Licitação Arapoti < licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Para Andréa de Barros Netto Construtora

<andrea@starkeconstrutora.com.br>

Data 16/08/2016 07:56



AVISO DE LICITAÇÃO.pdf (46 KB)

AVISO DE LICITAÇÃO CONVITE Nº 001/2016

OBJETO: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no Centro de Convivência do Idoso.

VALOR GLOBAL: R\$ 11.021,26 (Onze mil, vinte e um reais e vinte e seis centavos).

ABERTURA DA LICITAÇÃO: 26 de agosto de 2016, ás 14h00min.

LOCAL DE ABERTURA: Sala de licitações localizada no Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, Centro Cívico, Arapoti, Paraná.

RETIRADA DO EDITAL E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

O Edital poderá ser adquirido na Divisão de Licitação e Compras no Prédio do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, salas 60, 61, 62 ou 63, Centro Cívico, Cidade de Arapoti, Paraná, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min, ou solicitado via email no endereço eletrônico: licitacao@arapoti.pr.gov.br.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

Maiores informações poderão ser obtidas por meio dos telefones: (43) 3512-3032 / 3512-3033 / 3512-3160 / 3512-3162, pelo site: www.arapoti.pr.gov.br, ou pelo email: licitacao@arapoti.pr.gov.br.

Arapoti, 15 de agosto de 2016.

168

Assunto

AVISO DE LICITAÇÃO

Remetente

Licitação Arapoti < licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Para

BC Construtora - Thais <orcamento.bc@hotmail.com>

Data 16/08/2016 07:57



AVISO DE LICITAÇÃO.pdf (46 KB)

AVISO DE LICITAÇÃO CONVITE Nº 001/2016

OBJETO: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no Centro de Convivência do Idoso.

VALOR GLOBAL: R\$ 11.021,26 (Onze mil, vinte e um reais e vinte e seis centavos).

ABERTURA DA LICITAÇÃO: 26 de agosto de 2016, ás 14h00min.

LOCAL DE ABERTURA: Sala de licitações localizada no Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, Centro Cívico, Arapoti, Paraná.

RETIRADA DO EDITAL E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

O Edital poderá ser adquirido na Divisão de Licitação e Compras no Prédio do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, salas 60, 61, 62 ou 63, Centro Cívico, Cidade de Arapoti, Paraná, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min, ou solicitado via email no endereço eletrônico: licitacao@arapoti.pr.gov.br.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

Maiores informações poderão ser obtidas por meio dos telefones: (43) 3512-3032 / 3512-3033 / 3512-3160 / 3512-3162, pelo site: www.arapoti.pr.gov.br, ou pelo email: licitacao@arapoti.pr.gov.br.

Arapoti, 15 de agosto de 2016.

AVISO DE LICITAÇÃO

Remetente

Licitação Arapoti < licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Para

Critec Engenharia <critectopografiaengenharia@yahoo.com.br>

Data

16/08/2016 07:58



AVISO DE LICITAÇÃO.pdf (46 KB)

AVISO DE LICITAÇÃO CONVITE Nº 001/2016

OBJETO: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no Centro de Convivência do Idoso.

VALOR GLOBAL: R\$ 11.021,26 (Onze mil, vinte e um reais e vinte e seis centavos).

ABERTURA DA LICITAÇÃO: 26 de agosto de 2016, ás 14h00min.

LOCAL DE ABERTURA: Sala de licitações localizada no Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, Centro Cívico, Arapoti, Paraná.

RETIRADA DO EDITAL E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

O Edital poderá ser adquirido na Divisão de Licitação e Compras no Prédio do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, salas 60, 61, 62 ou 63, Centro Cívico, Cidade de Arapoti, Paraná, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min, ou solicitado via email no endereço eletrônico: licitacao@arapoti.pr.gov.br.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

Maiores informações poderão ser obtidas por meio dos telefones: (43) 3512-3032 / 3512-3033 / 3512-3160 / 3512-3162, pelo site: www.arapoti.pr.gov.br, ou pelo email: licitacao@arapoti.pr.gov.br.

Arapoti, 15 de agosto de 2016.

AVISO DE LICITAÇÃO

Remetente

Licitação Arapoti < licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Para

Flama Construções e serviços <flamacs@yahoo.com.br>

Data 16/08/2016 07:59



AVISO DE LICITAÇÃO.pdf (46 KB)

AVISO DE LICITAÇÃO CONVITE Nº 001/2016

OBJETO: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no Centro de Convivência do Idoso.

VALOR GLOBAL: R\$ 11.021,26 (Onze mil, vinte e um reais e vinte e seis centavos).

ABERTURA DA LICITAÇÃO: 26 de agosto de 2016, ás 14h00min.

LOCAL DE ABERTURA: Sala de licitações localizada no Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, Centro Cívico, Arapoti, Paraná.

RETIRADA DO EDITAL E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

O Edital poderá ser adquirido na Divisão de Licitação e Compras no Prédio do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, salas 60, 61, 62 ou 63, Centro Cívico, Cidade de Arapoti, Paraná, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min, ou solicitado via email no endereço eletrônico: licitacao@arapoti.pr.gov.br.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

Maiores informações poderão ser obtidas por meio dos telefones: (43) 3512-3032 / 3512-3033 / 3512-3160 / 3512-3162, pelo site: www.arapoti.pr.gov.br, ou pelo email: licitacao@arapoti.pr.gov.br.

Arapoti, 15 de agosto de 2016.

AVISO DE LICITAÇÃO

Remetente

Licitação Arapoti <licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Para

Messias Mat. Construção

<messiasmateriaisdeconstrucao@hotmail.com>

Data 16/08/2016 08:01



AVISO DE LICITAÇÃO.pdf (46 KB)

AVISO DE LICITAÇÃO CONVITE Nº 001/2016

OBJETO: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no Centro de Convivência do Idoso.

VALOR GLOBAL: R\$ 11.021,26 (Onze mil, vinte e um reais e vinte e seis centavos).

ABERTURA DA LICITAÇÃO: 26 de agosto de 2016, ás 14h00min.

LOCAL DE ABERTURA: Sala de licitações localizada no Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, Centro Cívico, Arapoti, Paraná.

RETIRADA DO EDITAL E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

O Edital poderá ser adquirido na Divisão de Licitação e Compras no Prédio do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, salas 60, 61, 62 ou 63, Centro Cívico, Cidade de Arapoti, Paraná, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min, ou solicitado via email no endereço eletrônico: licitacao@arapoti.pr.gov.br.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

Maiores informações poderão ser obtidas por meio dos telefones: (43) 3512-3032 / 3512-3033 / 3512-3160 / 3512-3162, pelo site: www.arapoti.pr.gov.br, ou pelo email: licitacao@arapoti.pr.gov.br.

Arapoti, 15 de agosto de 2016.

Assunto AVISO DE LICITAÇÃO

Remetente Licitação Arapoti < licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Para MPS Construções - Construtora <cristianjpr@live.com>

Data 16/08/2016 08:02



AVISO DE LICITAÇÃO.pdf (46 KB)

AVISO DE LICITAÇÃO CONVITE N° 001/2016

OBJETO: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no Centro de Convivência do Idoso.

VALOR GLOBAL: R\$ 11.021,26 (Onze mil, vinte e um reais e vinte e seis centavos).

ABERTURA DA LICITAÇÃO: 26 de agosto de 2016, ás 14h00min.

LOCAL DE ABERTURA: Sala de licitações localizada no Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, Centro Cívico, Arapoti, Paraná.

RETIRADA DO EDITAL E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

O Edital poderá ser adquirido na Divisão de Licitação e Compras no Prédio do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, salas 60, 61, 62 ou 63, Centro Cívico, Cidade de Arapoti, Paraná, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min, ou solicitado via email no endereço eletrônico: licitacao@arapoti.pr.gov.br.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

Maiores informações poderão ser obtidas por meio dos telefones: (43) 3512-3032 / 3512-3033 / 3512-3160 / 3512-3162, pelo site: www.arapoti.pr.gov.br, ou pelo email: licitacao@arapoti.pr.gov.br.

Arapoti, 15 de agosto de 2016.

17

Assunto A'

AVISO DE LICITAÇÃO

Remetente

Licitação Arapoti < licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Para

Correia Neto Construções <correia-neto@hotmail.com>

Cc

Correia Neto Construções - Oficial <correianeto@mail.crea-

pr.org.br>

Data

16/08/2016 08:04



AVISO DE LICITAÇÃO.pdf (46 KB)

AVISO DE LICITAÇÃO CONVITE Nº 001/2016

OBJETO: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no Centro de Convivência do Idoso.

VALOR GLOBAL: R\$ 11.021,26 (Onze mil, vinte e um reais e vinte e seis centavos).

ABERTURA DA LICITAÇÃO: 26 de agosto de 2016, ás 14h00min.

LOCAL DE ABERTURA: Sala de licitações localizada no Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, Centro Cívico, Arapoti, Paraná.

RETIRADA DO EDITAL E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

O Edital poderá ser adquirido na Divisão de Licitação e Compras no Prédio do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, salas 60, 61, 62 ou 63, Centro Cívico, Cidade de Arapoti, Paraná, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min, ou solicitado via email no endereço eletrônico: licitacao@arapoti.pr.gov.br.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

Maiores informações poderão ser obtidas por meio dos telefones: (43) 3512-3032 / 3512-3033 / 3512-3160 / 3512-3162, pelo site: www.arapoti.pr.gov.br, ou pelo email: licitacao@arapoti.pr.gov.br.

Arapoti, 15 de agosto de 2016.

Lida: AVISO DE LICITAÇÃO

Remetente

Construtora Guetter - Tiago <construtora@guetter.com.br>

Para

'Licitação Arapoti' < licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Data

15/08/2016 13:52

Sua mensagem

Para: Construtora Guetter Assunto: AVISO DE LICITAÇÃO Enviada: 15/08/2016 13:02

foi lida em 15/08/2016 13:51.

Reporting-UA: guetter.com.br; Microsoft Office Outlook 12.0

Final-Recipient: rfc822; construtora@guetter.com.br

Original-Message-ID: ZKNebI0HwzNtZZKNkb8clk

Disposition: manual-action/MDN-sent-manually; displayed



roundcube

Assunto Lida: AVISO DE LICITAÇÃO

Remetente Licitação Grupo Barra < licitacao@grupobarra.com.br>

Para 'Licitação Arapoti' < licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Data 15/08/2016 13:35

Sua mensagem

Para: Consbarra Construções - Comercial Cc: Consbarra Construções - Grupo Barra

Assunto: AVISO DE LICITAÇÃO Enviada: 15/08/2016 13:03

foi lida em 15/08/2016 13:35.

Reporting-UA: grupobarra.com.br; Microsoft Outlook 15.0 Final-Recipient: rfc822; licitacao@grupobarra.com.br

Original-Message-ID: <4248c9248c562e6ea7d22785dcee9be8@arapoti.pr.gov.br>

Disposition: manual-action/MDN-sent-manually; displayed

roundcube

Assunto

Edital

Remetente

Valter José de Oliveira <adm_fasmanutec@hotmail.com>

Para

licitacao@arapoti.pr.gov.br <licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Data

15/08/2016 14:18

Oi,

favor mandar pra mim o edital da AVISO DE LICITAÇÃO CONVITE Nº 001/2016.

Grato.

Valter José de Oliveira Gerente Administrativo F.A.S MANUTEC

CNPJ: 20.480.536 / 0001 - 69

Contato: (43) 3557 1707

(43) 9669 3164

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

Comprovante de Retirada do Edital

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL

CONVITE N° 001/2016 PROCESSO N° 127/2016

Razão Social: ALEX PAULO DE MELO 98093428968

CNPJ nº: 14.878.001/0001-48

Endereço: RUA GENIPLO PEDROSO, Nº 165 - VILA BURRINHO

E-mail: alexpmello@yahoo.com.br

Cidade: ARAPOTI Estado: PARANÁ

Telefone: (43) 9959-7674 Fax:

Pessoa para contato: ALEX PAULO DE MELO

Nesta data, () RECEBEMOS e ou () FIZEMOS o download do instrumento convocatório acima identificado no endereço eletrônico: http://www.arapoti.pr.gov.br.

Arapoti, 17 de agosto de 2016.

Senhor Licitante.

Visando comunicação futura entre esta COMISSÃO DE LICITAÇÃO e esse FORNECEDOR, solicitamos preencher o recibo de entrega/retirada de edital e remeter à Comissão de Licitação por meio do fax (43) 3512-3000 ou através de e-mail licitacao@arapoti.pr.gov.br. A não remessa do recibo exime-nos da comunicação de eventuais retificações no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

Assinatura

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL

CONVITE Nº 001/2016 PROCESSO Nº 127/2016

Razão Social: Josué Skora - MEI

CNPJ nº: 13.595.463/0001-95

Endereço: Vila Santo Antonio

E-mail:

Cidade: Arapoti Estado: Pr

Telefone: (41) 9912-7885 Fax:

Pessoa para contato:

Nesta data, (X) RECEBEMOS e ou () FIZEMOS o download do instrumento convocatório acima identificado no endereço eletrônico: http://www.arapoti.pr.gov.br.

Arapoti, 18 de Agosto de 2016.

Accinatura

Senhor Licitante.

Visando comunicação futura entre esta COMISSÃO DE LICITAÇÃO e esse FORNECEDOR, solicitamos preencher o recibo de entrega/retirada de edital e remeter à Comissão de Licitação por meio do fax (43) 3512-3000 ou através de e-mail licitacao@arapoti.pr.gov.br. A não remessa do recibo exime-nos da comunicação de eventuais retificações no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL

CONVITE N° 001/2016 PROCESSO N° 127/2016

Razão Social: ALEXANDRE SOARES - ME

CNPJ nº: 20.480.536/0001-69

Endereço: RUA DOLORES BARROS DIAS, 88

E-mail:

Cidade: ARAPOTI Estado: PARANÁ

Telefone: (43) 3557-1707 Fax:

Pessoa para contato: VALTER JOSÉ DE OLIVEIRA

Nesta data, (X) RECEBEMOS e ou () FIZEMOS o download do instrumento convocatório acima identificado no endereço eletrônico: http://www.arapoti.pr.gov.br.

Arapoti, 15 de agosto de 2016.

Assinatura

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre esta COMISSÃO DE LICITAÇÃO e esse FORNECEDOR, solicitamos preencher o recibo de entrega/retirada de edital e remeter à Comissão de Licitação por meio do fax (43) 3512-3000 ou através de e-mail licitacao@arapoti.pr.gov.br. A não remessa do recibo exime-nos da comunicação de eventuais retificações no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

CONVITE Nº 001/2016 PROCESSO Nº 127/2016

Razão Social: HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP

CNPJ nº: 19.639.120/0001-61

Endereço: RUA PEDRO NUNES DE LARA, 467 - JARDIM CERES

E-mail: hbconstrutoracivil@gmail.com

Cidade: ARAPOTI Estado: PARANÁ

Telefone: (43) 9641-5506 Fax:

Pessoa para contato: HELCIO

Nesta data, () RECEBEMOS e ou () FIZEMOS o download do instrumento convocatório acima identificado no endereço eletrônico: http://www.arapoti.pr.gov.br.

Arapoti, 15 de agosto de 2016.

Assinatura

Senhor Licitante.

Visando comunicação futura entre esta COMISSÃO DE LICITAÇÃO e esse FORNECEDOR, solicitamos preencher o recibo de entrega/retirada de edital e remeter à Comissão de Licitação por meio do fax (43) 3512-3000 ou através de e-mail licitacao@arapoti.pr.gov.br. A não remessa do recibo exime-nos da comunicação de eventuais retificações no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL

CONVITE N° 001/2016 PROCESSO N° 127/2016

Razão Social: CRISTIANO ALVES DE OLIVEIRA 07336375901

CNPJ nº: 22.973.437/0001-44

Endereço: JOAQUIM LOPES DOS SANTOS 751

E-mail: criistiano@globomail.com

Cidade: ARAPOTI Estado: PARANÁ

Telefone: 43 96223595 Fax:

Pessoa para contato: CRISTIANO ALVES

Nesta data, () RECEBEMOS e ou (X) FIZEMOS o download do instrumento convocatório acima identificado no endereço eletrônico: http://www.arapoti.pr.gov.br.

Arapoti, 19 de AGOSTO de 2016.

Cidar Fals de Olimo.
Assinatura

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre esta COMISSÃO DE LICITAÇÃO e esse FORNECEDOR, solicitamos preencher o recibo de entrega/retirada de edital e remeter à Comissão de Licitação por meio do fax (43) 3512-3000 ou através de e-mail licitacao@arapoti.pr.gov.br. A não remessa do recibo exime-nos da comunicação de eventuais retificações no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

183

Assunto

Re: RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL

Remetente

Licitação Arapoti licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Para

Cristiano Alves de Oliveira < criistiano@globomail.com>

Data

19/08/2016 12:21



- EDITAL CV 001-2016.pdf (360 KB)
- ANEXO I MEMORIAL DESCRITIVO.pdf (1,6 MB)
- MODELOS AUXILIARES.rar (46 KB)

Em 19/08/2016 09:44, Cristiano Alves de Oliveira escreveu:

AGUARDO EDITAL.

Em 18/08/2016 13:31, Licitação Arapoti escreveu:

Em 18/08/2016 08:12, Cristiano Alves de Oliveira escreveu:

Bom dia! gostaria de pedir o edital da carta convite 001/2016 processo licitatório 127/2016

Prezado Senhor,

Favor assinar o Recibo de Entrega de Edital (em anexo) e nos encaminhar via e-mail, após estaremos encaminhando o Edital e seus Anexos.

Prezado Licitante,

Segue anexo o Edital de Convite 001/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS (43) 3512-3159/3160/3162/3032/3033

roundcubs

Assunto

Solicitação de Edital

Remetente Informativo Prime Licitações <informativo@primelicitacoes.com.br>

Para <licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Data

23/08/2016 08:19

Bom Dia.

Gostaria de solicitar por gentileza o edital referente ao CONVITE nº01/2016

Aguardo retorno, Desde já agradeço.



Elis da Cruz Reis

Prime - Licitações Assessoria e Consultoria (44) 3034-4456 - 3025-5576

E-mail: informativo@primelicitacoes.com.br Site: www.primelicitacoes.com.br



Este email foi escaneado pelo Avast antivírus. www.avast.com

185

Assunto

ENCAMINHAMENTO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

Remetente

Licitação Arapoti < licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Para

<informativo@primelicitacoes.com.br>

Data

23/08/2016 09:33



ANEXO I - MEMORIAL DESCRITIVO.pdf (1,6 MB)

EDITAL CV 001-2016.pdf (360 KB)

RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL.DOC (52 KB)

A

ELIS DA CRUZ REIS
PRIME - LICITAÇÕES / ASSESSORIA E CONSULTORIA
AV. SÃO PAULO № 1061 - EDIF. ASPEN PARK TRADE CENTER - SALA 1.114 - 87013-040 - MARINGÁ-PR
(43) 3034-4456

Assunto: Encaminhamento de Edital de Licitação

Referente: Edital de Convite nº 001/2016

Prezado(a) senhor(a), junto ao prazer em cumprimentá-lo, vimos por meio deste, encaminhar o Edital com seus respectivos anexos referente a licitação supramencionada, para sua apreciação.

Favor assinar o recibo de entrega do edital e nos encaminhar.

Sendo o que tínhamos para o momento, nos colocamos à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

Comissão Permanente de Licitação Prefeitura Municipal de Arapoti

186

Assunto

SOLICITAÇÃO DE EDITAL

Remetente

CORREIA NETO PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA . <correia-

neto@hotmail.com>

Para licitacao@arapoti.pr.gov.br <licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Data 16/08/2016 11:29



Bom dia, solicito por gentileza o edital convite 001/2016.

CORREIA NETO PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA.

R: Rio de Janeiro, 1396 - Madureira - Ponta Grossa - PR CEP: 84070-060. CNPJ: 76.072.453/0001-95 Fone: (42) 3227-5300 correia-neto@hotmail.com

Cc

187

Assunto ENCAMINHAMENTO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

Remetente Licitação Arapoti < licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Para Correia Neto (Construtora) < correia-neto@hotmail.com>

Correia Neto (Construtora) Oficial < correianeto@mail.crea-

pr.org.br>

Data 16/08/2016 14:50

EDITAL CV 001-2016.pdf (360 KB)

ANEXO I - MEMORIAL DESCRITIVO.pdf (1,6 MB)

RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL DOC (52 KB)

MODELOS AUXILIARES.rar (46 KB)

A Empresa CORREIA NETO PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA Ponta Grossa/Pr

Assunto: Encaminhamento de Edital de Licitação

Referente: Edital de Convite nº 001/2016

Prezado(a) senhor(a), junto ao prazer em cumprimentá-lo, vimos por meio deste, encaminhar o Edital com seus respectivos anexos referente a licitação supramencionada, para sua apreciação. Favor assinar o recibo de entrega do edital e nos encaminhar. Sendo o que tínhamos para o momento, nos colocamos à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

Comissão Permanente de Licitação Prefeitura Municipal de Arapoti

Comprovante de Protocolo



Prefeitura Municipal de Arapoti

Rua Ondina Bueno de Siqueira, nº 180, Centro Cívico - Arapoti - ParanáFone - CEP 84.990-000 CNPJ 75.658.377/0001-31 E-mail: licitacao@arapoti.pr.gov.br / Fone: (43) 3512-3000

Comprovante de Protocolo

Protocolo:

Data:

Horário:

Convite

928

26/08/2016

01:27

001/16

Origem:

HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP

Interessado:

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Assunto:

Entrega dos Envelopes de HABILITAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇOS

Assinatura do Responsável



Prefeitura Municipal de Arapoti

Rua Ondina Bueno de Siqueira, nº 180, Centro Cívico - Arapoti - ParanáFone - CEP 84.990-000 CNPJ 75.658.377/0001-31 E-mail: licitacao@arapoti.pr.gov.br / Fone: (43) 3512-3000

Comprovante de Protocolo

 Protocolo:
 Data:
 Horário:
 Convite

 929
 26/08/2016
 01:28
 001/16

Origem:

ALEX PAULO MELO - MEI

Interessado:

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Assunto:

Entrega dos Envelopes de HABILITAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇOS

Assinatura do Résponsável

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

Documentos de Habilitação

<u>Alex Paulo de</u>

<u>Melo</u>

98093428968

Certificado da Condição de Microempreendedor Individual

Identificação

Nome Empresarial

ALEX PAULO DE MELO 98093428968

Nome do Empresário

ALEX PAULO DE MELO

Nome Fantasia

LEX - SOLUCOES E ACABAMENTOS

Capital Social

50.000,00

Nº da Identidade

Órgão Emissor

UF Emissor

67774205

SSP

PR

980.934.289-68

Condição de Microempreendedor Individual

Situação Cadastral Vigente

OVITA

Data de Início da Situação Cadastral Vigente

13/01/2012

Números de Registro

NIRE

14.878.001/0001-48 41-8-0085351-6

Endereço Comercial

CEP

Logradouro

Número

84990-000

RUA GENIPLO PEDROSO

165

Bairro

VILA BURRINHO

Município UF

ARAPOTI

Atividades

Data de Início de Atividades

13/01/2012

Código da Atividade Principal

Descrição da Atividade Principal

43.30-4/04

3

4

5

Serviços de pintura de edifícios em geral

	codigo da Atividade					
	Secundária					
1	47.44-0/99					
2	47 41-5/00					

Descrição da Atividade Secundária Comércio varejista de materiais de construção em geral

Comércio varejista de tintas e materiais para pintura 25.39-0/01 Serviços de usinagem, tornearia e solda

43.30-4/05 Aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores 47.44-0/04 Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas

6 43.22-3/01 Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás 7 81,30-3/00

Atividades paisagísticas 25.42-0/00

8 Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias

Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer 9 43.30-4/02

10 43.21-5/00 Instalação e manutenção elétrica

11 77.32-2/02 Aluguel de andaimes

43.99-1/03 12 Obras de alvenaria

13 37.02-9/00 Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes 16.22-6/99 Fabricação de outros artigos de carpintaria para construção

Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de <u>Alvará de Licença e Funcionamento Provisório</u> - declaração prestada no

Declaro, sob as penas da Lei, que conheço e atendo os requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município para emissão do Alvará de Licença e Funcionamento, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos. O não-atendimento a esses requisitos acarretará o cancelamento deste Alvará de Licença e Funcionamento Provisório.



Este Certificado comprova as inscrições, alvará, licenças e a situação de enquadramento do empresário na condição de Microempreendedor Individual. A sua aceitação está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço: Certificado emitido com base na Resolução nº 16, de 17 de dezembro de 2009, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios — REDESIM.

ATENÇÃO: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Para pesquisar a inscrição estadual e/ou municipal (quando convenentes do cadasto sincronizado nacional) informe os elementos abaixo no

Para pesquisar a inscrição estadual e/ou municipal (quando convenentes do cadastro sincronizado nacional), informe os elementos abaixo no endereço eletrônico http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/fcpi/consulta.asp

Número do Recibo: ME90301582 Número do Identificador: 14878001000148

Data de Emissão:

25/08/2016

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte

Confira os tados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização dadastral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE NÚMERO DE INSCRIÇÃO 14.878.001/0001-48 SITUAÇÃO CADASTRAL MATRIZ

DATA DE ABERTURA 13/01/2012

NOME EMPRESARIAL

ALEX PAULO DE MELO 98093428968

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) **LEX - SOLUCOES E ACABAMENTOS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL

43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral

47.41-5-00 - Comércio varejista de tintas e materiais para pintura

25.39-0-01 - Serviços de usinagem, tornearia e solda

43.30-4-05 - Aplicação de revestimentos e de resinas em interlores e exteriores

47.44-0-04 - Comércio varejista de cal, arela, pedra britada, tijolos e telhas

43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás

81.30-3-00 - Atividades paisagísticas

25.42-0-00 - Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias

43.30-4-02 - Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material

43,21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica

77.32-2-02 - Aluguel de andaimes

43.99-1-03 - Obras de alvenaria

37.02-9-00 - Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes

16.22-6-99 - Fabricação de outros artigos de carpintaria para construção

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

213-5 - EMPRESARIO (INDIVIDUAL)

LOGRADOURO

R GENIPLO PEDROSO

NÚMERO 165

COMPLEMENTO

84,990-000

BAIRRO/DISTRITO VILA BURRINHO MUNICIPIO

ARAPOTI

PR

ENDERECO ELETRÔNICO

TELEFONE

(43) 9959-7674

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL

ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 13/01/2012

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar

Emitido no dia 22/08/2016 às 13:55:58 (data e hora de Brasília).





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ALEX PAULO DE MELO 98093428968

CNPJ: 14.878.001/0001-48

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

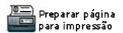
Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços http://www.receita.fazenda.gov.br> ou http://www.pgfn.fazenda.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014. Emitida às 13:57:06 do dia 22/08/2016 <hora e data de Brasília>. Válida até 18/02/2017.

Código de controle da certidão: DB5E.F60B.E154.9D8B Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Nova Consulta



Estado do Paraná Secretaria de Estado da Fazenda Coordenação da Receita do Estado

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual Nº 015148440-78

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: 14.878.001/0001-48

Nome: ALEX PAULO DE MELO 98093428968

Estabelecimento sem registro no Cadastro de Contribuintes do ICMS/PR

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 20/12/2016 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet <u>www.fazenda.pr.gov.br</u>

A SEA



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS Nrº da Certidão: 004818/2016

Interessado:- ALEX PAULO DE MELO 98093428968

Contribuinte: 7561 - ALEX PAULO DE MELO 98093428968 Endereco....: R. GENIPLO PEDROSO 165 VILA BURRINHO

Dt Abertura..: 20/01/2012

Ressalvado o direito de inscrever e cobrar tributos ainda não lançados ou que venham a ser apurados posteriormente, CERTIFICAMOS para os devidos fins que, em observância ao disposto no artigo 205 da Lei Federal nº 5.172/66 - Código Tributário Nacional, foram verificados os registros em sistema eletrônico e constatado que o(a) contribuinte acima identificado(a) não possui débitos tributários com a Fazenda Municipal.

VALIDADE DE 30 (TRINTA) DIAS

Arapoti, 08 de Agosto de 2016

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

DADOS PARA CONSULTAR VALIDADE DO DOCUMENTO						
arapoti.sigiss.com.br						
Nrº CND:	CNPJ Interessado:	Data Emissão CND:	Código Validade:			
004818/2016	14.878.001/0001-48	08/08/2016	VU00JURJ			





Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 14878001/0001-48 Razão Social: ALEX PAULO DE MELO

Endereço: RUA GENIPLO PEDROSO 165 CASA / VILA BURRINHO / ARAPOTI / PR /

84990-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

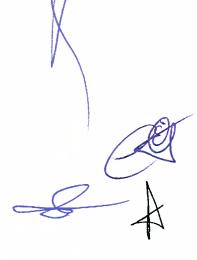
O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 08/08/2016 a 06/09/2016

Certificação Número: 2016080801470943557873

Informação obtida em 22/08/2016, às 14:05:18.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ALEX PAULO DE MELO 98093428968

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 14.878.001/0001-48

Certidão nº: 83425091/2016

Expedição: 25/08/2016, às 16:28:34

Validade: 20/02/2017 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que **ALEX PAULO DE MELO 98093428968**(MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n°

14.878.001/0001-48, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Dúvidas e sugestões: cndt@tst.jus.br



ALEX PAULO DE MELO - MEI 200 CNPJ: 14.878.001/0001-48 RUA GENIPLO PEDROSO, 165, VILA BURRINHO, CENTRO, ARAPOTI-PR - CEP: 84.990-000

ANEXO XIII

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Α

Prefeitura Municipal de Arapoti

Rua Placidio Leite, 148, Centro Cívico, Arapoti/PR Att.: Comissão Permanente de Licitação - CPL

Ref.: CONVITE Nº. 001/2016.

Em atendimento ao **item 15.4.7.4** deste Edital do Convite em referência, indicamos o(s) profissional(is) abaixo para atuar(em) como responsável(is) técnico(s) da obra, caso sejamos vencedor da licitação e devidamente contratado:

N°	Nome	Especialidade / Título	Nº do CREA
01	SILVIA TIEKO NAKANO	ARQUITETA	21575-9

Por ser verdade, assumo inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a declaração falsa está sujeita às penalidades previstas em lei.

Arapoti; Pr., 23 de Agosto de 2016.

ALEX PAULO DE MELO - MEI

CNPJ: 14.878.00 1/0001-48 ALEX PAULO DE MELO

PROPRIETÁRIO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Pelo presente instrumento particular de prestação de serviços, de um lado a empresa "ALEX PAULO DE MELO", pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 14.878.001/0001-48, com a sede neste Município de Arapoti, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Sr. ALEX PAULO DE MELO, brasileiro, maior, portador da Cédula de Identidade RG sob o n° . 6777420-5/PR, e ainda do CPF sob o n° . 980.934.289-68, residente e domiciliado neste Município de Arapoti, Estado do Paraná, neste ato denominado CONTRATANTE, de outro lado, a Sra. SILVIA TIEKO NAKANO, brasileira, maior, arquiteta, residente e domiciliada neste Municipio de Arapoti, Estado do Paraná, portadora da Cédula de Identidade RG sob o nº. 4.075.406-7, e ainda sob o nº. 738.960.209-00, neste ato denominado simplesmente de CONTRATADO, têm entre sim de maneira justa e acordada, o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, ficando desde já aceito, pelas claúsulas abaixo descritas.

CLAUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO

O CONTRATADO prestará serviços de Técnicos de Arquitetura a Empresa Contratante com carga horária de 01:00 horas/dia.

CLAUSULA SEGUNDA- DO VALOR

O CONTRATANTE pagará mensalmente ao CONTRATADO o valor de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais), pelos serviços prestados.

CLAUSULA TERCEIRA - PRAZO PARA EXECUÇÃO

O presente contrato será celebrado por 60 (sessenta) dias e tem inicio dia 25 de Agosto de 2016 e término 25 de Outubro de 2016.

CLAUSULA QUARTA- DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente contrato passa a vigorar as partes a partir da assinatura do mesmo, as quais elegem o foro da cidade de Arapoti, Estado do Paraná, onde se situa o imóvel para dirimirem quaisquer duvidas provenientes da execução e comprimento do mesmo.

E, por estarem justas e convencionadas as partes assinam o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, juntamente PREFEITURA UN. DE ARAPOTI
COMISSÃO ORIGINAL
CONFERE ON ORIGINAL com 2 (duas) testemunhas.

Arapoti; Pr, 25 de Agosto de 2016.

ALEX PAULO DE MELO Contratante

SILVIA TIEKO NAKANO Contratada

Testemunhas:

PREFEITURA TO DE ARAPOTI
COMISSÃO DE ORIGINAL
COMISSÃO DE ORIGINAL
COMISSÃO DE ORIGINAL





PREFEITURA MUNDE ARAPOTI COMISSÃO DE LICITAÇÃO CONFERE COM ORIGINAL



Conselho de Arquitetura e Urbanismo CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

Página 1/1 CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO Nº 0000000333700



CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Validade: 22/02/2017

CERTIFICAMOS que o Profissional SILVIA TIEKO NAKANO encontra-se registrado neste Conselho, nos Termos da Lei 12.378/10, de 31/12/2010, conforme os dados impressos nesta certidão. CERTIFICAMOS, ainda, que o Profissional não se encontra em débito com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR

INFORMAÇÕES DO REGISTRO

Nome: SILVIA TIEKO NAKANO Registro CAU: A21575-9 Registro Anterior CAU: 41832-3

CPF: 738.960.209-00

Tipo de registro: DEFINITIVO (PROFISSIONAL DIPLOMADO NO PAÍS)

Situação de registro: ATIVO

Título(s):

- Arquiteto e Urbanista

Cursos anotados no SICCAU:

- Nenhum curso anotado.

ATRIBUIÇÕES

As atividades, atribuições e campos de atuação profissional são especificados no art. 20 da Lei 12.378, de 31 de dezembro de 2010.

OBSERVAÇÕES

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.
- Válida em todo território nacional.

Solvin Mit John



ALEX PAULO DE MELO - MEL 205 CNPJ: 14.878.001/0001-48 RUA GENIPLO PEDROSO, 165, VILA BURRINHO, CENTRO, ARAPOTI-PR - CEP: 84.990-000

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS

Α

Prefeitura Municipal de Arapoti

Rua Placidio Leite, 148, Centro Cívico, Arapoti/PR Att.: Comissão Permanente de Licitação - CPL

Ref.: CONVITE Nº. 001/2016

O signatário da presente, o senhor ALEX PAULO DE MELO, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG sob o nº. 67774205/Pr, e ainda do CPF sob o nº. 980.934.289-68, residente e domiciliado neste Município de Arapoti, Estado do Paraná, representante legalmente da empresa "ALEX PAULO DE MELO-MEI", pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 14.878.001/0001-48, com a sede á Rua Geniplo Pedroso, 165, Vila Burrinho, localizado neste Municipio de Arapoti, Estado do Paraná, declara que a mesma recebeu toda a documentação e tomou conhecimento de todas as informações e condições necessárias à execução do objeto da licitação supramencionada.

Arapoti; Pr., 23 de Agosto de 2016.

ALEX PAULO DE MELO - MEI CNPJ: 14.878.001/0001-48

ALEX PAULO DE MELO PROPRIETÁRIO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI

RUA PLACÍDIO LEITE Nº 148 CENTRO CÍVICO FONE/FAX (43) 3512-3000 CNPJ Nº 75.658.377/0001-31 ARAPOTI - PARANÁ

ATESTADO DE VISITA

Ref.: CONVITE 001/2016-PMA Processo nº 127/2016

Declaramos que o Sr^a. **SILVIA TIEKO NAKANO** da empresa **ALEX PAULO DE MELO**, CNPJ **14.878.001/0001-48**, devidamente credenciada, visitou o local da execução da obra, objeto da Tomada de Preços em epigrafe.

Arapoti, 24 de agosto de 2016.

José Mauro de Almeida Afonso Secretaria Municipal de Infraestrutura

SILVIA TIEKO NAKANO ALEX PAULO DE MELO

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR, CONTADOR, PARTIDOR, AVALIADOR E DEPOSITÁRIO PÚBLICO

FÁTIMA APARECIDA PADILHA Titular

CERTIDÃO

CERTIFICO, que a pedido verbal de parte interessada, a quem interessar possa, e para os devidos fins civis que se fizerem necessários que, revendo os livros de Distribuições de FALÊNCIAS, CONCORDATAS INSOLVÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL a meu cargo, deles verifiquei NÃO CONSTAR distribuída nenhuma ação em andamento, contra a empresa ALEX PAULO DE MELO, situada na Rua Geniplo Pedroso, n°165 – Vila Burrinho – Arapoti/PR, inscrita no CNPJ N° 14.878.001/0001-48.

O referido é Verdade e dou Fé. Arapoti, 19 de Agosto de 2016.

PARTION DISTRIBUIDOR, DEPOSITAÇÃO DE APAPOTI - PRADOTI -

Fátima Aparecida Padilha . Distribuidora Judicial

Certidão - R\$ 28,25

CERTIDÃO VÁLIDA POR 30 DIAS

Rua Placídio Leite 164 – Fórum – Arapoti PR. – CEP 81.990-000 Fone/fax – (43) 3557-4386 e 3557-1114

PREFEITURA MU DE ARAPO
COMISSÃO DE UCITAÇÃO
CONFERE COM ORIGINA



ALEX PAULO DE MELO - MEI
CNPJ: 14.878.001/0001-48 208
RUA GENIPLO PEDROSO, 165, VILA
BURRINHO, CENTRO, ARAPOTI-PR - CEP:
84.990-000

DECLARAÇÃO

A Empresa "ALEX PAULO DE MELO-MEI", pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 14.878.001/0001-48, com a sede á Rua Geniplo Pedroso, 165, Vila Burrinho, localizado neste Municipio de Arapoti, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Sr. o senhor ALEX PAULO DE MELO, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG sob o nº. 67774205/Pr, e ainda do CPF sob o nº. 980.934.289-68, residente e domiciliado neste Município de Arapoti, Estado do Paraná, DECLARA PARA OS DEVIDOS FINS E QUEM POSSA INTERESSAR, que por se tratar de uma empresa micro empreendedor, está dispensada de aparesentação de balanços e indice de liquidez.

Arapoti; Pr. 23 de Agosto de 2016.

ALEX PAULO DE MELO - MEI CNPJ: 14.878.001/0001-48 ALEX PAULO DE MELO PROPRIETÁRIO



ALEX PAULO DE MELO - MEI
CNPJ: 14.878.001/0001-48 209
RUA GENIPLO PEDROSO, 165, VILA
BURRINHO, CENTRO, ARAPOTI-PR - CEP:
84.990-000

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO AO EDITAL E INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO

Α

Prefeitura Municipal de Arapoti

Rua Placidio Leite, 148, Centro Cívico, Arapoti/PR Att.: Comissão Permanente de Licitação - CPL

Ref.: CONVITE Nº 001/2016

O signatário da presente, em nome da proponente empresa "ALEX PAULO DE MELO-MEI", pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 14.878.001/0001-48, com a sede á Rua Geniplo Pedroso, 165, Vila Burrinho, localizado neste Municipio de Arapoti, Estado do Paraná, declara, expressamente, que se sujeita às condições estabelecidas no edital do Convite e respectivos modelos, adendos, anexos e documentos e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador.

Declara, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 32, parágrafo 2°, e Artigo 97 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Arapoti; Pr, 23 de Agosto de 2016.

ALEX PAULO DE MELO – MEI CNPJ: 14.878.001/0001-48 ALEX PAULO DE MELO

PROPRIETÁRIO



ALEX PAULO DE MELO - MEI
CNPJ: 14.878.001/0001-48 210
RUA GENIPLO PEDROSO, 165, VILA
BURRINHO, CENTRO, ARAPOTI-PR - CEP:
84.990-000

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE TRABALHO DE MENOR

Α

Prefeitura Municipal de Arapoti

Rua Placidio Leite, 148, Centro Cívico, Arapoti/PR Att.: Comissão Permanente de Licitação - CPL

Ref.: CONVITE Nº 001/2016

O signatário da presente, o senhor **ALEX PAULO DE MELO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG sob o nº. 67774205/Pr, e ainda do CPF sob o nº. 980.934.289-68, residente e domiciliado neste Município de Arapoti, Estado do Paraná, representante legalmente da empresa "**ALEX PAULO DE MELO-MEI**", pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 14.878.001/0001-48, com a sede á Rua Geniplo Pedroso, 165, Vila Burrinho, localizado neste Municipio de Arapoti, Estado do Paraná, declara, sob as penas da Lei, não possuir em nosso quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Lei nº 9.854/99) e Decreto Federal nº 4.358/2001.

Arapoti; Pr, 23 de Agosto de 2016.

ALEX PAULO DE MELO - MEI

CNPJ: 14.878.001/0001-48 ALEX PAULO DE MELO PROPRIETÁRIO

AL.



ALEX PAULO DE MELO - MEI
CNPJ: 14.878.001/0001-48 21!
RUA GENIPLO PEDROSO, 165, VILA
BURRINHO, CENTRO, ARAPOTI-PR - CEP:
84.990-000

ANEXO X

DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO

A

Prefeitura Municipal de Arapoti

Rua Placidio Leite, 148, Centro Cívico, Arapoti/PR Att.: Comissão Permanente de Licitação - CPL

Ref.: CONVITE Nº 001/2016

A Empresa "ALEX PAULO DE MELO-MEI", pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 14.878.001/0001-48, com a sede á Rua Geniplo Pedroso, 165, Vila Burrinho, localizado neste Municipio de Arapoti, Estado do Paraná, DECLARA, para os fins do disposto na Súmula Vinculante nº 13, editada pelo Supremo Tribunal Federal, Acórdão nº 2745/2010 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Prejulgado nº 09 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná que:

NÃO POSSUI cônjuge, companheiro ou parentes que mantenham contratos de qualquer natureza ou que sejam sócios de empresas que mantenham contratos de qualquer natureza, com o Poder Executivo Municipal.

POSSUI cônjuge, companheiro ou parentes que sejam agentes políticos ou exerçam cargo comissionado ou função gratificada na Administração Pública Direta ou Indireta do Poder Executivo e do Poder Legislativo Municipal.

Ainda, está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Para os fins desta declaração, consideram-se parentes:

	Parente em linha reta	Parente colateral	Parente por afinidade	
1º grau	Pai, mãe e filho (a).		(familiares do cônjuge) Padrasto, madrasta, enteado (a), sogro	
2º grau	Avô, avó e neto (a).	Irmāos.	(a), genro e nora. Cunhado (a), avô e avó do cônjuge	
3º grau	Bisavô, bisavó e bisneto	Tio (a) e sobrinho (a)	Concunhado (a).	

Por ser verdade, assumo inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a declaração falsa está sujeita às penalidades previstas em lei.

Arapoti; Pr. 23 de Agosto de 2016.

ALEX PAULO DE MELO - MEI

CNPJ: 14.878.001/0001-48

John John Marie Ma



ALEX PAULO DE MELO - MEI CNPJ: 14.878.001/0001-48 RUA GENIPLO PEDROSO, 165, VILA

ALEX PAULO DE MELIBRINHO, CENTRO, ARAPOTI-PR - CEP: PROPRIETÁRIO

84.990-000

ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE NÃO SERVIDOR PÚBLICO NO QUADRO DE **EMPREGADOS DA EMPRESA**

Prefeitura Municipal de Arapoti

Rua Placidio Leite, 148, Centro Cívico, Arapoti/PR Att.: Comissão Permanente de Licitação - CPL

Ref.: CONVITE Nº 001/2016.

Declaração da própria empresa que não existe em seu quadro de empregados servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão, na forma do art. 9°, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme modelo abaixo:

DECLARAÇÃO

A Empresa "ALEX PAULO DE MELO-MEI", pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 14.878.001/0001-48, com a sede á Rua Geniplo Pedroso, 165, Vila Burrinho, localizado neste Municipio de Arapoti, Estado do Paraná, declara, sob as penas da Lei, para os fins requeridos no inciso III, do artigo 9° da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, que não tem em seu quadro de empregados, servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de. decisão, bem como sócios, gerentes ou diretores que sejam parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou servidores do Poder Executivo Municipal.

Arapoti; Pr, 23 de Agosto de 2016.

ALEX PÁULO DE MELO - MEI CNPJ: 14.878.001/0001-48 **ALEX PAULO DE MELO**

PROPRIETÁRIO



ALEX PAULO DE MELO - MEI
CNPJ: 14.878.001/0001-48 2
RUA GENIPLO PEDROSO, 165, VILA
BURRINHO, CENTRO, ARAPOTI-PR - CEP:
84.990-000

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que eu ALEX PAULO DE MELO, brasileiro portador do RG- 67774205 e CPF- 980934289 proprietário da empresa com nome fantasia LEX SOLUÇÕES & ACABAMENTOS, e razão social "ALEX PAULO DE MELO-MEI" pessoa juridica devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 14.878001/0001-48, com a sede neste Municipio de Arapoti, Estado do Paraná, a qual participa deste processo licitatório relacionado a secretaria de infraestrutura ter relacionamento estável com a funcionaria SUELI DE ANDRADE que exerce função administrativa na secretaria de saúde deste município não tendo ligação direta e nem indiretamente com o setor envolvido no processo licitatório em andamento o qual estou participando

Tendo em vistas possíveis argumentações futuras não faltando com a verdade na documentação solicitada deixo a critério do departamento jurídico o parecer sobre a legalidade do certame.

Arapoti; Pr, 23 de Agosto de 2016.

ALEX PAULO DE MELO - MEI

CNPJ: 14.878.001,0001-48 ALEX PAULO DE MELO

PROPRIETÁRIO





ALEX PAULO DE MELO - MEI 214 CNPJ: 14.878.001/0001-48 RUA GENIPLO PEDROSO, 165, VILA BURRINHO, CENTRO, ARAPOTI-PR - CEP: 84.990-000

ANEXO XVII

DECLARAÇÃO DE RESPONSÁVEL LEGAL

Prefeitura Municipal de Arapoti

Rua Placidio Leite, 148, Centro Cívico, Arapoti/PR Att.: Comissão Permanente de Licitação - CPL

Ref.: CONVITE Nº 001/2016

Declaramos, caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e, para esse fim, fornecemos os seguintes dados:

Razão Social: ALEX PAULO DE MELO - MEI

CNPJ/MF: 14.878.001/0001-48

Endereço: Rua Geniplo Pedroso, 165, Vila Burrinho,

CEP: 84.990-000 Cidade: Arapoti UF: Paraná

Email: alexpmello@yahoo.com.br Tel./Fax: 43-9959-7674

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato:

Nome: ALEX PAULO DE MELO

Endereço: Rua Geniplo Pedroso, 165, Vila Burrinho,

CEP: 84.990-000 Cidade: Arapoti UF: Paraná

CPF/MF: 980.934.289-68 Cargo/Função: Proprietátio

Carteira Identidade nº: 67774205 Expedido por: Pr, Naturalidade: Arapoti-Pr.

Nacionalidade: Brasileira

Os dados bancários de nossa empresa são:

Banco CAIXA E. FEDERAL Agência 0392 -Arapoti-Pr e Conta Corrente nº 1776-8

Arapoti;Pr, 23 de Agosto de 2016.

ALEX PAULO DE MELO - MEI CNPJ: 14.878.001/0001-48 **ALEX PAULO DE MELO PROPRIETÁRIO**



ALEX PAULO DE MELO - MEI
CNPJ: 14.878.001/0001-48

RUA GENIPLO PEDROSO, 165, VILA
BURRINHO, CENTRO, ARAPOTI-PR - CEP:
84.990-000

ANEXO IX

DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Α

Prefeitura Municipal de Arapoti

Rua Placidio Leite, 148, Centro Cívico, Arapoti/PR

Att.: Comissão Permanente de Licitação - CPL

Ref.: CONVITE Nº. 001/2016.

A Empresa "ALEX PAULO DE MELO-MEI", pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 14.878.001/0001-48, com a sede á Rua Geniplo Pedroso, 165, Vila Burrinho, localizado neste Municipio de Arapoti, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Sr. o senhor ALEX PAULO DE MELO, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG sob o nº. 67774205/Pr, e ainda do CPF sob o nº. 980.934.289-68, residente e domiciliado neste Município de Arapoti, Estado do Paraná, residente e domiciliado neste Município de Arapoti, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, declara, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, ser:

(X) Microempresa (ME)/MEI ou,

(___) Empresa de pequeno porte (EPP)

E que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da lei Complementar nº 123/2006.

Por ser verdade, assumo inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a declaração falsa está sujeita às penalidades previstas em lei.

Arapoti; Pr, 23 de Agosto de 2016.

ALEX PAULO DE MELO - MEI

CNPJ: 14.878.001/0001-48

ALEX PAULO DE MELO

PROPRIETÁRIO

9-5

\$ A

Consulta Optantes

Data da consulta: 26/08/2016
D Identificação do Contribuinte

CNPJ: 14.878.001/0001-48

Nome Empresarial: ALEX PAULO DE MELO 98093428968

🛮 Situação Atual

Situação no Simples Nacional : Optante pelo Simples Nacional desde 13/01/2012

Situação no SIMEI: Optante pelo SIMEI desde 13/01/2012

Períodos Anteriores

Opções pelo Simples Nacional em Períodos Anteriores: **Não Existem**

Opções pelo SIMEI em Períodos Anteriores: Não Existem

Agendamentos (Simples Nacional)

Agendamentos no Simples Nacional: Não Existem

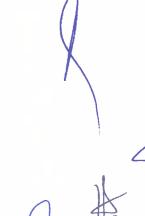
☑ Eventos Futuros (Simples Nacional)

Eventos Futuros no Simples Nacional: Não Existem

■ Eventos Futuros (SIMEI)

Eventos Futuros no SIMEI: Não Existem

Voltar





ALEX PAULO DE MELO - MEJ 21 CNPJ: 14.878.001/0001-48 RUA GENIPLO PEDROSO, 165, VILA BURRINHO, CENTRO, ARAPOTI-PR - CEP: 84.990-000

ANEXO XVI

DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA

Α

Prefeitura Municipal de Arapoti

Rua Placidio Leite, 148, Centro Cívico, Arapoti/PR Att.: Comissão Permanente de Licitação - CPL

Ref.: CONVITE Nº 001/2016

A Empresa "ALEX PAULO DE MELO-MEI", pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 14.878.001/0001-48, com a sede á Rua Geniplo Pedroso, 165, Vila Burrinho, localizado neste Municipio de Arapoti, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Sr. o senhor ALEX PAULO DE MELO, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG sob o nº. 67774205/Pr, e ainda do CPF sob o nº. 980.934.289-68, residente e domiciliado neste Município de Arapoti, Estado do Paraná, DECLARA, nos termos do Edital em epígrafe, caso seja habilitado no certame, que abre mão do direito de prazo recursal da fase HABILITAÇÃO da licitação, conforme dispõe o art. 43, III da Lei 8.666/93 e suas alterações, podendo a Comissão prosseguir nos trabalhos licitatórios.

Arapoti; Pr, 23 de Agosto de 2016.

ALEX PAULO DE MELO - MEI CNPJ: 14.878.001/0001-48

ALEX PAULO DE MELO PROPRIETÁRIO

Documentos de Habilitação

HB de Almeida Construtora Civil - EPP



Secretaria da Micro e Pequena Empresa Secretaria da Racionalização e Simplificação Departamento de Registro Empresarial e Integração Junta Comercial do Estado do Parana - JUCEPAR

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

41107582671	CACCIONEGISTRO	DE EMPRESA : NIRE DA SEDE	ALC: NO	NIRE DA FILIAL (president so	全上之下(A) (A) (A) (A) (A)	F
NOME DO EMPRESARIO (completo, sem acreviaturas)				XXX	10 10 10 referente a Mial)	She transfer and the latest
HELCIO BATISTA	DE ALMEIDA					
BRASILEIRA		AND THE PROPERTY.		ESTADO CIVIL		
EXO	300	A SERVICE MOUNT	Salar Balancia	Casado		THE RESIDENCE OF THE REAL PROPERTY.
Masculino			EH S(se casada)			
ILHO DE IONI)		Comunità	o Parcial			
SEBASTIÃO NASC	IMENTO DE AL	MEIDA		(mse)	one of the second	
ASCIDO EM (data do masce 29/02/1976	money)	IDENTIDADE INTERIO	17	TEREZINHA DE ALN	THE RESERVE OF THE PERSON.	
MANCIPADO POR Horma	to om accined to	83393452	Listania I	SSP	PR	CPFInimagi
OMICILIADO NA LOGRAD	OURO - rua au aura	orte no caso de meror)	NAME OF TAXABLE PARTY.			96550198968
RUA MANOEL CAR	NEIRO LOBO					NUMERO
OMPLEMENTO		PODISTRITO	- infeligration			609
CASA	FUI	NCIONÁRIOS		CEP	CÓDIGO DO MUNICIPIO	(Uso de junte Comercial)
INCIPIO				84990-000	005784 - Arapoti	A PARTY OF THE PAR
Vapoli						U
COMERCIAL DO E	ias da lei, não STADO DO PA	estar impedido de ex RANÁ:	ercer ativida	de empresaria, que não p	ossui outro registro	PR de empresário e requer à JUI
OS CONTO	1-11-11-11-11-11	~10				a sol
SCRIÇÃO DO EVENTO	ALTERAÇÃ	0				COOIGO DO EVENTO
	DOC (540545	AND SHEET STATES	V 5 185 018 1	THE RESERVE OF THE PARTY OF THE	Barbery - Manager	021
ME EMPRESARIAL	DOS (EXCETO	NOME EMPRESARIA	L)			
B DE ALMEIDA CO	NSTRUTORA	CIVII EDD		MATTER SHARROWS		Marie Carlo
RADOURO (HALEY, MC)	THE PROPERTY OF	OIVIL - EFF	W.E. Harry			
UA PEDRO NUNES					The same and the same	NUMERO
MPLEMENTO		DISTRITO		ICEP		467
NICIPIO	JARI	DIM CERES		84990-000	CÓDIGO DO MUNICIPIO	Uso de junte Comercial)
apoli			UF	PAIS	CORREIO FLETRONICO	CHARLES THE THE THE
OR DO CAPITAL - RS	IVA OR	DO CAPITAL - (por sutersor	PR	BRASIL	ORGACONARAPOTI@TERRA.COM.BR	
0.000,00	duze	nios e oitenta mi reais	NAME OF THE OWNER, OWNE	ARTHUR STATE OF THE		THE TENNAL COM.BR
IGO DE ATIVIDADE ECON	IOMICA.	Descrição do Objeto		and the state of t		
(CNAE Fisc dace Principal 20400 dade Securatria		Gordura, Limpeza di	e Ruas; Ativid.	adės Paisagistica tais como	, poda de árvores na ál	rea urbana.
A DE INICIO DAS ATIVIDAD)E\$	NUMERO DE INSCRIÇÃO N	O CNP:			
/02/2014		19639120000161	0.0173	OUTRA UF NIRE ANTERIOR	OU DE PILAL DE UF	USO DAJUNTA COMERCIAL
ASSINATURA	EMPRESARIO (OU PO	to recognizate assistante per a	rutor.	2 5011	- E P O	SEPARATE OF 1 - SIM ONE EPORATE A 3 - NÃO
04/2018		ASSINA CITATO BAPRESA	40			
USO EXCLUSIVO DA JUN	TA COMPRCIAL					
DEFERIDO P	UBLIQUE-SE E	AROUNE SE	Water Street	ST. TREET, STATE OF S	THE PROPERTY	The same of the sa
		AND OIVE-SE	AUTENTI	CAÇÃO	The second	A CONTRACTOR OF THE PARTY OF TH
THE PROPERTY.	THE RESERVE	NAME OF TAXABLE PARTY.) III III I I I I I I I I I I I I I I I		Martinaka tahan mene
			TO THE PARTY OF			
WILL STANGE THE	1		SULT IN THE			

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

· Este documento loi gerado no portal Empresa Facil Parana

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

JUNTA COMERCIAL DO PARANA'

CERTIFICO O REGISTRO EM 02/05/2016 11:05 SOB N° 20162926677.
PROTOCOLO: 162926677 DE 29/04/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11600240117. NIRE: 41107562671.
HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - - EPP

Libertad Bogus SECRETÁRIA GERAL CURITIBA. 02/05/2016







Secretaria da Micro e Pequena Empresa Secretaria da Racionalização e Simplificação Departamento de Registro Empresarial e Integração

Junta Co	inercial do E	stado do Parana	- JUCEPAR		HEQUE	RIMENTO DE EMPRESA
41107562671	DO REGISTRO	EMPRESA - NIRE DA	SEDE	INIRE DA FILM (MAS)	somente se alo referente a Mila	Fol
NOME DO BAPRISARIO (complete, sem abresses and			XXX	somente se alo reterente à Min		
MELCIO BATISTA DE	ALMEIDA	Mas)				
NACIONALIDADE			A PROPERTY OF			
BRASILEIRA		q		ESTADO CME		
SEXO	100	lason:	DE BENS(se casado)	Casado		
Masculino		Com	Inhão Parcial			
FLHO DE (pel)			HINEO PARCIAL			
SEBASTIÃO NASCIM	ENTO DE ALI	MEIDA		(måe)	SHEET THE	
NASCIDO EM (della de rescimen	to)	ID ENTIDADE (núme	ro)	TEREZINHA DE ALI	MEIDA	
29/02/1976	A STATE OF THE PARTY OF THE PAR	60000 · - ·		Orgão emissor		Cor.num (eg
MANCIPADO POR (forma de e	mancipação - some	rite no caso de menor)		SSP	PR	96550198968
CAMICILLADO NA (LOGRADOU	RO - rust, and etch	ALCOHOL:	A CHARLES			1
RUA MANOEL CARNE	IRO LOBO					NÚMERO
CASA		DISTRITO	OTAC A SECOND	ICEP		500
UNICIPIO	FUN	CIONÁRIOS		84990-000	CÓDIGO DO MUNICI	PIO (Uso de Jurte Comercial)
Arapoti	P. 1910	No.	Charles on the same	04930-000	005784 - Arapo	Water Turney Control
THE RESIDENCE OF THE PARTY OF T			The state of the s		A CHARLES	OF STREET, STR
COMPRCIAL DO CO-	da lei, não e	star impedido de	exercer ativide	vie emperati:	A THE REST	PR o de empresário e requer á JUNTA
DIGODOATO - TO	AUO DO PAR	ANÁ:		de empresaria, que não	possui outro registr	o de empresario e requer à mare
02	AI TEDAOT	ro	- Light said	ALCOHOLD COMM		
SCRIÇÃO DO EVENTO	ALTERAÇÃO		C. PARTINO			CCDIGO DO EVENTO
LTERAÇÃO DE DADO	SIFYCETO	NOME OF		Day Indiana	ALL CALLS STATE OF	021
		With the same with the	AML			STATE OF THE PARTY
IB DE ALMEIDA CONS	TRUTORAC	IVII . EDD				THE RESERVE OF THE PARTY OF THE
SHADOURO (IND. SA)	ON THE PERSONS	TILL CPP	and the same of the same			
UA PEDRO NUNES D	ELARA					NÚMERO
MPLEMENTO	A DESCRIPTION OF STREET	DISTRITO				467
	20 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	M CERES		CEP	CÓDIGO DO MUNICIPIO	O (Uso da junta Comercial)
NICIPIO			UF	84990-000	005784 - Arapoti	
apoti			DD	PAIS	CORREIO ELETRONICA	DIE-MA
OR DO CAPITAL - RS	VALOR DO	CAPITAL - (por extense		BRASIL	ORGACONARA	POTI@TERRA.COM.BR
0.000,00	dizent	os e oitenta mil rei				T T T T T T T T T T T T T T T T T T T
IGO DE ATMOADE ECONÓM (CHAE Fiscal)	CA	Descrição do Objeto		the section of the section of		
Sade Principal		Construção de E	difficios: Instalant	O & Manulancia Elect		
20400	5.518/e.34	Coleta de esgoto	; Instalações Hidr	áulicas e Sanitárias a da C	onstrução de Redes d	e Abastecimento de Água, inagem: Serviços de Pintura
Sale Securdaria	La Principal					
21500, 4222701, 43223 13400, 4330404, 43304	101,	Caixas de Água e	Caixas de	o da Construção tais como: mo: Revestimento de Tubu	lações; Atividades de I	Limpeza tale como em
29199, 8129000, 81303	00			A Part of the Control		Will om
DE INICIO DAS ATTVIDADES	The second secon	NÚMERO DE INSCRIÇÃ	No. of Contract of			
02/2014	The street	19639120000161	ONO CNPJ	TRANSFERENCIA DE SEDE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	OU DE FILM DE UF	IUSO DA JUNGAN
ATURA DA FIRMA DELO SUE	areless			TO THE ANTERIOR		USO DA JUNTA COMERCIAL OFF DECENT E DE AUTORIZACIO SOVERBURENTAL SINAIO
ATURA DA FIRMA PELO EMP	NESARIO (au palo	eprecentante/assistente/g	or orea)	A STATE OF S		GOVERNMENTAL 3- NAO
Aberta Col 1 Labor	ricula	saldy it	15000	* 1 July 2	00	
04/2016		Santit, Ji shing	3.2	ALL TOTAL - F	YY	
USO EXCLUSIVO DA JUNTA O	2703		Apple Street			
DEEEDIDO	OMERCIAL		A COLUMN	THE PARTY NAMED IN		
DEFERIDO, PUBL	IQUE-SE E A	ROUIVE-SE	AUTENTI	CACÁO		ALL MAN THE REAL PROPERTY.
Section Section 1	L'all le l'all					
CALCARA CHICAGA CANADA	Control of the last of the las	The second secon	THE RESERVE OF THE PARTY OF THE	I leaden to the		STATE OF THE PARTY
			1770 HEESEN FIRST		III IIII BAI CON CON CON COL	I II MIT 1888 I ISBN 2010 I DOTT 201 1251
August 1	<u></u>					

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

· Este documento loi gerado no portal Empresa Fácil Paraná

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 02/05/2016 11:05 20B N° 20162926677.
PROTOCOLO: 162926677 DE 29/04/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11600240117. NIRE: 41107562671.
HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP

Libertad Bogus SECRETÁRIA GERAL



Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Secretaria de Comércio e Serviços
Departamento Nacional de Registro do Comércio

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

September Control	io naconal de Regi	20 Chetrale	Company of the last	Company Service	219,0550		JUNTA COM	Colores - Inc. of the last of
NUMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX					nente se alo referente a filial)	DO PARA	COLUMN TAX AND POST	
NOME DO EMPRESARIO (completo, sem abreviaturas) HELCIO BATISTA DE ALMEIDA			XXXXXXXXX	0000000		CIA RE	6	
HELCIO BAT	ISTA DE ALME	IDA		The state of the s			TO THE PARTY	14
BRASILEIRA				CASADO)		1 8 000	
M X F		ENS(se casedo) NHÃO PA	RCIAL	- Criorio	14		11	7 /
	NASCIMENTO D			(måe)	IIA DE 4	I Maria A	AC BOOM	4/
NASCIDO EM (data de na	The state of the s	IDENTIDADE		Orgão emissor	HA DE A	LMEIDA	CPF(número)	
29/02/1976	a de emancipação - somer	6.339.3		SSP		PR	965.501.989-	68
XXXXXXXXXXXX		no caso de me	mor)					
OMICILIADO NA (LOGR	ADOURO - RUE, EV, SEC) L CARNEIRO L	OBO					NÚMERO	
COMPLEMENTO	L CARNEIRO L	Contract Con	IRRO/DISTRITO			CEP	609	
CASA		223	UNCIONÁRIOS			84.990-000	CÓDIGO DO MUN junta Comercial) 5784	IICIPIO (Uso di
ARAPOTI							Y a design	UF
declara, sob as i	penas da lei, não	estar impe	dido de exercer a	tividade empresa	ária, que	não possui		PR
outro registro de	DESCRIÇÃO DO AT INSCRIÇÃO	quera Jui	NTA COMERCIAL	DO PARANÁ	Elizabeth and	DESCRIÇÃO DO EVENTO		
080				XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	Carlo III	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX		
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	DESCRIÇÃO DO EN XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	MENTO		CÓDIGO DO EVENT	Tronsact P	DESCRIÇÃO DO EVENTO XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX		
OME EMPRESARIAL		TODA O		XXXXXXXXXXX	XXXX	Design Page 48		
OGRADOURO (rus,ev, et	IDA CONSTRU	TORA CIV	TC					
RUA PEDRO	O NUNES DE LAF	RA					NÚMERO 496	
OMPLEMENTO SALA		2500	RO/DISTRITO			CEP	486	
UNICIPIO		JA	RDIM CERES		CORREGE	84.990-000	(Uso da junta Co 5784	mercial)
ARAPOTI			PR BI	D 4 O II	XXXXXXXXX	TRONICO (E-MAIL)		LINE TO STATE OF THE STATE OF T
280.000.00			AL-(por extenso) S E OITENTA MI					1
ÓDIGO DE ATIVIDADE CONÔMICA	DESCRIÇÃO DO OBJET		O E OTTENIA MI	LINEAIS				
(cnae)	CONSTRUÇÃ	O DE ED	FICIOS E REDE	S DE ABASTEC	IMENT	DE AGUA, COL	ETA DE ESCOT	0
tividade Principal	INDIALAÇAC	DIDKAU	LICAS, SANITAR	IOS OBRAS D	FTERR	ADI ENIAMENI INI	CTAL ACÃO	
4120400 Ividade secundária	E MANUTEN	YAU ELET	RICA.XXXXXXX	XXX XXXXXXX	XXXXX	X XXXXXXXXXX	XXXXXX XXXXXX	(XXXXXX
4321500								
4222701								
4322301								
4313400								
CXXXXXX							100	
XXXXXXX	<u> </u>							
01/02/2014		RO DE INSCRIÇĂ	NIRE .	SFERÊNCIA DE SEDE OU ANTERIOR	DE FILIAL DE	L	DEPENDENTE DE	The state of the
	ELO EMPRESARIO (ou puis			XXXXXXXXXX		×	AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTA	1-s 3-n
HAT	n Li	10:		INTO	- ^			
A DA ASSINATURA	AL AL	ATURA DO EMPE	A COL	DIKO.	OK	A CIV	16	-
15/01/2014		. ا	1					
ARA OSO EXC	LUSIVO DA JU	NTA COM	ERCIAL				\$	
DEFERIDO		CONTRACTOR SCHOOLSCORE	TICAÇÃC		THE PERSON NAMED IN			III. CHIDA
PUBLIQUE-	E ARQUIVE SE		775	JUNTA COM POSTO DE	MERCIAL	DO PARANA	12 (1)	
Adriano A	recido da Silva	X		CERTIFICO C	REGISTA	RO EM: 29/01/20	14	
Agencia Region		- \		SOB NÚMER	4/047180	-4, DE 17/01/2014	motto.	1
RELATOR	SUPLENZE		нв	DE ALMEIDA CONSTRU	R TANK SALL	CALL DES MES AND A	1110112	

2

K

t in se

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia 18/08/2016 às 10:33:24 (data e hora de Brasília).

Consulta QSA / Capital Social

Voltar

Preparar Página para impos são

Página: 1/1

BRASIL

Acesso à informação

Participe

Serviços

Legislação





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP

CNPJ: 19.639.120/0001-61

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

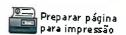
Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços http://www.pgfn.fazenda.gov.br.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014. Emitida às 10:35:11 do dia 18/08/2016 <hora e data de Brasília>. Válida até 14/02/2017.

Código de controle da certidão: F344.3DD2.5E30.5CF5 Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Nova Consulta





Estado do Paraná Secretaria de Estado da Fazenda Coordenação da Receita do Estado

1.4 ct 224

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual Nº 015132213-49

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: 19.639.120/0001-61

Nome: CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 16/12/2016 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet www.fazenda.pr.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS Nrº da Certidão: 004840/2016

Interessado:- HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP

Contribuinte: 7934 - HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP Endereco.....: R. PEDRO NUNES DE LARA 467 JARDIM CERES

Dt Abertura..: 29/01/2014

Ressalvado o direito de inscrever e cobrar tributos ainda não lançados ou que venham a ser apurados posteriormente, CERTIFICAMOS para os devidos fins que, em observância ao disposto no artigo 205 da Lei Federal nº 5.172/66 - Código Tributário Nacional, foram verificados os registros em sistema eletrônico e constatado que o(a) contribuinte acima identificado(a) não possui débitos tributários com a Fazenda Municipal.

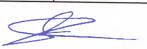
VALIDADE DE 30 (TRINTA) DIAS

Arapoti, 18 de Agosto de 2016

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

DADOS PARA CONSULTAR VALIDADE DO DOCUMENTO					
	arapoti.siç	giss.com.br			
Nr° CND:	CNPJ Interessado:	Data Emissão CND:	Código Validade:		
004840/2016	19.639.120/0001-61	18/08/2016	5UOV4DAO		



226 1 . 24 . 4





Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 19639120/0001-61

Razão Social: HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL EPP Nome Fantasia: HD DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL

RUA PEDRO NUNES DE LARA 486 SALA / JARDIM CERES / ARAPOTI / Endereco:

PR / 84990-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 02/08/2016 a 31/08/2016

Certificação Número: 2016080204025826980650

Informação obtida em 18/08/2016, às 10:37:04.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 19.639.120/0001-61

Certidão nº: 80879647/2016

Expedição: 18/08/2016, às 10:54:01

Validade: 13/02/2017 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL -(MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 19.639.120/0001-61, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministéria Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Dúvidas e sugestões: cndt@tst.jus.br



Rua Pedro Nunes de Lara, 467 - Fone 43-9641.5506 CNPJ 19.639.120/0001-61

HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP Rua Pedro Nunes de Lara, 467, Jardim Ceres - 221

Tel: (43) 9641-5506

E-Mail: helcioconstrutoracivil@gmail.com Arapoti - Paraná

ANEXO XIII

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Α

Prefeitura Municipal de Arapoti

Rua Placidio Leite, 148, Centro Cívico, Arapoti/PR

Att.: Comissão Permanente de Licitação - CPL

Ref.: CONVITE Nº 001/2016.

Em atendimento ao **item 15.4.7.4** deste Edital do Convite em referência, indicamos o(s) profissional(is) abaixo para atuar(em) como responsável(is) técnico(s) da obra, caso sejamos vencedor da licitação e devidamente contratado:

Ν°	Nome	Especialidade / Título	Nº do CREA
01	ANDRE AVELINO DE CARVALHO E SILVA	ARQUITETO URBANISTA	PR-21381/D

Por ser verdade, assumo inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a declaração falsa está sujeita às penalidades previstas em lei.

Arapoti; Pr, 23 de Agosto de 2016.

HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL – EPP CNPJ N°. 19.639.120/0001-61 HELCIO BATISTA DE ALMEIDA

SOCIO ADM.



Conselho de Arquitetura e Urbanismo CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA Lei Nº 12378 de 31 de Decembro de 2010

Página 1/1 CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA

Nº 0000000333621



CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA

Validade: 21/02/2017

CERTIFICAMOS que a Empresa mencionada encontra-se registrada neste Conselho, nos Termos da Lei 12.378/10, de 31/12/2010, conforme os dados impressos nesta certidão. CERTIFICAMOS, ainda, que a Empresa não se encontra em débito com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, estando habilitada a exercer suas atividades, circunscrita à(s) atribuição(ções) de seu(s) responsável(veis) técnico(s)

INFORMAÇÕES DO REGISTRO

Razão Social: HD DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL Registro CAU: 33099-0

CNPJ: 19.639.120/0001-61

Objetivo social: atividade primaria: construção de edificios; atividade secundaria: instalação e manutenção elétrica; atividade de palsagistas; construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação; obras de terraplanagem, outras obras de acabamento de construção; atividades de limpeza; instalações hidráulicas e sanitárias e de gás.

Atividades econômicas:

- CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS Capital social: R\$ 280.000,00

Ultima atualização do capital: 29/01/2014

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Nome: ANDRE AVELINO DE CARVALHO E SILVA

Titulo:

- Arquiteto e Urbanista

Início da responsabilidade técnica: 13/05/2016

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://eiccau.caubr.org.br/app/vi mo?forma:Servicos com a chave: 2D93AW Impresso em: 25/08/2016 às 17:00:23 por: HD DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP, ip: 200.138.71.161



Consolno de Arquitetura e Urbanismo cantidão de redistro e quitação pessoa juridica BERT OF CONTROL OF THE SECOND OF THE SECOND

CERTIDAO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA

Asscrboopsod on

THE BUTTON

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURÍDICA

THE SOUL OF STREET

Page of the

CERTISHONNUS quie a Sendrer à l'emmanan unicol de se le jud ada miste Conselho, nos d'emismi d'un el 13 d'Estro. de 51/12/2014 conforme de dedus implemios necta curtido. CERTA CAMOS, cierto nos a Gregoria 136 se cocontra and sense com a Consultry de Arquitologa e Urbanouno - CAU, autando habidado à calcier sant al routor continent as and adulta place day serify in about a reflect seconds.

MANUAL PROPERTY

Raggio Sucilità PD 6E ALMETO 4 CONSTINUI CORA CHVIC Raggiotra CAM : 130 (9-0

CMPUL (SETRINGED ST

Objetica seriali al redude e un ura consinção de edebre.

Objetica serial a percurada de character a monatorial e entra abilidade do passeguise, començão do percurado de character do figura coloida do regido o consciuções com antido, como un esta obras de consciuções com antido de considera de acabilhade de consciuções abilidades de acabilhade de contra de la contra consciurada de acabilhade de contra d

Alford dead of an artifact

CONTRICT SC UMPUSTRYOU -

Captal social FS 280-000.00

or the Officiality out of organilous and R.

RESPONDANCE TECHNODE

Normal, ANDIER AVELERO DE CARVALHO E OB VA

o' I

estimated a disputal, -

thress damageness filteds be bloat 13.05 2016.

PERSONAL STREET AND LOSS OF CREATER AND AND REPORT OF THE PROPERTY OF THE PROP

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

CONTRATADO: ANDRE AVELINO DE CARVALHO E SILVA, Brasileiro, Casado, Arquiteto e Urbanista, inscrito no CAU sob nº. A15807.0, Carteira de Identidade nº. 3135788-1-SSP/PR, CPF nº. 453.653.509-87, residente e domiciliado a Rua Thomas Abdala, 382, Jardim Ceres, localizado neste Município de Arapoti, no Estado do Paraná.

CONTRATANTE: HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP, pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 19.639.12010001-61, com a sede á Rua Pedro Nunes de Lara, 467, Jardim Ceres, localizado neste Município de Arapoti, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Sr. HELCIO BATISTA DE ALMEIDA, portador da Cédula de Identidade RG sob o nº. 633934-52-SSP/PR, e ainda do CPF sob o nº. 965.501.989-68.

As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato de Prestação de Serviços, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no presente (entre 13/05/2016 e 13/05/2020).

DO OBJETO DO CONTRATO

Cláusula 1ª. O objeto do presente contrato consiste na prestação pelo CONTRATADO ao CONTRATANTE, dos seguintes serviços profissionais:

Responsável Técnico pela empresa perante o CAU e seus clientes e serviços.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Cláusula 2ª. O CONTRATANTE deverá fornecer ao CONTRATADO todas as informações necessárias à realização do serviço, que será executado nas dependências do CONTRATADO, e ainda fornecer os documentos necessários para seu desempenho.

Cláusula 3º. O CONTRATANTE se compromete a enviar ao CONTRATADO os documentos citados na cláusula anterior sempre com no mínimo de 10 (dez) dias úteis de antecedência ao prazo estipulado para entrega dos mesmos aos clientes, para que haja tempo necessário ao desenvolvimento dos trabalhos solicitados.

Cláusula 4ª. O CONTRATANTE se compromete em fornecer CONTRATADO dados, documentos e informações necessárias ao desempenho serviços ora contratados, em tempo hábil, nenhuma responsabilidade cabendo segunda acaso recebidos intempestivamente.

Cláusula 5º. O CONTRATANTE se responsabiliza por eventuais multas e ou prejuízos decorrentes de atraso na entrega de serviços de mão-de-obra, mão-de-obra e ou materiais com qualidade abaixo do combinado com seus clientes.

A Something

PREFEITURA MON. DE ARAPOTI COMISSÃO DE LICITAÇÃ Dina 1 de 4 CONFERE COM ORIGINAL

Cláusula 6ª. Cabe apenas ao CONTRATANTE a responsabilidade de mão-de-obra eficiente e com qualidade técnica, e a utilização de materiais e insumos de qualidade e eficiência inquestionáveis em todos os trabalhos por Ele realizados sob a responsabilidade técnica do CONTRATADO.

Cláusula 7º. O CONTRATANTE deverá ressarcir com no máximo 3 dias úteis, todas as despesas ao CONTRATADO para que o mesmo possa visitar e acompanhar diariamente se necessário cada trabalho elaborado.

Cláusula 8^a. O CONTRATANTE deverá seguir criteriosamente todas as especificações e orientações técnicas de trabalhos orientados pelo CONTRATADO, ficando responsável por qualquer ação de ressarcimento de trabalho mal executado caso não siga estas instruções.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Cláusula 9º. O CONTRATADO se compromete a cumprir os prazos estabelecidos na legislação vigente quanto aos serviços contratados, acompanhando-os com zelo, diligência e honestidade, assegurando os interesses do CONTRATANTE, sujeitando-se às normas do Código de Ética Profissional de Arquiteto Urbanista.

Cláusula 10^a. O CONTRATADO se responsabiliza por eventuais multas fiscais decorrentes de atrasos nos serviços por Ele executados (de sua responsabilidade) e entregues com atraso, com exceção dos trabalhos onde seja necessário informações e documentos fornecidos pelo CONTRATANTE, e o mesmo deixar de fazer ou o fizer fora do prazo acordado.

Cláusula 11^a. O CONTRATADO se obriga a fornecer ao CONTRATANTE todas as informações relativas ao andamento dos serviços ora contratados, responsabilizando-se pelos documentos que estiverem sob sua guarda, respondendo pelo seu mau uso, perda, extravio ou rasuras que comprometam a eficácia destes documentos.

Cláusula 12^a. O CONTRATADO não responde por informações, declarações ou documentação inidôneas que lhe forem apresentadas pelo CONTRATANTE.

Cláusula 13^a. O CONTRATADO deverá fornecer recibo(s), referente ao(s) pagamento(s) efetuado(s) pelo CONTRATANTE.

DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Cláusula 14^a. O presente serviço será remunerado pela quantia de 6 (seis) salários mínimo nacional vigente (R\$ 5.280,00 = cinco mil, e duzentos e oitenta reais) por mês, acrescidos do recolhimento de todos os encargos sociais referentes ao valor do salário pago. Sendo as atividades exercidas 4 (quatro) horas diária, não precisando necessariamente cumprir horário em nenhum estabelecimento, deixando esse tempo para visitas em obras e trabalhos em seu escritório, todos referentes ao CONTRATANTE. PREFEITURA MIN. DE ARAPOTI

Página 2 de

COMISSÃO CELICITAÇÃO

Cláusula 15^a. Os serviços extraordinários executados pelo CONTRATADO serão cobrados em separado, segundo valor específico constante de orçamento previamente aprovado pelo CONTRATANTE, que devem ser especificados em no mínimo de 5% do valor de cada contrato de trabalho a ser executado pelo contratante com responsabilidade técnica do CONTRATADO.

Cláusula 16^a. O pagamento de salários deverá ser feito até o 5º (quinto) dia útil de cada mês subsequente ao mês trabalhado. Os pagamentos dos trabalhos extras deverão ser feitos após a emissão da 1^a (primeira) Nota Fiscal referente ao trabalho em questão.

DO INADIMPLEMENTO, DO DESCUMPRIMENTO E DA MULTA

Cláusula 17^a. Em caso de inadimplemento por parte do CONTRATANTE quanto ao pagamento do serviço prestado, deverá incidir sobre o valor do presente instrumento, multa pecuniária de 2%, juros de mora de 1% ao mês e correção monetária.

Cláusula 18^a. Em caso de cobrança judicial, devem ser acrescidas custas processuais e 20% de honorários advocatícios.

Cláusula 19^a. No caso de não haver o cumprimento de qualquer uma das cláusulas do presente instrumento, a parte que não cumpriu deverá pagar uma multa de 10% do valor do contrato para a outra parte, além de permitir a parte lesada o cancelamento imediato deste objeto de contrato sem aviso prévio.

DA RESCISÃO IMOTIVADA

Cláusula 20°. Poderá o presente instrumento ser rescindido por qualquer uma das partes, em qualquer momento, sem que haja qualquer tipo de motivo relevante, não obstante a outra parte deverá ser avisada previamente por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias.

Cláusula 21^a. Caso o CONTRATANTE já tenha realizado o pagamento pelo serviço, e mesmo assim, requisite a rescisão imotivada do presente contrato, terá o valor da quantia paga devolvido, deduzindo-se 2% de taxas administrativas.

DO PRAZO

Cláusula 22^a. Caso seja o CONTRATADO quem requeira a rescisão imotivada, deverá devolver a quantia que se refere aos serviços por ele não prestados ao CONTRATANTE, acrescentado de 2% de taxas administrativas.

Cláusula 23^a. O CONTRATADO assume o compromisso de realizar os serviços por prazo de 04 (quatro) anos, de acordo com a forma estabelecida no presente contrato.

DAS CONDIÇÕES GERAIS

Cláusula 24°. Fica compactuada entre as partes a total inexistência de vínculo trabalhista entre os contratantes, excluindo as obrigações previdenciárias e os encargos sociais,

A Company

PREFEITURA MUN. DE ARAPOTI COMISSÃO DE LICITAÇÃO CONFERE COM ORIGINAL

Página 3 de

não havendo entre CONTRATADO e CONTRATANTE qualquer tipo de relação de subordinação.

Cláusula 25^a. Salvo com a expressa autorização do CONTRATANTE, não pode o CONTRATADO transferir ou subcontratar os serviços previstos neste instrumento, sob o risco de ocorrer à rescisão imediata deste contrato sem aviso prévio.

DO FORO

Cláusula 26^a. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente contrato, as partes elegem o foro da comarca de Arapoti/PR;

Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.



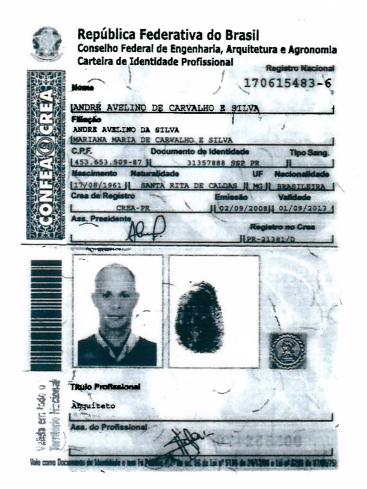


PREFEITURA MUN. DE ARAFUT COMISSÃO DE LICITAÇÃO CONFERE COM ORIGINAL

26/08/16

6

Página 4 de 4



C26 OF TOTAL TRANSFER OF THE PARTY OF THE PA

8



Tel: (43) 9641-5506

E-Mail: helcioconstrutoracivil@gmail.com

Arapoti - Paraná

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS

Α

Prefeitura Municipal de Arapoti

Rua Placidio Leite, 148, Centro Cívico, Arapoti/PR Att.: Comissão Permanente de Licitação - CPL

Ref.: CONVITE Nº. 001/2016

O signatário da presente, o senhor HELCIO BATISTA DE ALMEIDA, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG sob o nº. 6.339.345-2/Pr, e ainda do CPF sob o nº. 965.501.989-68, residente e domiciliado neste Município de Arapoti, Estado do Paraná, representante legalmente da empresa "HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL — EPP", pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 19.639.120/0001-61, com a sede á Rua Pedro Nunes de Lara, 467, Jardim Ceres, localizado neste Município de Arapoti, Estado do Paraná, declara que a mesma recebeu toda a documentação e tomou conhecimento de todas as informações e condições necessárias à execução do objeto da licitação supramencionada.

Arapoti;Pr, 23 de Agosto de 2016.

HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL – EPP CNPJ N°. 19.639.120/0001-61 HELCIO BATISTA DE ALMEIDA SOCIO ADM,

A



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI

Declaramos que a Empresa HB de Almeida Construtora Civil esteve no CRAS Central no dia 24/08/2016, verificando o projeto de rampa.

CRAS Central

CRAS CENTRAL - ASSISTÊNCIA SOCIAL Rua Telémaco Carneiro, 362 Arapoti - PR

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR, CONTADOR, PARTIDOR, AVALIADOR E DEPOSITÁRIO PÚBLICO

FATIMA APARECIDA PADILHA

Titular

CERTIDÃO

CERTIFICO que a pedido verbal de parte interessada, a quem interessar possa, e para os devidos fins civis que se fizerem necessários que, revendo os livros de Distribuições de FALÊNCIAS, CONCORDATAS, INSOLVÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL a meu cargo, deles verifiquei NÃO CONSTAR distribuída nenhuma ação em andamento, contra a empresa HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP, situada na Rua Pedro Nunes de Lara, nº 467, Jardim Ceres, Arapoti/PR, inscrita no CNPJ nº 19.639.120/0001-61.

> O referido é Verdade e dou Fé Arapoti, 22 de Agosto de 201

> > Fátima Aparecida Padilha Distribuidor Judicial

> > > Certidão - R\$ 28,25

CERTIDÃO VÁLIDA POR 30 DIAS

Rua Plac dio Leite 164 – Fórum – Arapoti PR. – CEP 84.990-000 Fone/fax - (43+3557-4386 e 3557-1114 fax - (43) 3557-4386 e 3557-1114

PREFEITURA MUN. DE ARAPOTA COMISSÃO DE LETTAÇÃO CONFERE COM ORIGINAL



Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (DEFIS)

Exercício: 2016

Ano Calendário: 2015

RECIBO DE ENTREGA

DECLARAÇÃO ORIGINAL

Período abrangido pela Declaração: 01/01/2015 a 31/12/2015

1. Informações do Contribuinte

Nome empresarial	CNPJ da Matriz	
HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP	19.639.120/0001-61	
Data da Abertura no CNPJ	Optante pelo Simples Nacional	
29/01/2014	Sim	

Regime de Apuração

Competência

CNPJ das Filiais Presentes Nesta Declaração

Nenhuma

Contribuinte declara que permaneceu, durante o ano de 2015, sem efetuar qualquer atividade operacional, não operacional, financeira ou patrimonial:

Sim

2. Informações da Recepção da Declaração

Data e Horário da Transmissão da Declaração

31/03/2016 15:09:20

Número do Recibo

02.07.16091.0904240-3

Autenticação

19355.63915.91777.20727

A





Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (DEFIS)

Exercício: 2015

Ano Calendário: 2014

RECIBO DE ENTREGA

DECLARAÇÃO ORIGINAL

Período abrangido pela Declaração: 01/01/2014 a 31/12/2014

1. Informações do Contribuinte

Nome empresarial	CNPJ da Matriz		
HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP	19.639.120/0001-61		
Data da Abertura no CNPJ	Optante pelo Simples Nacional		
29/01/2014	Sim		

Regime de Apuração

Competência

CNPJ das Filiais Presentes Nesta Declaração

Nenhuma

Contribuinte declara que permaneceu, durante o ano de 2014, sem efetuar qualquer atividade operacional, não operacional, financeira ou patrimonial:

Sim

2. Informações da Recepção da Declaração

Data e Horário da Transmissão da Declaração

31/03/2015 21:21:27

Número do Recibo

02.07.15090.1916191-1

Autenticação

19314.63296.91568.20730

HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL EPP

CNPJ: 19.639.120/0001-61

Balanço Patrimonial

Página: Data: Hora:

23/08/2016

10:13

NIRE, nº 41107562671 de 29/01/2014 Consolidação: Empresa

Grau: 5

Encerrado em: 30/06/2016

ATIVO
ATIVO CIRCULANTE
DISPONIVEL
CAIXA
Caixa Geral

280.000,00 280.000,00 280.000,00 280.000,00 280.000,00

TOTAL DO ATIVO

280.000,00

Luiz Carlos Lara
Técnico em contabilidade
TC-CRC/PR Nº 026,314/0-2

A-



HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL EPP

CNPJ: 19.639.120/0001-61

Consolidação: Empresa

Balanço Patrimonial

Página: Data: Hora: 8 23/08/2016 10:13

NIRE nº 41107562671 de 29/01/2014

Grau: 5

Encerrado em: 30/06/2016

PASSIVO
PATRIMONIO LIQUIDO
CAPITAL
CAPITAL SOCIAL
Capital Social Subscrito

280.000,00 280.000,00 280.000,00 280.000,00 280.000,00

TOTAL DO PASSIVO

280.000,00

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial com base nas informações e na documentação apresentada, encerrado em 30/06/2016, somando tanto no Ativo como no Passivo, a importância de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais).

HELCIO BATISTA DE ALMEIDA

TITULAR

CPF 965.501.989-68

LUIZ CARLOS LARA TEC CONTABIL CRC PR 026314/Q-2

LUIZ Carlos Lara
Técnico em contabilidade
TC-CRC/PR Nº 026.314/O-2

4



Tel: (43) 9641-5506

E-Mail: helcioconstrutoracivil@gmail.com

Arapoti - Paraná

ANEXO XIV

CAPACIDADE FINANCEIRA

Α

Prefeitura Municipal de Arapoti

Rua Placidio Leite, 148, Centro Cívico, Arapoti/PR

Att.: Comissão Permanente de Licitação - CPL

Ref.: CONVITE Nº 001/2016

Declaramos que as demonstrações abaixo correspondem à real situação da proponente. Esses índices foram obtidos no balanço do último exercício social.

Declaramos, ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitado pelo licitador, nos comprometemos a apresentar todos os documentos ou informações que comprovarão as demonstrações.

SÃO AS DEMONSTRAÇÕES:

LG =	280.000,00	
	280.000,00 =1,00	
SG =	280.000,00	
	280.000,00 = 1,00	
LC =	280.000,00	
	280.000,00 = 1,00	

Arapoti; Pr, 23 de Agosto de 2016.

HB DÉ ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL – EPP CNPJ N°. 19.639.120/0001-61 HELCIO BATISTA DE ALMEIDA

SOCIO ADM.

HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL EPP CNPJ: 19.639.120/0001-61

Cordilheira Sistema Contábil

Análise Econômico Financeira

Página: Data: Hora:

10:16

Mês: 06/2016 Consolidação: Empresa 06 - Imobilização do Investimento Total 01 - Liquidez Corrente 0,00 Ativo Circulante 280.000,00 Ativo Não Circulante - R.L.P. 0,00 1,00 280.000,00 Ativo Total 280.000.00 Passivo Circulante Interpretação: A Empresa tem R\$ 1,00 para cada Interpretação: O Ativo Permanente representa 0,00% do capital de giro R\$ 1,00 de dívida 07 - Imobilização do Capital Próprio 02 - Liquidez Seca 0,00 Ativo Circulante - Estoques 280.000,00 Ativo Não Circulante - R.L.P. 0.00 1,00 280.000,00 280.000,00 Patrimonio Líquido Passivo Circulante Interpretação: A Empresa tem R\$ 1,00 para cada Interpretação: O Ativo Permanente representa 0,00% do R\$ 1,00 de dívida capital próprio 08 - Rentabilidade do Investimento Total 03 - Liquidez Geral Ativo Circulante + R.L.P. 280.000,00 Res. Exercício antes I.R. 0,00 0.00 1,00 280.000,00 280.000,00 Ativo Total **Exigivel Total** Interpretação: O Resultado do Exercício antes do Imposto de Interpretação: A Empresa tem R\$ 1,00 para cada Renda é de 0,00% sobre o capital em giro R\$ 1,00 de dívida 04 - Participação de Terceiros 09 - Rentabilidade do Capital Próprio Res.Exercício antes I.R. Exigível Total 280.000.00 0,00 0.00 1,00 280,000,00 Ativo Total 280.000,00 Patrimonio Liquido Interpretação: O capital de terceiros representa 100,00% Interpretação: O Resultado do Exercício antes do Imposto de Renda é de 0,00% sobre o capital próprio do investimento total 05 - Garantia de Capital de Terceiros 10 - Capital de Giro Próprio (+) Ativo Circulante 280.000,00 Patrimônio Líquido 280.000,00 0,00 (+) Realizável a longo prazo 280.000.00 1,00 (-) Passivo Circulante 0,00 280.000,00 (-) Exigível a longo prazo **Exigível Total** (=) Capital de giro próprio 0,00 Interpretação: O capital de terceiros é garantido por 100,00% do capital próprio

11 - Solvência Geral

Ativo Total

280.000,00

Exigivel

280.000,00

1,00

Little of Line Lought of the little of the l MAN Sell Landiday Rock

HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL EPP CNPJ: 19.639.120/0001-61

Cordilheira Sistema Contábil

Consolidação: Empresa

Análise Econômico Financeira

Página: Data:

Hora:

10 23/08/2016 10:16

244

Mês: 06/2016

HELCIO BATISTA DE ALMEIDA TITUI AR

TITULAR CPF 965.501.989-68 LUIZ CARLOS LARA TEC CONTABIL CRC PR 026314/O-2

Luiz Carlos Lara
Técnico em contabilidade
TC-CRC/PR Nº 628.314/0-2



Tel: (43) 9641-5506

E-Mail: helcioconstrutoracivil@gmail.com Arapoti - Paraná

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO AO EDITAL E INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO

Α

Prefeitura Municipal de Arapoti

Rua Placidio Leite, 148, Centro Cívico, Arapoti/PR

Att.: Comissão Permanente de Licitação - CPL

Ref.: CONVITE Nº 001/2016

O signatário da presente, em nome da proponente empresa "HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL – EPP", pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 19.639.120/0001-61, com a sede á Rua Pedro Nunes de Lara, 467, Jardim Ceres, localizado neste Município de Arapoti, Estado do Paraná, declara, expressamente, que se sujeita às condições estabelecidas no edital do Convite e respectivos modelos, adendos, anexos e documentos e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador.

Declara, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 32, parágrafo 2°, e Artigo 97 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Arapoti; Pr, 23 de Agosto de 2016.

HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP CNPJ N°. 19.639.120/0001-61 HELCIO BATISTA DE ALMEIDA

SOCIO ADM.



Tel: (43) 9641-5506

E-Mail: helcioconstrutoracivil@gmail.com Arapoti - Paraná

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE TRABALHO DE MENOR

Α

Prefeitura Municipal de Arapoti

Rua Placidio Leite, 148, Centro Cívico, Arapoti/PR

Att.: Comissão Permanente de Licitação - CPL

Ref.: CONVITE Nº 001/2016

O signatário da presente, o senhor HELCIO BATISTA DE ALMEIDA, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG sob o nº. 6.339.345-2/Pr, e ainda do CPF sob o nº. 965.501.989-68, residente e domiciliado neste Município de Arapoti, Estado do Paraná, representante legalmente da empresa "HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL — EPP", pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 19.639.120/0001-61, com a sede á Rua Pedro Nunes de Lara, 467, Jardim Ceres, localizado neste Município de Arapoti, Estado do Paraná declara, sob as penas da Lei, não possuir em nosso quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Lei nº 9.854/99) e Decreto Federal nº 4.358/2001.

Arapoti; Pr. 23 de Agosto de 2016.

HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL ~ EPP CNPJ N°. 19.639.120/0001-61 HELCIO BATISTA DE ALMEIDA SOCIO ADM.

\$



Tel: (43) 9641-5506 '

E-Mail: helcioconstrutoracivil@gmail.com Arapoti - Paraná

ANEXO X

DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO

Α

Prefeitura Municipal de Arapoti

Rua Placidio Leite, 148, Centro Cívico, Arapoti/PR

Att.: Comissão Permanente de Licitação - CPL

Ref.: CONVITE Nº 001/2016

A Empresa "HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL – EPP", pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 19.639.120/0001-61, com a sede á Rua Pedro Nunes de Lara, 467, Jardim Ceres, localizado neste Município de Arapoti, Estado do Paraná, DECLARA, para os fins do disposto na Súmula Vinculante nº 13, editada pelo Supremo Tribunal Federal, Acórdão nº 2745/2010 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Prejulgado nº 09 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná que:

NÃO POSSUI cônjuge, companheiro ou parentes que mantenham contratos de qualquer natureza ou que sejam sócios de empresas que mantenham contratos de qualquer natureza, com o Poder Executivo Municipal.

NÃO POSSUI cônjuge, companheiro ou parentes que sejam agentes políticos ou exerçam cargo comissionado ou função gratificada na Administração Pública Direta ou Indireta do Poder Executivo e do Poder Legislativo Municipal.

Ainda, está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Para os fins desta declaração, consideram-se parentes:

	Parente em linha reta	Parente colateral	Parente por afinidade
			(familiares do cônjuge)
1º grau	Pai, mãe e filho (a).		Padrasto, madrasta, enteado (a), sogro (a), genro e nora.
2º grau	Avô, avó e neto (a).	Imãos.	Cunhado (a), avô e avó do cônjuge
3° grau	Bisavô, bisavó e bisneto	Tio (a) e sobrinho (a)	Concunhado (a).

Por ser verdade, assumo inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a declaração falsa está sujeita às penalidades previstas em lei.

Arapoti; Pr, 23 de Agosto de 2016,

HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL – EPP CNPJ N°. 19.639.120/0001-61 HELCIO BATISTA DE ALMEIDA SOCIO ADM.

8



Tel: (43) 9641-5506

248

E-Mail: helcioconstrutoracivil@gmail.com Arapoti - Paraná

ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE NÃO SERVIDOR PÚBLICO NO QUADRO DE EMPREGADOS DA EMPRESA

Α

Prefeitura Municipal de Arapoti

Rua Placidio Leite, 148, Centro Cívico, Arapoti/PR

Att.: Comissão Permanente de Licitação - CPL

Ref.: CONVITE Nº 001/2016.

Declaração da própria empresa que não existe em seu quadro de empregados servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão, na forma do art. 9°, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme modelo abaixo:

DECLARAÇÃO

A Empresa "HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL — EPP", pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 19.639.120/0001-61, com a sede á Rua Pedro Nunes de Lara, 467, Jardim Ceres, localizado neste Município de Arapoti, Estado do Paraná, declara, sob as penas da Lei, para os fins requeridos no inciso III, do artigo 9° da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, que não tem em seu quadro de empregados, servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de. decisão, bem como sócios, gerentes ou diretores que sejam parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou servidores do Poder Executivo Municipal.

Arapoti; Pr, 23 de Agosto de 2016.

HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL – EPP CNPJ N°. 19.639.120/0001-61 HELCIO BATISTA DE ALMEIDA

SOCIO ADM.



Rua Pedro Nunes de Lara, 467 – Fone 43-9641.5506 CNPJ 19.639.120/1001-61

HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP Rua Pedro Nunes de Lara, 467, Jardim Ceres -CEP 84.990-000

Tel: (43) 9641-5506

E-Mail: helcioconstrutoracivil@gmail.com Arapoti - Paraná

ANEXO XVII

DECLARAÇÃO DE RESPONSÁVEL LEGAL

Α

Prefeitura Municipal de Arapoti

Rua Placidio Leite, 148, Centro Cívico, Arapoti/PR

Att.: Comissão Permanente de Licitação - CPL

Ref.: CONVITE Nº 001/2016

Declaramos, caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e, para esse fim, fornecemos os seguintes dados:

Razão Social: HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP

CNPJ/MF: 19.639.120/0001-61

Endereço: Rua Pedro Nunes de Lara, 467

CEP: 84.990-000 Cidade: Arapoti UF: Paraná

Email: helcioconstrutoracivil@gmail.com Tel./Fax: 43-9641-5506

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato:

Nome: HELCIO BATISTA DE ALMEIDA

Endereço: Rua Pedro Nunes de Lara, 467, Jardim Ceres,

CEP: 84.990-000 Cidade: Arapoti UF: Paraná

CPF/MF: 965.501.989-68 Cargo/Função: sócio adm.

Carteira Identidade nº: 6.339.345-2 Expedido por: Pr, Naturalidade: São Jose

da Boa Vista Nacionalidade: Brasileira

Os dados bancários de nossa empresa são:

Banco Caixa E. Federal Agência 3175-Arapoti-Pr e Conta Corrente nº 00000404-4.

Arapoti; Pr. 23 de Agosto de 2016.

HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL – EPP

CNPJ:19.639.120/0001-61
HELCIO BATISTA DE ALMEIDA

RG nº :633934-52

CPF nº.: 965.501.989-68



ONFI 19.639.120/0001-61

HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP Rua Pedro Nunes de Lara, 467, Jardim Ceres -CEP 84.990-000 250

Tel: (43) 9641-5506

E-Mail: helcioconstrutoracivil@gmail.com Arapoti - Paraná

ANEXO XVI

DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA

Α

Prefeitura Municipal de Arapoti

Rua Placidio Leite, 148, Centro Cívico, Arapoti/PR

Att.: Comissão Permanente de Licitação - CPL

Ref.: CONVITE Nº 001/2016

A Empresa "HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP", pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 19.639.120/0001-61, com a sede á Rua Pedro Nunes de Lara, 467, Jardim Ceres, localizado neste Município de Arapoti, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Sr. o senhor HELCIO BATISTA DE ALMEIDA, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG sob o nº. 6.339.345-2/Pr, e ainda do CPF sob o nº. 965.501.989-68, DECLARA, nos termos do Edital em epígrafe, caso seja habilitado no certame, que abre mão do direito de prazo recursal da fase HABILITAÇÃO da licitação, conforme dispõe o art. 43, III da Lei 8.666/93 e suas alterações, podendo a Comissão prosseguir nos trabalhos licitatórios

Arapoti; Pr, 23 de Agosto de 2016.

HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP CNPJ N°. 19.639.120/0001-61 HELCIO BATISTA DE ALMEIDA SOCIO ADM.





SECRETARIA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA PARTAMENTO DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial

HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP

Natureza Jurídica: EMPRESÁRIO

Número de identificação do Registro de

Empresas - NIRE (Sede)

41 1 0756267-1

CNPJ 19.639.120/0001-61 Data de Arquivamento do Ato de inscrição

29/01/2014

Data de Início de Atividade 01/02/2014

Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro/Distrito, Município, UF, CEP)

RUA PEDRO NUNES DE LARA, 467, JARDIM CERES, ARAPOTI, PR, 84.990-000

Objeto

Construção de Edificios; Instalação e Manutenção Elétrica; Construção de Redes de Abastecimento de Água, Coleta de esgoto; Instalações Hidráulicas e Sanitárias e de Gás; Obras de Terraplenagem; Serviços de Pintura de Edifícios; Obras de Acabamento da Construção tais Chapisco, emboço e Reboco; Obras de Instalações em Construção tais Revestimento de Tubulações; Atividades de Limpeza tais como em Caixas de Água e Caixas de Gordura, Limpeza de Ruas; Atividades Paisagística tais poda de árvores na área urbana.

Capital: R\$ --

280.000,00

(DUZENTOS E OITENTA MIL REAIS)

Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei nº 123/2006)

Último Arquivamento

Data: 02/05/2016

Número: 20162926677

Ato: ALTERAÇÃO

Evento (s): ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

Situação da Empresa **REGISTRO ATIVO**

Empresa de pequeno porte

Status

Nome do Empresário

HELCIO BATISTA DE ALMEIDA

Identidade: 63393452.SSP/PR

Estado Civil: Casado

CPF: 965.501.989-68

Regime de Bens: Comunhão Parcial

LIBERTAD BOGUS SECRETARIA GERAL

JAGUARIAÍVA - PR, 17 de agosto de 2016

COMISSÃO DE LICITAÇÃO FRE COM ORIGINAL

Consulta Optantes

Data da consulta: 26/08/2016

Didentificação do Contribuinte

CNPJ: 19.639.120/0001-61

Nome Empresarial: HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP

Situação Atual

Situação no Simples Nacional : Optante pelo Simples Nacional desde 29/01/2014

Situação no SIMEI: NÃO optante pelo SIMEI

■ Períodos Anteriores

Opções pelo Simples Nacional em Períodos Anteriores: Não Existem

Opções pelo SIMEI em Períodos Anteriores: Não Existem

Agendamentos (Simples Nacional)

Agendamentos no Simples Nacional: Não Existem

Eventos Futuros (Simples Nacional)

Eventos Futuros no Simples Nacional: Não Existem

■ Eventos Futuros (SIMEI)

Eventos Futuros no SIMEI: Não Existem

Clique aqui para informações sobre como optar pelo SIMEI.

Voltar





Rua Pedro Hunes de Lara, 467 - Fone 43-9641.5506 CNPJ 19.639.120/0001-61 HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP Rua Pedro Nunes de Lara, 467, Jardim Ceres – CEP 84.990-000

Tel: (43) 9641-5506

E-Mail: helcioconstrutoracivil@gmail.com Arapoti - Paraná

ANEXO IX

DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Α

Prefeitura Municipal de Arapoti

Rua Placidio Leite, 148, Centro Cívico, Arapoti/PR

Att.: Comissão Permanente de Licitação - CPL

Ref.: CONVITE Nº. 001/2016.

A Empresa "HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL — EPP", pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 19.639.120/0001-61, com a sede á Rua Pedro Nunes de Lara, 467, Jardim Ceres, localizado neste Município de Arapoti, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Sr. o senhor HELCIO BATISTA DE ALMEIDA, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG sob o nº. 6.339.345-2/Pr, e ainda do CPF sob o nº. 965.501.989-68, residente e domiciliado neste Município de Arapoti, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, declara, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, ser:

(____) Microempresa (ME) ou,

(X) Empresa de pequeno porte (EPP)

E que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da lei Complementar nº 123/2006.

Por ser verdade, assumo inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a declaração falsa está sujeita às penalidades previstas em lei.

Arapoti; Pr, 23 de Agosto de 2016.

HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP CNPJ N°. 19.639.120/0001-61 HELCIO BATISTA DE ALMEIDA SOCIO ADM.



MUNICÍPIO DE ARAPOTI - PR DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO Nº

4473

O Município de Arapoti, conforme Lei Municipal nº 529/97 concede Alvará de Licença à:

Razão / Nome

HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP

Endereco

Rua PEDRO NUNES DE LARA, nº 467

Bairro

JARDIM CERES

CNPJ / CPF

7.639.120/0001-61

Data Abertura 29/01/2014

Área Ocupada

Cadastro

7934

Tipo Atividade Atividade

Principal Construção de edifícios Secundária Obras de terraplenagem Secundária Atividades paisagísticas

Secundária Instalação e manutenção elétrica

Secundária Outras obras de acabamento da construção Secundária Serviços de pintura de edifícios em geral Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás

Secundária Atividades de limpeza não especificadas anteriormente

Secundária Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente

Secundária Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto

Contador

HOMAR NEGRAO

C. R. C

017.655/O-2/PR

Telefone

FICA O MESMO SUJEITO AS EXIGÊNCIAS CONSTANTES EM LEI, SOB PENA DE SUSPENSÃO DE SUAS ATIVIDADES E DEMAIS FINALIDADES

SERÁ OBRIGATÓRIO NOVA LICENÇA TODA VEZ QUE OCORREREM MODIFICAÇÕES NAS CARACTERÍSTICAS DO ESTABELECIMENTO.

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO E CADASTRO

Insuranto do Nascimento

Válido até:

31/12/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

Envelopes de Habilitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

Ata da Sessão Pública de Habilitação

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DOS ENVELOPES CONTENDO OS "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO" E "PROPOSTAS DE PREÇOS"

REF.: EDITAL DE CONVITE Nº 001/2016

Aos vinte e seis dias do mês de agosto de dois mil e dezesseis, às 14h00min, no prédio do Centro Administrativo Municipal – CAM, sala de licitações, situada na Rua Ondina Bueno de Siqueira, nº 180, Centro Cívico, Térreo, 1º andar, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação, designada através do Decreto nº 4.030, de 07 de janeiro de 2016, pelo senhor Prefeito Municipal em exercício, BRAZ RIZZI, composta pelos membros: IDINEU ANTONIO DA SILVA, LUCIANO AGUIAR ROCHA e EDUARDO CHAOWICHE FILHO, todos servidores desta municipalidade sob a presidência do primeiro, declinado para apreciar, analisar e julgar a licitação na modalidade de Convite nº 001/2016, do Processo nº 127/2016, cujo objeto "contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no Centro de Convivência do Idoso", cujo Edital de Licitação, foi resumidamente publicado no Jornal Folha Extra (Diário Oficial do Município) da edição nº 1594, do dia 16/08/2016 (fls. 156 e 157), Mural de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná no site www.tce.pr.gov.br, do dia 15/08/2016 (fls. 149), além de disponibilizado no Portal de Transparência no sitio oficial do Município www.arapoti.pr.gov.br, do dia 15/08/2016 (fls. 151).

Retiram-se o Edital de Licitação para participarem deste certame, as seguintes empresas:

Empresas	Contato			
Alex Paulo de Melo 98093428968	(43) 9959-7674			
Josué Skora – MEI	(41) 9912-7885			
Alexandre Soares – ME	(43) 3557-1707			
HB de Almeida Construtora Civil – EPP	(43) 9641-5506			
Cristiano Alves de Oliveira 07336375901	(43) 9622-3595			
Prime – Licitações – Assessoria e Consultoria	(44) 3034-4456			
Correia Neto Projetos e Construções Ltda	(42) 3227-5300			

Até o horário designado em edital, ou seja, para protocolo dos envelopes "Documentação e Proposta", entregando tempestivamente os envelopes as quais passo a declinar:

Empresas	CNPJ
HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL – EPP	19.639.120/0001-61
ALEX PAULO DE MELO – MEI	14.878.001/0001-48

Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, Centro Cívico, Arapoti, Paraná - Fone/Fax (0xx43) 3512-3000 - CEP 84.990.000 CNPJ nº 75.658.377/0001-31 - SITE: www.arapoti.pr.gov.br - E-MAIL: licitacao@arapoti.pr.gov.br

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

O Senhor Presidente deu andamento aos trabalhos, convidando os representantes das licitantes presentes a entregarem os "DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO", a saber:

Empresas	Representante	Documento		
HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL EPP	HELCIO BATISTA DE ALMEIDA	6.339.345-2		
ALEX PAULO DE MELO - MEI	ALEX PAULO DE MELO	6.777.420-5		

Em diante, o Senhor Presidente solicitou dos membros da Comissão e dos representantes que rubricassem os envelopes e que conferissem sua inviolabilidade. Aberta a palavra, não houve manifestação.

Em seguida, o Presidente deu início aos trabalhos, instalando a sessão pública, com abertura dos **ENVELOPES**, contendo os "**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**" para verificação de sua conformidade com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório, colocando à disposição dos representantes os documentos neles contidos para rubrica e exame.

Aberta a palavra, o representante da empresa ALEX PAULO DE MELO – MEI manifestou o seguinte: O Atestado de Visita apresentado pelo concorrente está em desacordo com o Edital, não foi assinado pelo responsável técnico da Secretaria Municipal de Infraestrutura:

- 15.4.7.5. Atestado de Visita assinado pelo servidor responsável, conforme modelo do Anexo XV.
- 15.4.7.5.1. A vistoria será acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda à quintafeira, das <u>08h30min às 11h00min</u> e das <u>13h30min às 17h00min</u> e na sexta-feira das <u>08h30min às 11h00min</u> e das <u>13h30min às 15h30min</u>, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (43) 3512-3113/3116;
- 15.4.7.5.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendose até o dia útil anterior à data prevista para abertura dos envelopes;
- 15.4.7.7.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria;
- 15.4.7.7.4. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pendrive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

Ainda, o representante da empresa ALEX PAULO DE MELO – MEI manifestou o seguinte: A empresa concorrente não apresentou o Registro ou Inscrição da empresa licitante junto ao CRE e/ou CAU exigido no item 15.4.7.1 do edital.

15.4.7.1. Registro ou inscrição da empresa licitante, que indique estar habilitada a exercer as suas atividades, expedida pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) do Estado em que possui registro, em plena validade;

Também não apresentou a boa situação financeiro do licitante conforme exigido no item 15.8.2 do editlat



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

15.4.8.2. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

15.4.8.3.1. O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui (capital mínimo ou patrimônio líquido) equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

Diante dos fatos ocorridos no certame, a Comissão de Licitação suspendeu a sessão para tomar as devidas diligências. Posteriormente serão comunicados diretamente os licitantes participantes do resultado de habilitação.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão, às 14h35min, encerrou a reunião e lavrou esta Ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Arapoti e pelos representantes presentes.

IDINEU ANTONIO DA SILVA

Presidente da CP

EDUARDO CHAOWICHE FILHO

Membro da CPL

HELCIO BATISTA DE ALMEIDA Nome do Representante Legal ANO AGUIAR ROCHA Membro da CPL

Mellipio da CPL

ALEX PAULO DE MELO
Nome do Representante Legal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

Decisão da Comissão de Licitação

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 127/2016 CONVITE Nº 001/2016

DECISÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO ABERTURA DE DILIGÊNCIA

1. DA SÍNTESE DO PEDIDO

Os representantes das empresas HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL – EPP e ALEX PAULO DE MELO 98093428968 (MEI) formularam pedido de esclarecimento verbal no ato do certame do Convite nº 001/2016, objetivando sanar dúvidas relacionadas à legalidade da participação das empresas HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL – EPP e ALEX PAULO DE MELO 98093428968 (MEI).

Em suma, os pedidos foram no sentido de averiguar:

O representante ALEX PAULO DE MELO da empresa ALEX PAULO DE MELO 98093428968 (MEI) solicitou esclarecimento quanto ao "Atestado de Visita" apresentado pela empresa HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL — EPP, dizendo que o documento encontra-se em discordância com o exigido no item 15.4.7.5, estava assinado por servidor do CRAS CENTRAL e não assinado por técnico da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

O representante HELCIO BATISTA DE ALMEIDA da empresa HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL – EPP requereu explicação quanto a não apresentação do "Registro ou Inscrição da empresa licitante junto ao CREA" exigido no item 15.4.7.1 e a não apresentação da "Boa Situação Financeira da empresa" exigido no item 15.4.8.2 feita pela empresa ALEX PAULO DE MELO 98093428968 (MEI).

O pedido guarda coerência com os ditames editalícios, nos termos do item 17.11, portanto dela conheço e passo a manifestar-me.

"17.11. A Comissão poderá, em qualquer fase da licitação, **promover diligência** destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente na documentação".

Também a Lei nº 8.666/93 consigna em seu artigo 43, § 3º o fundamento legal para a promoção de diligências nas licitações, estabelecendo o seguinte comando:





A STATE OF THE STA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

"É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta."

Assim, este Comissão de Licitação, em 26/08/2016, suspendeu a sessão pública do **CONVITE Nº 001/2016**, com o objetivo de buscar esclarecimentos na fase interna desta licitação, para poder decidir com tranquilidade e segurança.

2. DO FUNDAMENTO LEGAL

Nos procedimentos licitatórios, a demonstração das condições de habilitação tem a finalidade de proporcionar à Administração um certo grau de segurança no tocante à aptidão da pessoa a ser contratada, objetivando, com isso, a boa e correta execução do objeto pretendido.

No decorrer da licitação, que é voltada a uma finalidade específica, qual seja, a seleção da proposta mais vantajosa ao interesse público, o órgão julgador responsável pela condução dos trabalhos e processamento de todo o certame, comissão de licitação ou pregoeiro, poderá, por vezes, deparar-se com dificuldades para tomada de decisões em face de questões incidentais ou até mesmo de obscuridades.

Na maior parte dos casos, para superar tais obstáculos, haverá necessidade de se buscar esclarecimentos, elucidar pontos controversos, confirmar informações, realizar vistorias, perícias, pesquisas, colher opiniões de técnicos especializados para só então, com a questão totalmente aclarada e pacificada, poder decidir com tranquilidade e segurança.

Ressalta-se que, havendo qualquer dúvida relativa a documentos de habilitação, dados, informações ou propostas, a análise não deve limitar-se ao aspecto meramente formal, da simples verificação do atendimento e validade dos requisitos fixados no instrumento convocatório, mas deve sim ser investigada a autenticidade e veracidade fática e jurídica daquilo que fora suscitado, para que seja alcançada a decisão mais acertada em face da verdade material.

Nesse sentido é que a Lei nº 8.666/93 consigna em seu artigo 43, § 3º o fundamento legal para a promoção de diligências nas licitações, estabelecendo o seguinte comando: "É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta".

Desta norma depreende-se que se determinada situação, surgida em qualquer fase do procedimento licitatório, apresentar-se obscura, suscitar dúvidas, exigir



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

esclarecimentos, o órgão julgador ou outra autoridade a ele superior, deverá elucidá-la, promovendo, para tanto, as diligências que se fizerem necessárias ao caso concreto.

Na precisa lição de Ivo Ferreira de Oliveira, a diligência tem por objetivo "oferecer meios para que a Comissão de Licitação ou a Autoridade Superior possa promover inquirições, vistorias, exames pertinentes a questões que eventualmente surjam e até autorizar a juntada de documentos, permitindo à Comissão ou à Autoridade julgar corretamente o certame, graças aos esclarecimentos que a diligência lhe propiciou, mas sem perder de vista os princípios constitucionais e legais que norteiam o processo licitatório". (Ivo Ferreira de Oliveira, Diligências nas Licitações Públicas, Curitiba, JM Editora, 2001, p. 24).

Neste sentido, Marçal Justen Filho ensina que "não existe uma competência discricionária para escolher entre realizar ou não a diligência. Se os documentos apresentados pelo particular ou as informações neles contidas envolverem pontos obscuros — apurados de ofício pela Comissão ou por provocação de interessados -, a realização de diligências será obrigatória". (Marçal Justen Filho, Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 11ª. ed., São Paulo, Dialética, 2005, p. 424).

É salutar sublinhar que a promoção de diligências tanto poderá ser fruto de uma provocação de terceiros, mediante requerimento de um ou mais licitantes, como ocorrer por iniciativa da própria entidade licitadora, iniciando-se, assim, de ofício.

Ademais, neste cenário, toda e qualquer pessoa, licitante ou não, tem o direito de requerer tal providência da Administração. Sustentamos que esta legitimidade se estende a estranhos ao certame licitatório, em razão de que, partícipe ou não da competição, um cidadão que, por exemplo, por meio de uma denúncia aponte o cometimento de certas ilegalidades, poderá solicitar diligências administrativas no sentido de apurar a verdade material dos fatos. Se presentes fundamentos suficientes, não haverá margem de discrição, ou seja, a elucidação será obrigatória.

A lei de licitações não prevê um instrumento específico para que o interessado solicite a realização de diligências. Logo, ele poderá valer-se do direito de petição, previsto no artigo 5º, inciso XXXIV, alínea "a" da Constituição Federal, apresentando o pedido formalmente por escrito, ou ainda, na própria sessão pública, requerer dita providência de forma verbal, com o respectivo registro em ata.

Dessume-se que o objeto da diligência tanto poderá apontar para fato em curso como para fato ocorrido em momento anterior ao certame licitatório, desde que a eliminação das eventuais dúvidas existentes a propósito daquela situação seja absolutamente necessária à tomada de decisão.

Por fim, cabe averbar que a diligência, vista como procedimento administrativo de natureza investigatória e manuseada nos exatos termos e limites legais, é instrumento de que lança mão a Administração Pública para supedanear as decisões proferidas em sede de licitação, prestigiando, com isso, a ampla legalidade das suas ações e providências.

3

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

3. DA ANÁLISE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

A Lei de Licitações autoriza que a Administração exija a realização de visita técnica pelo licitante como requisito de qualificação. Isso se afere a partir da leitura do art. 30, inciso III da Lei n° 8.666/93, que dispõe: "a documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á:

(...)

III – comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação".

A visita de vistoria também conhecida como atestado de visita tem por objetivo dar à Entidade a certeza e a comprovação de que todos os licitantes conhecem integralmente o objeto da licitação e, via de consequência, que suas propostas de preços possam refletir com exatidão a sua plena execução, evitando-se futuras alegações de desconhecimento das características dos bens licitados, resguardando a Entidade de possíveis inexecuções contratuais.

É fato que o item "15.4.7.5" do edital estabelece a obrigatoriedade do *Atestado de Visita* ser apresentado com coerência ao exigido no modelo do Anexo XV do Edital de Convite 001/2016, vejamos:

15.4.7.5. <u>Atestado de Visita assinado pelo servidor responsável</u>, conforme modelo do Anexo XV.

(...)

Vejamos o que diz o modelo do Anexo XV:

"Declaramos que o Senhor(a) (inserir o nome completo), RG/CREA/CAU nº (inserir o número) da proponente (inserir o nome da proponente), devidamente credenciado, visitou o local da execução da obra, objeto da licitação em epígrafe."

Como podemos observar acima, deveria ser apresentado além da identificação da empresa interessado, a identificação o nome do "<u>responsável da empresa</u>", com o respectivo nº do RG/CREA/CAU, que visitou o local da obra, como exige no edital

Ainda sobre o responsável pela realização da visita técnica, o TCU tem considerado <u>impertinente exigir</u> que "o engenheiro que deva participar desse ato seja o mesmo que ficará responsável pela execução dos serviços licitados. <u>Essa exigência mostra-</u>

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

<u>se excessiva</u>, porquanto o fundamento para a visita técnica é assegurar que o licitante tome conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação.

Ainda, o TCU manifestou na Jurisprudência nº 230 Sessões: 10 e 11 de fevereiro de 2015:

"3. Sendo necessária a exigência de vistoria técnica, admite-se que as licitantes contratem profissional técnico para esse fim específico, não sendo exigível que a visita seja feita por engenheiro do quadro permanente das licitantes. (...). Relembrou ainda o voto condutor do Acórdão 785/2012-Plenário, o qual afirma que "em tese, não há óbices para que a visita técnica seja feita por profissional terceirizado pela empresa, sendo razoável, somente, exigir que o mesmo possua conhecimento técnico suficiente para tal incumbência". Caracterizada a frustração ao caráter competitivo do certame, o Tribunal, na linha defendida pelo relator, rejeitou as razões de justificativas apresentadas pelos responsáveis, aplicando-lhes a multa prevista no art. 58, inciso II, da 8.443/92. Acórdão 234/2015-Plenário. 014.382/2011-3, relator Ministro Benjamin Zymler, 11.2.2015".

Há que se destacar que o atestado de visita apresentado pela empresa HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL – EPP foi expedido sem a devida identificação do responsável da empresa pela visita no local da obra, sendo irregular perante a exigência editalícia do que rege o item 15.4.7.5 do Edital de Convite 001/2016.

No entanto, em relação do Atestado de Visita não ser apresentado com assinatura por um profissional da Secretaria de Infraestrutura, indago que essa exigência não se condiz com o Modelo do Anexo XV, pois o mesmo da competência de ser assinado tanto por um profissional da Infraestrutura ou por um servidor da Assistência Social.

De acordo como as regras editalícias, ordena imperiosamente da assinatura de um servidor responsável, não apontando que deveria ser por profissional da Secretaria de Infraestrutura.

Ora, seria um contra-senso inabilita-lá, pela ausência de um profissional técnico (engenheiro) junto ao local da obra, do mesmo modo, a falta de assinatura de um profissional da Secretaria Municipal de Infraestrutura, pois o edital não conduz essa obrigatoriedade.

Mas é certo, e sem dúvida por essa Comissão de Licitação, que a falta de identificação do responsável da empresa junto ao Atesto de Visita, contraria ao edital, portanto,

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

apresentado em desconformidade com o exigido em edital. Não nos resta declará-la inabilitada.

Do outro lado, em relação à regra do item 15.4.7.1 do edital:

"15.4.7.1. Registro ou inscrição da empresa licitante, que indique estar habilitada a exercer as suas atividades, expedida pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) do Estado em que possui registro, em plena validade." (grifo nosso)

Segundo averiguado nos documentos apresentado pela licitante ALEX PAULO DE MELO 98093428968, foi notado à ausência do Registro ou Inscrição da empresa licitante junto ao CREA ou CAU.

O Registro ou Inscrição exigido no item 15.4.7.1 do edital, tem faculdade no inciso I do Art. 30 da Lei 8.666/93:

"Art. 30 A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I – Registro ou inscrição na entidade profissional competente;"

Analisando o argumento apresentado pela Recorrente HELCIO BATISTA, a Comissão de Licitação requereu consulta técnica ao CREA/PR sobre a desobrigação da licitante constituída como MEI (Micro Empreendedor Individual) de apresentar o "Registro ou Inscrição junto ao CREA ou CAU", vejamos a resposta:

"A obrigatoriedade de registro da empresa independe da forma pela qual foi constituída. As empresas MEI precisam ser registradas também, elas têm algumas vantagens como isenção de anuidade, de taxa de registro e ate de ART's."

A afirmação acima é corroborada pelo Art. 15 da Lei nº 5.194, de 24 de Dezembro de 1966, que será indispensável que tanto a pessoa jurídica como o responsável técnico sejam registrados perante o CREA:

"Art. 15. São nulos de pleno direito os contratos referentes a qualquer ramo da engenharia, arquitetura ou da agronomia, inclusive a elaboração de projeto, direção ou execução de obras, quando firmados por entidade pública ou particular com pessoa física ou jurídica não legalmente habilitada a praticar a atividade nos têrmos desta lei."

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Contudo, não nos resta inabilitar a licitante ALEX PAULO DE MELO, por não ter apresentado o "Registro ou inscrição da empresa licitante, expedido pelo CREA ou CAU"

Por outro lado, o fato da licitante ALEX PAULO DE MELO não ter apresentado o documento exigido no 15.4.8.2, que verifica a boa situação financeira do licitante, diz o representante legal, que foi em virtude de se tratar de MEI — Micro Empreendedor Individual, e dispensa dessa norma.

Analisado a lei do MEI, foi constato que os empresários individuais e MEIs estão dispensados de manter contabilidade formal, a exemplo do que se exige, em regra, das sociedades empresárias. Portanto, esses empresários não possuem livro diário ou livro caixa, sendo que a exigência por parte da Administração pela apresentação de "balanço patrimonial e demonstrações contábeis", forçaria tais indivíduos a suportar ônus que foi dispensado pelos normativos que formam o regime jurídico do Microempreendedor Individual.

Forçoso reconhecer que os MEIs estão desobrigados de produzir balanço patrimonial com espeque no próprio Código Civil que em seu § 2º do art. 1.179 dispensa o "pequeno empresário" de tais obrigações. Já o art. 68 da LC nº 123/06 define o pequeno empresário, para efeito de aplicação do disposto nos arts. 970 e 1.179 do referido código, "o empresário individual caracterizado como microempresa na forma desta Lei Complementar que aufira receita bruta anual de até R\$ 36.000,00".

Por sua vez, o art. 18-A, § 1º, da LC nº 123, considera o MEI o empresário individual que tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), optante pelo Simples Nacional. Portanto, a definição de MEI se enquadra dentro da definição do "pequeno empresário" e, assim, está dispensado da elaboração do balanço patrimonial.

Portanto, se a lei não obriga os microempreendedores individuais de manter contabilidade formal e a produzir balanço patrimonial, não poderá a Administração impor tal obrigação para fins de <u>participação em licitação</u> com o valor até <u>R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)</u>, com fundamento na norma genérica contida no art. 31, l, Lei nº 8.666/93.

Relembramos aos licitantes, que o item 29.4 do Edital de Convite nº 001/2016, informa:

"29.4. A participação na licitação implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus Anexos, bem como da obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas."

Cabe registrar que, não havendo concordância por parte dos licitantes quanto às regras editalícias, os mesmos poderiam ter impugnado o Edital, de acordo com o subitem 15.4.13 do edital, em prazo determinado, o que não foi feito por nenhum licitante.

"15.4.13. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital de Licitação perante a Administração a



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

licitante que os tendo aceitado sem objeção, venha a apontar, depois da abertura dos envelopes de habilitação, falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

15.4.14. A impugnação de que trata o item acima, se houver, deverá ser apresentada de conformidade com artigo 41, parágrafo 1°, da Lei N° 8.666/93 e alterações subseqüentes."

O julgamento desta Comissão de Licitação se baseou nas condições estabelecidas no texto editalício, pois essa é a regra asseverada pelos Arts. 41 e 44 da Lei 8.666/93, in verbis:

"Art. 41 - A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

(...)

Art. 44 - No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei." (Grifo nosso)

Destarte, o julgamento de um processo licitatório deve ser realizado com base nos princípios basilares elencados no art. 3º da Lei 8.666/93 e alterações, sendo assim, o princípio do julgamento objetivo preceitua que devem ser observados critérios objetivos definidos no ato convocatório para o julgamento dos documentos de habilitação e propostas de preços, afastando a possibilidade de o julgador utilizar-se de fatores subjetivos ou de critérios não previstos no Edital.

4. DA DECISÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Foram averiguadas diante de todo o aqui exposto, que as empresas *HB DE ALMEIDA* e *ALEX PAULO DE MELO* foram declaradas INABILITADAS, por não atenderem às exigências habilitatórias do edital. Por não haver licitantes aptos, caracterizou assim, em uma "LICITAÇÃO FRACASSADA", segundo a doutrina.

No instrumento convocatório foi notado que houve regra que restringiu a participação de MEI – Micro Empreendedor Individual (item 15.4.8.2), por isso, não caberia a comissão de licitação aplicar o art. 48, § 3°, da Lei 8.666/93:





COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

"§ 3º quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 8 dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas da inabilitação/desclassificação (no caso de convite, o prazo é de 3 dias úteis)"

Mesmo assim, não poderia aplicar o artigo acima, pois teria que retirar do edital o item 15.4.8.2 que aventa da situação financeira da empresa, disto feito, estaria prejudicando aqueles licitantes que embora não participaram, mas tenham totais condições legais e preencham todos os requisitos intrínsecos para as exigências habilitatória do ato convocatório.

É visto que o instrumento convocatório deve ser parcimonioso e criterioso ao fixar requisitos, pois são **PROIBIDAS** as condições impertinentes, inúteis ou desnecessárias, que principalmente frustrem o caráter competitivo do certame.

Nas licitações públicas é vedado aos agentes públicos: admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo.

Visto que, o valor máximo estimado da licitação (R\$ 11.089.94) não ultrapassa o valor máximo definido pela lei do MEI (R\$ 36.000,00), assim sendo, deverá a administração pública observar os limites estabelecidos em lei para as empresas constituídas como MEI participem desta licitação.

Face ao exposto, é **DECISÃO** da **COMISSÃO DE LICITAÇÃO**, pela **REPETIÇÃO** do **CONVITE**, RETIFICANDO o EDITAL, para que seja observado o princípio constitucional da isonomia, legalidade e igualdade, corrigindo a existência de alguma exigência restritiva da participação da empresa constituída como MEI, assim, prevendo que nenhuma outra documentação poderá ser exigida além das dispostas expressamente na Lei.

Contudo, será remarcada nova data para o "Convite nº 001/2016", corrigindo o edital, e observando o § 4º do Art. 21 da Lei 8.666/93:

"Art. 21. Os avisos contendo os resumos dos editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões, embora realizados no local da repartição interessada, deverão ser publicados com antecedência, no mínimo, por uma vez:

(...)

§ 42 Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente,

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

<u>a alteração não afetar a formulação das propostas.</u>" (grifo nosso)

O art. 5º, inc. LV impõe que o processo administrativo garanta aos interessados "o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes".

Portanto, conforme é previsão legal, a Comissão de Licitação garante aos interessados o prazo recursal de **02 (dois) dias úteis**, conforme § 6°, Art. 109 da Lei 8.666/93, para as licitantes que se sintam prejudicas a interposição recursal.

É a decisão.

Arapoti, 30 de agosto de 2016.

Idine Antonio da Silva Presidente da CP

Luciano Aggiar Rocha Membro da CPL

Eduardo Chaowiche Filho Membro da CPL Assunto

RES: CONSULTA / INFORMAÇÃO

Remetente Ana Paula Afinovicz <ana.afinovicz@crea-pr.org.br>

Para

Licitação Arapoti <licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Data

29/08/2016 11:34



Bom dia, Paulo!

A obrigatoriedade de registro da empresa independe da forma pela qual foi constituída. A empresas MEI precisam ser registradas também. Porém, elas tem algumas vantagens como isenção de anuidade, de taxa de registro e até de ART's.

Espero ter esclarecido a dúvida.

Atte.

Ana Paula Afinovicz Crea- PR

----Mensagem original----

De: Licitação Arapoti [mailto:<u>licitacao@arapoti.pr.gov.br</u>] Enviada em: segunda-feira, 29 de agosto de 2016 10:02

Para: Ana Paula Afinovicz Assunto: CONSULTA / INFORMAÇÃO

Bom Dia,

Venho através deste solicitar de Vossa Senhoria, informações quanto ao Registro junto ao CREA/PR.

Primeiramente, temos dúvidas se a empresa MEI (Micro Empresa Individual) que exerce o ramo de atividade de obras é isento de ter Registro no CREA ou é obrigatório.

Sendo o que tínhamos para o momento, agradecemos.

Att.

Paulo Roberto da Silva PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI CHEFE DA DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS (43) 3512-3159

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

Comprovante de Recebimento de Cópia da Decisão da Comissão de Licitação

DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

RECIBO DE ENTREGA DA DECISÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CONVITE Nº 001/2016

PROCESSO Nº 127/2016

Razão Social:	ALEX PAULO DE MELO 98093428968						
Endereço:	RUA GENIPLO PEDROSO, 165, VILA BURRINHO						
CEP:	84.990-000	Cidade: ARAPOTI Esta			Estado:	PR	
Fone:	(43) 9959-7674 Fax:						
CNPJ:	14.878.001	/0001-48	Email: alexpmello@yahoo.com.br				
Pessoa para	a contato:	ALEX PAULO DE MELO					-

Recebemos da Comissão Permanente de Licitação cópia da Decisão da Comissão de Licitação quanto à Primeira Fase de Habilitação do certame, contendo 12 (doze) páginas, o qual terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, para apresentação de recurso.

Data: 30 / 08 / 2016.

ALEX RAULO DE MELO 98093428968

Alex Paulo de Meio



DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

RECIBO DE ENTREGA DA DECISÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CONVITE Nº 001/2016

PROCESSO Nº 127/2016

Razão Social:	ALEX PAULO DE NO	9808040
Endereço:	RUA GENIFILO PEDE	S VILA BURRINHO
чао	000-09013	ARAHOTI Estado: PR
Fone	(43) 0959 7074	Fax:
CNPU:	14 373 001:0001-48	alaxprijeljo@yahoo som br

Recebennos da Connessa Pernanente de Liotação coma na Devisão da Comissau de Liotação quanto a Primeira Fase de Habildação do certaine, contendo 12 (doze) páginas, o qual tora o prazu de 02 (dois) dias úleis inara amesentação de rodurso.

80 100 ptsCl

ALEX PAULO DE MELO 98003426938
Alex Paulo de Meio

DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

RECIBO DE ENTREGA DA DECISÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CONVITE Nº 001/2016
PROCESSO Nº 127/2016

Razão Social:	HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL – EPP							
Endereço:	RUA PEDRO NUNES DE LARA, 467, JARDIM CERES							
CEP:	84.990-000)	Cidade:	ARAPOTI Es			do:	PR
Fone:	(43) 9641-5506 Fax:							
CNPJ:	19.639.120	/0001-61	Email:	: helcioconstrutoracivil@gmail.com				
Pessoa para	ra contato: HELCIO BATISTA DE ALMEIDA							

Recebemos da Comissão Permanente de Licitação cópia da Decisão da Comissão de Licitação quanto à Primeira Fase de Habilitação do certame, contendo 12 (doze) páginas, o qual terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, para apresentação de recurso.

Data: 30 / 08 / 2016.

B DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP

Hélcio Batista de Almeida

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

Declaração de Inexistência de Recurso

Comissão Permanente de Licitação

DECLARAÇÃO

Declaramos pelo presente instrumento, em sessão pública realizada em 26/08/2016, para abertura e julgamento dos envelopes nº 01, contendo os documentos de habilitação, referente ao **processo licitatório nº 127/2016**, do **Convite nº 001/2016**, a comissão de licitação após analisar os documentos, decidiu **REPETIR** o processo licitatório, **RETIFICANDO** o edital de Convite nº 001/2016.

Transcorrido o prazo recursal não houve interposição de recurso com vista a modificar a decisão.

Por ser a mais pura expressão da verdade, firmamos a presente.

Arapoti, 05 de setembro de 2016.

PAULO ROBERTO DA SILVA

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

Termo de Retificação do Edital de Convite nº 001/2016

TERMO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL - I

Pelo presente termo de Retificação do edital do CONVITE Nº 001/2016, cujo OBJETO é a contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no Centro de Convivência do Idoso, atendendo aos princípios que norteiam a Gestão Pública, em face de modificações extremamente necessárias, vem por meio deste. RETIFICAR O EDITAL:

ONDE SE LÊ:

15.4.7.5. Atestado de Visita assinado pelo servidor responsável, conforme modelo do Anexo XV.

LEIA-SE:

15.4.7.5. Atestado de Visita assinado pelo <u>técnico responsável da Secretaria Municipal de</u> <u>Infraestrutura, conforme modelo do Anexo XV.</u>

ONDE SE LÊ:

15.4.8.2. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

SG = Ativo Total

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

LC = Ativo Circulante

Passivo Circulante

15.4.8.3.1. O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui (capital mínimo ou patrimônio líquido) equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

LEIA-SE:



SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

15.4.8.2. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

- LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
 Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo
- SG = Ativo Total
 Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo
- LC = Ativo Circulante
 Passivo Circulante

15.4.8.3.1. O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui (capital mínimo ou patrimônio líquido) equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

15.4.8.2.2. Em se tratando de empresa constituída na condição de MEI (Microempreendedor Individual) estará dispensada de apresentar esta comprovação, que trata este subitem (15.4.8.2 e 15.4.8.2.1).

O presente termo de retificação passa a integrar o instrumento convocatório mencionado no preâmbulo.

As modificações do referido edital, estão disponíveis no site do Município (www.arapti.pr.gov.br) no menu: Links/Licitações (Portal de Transparência).

Os demais itens permanecem como no edital, alterando-se a data de abertura do certame para o dia 30 de setembro de 2016, às 09h00min (Fuso Horário de Brasília – DF).

Arapoti, em 06 de setembro de 2016.

PAULO ROBERTO DA SILVA

-Presidente da CPL-

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

Edital Retificado e Remarcado

<u>Convite</u> 001/2016



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL

CONVITE Nº 001/2016
PROCESSO Nº 127/2016
Razão Social:
CNPJ nº:
Endereço:
E-mail:
Cidade: Estado:
Telefone: Fax:
Pessoa para contato:
Nesta data, () RECEBEMOS e ou () FIZEMOS o download do instrumento convocatório acima identificado no endereço eletrônico: http://www.arapoti.pr.gov.br .
Local:,dede 201
Assinatura

Senhor Licitante

Visando comunicação futura entre esta COMISSÃO DE LICITAÇÃO e esse FORNECEDOR, solicitamos preencher o recibo de entrega/retirada de edital e remeter à Comissão de Licitação por meio do fax (43) 3512-3000 ou através de e-mail licitacao@arapoti.pr.gov.br. A não remessa do recibo exime-nos da comunicação de eventuais retificações no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO CONVITE Nº 001/2016 PROCESSO Nº 127/2016

O Município de Arapoti, com sede na Rua Placidio Leite, 148, Bairro Centro Cívico - Arapoti/PR, através do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, torna público, para conhecimento dos interessados, que de acordo com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, Decreto 4.030, de 07 de janeiro de 2016, realizará Licitação Pública na Modalidade de Convite, tipo MENOR PREÇO, na forma de EXECUÇÃO INDIRETA, em regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, objetivando a contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no Centro de Convivência do Idoso, conforme autorização do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, constante no Processo Licitatório nº 127/2016 e condições estabelecidas neste Edital.

1. EDITAL E SEUS ANEXOS

1.1. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no site www.arapoti.pr.gov.br, poderá ser lido e/ou obtido no endereço eletrônico: licitacao@arapoti.pr.gov.br, e também poderá ser retirado diretamente na Divisão de Licitação e Compras, localizada no 1º (primeiro) andar do Edifico do Centro Administrativo Municipal – CAM, na Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, Bloco D, Salas 60, 61, 62, 63 ou 64, no Bairro Centro Cívico, em Arapoti, Paraná, CEP 84.990-000, de 2ª, 3ª, 4ª e 5ª feira das 08h00mim às 11h30min e das 13h00min às 17h30min e 6ª feira das 08h00mim às 11h30min e das 13h00min às 16h00min, até o segundo dia útil imediatamente anterior à data de que trata o **subitem 2.1** deste edital.

2. PROTOCOLO DOS ENVELOPES E INÍCIO DA SESSÃO

2.1. HORÁRIO, DATA E LOCAL para ENTREGA e PROTOCOLO do ENVELOPE Nº 1 (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO) e do ENVELOPE Nº 02 (PROPOSTA DE PREÇOS, para realização da sessão de abertura do certame, conforme tabela abaixo:

PROTOCOLO DOS ENVELOPES

HORÁRIO: Até as 08h30min

DATA: Do dia 30 de setembro de 2016.

LOCAL: No 1º (primeiro) andar do Edifício do Centro Administrativo Municipal - CAM, na Divisão

de Licitação e Compras, no Bloco "D", salas 60, 61, 62, 63 ou 64.

ENDEREÇO: Rua Ondina Bueno de Siqueira, nº 180, Centro Cívico, Arapoti, Paraná, CEP 84.990-000.

CONTATO: Fone: (43) 3512-3159 / 3160 / 3162 / 3032 / 3033 – E-mail: licitacao@arapoti.pr.gov.br.

ABERTURA DOS ENVELOPES E INÍCIO DA SESSÃO

INÍCIO: As 09h00min.

DATA: Do dia 30 de setembro de 2016.

LOCAL: No 1º (primeiro) andar do Edifício do Centro Administrativo Municipal – CAM, na Sala de



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

Licitações.

ENDEREÇO: Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, Centro Cívico, Arapoti, Paraná.

CONTATO: Fone: (43) 3512-3159 / 3160 / 3162 / 3032 / 3033 – E-mail: licitacao@arapoti.pr.gov.br.

3. DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

3.1. As planilhas, memoriais, projetos e detalhamentos, encontram-se disponível na Divisão de Licitação e Compras, na Rua Ondina Bueno Siqueira, 180, Bloco D, Salas 60, 61, 62, 63 ou 64, Centro Cívico, Arapoti/PR, CEP 84.990-000 e poderão ser retirados mediante a apresentação de dispositivos de armazenamento de dados (CD/RW ou Pendrive).

4. COMUNICAÇÃO ENTRE AS LICITANTES E COMISSÃO

4.1. A comunicação entre as licitantes e a Comissão de Licitação se processará através de correspondência dirigida ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL, encaminhada por meio de correio eletrônico (licitacao@arapoti.pr.gov.br), ou ainda, protocolizada diretamente na Divisão de Licitação e Compras, no 1º (primeiro) andar do Edifico do Centro Administrativo Municipal — CAM, na Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, no Bloco D, Salas 60, 61, 62, 63 ou 64, no Bairro Centro Cívico, em Arapoti, Estado do Paraná, CEP 84.990-000, de 2ª, 3ª, 4ª e 5ª feira das 08h00mim às 11h30min e das 13h00min às 17h30min e 6ª feira das 08h00mim às 11h30min e das 13h00min às 16h00min, de forma escrita.

4. OBJETO

- 4.1. A presente licitação tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no Centro de Convivência do Idoso, mediante o regime empreitada por preço global, conforme especificações constantes no Memorial Descritivo ANEXO I, que é parte integrante deste Edital.
- 4.2 A licitação compõe-se de item único, conforme tabela constante do Memorial Descrítivo ANEXO I, sagrando-se vencedor o licitante que ofertar o **menor preço**.
- 4.3. **Local dos Serviços**: Prédio do CRAS Central e no Prédio do Centro de Convivência do Idoso, situado na Rua Telêmaco Carneiro, nº 362, Bairro Centro, neste Município.
- 4.4. Todos os serviços deverão atender fielmente os projetos, cronograma e especificações constantes dos Anexos deste Edital, bem como, normas e legislações em vigor.

5. DATA, HORÁRIO, PROTOCOLO E LOCAL DA LICITAÇÃO

- 5.1. A empresa interessada deverá PROTOCOLAR os 02 (dois) ENVELOPES contendo a PROPOSTA DE PREÇOS e os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO até às 08h30min, do dia 30 de setembro de 2016, na sede da Divisão de Licitação e Compras, localizado no Centro Administrativo Municipal CAM, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, 180, Bloco D, Salas 60, 61, 62, 63 ou 64, Centro Cívico, Arapoti-PR, CEP 84.990-000, de 2ª, 3ª, 4ª e 5ª feira das 08h00mim às 11h30min e das 13h00min às 17h30min e 6ª feira das 08h00mim às 11h30min e das 13h00min às 16h00min.
- 5.2. O INÍCIO DA SESSÃO e a ABERTURA DOS ENVELOPES contendo a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO está previsto para às 09h00min, do dia 30 de setembro de 2016, na Sala de Licitações,

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

localizada no Centro Administrativo Municipal – CAM, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, 180, Centro Cívico, Arapoti-PR.

- 5.3. A **ABERTURA DOS ENVELOPES** contendo a **PROPOSTA DE PREÇOS** poderá ser feita na mesma data informada no subitem anterior, desde que ultrapassada a fase de habilitação e caso haja renúncia do direito de recurso pelas licitantes que apresentarem seus documentos habilitatórios.
- 5.4. A ENTREGA e PROTOCOLO dos ENVELOPES de HABILITAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇOS deverá ser realizada EXCLUSIVAMENTE no endereço constante no subitem 4.1 deste Edital.
- 5.5. Para aferição do **HORÁRIO** de **ENTREGA DOS ENVELOPES**, será considerado o anotado no comprovante de protocolo emitido pela Comissão de Licitação.
- 5.6. Em hipótese alguma será concedido prazo suplementar para apresentação dos envelopes, ou permitida a sua alteração ou substituição do conteúdo, ou ainda, a correção do que constar nos documentos e propostas.
- 5.7. Não serão aceitos envelopes abertos ou propostas entregues via e-mail ou fac-símile.
- 5.8. Expirado o horário estipulado para protocolo dos envelopes, não será recebido qualquer envelope, quer seja referente à Habilitação ou à Proposta de Preços.
- 5.9. Os licitantes interessados em participar do certame não necessitam encaminhar seus representantes legais para ENTREGAR OS ENVELOPES com a DOCUMENTAÇÃO e as PROPOSTAS, podendo, inclusive, encaminhá-los VIA CORREIO ou OUTRO MEIO SIMILAR DE ENTREGA, atentando para as datas e horários finais para recebimento dos mesmos, constantes neste Edital.
- 5.10. A Comissão de Licitações não se responsabiliza pelo meio de entrega dos envelopes de habilitação e propostas escolhido pelo licitante, devendo este, tomar as medidas julgadas necessárias ao acompanhamento e protocolo dos documentos exigidos nesta licitação com prazo hábil a sua participação.

6. TIPO DE LICITAÇÃO E REGIME DE CONTRATAÇÃO

- 6.1. A presente licitação fundamenta-se na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, Decreto 4.030, de 07 de janeiro de 2016, bem como nas demais normas pertinentes e condições estabelecida no presente Edital e em seus anexos.
- 6.2. A presente licitação será do tipo "**MENOR PREÇO**", conforme disposto no Art. 45, §1°, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada.
- 6.3. A execução dos serviços será sob o **Regime de Empreitada por Preço Global**, conforme composição de preços unitários, constante da planilha, apresentada pela licitante vencedora em sua proposta de preços.

7. INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

7.1 A comprovação do **Capital Social** ou **Patrimônio liquido**, integralizado e registrado na forma da lei, de valor igual ou superior ao estabelecido no **subitem 7.2.2**, para proponente brasileira ou valor equivalente na moeda do país de origem para empresa estrangeira, considerada para a conversão a taxa de câmbio, tipo comercial, para venda estabelecida pelo Banco Central em vigor 30 (trinta) dias anteriores à data limite estabelecida para o recebimento das proposta (envelopes n°01 e n°02) pela Comissão;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

- 7.2.1. O Capital Social será equivalente a 10 % (dez por cento) do valor estimado para a contratação, conforme determina o § 3º, Art. 31 da Lei 8.666/93.
- 7.2.2. Capital Social ou Patrimônio Liquido: Mínimo de R\$: 1.108,94, ou seja: ≥ R\$: 1.108,94.
- 7.2.3. O valor do capital social poderá ser atualizado pela proponente, para a data limite estabelecida para o recebimento das propostas (envelopes nº1 e nº 2), através de índices oficiais específicos para o caso.

VALOR MÁXIMO, PRAZO DE EXECUÇÃO E PRAZO CONTRATUAL 8.

- 8.1. O VALOR MÁXIMO ESTIMADO para os serviços, objeto do presente Edital será de R\$ 11.021,26 (ONZE MIL, VINTE E UM REAIS E VINTE E SEIS CENTAVOS).
- O PRAZO MÁXIMO para a CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS será de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data do 5º (quinto) dia da assinatura do contrato.
- O PRAZO DE VIGÊNCIA do CONTRATO será de 90 (noventa) dias corridos, contados da data da assinatura do contrato.

9. **RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

A disponibilidade orçamentária e financeira para atender a execução dos serviços decorrentes desta Licitação, estão previstas no seguinte enquadramento:

Orgão: 11 Secretaria Municipal de Assistência Social.

Unidade Executora: 11.001 Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

Funcional Programática: 08.244.0002.2059 Manutenção do Programa Bolsa Família.

Elemento de despesa: 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Fonte: 00795 Programa Bolsa Família.

10. INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

- 10.1. As informações e os esclarecimentos de dúvidas quanto ao Edital e seus Anexos, poderão ser solicitados pelo e-mail licitacao@arapoti.pr.gov.br, telefones: (43) 3512-3159, (43) 3512-3160, (43) 3512-3162, (43) 3512-3032 e (43) 3512-3033, ou por expediente protocolado, dirigido à Comissão Permanente de Licitação - CPL, situada a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, Bloco D, Salas 60, 61, 62, 63 ou 64, Bairro Centro Cívico, Cidade Arapoti, Estado Paraná, CEP 84.990-000, de 2ª, 3ª, 4ª e 5ª feira das 08h00mim às 11h30min e das 13h00min às 17h30min e 6ª feira das 08h00mim às 11h30min e das 13h00min às 16h00min.
 - a) As informações e esclarecimentos solicitados e prestados de forma verbal não integrarão este Edital;
 - A CPL prestará de forma escrita as informações e esclarecimentos assim formulados e desde que recebidos até o 3º (terceiro) dia útil, inclusive, anterior à data de entrega dos envelopes de DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e da PROPOSTA DE PREÇOS, indicada no subitem 5.1 deste Edital;
 - c) Os esclarecimentos prestados à solicitante serão estendidos às demais licitantes adquirentes do Edital até o 1º primeiro dia útil imediatamente anterior à data que trata o subitem 5.1.



****** 2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

- d) Será da responsabilidade das empresas requererem à Comissão Permanente de Licitação a confirmação do recebimento dos pedidos de informações e/ou esclarecimentos solicitados através de fax ou endereço eletrônico;
- 10.2. As informações e esclarecimentos prestados de forma escrita às empresas licitantes, bem como eventuais alterações no edital, estarão disponíveis no site www.arapoti.pr.gov.br, e comunicadas diretamente às empresas que enviaram os recibos de retirada/entrega do edital, não podendo as licitantes, em qualquer hipótese, alegarem desconhecimento dos mesmos.

11. PARTICIPAÇÃO

11.1. PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO:

a) Poderão participar, além das empresas convidadas pelo Município de Arapoti, os demais interessados do ramo correspondente ao objeto do presente certame, que manifestarem seu interesse com antecedência mínima de até 24 horas da apresentação das propostas.

11.2. A PARTICIPAÇÃO NA PRESENTE LICITAÇÃO IMPLICA PARA A LICITANTE:

- a) A aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste edital e de seus anexos;
- A observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor;
- c) A responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.
- 11.3. Nesta licitação só poderão se manifestar, em nome da empresa interessada, a pessoa por ela credenciada, nos termos do **item 13** deste edital.
 - 11.3.1. Nenhuma pessoa, mesmo munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa junto a Prefeitura Municipal de Arapoti, nesta licitação, sob pena de exclusão sumária das licitantes representadas.

12. NÃO PODERÁ PARTICIPAR

12.1. NÃO PODERÁ PARTICIPAR DA PRESENTE LICITAÇÃO:

- a) Consórcio de empresas sob nenhuma forma;
- b) Empresa declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;
- c) Empresa impedida de licitar e contratar com o Município de Arapoti;
- d) Empresa que se encontra sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução e liquidação;
- e) Empresa cujos sócios, diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo, sejam servidores ou empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Prefeitura Municipal de Arapoti;
- f) Empresa cujos sócios, diretores, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo que pertençam, ainda que parcialmente, a outra empresa que esteja participando desta licitação;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

- f.1) Caso constatada, ainda que a posteriori, tal situação, a empresa licitante será inabilitada, ficando esta e seus representantes incursos nas sanções previstas no art. 90 da Lei 8.666/93, consolidada.
- g) Empresa inadimplente com o Município de Arapoti;
- h) Empresas prestadoras de serviços que tenham como sócios, gerentes ou diretores, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, de membros da Prefeitura Municipal de Arapoti, conforme o disposto na Súmula Vinculante nº 13, editada pelo Supremo Tribunal Federal, Acórdão nº 2745/2010 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Prejulgado nº 09 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

13. REPRESENTANTE E DO CREDENCIAMENTO

- 13.1 Durante as reuniões de abertura e julgamento dos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** e das **PROPOSTAS DE PREÇOS** desta licitação, somente poderá se manifestar e atuar em nome da empresa licitante a pessoa por ela credenciada, mediante contrato, documento previsto no **ANEXO V** ou procuração com tal atribuição e portadora do respectivo documento de identidade.
 - 13.1.1. Pessoa credenciada mediante "CONTRATO": Quando a mesma for proprietária, sócia ou dirigente da empresa licitante, cujo ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor apresentado como DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO / HABILITAÇÃO JURÍDICA lhe dá poderes para exercer tais direitos e assumir obrigações.
 - 13.1.2. Pessoa Credenciada mediante "**PROCURAÇÃO**": Quando a mesma for legalmente constituída por intermédio de instrumento público ou particular de procuração, esse último com firmas reconhecidas em cartório dos outorgantes, que lhe expresse poderes para exercer tais direitos e assumir tais obrigações.
 - 13.1.3. Pessoa credenciada por empresa licitante, nos moldes do **ANEXO V** do presente edital, com assinatura do(s) sócio(s) ou representante(s) legal(is) da empresa participante, para a licitação em comento, com firmas reconhecidas em cartório.
- 13.2. O credenciado deverá apresentar junto aos documentos informados acima, cédula de identidade ou outro documento de identificação oficial.
- 13.3. Cada representante legal/credenciado deverá representar apenas uma empresa licitante.
- 13.4. A não apresentação do credenciamento na forma supra não inabilitará a licitante, mas impedirá o seu representante de se manifestar e responder em seu nome, facultando-se-lhe, no entanto, o acompanhamento das reuniões.

14. DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

- 14.1. Caso o licitante queira **usufruir dos benefícios** para **MICROEMPRESAS** ou **EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**, previstos na Lei Complementar nº 123/06, Alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, deverá apresentar documentação comprobatória dessa condição, por meio de um dos seguintes documentos:
 - a) **certidão simplificada** emitida e registrada pela respectiva junta comercial, devidamente atualizada, ou seja, com data não superior a 90 dias; ou
 - b) declaração do contador, atestando que se enquadra como Microempresa Individual, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme modelo de sugestão do Anexo IX.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

- 14.2. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado das **MICROEMPRESAS** ou **EMPRESAS** DE **PEQUENO PORTE**, o licitante que se enquadrar em qualquer das vedações do artigo 3°, parágrafo 4°, da Lei Complementar n° 123, de 2006 e, portanto, não deverá apresentar a respectiva declaração.
- 14.3. A declaração falsa relativa ao enquadramento na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte para fins de fruição dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, sujeitará o licitante, nos termos da Lei nº 8.666/93, à sanção de impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 2 (dois) anos, como também caracteriza o crime previsto no art. 299 do Código Penal, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

15 ORGANIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE 01

15.1. Os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, exigidos neste edital, deverão ser apresentados em uma única via, em envelope opaco e lacrado, contendo as seguintes indicações no seu anverso:

- 15.2. Os proponentes deverão apresentar os documentos do **ENVELOPE Nº 1** em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial, com exceção dos que forem retirados da internet que deverão estar com prazo de validade em vigor.
- 15.3. A inversão de qualquer documento nos envelopes acarretará a exclusão sumária da licitante no certame.
- 15.4. O ENVELOPE Nº 1 deverá conter para a HABILITAÇÃO DO LICITANTE, os DOCUMENTOS, a seguir transcrita, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO/INABILITAÇÃO:

15.4.1. <u>Documentação relativa à Habilitação Jurídica (Art. 28):</u>

- **15.4.1.1**. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;
- **15.4.1.2**. para as sociedades empresárias ou empresas individuais de responsabilidade limitada EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- **15.4.1.3**. em se tratando de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- **15.4.1.4**. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

- 15.4.1.5. inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 15.4.1.6. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País:
- 15.4.1.7. os atos constitutivos das empresas licitantes deverão estar acompanhados dos demais documentos aditivos e modificativos do seu texto ou, preferencialmente, da respectiva consolidação.

15.4.2. Documentação relativa à Regularidade Fiscal E Trabalhista (Art. 29):

- 15.4.2.1. Prova de inscrição da proponente no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- 15.4.2.2. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal nº 8.212/1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa;
- 15.4.2.3. Certidão Negativa de Tributos Estaduais ou Certidão Positiva com efeito Negativo, expedida pela Fazenda Estadual da sede da licitante, e a do Estado do Paraná, quando a sede da empresa for localizada em outro estado;
- 15.4.2.4. Certidão Negativa de Tributos Municipais ou Certidão Positiva com efeito Negativo, expedida pela Fazenda Municipal da sede da licitante;
- 15.4.2.5. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço -CRF/FGTS:
- 15.4.2.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), prova de inexistência de débitos inadimplidos perante da Justiça do Trabalho.
- 15.4.3. Nos termos dos Arts. 42 e 43 da Lei Complementar 123/2006, e Art. 43 §1º da Lei Complementar 147/2014, as microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de Regularidade Fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
- 15.4.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- A não-regularização da documentação, no prazo previsto alínea "b" deste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- Se as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte desatender a habilitação pedida 15.4.6. quanto a Habilitação Jurídica, Qualificação Técnica, Qualificação Econômica e Outras Comprovações, estará automaticamente INABILITADA.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

15.4.7. <u>Documentação relativa à Qualificação Técnica (Art. 30):</u>

- **15.4.7.1.** Registro ou inscrição da empresa licitante, que indique estar habilitada a exercer as suas atividades, expedida pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) do Estado em que possui registro, em plena validade;
 - **15.4.7.1.1.** Na hipótese da licitante ser declarada vencedora e não possuir registro ou visto no CREA do Paraná, deverá providenciá-lo antes da assinatura do contrato, sob a pena de serem aplicadas as sanções para inadimplência total.
- **15.4.7.2**. Indicação do(s) Responsável(is) Técnico(s) para o acompanhamento dos serviços, objeto da presente licitação, **conforme modelo do Anexo XIII**;
- **15.4.7.3**. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame:
 - a.1. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social CTPS (das seguintes anotações: identificação do seu portador, da página relativa ao contrato de trabalho) e cópia da ficha ou livro de registro de empregado;
 - a.2. Cópia do Contrato Social, em sendo o profissional integrante do quadro societário do licitante;
 - a.3. Cópia do Contrato Social em se tratando de empresa LTDA, ou cópia da ata de eleição devidamente publicada, em se tratando de Sociedade, em se tratando de Diretor;
 - a.4. Cópia de Contrato de Prestação de Serviço regido pela legislação civil, celebrado entre o profissional e o licitante;
 - a.5. Declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.
 - 15.4.7.3.1. No decorrer da execução da obra, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.
- **15.4.7.4**. Declaração da Licitante de que recebeu os documentos relacionados nas Condições Específicas de Licitação deste edital, firmada por seu representante legal e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da Licitação, **conforme modelo do Anexo VI**;
- **15.4.7.5**. Atestado de Visita assinado pelo técnico responsável da Secretaria Municipal de Infraestrutura, **conforme modelo do Anexo XV**.
 - 15.4.7.5.1. A vistoria será acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda à quinta-feira, das <u>08h30min às 11h00min</u> e das <u>13h30min às 17h00min</u> e na sexta-feira das <u>08h30min às 11h00min</u> e das <u>13h30min às 15h30min</u>, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (43) 3512-3113/3116;
 - 15.4.7.5.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura dos envelopes;



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

15.4.7.7.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria;

15.4.7.7.4. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pendrive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

15.4.8. <u>Documentação relativa à Qualificação Econômico-Financeira (Art. 31):</u>

- **15.4.8.1**. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de **90 (noventa) dias** contados da data da sua apresentação;
- 15.4.8.2. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

- 15.4.8.2.1. O licitante que apresentar índices econômicos **iguais ou inferiores** a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui (capital mínimo ou patrimônio líquido) equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.
- 15.4.8.2.2. Em se tratando de empresa constituída na condição de MEI (Microempreendedor Individual) estará dispensada de apresentar esta comprovação, que trata este subitem (15.4.8.2 e 15.4.8.2.1).
- **15.4.8.3**. Comprovação de Capital Social ou Patrimônio Liquido não inferior ao exigido no **subitem 7.2.2** deste edital.

15.4.9. Outras Comprovações (Obrigatórias):

15.4.9.1. Declaração de sujeição ao edital e inexistência de fatos superveniente impeditivos da habilitação, **conforme modelo do Anexo VII**;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

- **15.4.9.2**. Declaração de inexistência no quadro funcional da empresa de menor de 18 (dezoito) anos, **conforme modelo do Anexo VIII**;
- **15.4.9.3**. Declaração que não existe em seu quadro de empregados servidores públicos da contratante, **conformo modelo do Anexo X**:
- **15.4.9.4**. Declaração de que não tem servidor público em seu quadro de empregados, **conformo modelo do Anexo XI**;
- **15.4.9.5**. Declaração de responsável legal, caso a licitante seja vencedora da licitação, comprometendo a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e, para esse fim, fornecemos os seus dados, **conforme modelo do Anexo XVII**.
- 15.4.10. Os documentos que, em seu corpo, não constar a validade somente será considerado válido, para efeito desta licitação, quando expedidos até **90 (noventa) dias** antes da data de abertura dos envelopes da Habilitação ressalvada a hipótese do licitante comprovar que o documento tem prazo superior ao convencionado, mediante juntada de norma legal pertinente.
- 15.4.11. As licitantes que não apresentarem em forma legal e em perfeitas condições a documentação exigida neste item, serão consideradas inabilitadas e excluídas das fases subseqüentes da Licitação, sem direito a qualquer reclamação ou indenização.
- 15.4.12. A ausência de alguma informação em documento exigido poderá ser suprida pela própria Comissão de Licitações, se os dados existirem em outro documento.
- 15.4.13. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital de Licitação perante a Administração a licitante que os tendo aceitado sem objeção, venha a apontar, depois da abertura dos envelopes de habilitação, falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- 15.4.14. A impugnação de que trata o item acima, se houver, deverá ser apresentada de conformidade com artigo 41, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subseqüentes.
- 15.4.15. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos exigidos neste Edital e seus anexos.

16. ORGANIZAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS - ENVELOPE 02

- 16.1. A proposta, apresentada no **ENVELOPE Nº 2**, será redigida no idioma pátrio, impressa, rubricada em todas as suas páginas e ao final firmada pelo representante legal da empresa licitante, sem emendas, entrelinhas ou ressalvas, devendo conter.
- 16.2. As **PROPOSTAS DE PREÇOS** devem ser postas em envelope opaco e lacrado, contendo as seguintes indicações no seu anverso:

ENVELUPE N° 02 - PROPOSTA DE PREÇOS
Edital de CONVITE nº 001/2016
Prefeitura Municipal de Arapoti
Proponente:
CNPJ:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

- 16.3. O **ENVELOPE № 02** deverá conter todos os documentos a seguir relacionados, que ao final deverão estar assinado(s) pelo representante legal da empresa (indicação do responsável e assinatura), **sob pena de desclassificação**:
 - 16.3.1. **Proposta de Preços**, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, apresentada **conforme modelo do ANEXO XII**, constando, dentre outros, os seguintes elementos:
 - a) Nome da empresa e CNPJ;
 - b) Preço total da proposta, em algarismos e por extenso;
 - Prazo de execução da obra/serviços, que não deverá ser superior ao estipulado no item "5" das Condições Específicas;
 - d) Prazo de validade da proposta igual ou superior a **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data prevista para a abertura dos envelopes.
- 16.4. O licitante deverá apresentar junto à proposta de preços, **PLANILHA ORÇAMENTÁRIA** de **forma impressa**, obrigatoriamente de acordo com características técnicas, unidades, quantidades, valores unitários e totais, conforme modelo do Anexo II.
 - 16.4.1. A Planilha Orçamentária deverá estar assinada pelo representante legal da proponente.
- 16.5. O licitante deverá apresentar junto à proposta de preços, **CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO** de **forma impressa**, detalhada, em parcelas mensais, contendo valores simples e acumulada, totalizada horizontal e verticalmente, por etapas de serviços, conforme modelo do Anexo III.
 - 16.5.1. O Cronograma Físico Financeiro deverá estar assinada pelo representante legal da proponente.
 - 16.5.2. O cronograma físico financeiro servirá como base também para os pagamentos, acompanhamento da evolução dos serviços e eventual indicativo de atraso, passível de sanções.
- 16.6. Os preços unitários contratuais serão os constantes da Planilha, Quadro de Quantidades e Preços Unitários (propostos), com base na PLANILHA ORÇAMENTÁRIA. Os preços unitários apresentados pelos licitantes não poderão exceder os constantes na planilha orçamentária de referência, sob pena de desclassificação.
- 16.7. O valor máximo estimado para os serviços, objeto desta licitação, conforme especificado no **subitem 8.1** corresponde ao total da Planilha Orçamentária Global.
- 16.8. O Cronograma Físico Financeiro serve de mera referência ao licitante, sendo de sua exclusiva responsabilidade prever adequadamente as etapas do objeto.
- 16.9. Todos os dados informados pelo licitante em sua Planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.
- 16.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pela Comissão, desde que não haja majoração do preço proposto.
- 16.11. Os preços unitários propostos deverão incluir, além dos custos dos materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra necessários aos serviços, todas as despesas diretas e indiretas, custo de teste de controle tecnológico dos materiais empregados, leis sociais etc. Os mesmos são inalteráveis e incluem todos os custos, diretos e indiretos, encargos trabalhistas, previdenciários, civis, fiscais e comerciais e constituem a única remuneração pela execução dos trabalhos contratados.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

16.12. Mediante solicitação por escrito do proponente, a Comissão de Licitação disponibilizará a Proposta de Preços (arquivo Word), Planilha Orçamentária (arquivo Excel) e o Cronograma Físico Financeiro (arquivo Excel), através do contato (43) 3512-3000/3001 ou e-mail: licitacao@arapoti.pr.gov.br.

17. ABERTURA E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 17.1. No dia, na hora e no local fixado neste edital, a Comissão de Licitação apresentará os envelopes fechados e inviolados, de cada proponente; rubricará, juntamente com os representantes que assim o desejarem, o envelope nº 02, que contém a proposta de preços, e procederá à abertura do envelope nº 01, que contém a documentação que será submetida ao exame da Comissão de Licitação e das proponentes interessadas.
- 17.2. Após a apresentação do **envelopes nº 01 e nº 02**, o representante da proponente, se não for membro integrante da diretoria e querendo participar ativamente (com poderes legais para representar à proponente) da sessão, deverá apresentar à Comissão de Licitação à **CREDENCIAL**, juntamente com o seu documento de identificação pessoal.
- 17.3. Uma mesma **pessoa não poderá representar mais de uma proponente** sob pena de inabilitação das proponentes que o mesmo representa.
- 17.4. Aberto os envelopes referentes aos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, o seu conteúdo será examinado e rubricado pelos representantes das empresas e pelos membros da Comissão Permanente de Licitação.
- 17.5. Após examinados os documentos, um único representante legal de cada empresa, devidamente credenciado, poderá usar da palavra para solicitar esclarecimentos, registrar protestos ou observações, sendo tudo registrado em ata no momento da reunião.
- 17.6. Registradas as devidas observações, a Comissão examinará os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO das empresas dando ciência aos interessados dos resultados da análise.
- 17.7. Caso a Comissão julgue necessário, a reunião poderá ser suspensa para posterior analise e julgamento dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, desde que tomadas às seguintes providências:
 - 17.7.1.1 Todos os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO das licitantes, deverão ser rubricados pelos membros da Comissão e representantes credenciados, ficando em poder da Comissão até que seja concluída a fase de habilitação.
- 17.8. O resultado do julgamento dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO das licitantes será comunicado as mesmas pela CPL, através de publicação no Diário Oficial do Município de Arapoti.
- 17.9. Invocando os princípios da razoabilidade e da ampla competição e privilegiando o interesse público, a Comissão poderá admitir defeitos na documentação apresentada pelos licitantes desde que estes se configurem como vícios considerados meramente formais, assim entendidos aqueles que não venham a comprometer a disputa ou o atendimento às necessidades da administração, tais como: ausência de timbre, padrão, modelo, tamanho de fonte, etc.
- 17.10. Será inabilitada a empresa que:
 - a) Deixar de apresentar qualquer documento exigido ou apresentá-lo em desacordo com as exigências do presente Edital e seus Anexos;
 - b) Afrontar qualquer condição editalícia.
 - c) Descumprir as exigências contidas no item 15 deste Edital;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

- 17.11. A Comissão poderá, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente na documentação.
- 17.12. Caso haja discordância de qualquer decisão da CPL, a sessão poderá ser suspensa pelo prazo de **05 (cinco) dias úteis**, com vistas a dirimir as dúvidas surgidas e/ou, se for o caso, para interposição de recursos.
- 17.13. Não havendo manifestação por parte dos proponentes a Comissão encerrará a sessão informando que o resultado do julgamento da habilitação será encaminhado aos interessados pelos meios usuais de comunicação (edital, "fac-símile", publicação na imprensa oficial).
- 17.14. Será lavrada ata circunstanciada da reunião de recepção e abertura das propostas (envelope nº 01 e nº 02), que registrará as reclamações, observações e demais ocorrências, e será assinada pela Comissão de Licitação e pelas proponentes presentes, que assim o desejarem.
- 17.15. A ausência de assinatura em documento emitido pela proponente poderá ser suprida se o representante estiver presente na sessão e possuir poderes para ratificar o ato, devendo tal fato ser registrado em ata.
- 17.16. Se todas as proponentes forem inabilitadas a Comissão de Licitação poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação, conforme disposta no parágrafo 3° do artigo 48 da Lei 8.666/93.
- 17.17. O não comparecimento de um ou mais licitantes não obstará o andamento normal da respectiva fase licitatória.
- 17.18. Nos casos que o licitante não puder mandar um representante legal para a abertura dos envelopes e não tiver o interesse em passar vistas ao processo, poderá mandar, junto aos envelopes das respectivas fases, o **Termo de Renúncia** conforme modelo constante do **ANEXO XVI**.
- 17.19. Caso a Comissão de Licitação conclua o exame dos documentos de habilitação na própria sessão, anunciará o respectivo resultado. Se todas as participantes renunciarem ao prazo para interposição de recurso, quanto à fase de habilitação preliminar, mediante manifestação expressa a constar na respectiva ata que deverá ser assinada por todas as proponentes, a Comissão de Licitação devolverá, mediante recibo ou protocolo, às proponentes inabilitadas os respectivos envelopes nº 2 e procederá à abertura dos envelopes nº 2 das proponentes habilitadas.
- 17.20. Uma vez encerrada a fase da habilitação, o licitante se compromete a não mais desistir da proposta até o encerramento do certame, sob as penalidades da lei. Somente por fundamentação motivo justo decorrente de fato superveniente é que se poderá liberá-lo de continuar no certame.

18. ABERTURA E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 18.1. Na data fixada para a reunião de abertura dos **envelopes nº 2**, a Comissão de Licitação devolverá à proponente não habilitada o respectivo envelope nº 2, fechado e inviolado. Caso a proponente não habilitada não se fizer representar neste ato o envelope nº 2 será devolvido, através dos meios convencionais ou descartá-los ao final do procedimento licitatório após a homologação da licitação.
- 18.2. Iniciados os trabalhos, não caberá desistência de propostas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação.
- 18.3. Desde logo, a CPL, preliminarmente, desclassificará as propostas que não forem apresentadas em papel impresso, ou cujo teor se apresente incompleto ou irregular com relação aos arquivos fornecidos pela Prefeitura Municipal de Arapoti.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

- 18.4. Todas as propostas relativas a cada um dos licitantes serão analisadas e rubricadas pela CPL e a seguir oferecidas aos representantes presentes para exame e rubrica.
- 18.5. Um único representante legal de cada empresa, devidamente credenciado, poderá usar da palavra para solicitar esclarecimentos, registrar protestos ou observações, sendo tudo registrado em ata no momento da reunião.
- 18.6. Concluída a análise das propostas, a Comissão se pronunciará a respeito da classificação ou desclassificação das licitantes. Havendo discordância da posição tomada pela Comissão, as propostas serão reexaminadas, para confirmação ou modificação do posicionamento.
- 18.7. Caso a Comissão julgue necessário, a reunião será suspensa para posterior analise e julgamento da PROPOSTA DE PREÇOS, desde que tomadas as seguintes providências:
 - 18.7.1. Todas as propostas, deverão ser rubricados pelos membros da Comissão e representantes credenciados, ficando em poder da Comissão até que seja concluída a fase de classificação.
- 18.8. O resultado do julgamento da PROPOSTA DE PREÇOS apresentada pelas licitantes, será comunicado as mesmas pela CPL, através de meios eletrônicos e publicação no Diário Oficial do Município de Arapoti ou pela ciência da ata da sessão, por meio de suas assinaturas.
- 18.9. As PROPOSTAS DE PREÇOS que atenderem, na sua essência, aos requisitos definidos neste edital serão verificadas, ajustadas e, se for o caso, corrigidas pela Comissão, na forma indicada a seguir:
 - a) Erro de multiplicação de preço unitário pela quantidade correspondente: será retificado, mantendo-se o preço unitário e a quantidade e corrigindo-se o produto;
 - b) Erro de adição: será retificado, conservando-se as parcelas corretas e corrigindo-se a soma;
 - c) Divergência entre o prazo constante da carta-proposta e o cronograma proposto: será considerado o cronograma proposto, retificando-se o prazo da carta-proposta;
 - d) Havendo descrições de serviços iguais com diferentes preços unitários, a comissão considerará como válido o menor valor dentre eles;
 - e) Havendo divergência entre os valores grafados por algarismos e por extenso, a Comissão considerará como válido o valor que coincidir com o valor total da(s) planilha(s);
 - f) Apresentando valor com mais de duas casas decimais terá o valor desconsiderado no que exceder esse limite.
- 18.10. Serão desclassificadas as propostas que:
 - a) Apresentem omissões, rasuras, erros substanciais ou que desatendam as condições exigidas;
 - b) Contiverem preços globais excessivos ou manifestamente inexequíveis;
 - b.1) Considerar-se-ão excessivos os preços globais que ultrapassem os valores orçados pela Prefeitura;
 - b.2) Considerar-se-ão manifestamente inexequíveis, os preços que se enquadrarem nos critérios estabelecidos no Art. 48, § 1º, da Lei nº 8.666/93, consolidada.
 - c) Apresentarem preços globais ou unitários nulos, e/ou simbólicos, irrisórios ou de valor zero ou, ainda, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado da região, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração conforme Art. 44 § 3° da Lei 8.666/93 consolidada.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

- d) Apresentarem divergência entre o valor total da(s) planilha(s) e o valor constante da proposta de preços, caso não aceite a utilização do menor valor informado para ambos, ou seja, tanto para o valor total da(s) planilha(s) quanto para o valor informado na proposta de preços.
- e) Aceitando a condição acima descrita, será constado em ata o valor e a concordância da empresa, a qual deverá, caso seja necessário adequar no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a(s) planilha(s) e a proposta de preços.
- f) Apresentarem preço unitário proposto superior aos estimados constantes da Planilha Orçamentária Global da Prefeitura, caso não aceite substituir o preço unitário proposto pelo preço unitário estimado na Planilha Orçamentária da Prefeitura.
- g) Não atenderem outras exigências do presente Edital, consideradas desclassificatórias.
- 18.11. A comissão poderá rejeitar todas as propostas apresentadas quando nenhuma delas satisfizer o propósito da licitação ou quando for evidente a inexistência de concorrência ou existência de conluio;
- 18.12. No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito por meio de sorteio em seção pública, com a presença dos membros da CPL, dos representantes das licitantes empatadas que assim o desejarem e demais interessados.
- 18.13. Havendo no certame participação de microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparadas, a mesma poderá usufruir do benefício da Lei Complementar 123/06.
- 18.14. Caso a licitante cuja proposta tenha sido a mais vantajosa não esteja enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparadas, será dada preferência na contratação às empresas assim enquadradas, sendo observado o seguinte procedimento:
 - 18.14.1. Serão consideradas empatadas as propostas apresentadas pelas **microempresas**, **empresas de pequeno porte** ou **equiparadas** cujos valores sejam iguais ou superiores em até 10% (dez por cento) à proposta mais vantajosa.
 - 18.14.2. Ocorrendo à situação descrita no item anterior, a microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparadas mais bem classificada terá o direito de apresentar nova proposta com o valor inferior àquela previamente considerada mais vantajosa, e será considerada detentora da melhor proposta, caso assim o faça.
 - 18.14.3. Em caso de empate ficto, a Comissão convocará o licitante que faz jus ao exercício do direito de preferência para apresentar nova proposta em um prazo de 2 (dois) dias úteis.
 - 18.14.4. Se na situação acima a licitante não fizer uso de sua prerrogativa, serão convocadas as microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas remanescentes, cujas propostas estejam de acordo com os parâmetros estejam fixados neste edital, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito.
- 18.15. Se todas as propostas de preços forem desclassificadas, a Comissão de Licitação poderá fixar o prazo de **8 (oito) dias úteis**, conforme disposta no parágrafo 3° do artigo 48 da Lei 8.666/93.
- 18.16. Atendida às condições fixadas neste Edital, será considerado vencedor da licitação, o licitante que apresentar o **MENOR PREÇO**, assim entendido, aquele que representar o menor valor total, respeitados os valores unitários máximos constantes da Planilha Orçamentária da Prefeitura.
- 18.17. A intimação do resultado final do julgamento das propostas será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

19. IMPUGNAÇÕES,	RECURSOS	ADMINISTRATIVOS	E	OUTRAS
INTERPOSIÇÕES				

19.1. DAS IMPUGNAÇÕES

- a) Qualquer cidadão poderá impugnar este edital por irregularidade na aplicação da legislação vigente, em especial a Lei Federal nº 8.666/93, devendo endereçar o pedido à Comissão Permanente de Licitação e protocolizá-lo até **05 (cinco) dias úteis**, inclusive, antes da data indicada no **subitem 5.1** deste edital.
- b) Qualquer empresa licitante poderá impugnar o edital por irregularidade na aplicação da legislação vigente, em especial da Lei Federal nº 8.666/93, devendo endereçar o pedido à Comissão Permanente de Licitação e protocolizá-lo até **02 (dois) dias úteis**, inclusive, antes da data indicada no **subitem 5.1** deste edital.
- c) Tomar-se-á por base, para efeito de contagem de prazo, a exclusão da data fixada no subitem 5.1 e a inclusão da data do vencimento para o recebimento das impugnações.
- 19.1.1. As impugnações aqui referidas deverão ser protocolizadas diretamente na Divisão de Licitação e Compras, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, 180, Bloco D, Salas 60, 61, 62, 63 ou 64, Centro Cívico, Arapoti, Paraná, de 2ª, 3ª, 4ª e 5ª feira das 08h00mim às 11h30min e das 13h00min às 17h30min e 6ª feira das 08h00mim às 11h30min e das 13h00min às 16h00min.
- 19.1.2. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente, devendo, por conseguinte, entregar os Documentos de Habilitação e a Proposta de Preços à Comissão de Licitação, junto com as outras licitantes, na data, hora e local fixados no subitem 5.1 deste edital.
- 19.1.3. Não serão conhecidas às impugnações encaminhadas por fac-símile, e-mail ou qualquer outro meio que não o previsto no **subitem 19.1 "b"**.

19.2. DOS RECURSOS

- a) Cabe recurso ou representação ou pedido de reconsideração contra os atos da Comissão Permanente de Licitação praticados nesta licitação, que serão processados nos termos e condições dispostos no art. 109 da Lei Federal nº 8.666/1993.
- b) Das decisões proferidas pela Comissão Permanente de Licitação quanto a ato de "habilitação ou inabilitação" de empresa licitante e "julgamento de propostas", caberão recursos a Comissão Permanente de Licitação, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da lavratura da ata ou intimação do ato.
- c) O Recurso Administrativo interposto tanto na fase de habilitação como na fase de classificação e julgamento das propostas, terá efeito suspensivo.
- d) Nenhum prazo de Recurso Administrativo se iniciará ou correrá, sem que os autos do processo estejam com vistas franqueadas aos interessados.
- 19.2.1. Os recursos aqui referidos deverão ser protocolizados diretamente na Divisão de Licitação e Compras, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, 180, Bloco D, Salas 60, 61, 62, 63 ou 64, Centro Cívico, Arapoti, Paraná, de 2ª, 3ª, 4ª e 5ª feira das 08h00mim às 11h30min e das 13h00min às 17h30min e 6ª feira das 08h00mim às 11h30min e das 13h00min às 16h00min.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

19.2.2. Não será conhecida a Impugnação ou o Recurso Administrativo interpostos em desacordo com as condições deste edital.

20. CONTRATAÇÃO

- 20.1. A proponente vencedora deverá assinar o Termo de Contrato, conforme Minuta de Contrato, ANEXO IV, impreterivelmente até 5 (cinco) dias útels após notificada por escrito pela Divisão de Licitação e Compras ao endereço eletrônico (declinado pelo licitante na sua proposta de preços), ofício, ou qualquer outro meio a critério da Contratante.
 - 20.1.1. Esse prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela empresa licitante vencedora durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.
 - 20.1.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o Município de Arapoti para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de **03 (três) dias**, a contar da data de seu recebimento.
- 20.2. No caso de a empresa vencedora não assinar o termo de contrato no prazo e condições acima estabelecidos, o Órgão Licitador poderá convocar as empresas licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei Federal n° 8.666/1993.
- 20.3. O contrato decorrente desta Licitação poderá ser alterado conforme artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 20.4. Por ocasião da celebração do contrato, o licitante vencedor deverá demonstrar a regularidade fiscal (apresentando novamente os documentos exigidos no **subitem 15.4.3** como condição para celebração do ajuste, devendo manter as mesmas condições de habilitação quando da execução do contrato.
- 20.5. A minuta do termo de contrato decorrente desta licitação se encontra transcrita no ANEXO IV Minuta de Contrato.
- 20.6. Sanções administrativas:
 - 20.6.1. Deverão ser aplicadas na forma do disposto no item 26.4 deste edital.
- 20.7. Considerando os propósitos dos **itens 29.1 e 29.1.1** deste Edital, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

21. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

21.1. A Contratada assumirá total responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços, pelo fornecimento de equipamentos, materiais, mão-de-obra, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como por quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados a Contratante ou a terceiros.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

- 21.2. Deverão ser observadas todas as normas técnicas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT, Corpo de Bombeiros de Estado do Paraná e INMETRO na execução dos serviços. Se necessário, devem ser considerados requisitos estabelecidos por entidades estrangeiras congêneres (ASTM, DIN, etc.) para determinados materiais e serviços, quando inexistirem especificações brasileiras correspondentes.
- 21.3. A contratada deverá executar os serviços obedecendo a todas as condições descritas na Minuta de Contrato ANEXO IV e deverão atender fielmente os projetos, cronograma e especificações constantes dos Anexos deste Edital, bem como, normas e legislações em vigor.

22. PAGAMENTOS

22.1. Os pagamentos serão os estabelecidos na Cláusula Quarta da minuta de contrato anexa a este edital (ANEXO IV).

23. CRITÉRIOS DE REAJUSTE

23.1. O valor do contrato será fixo e irreajustável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do índice INCC DI/FGV ou outro que vier a substituí-lo, e afetará exclusivamente as etapas/parcelas do empreendimento cujo atraso não decorra de culpa da contratada.

24. FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL

- 24.1. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada diretamente pela Fiscalização, composta por preposto(s), devidamente credenciados pela Contratante informada no Termo de Contrato.
- 24.2. Os critérios e condições do exercício da fiscalização e do recebimento do objeto contratual são os estabelecidos na Cláusula Sexta da **Minuta de Contrato ANEXO IV** deste Edital.

25. SANÇÕES

- 25.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 a Contratada que inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; ensejar o retardamento da execução do objeto; fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal; ou não mantiver a proposta;
- 25.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - 25.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
 - 25.2.2- Multa pelo atraso injustificado no início da execução dos serviços, no andamento previsto no cronograma ou na conclusão do mesmo, a contratada ficará sujeita à penalidade de multa, a ser calculada pela seguinte equação:

M=V. F.N Onde:

M=valor da multa

V=valor correspondente à fase, etapa ou parcela da obra em atraso.

N=período de atraso em dias corridos

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

F=fator percentual progressivo segundo tabela abaixo:

PERÍODO DE ATRASO EM DIAS CORRIDOS	(%)
1º- Até 10 dias	0,3
2 °- De 11 a 20 dias	0,6
3°- De 21 a 30 dias	0,9
4°- De 31 a 40 dias	1,2
5°- Acima de 41 dias	1,5

- 25.2.3- Multa de 0,1% (zero virgula um por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de reincidência dos motivos determinantes da aplicação da penalidade de advertência;
- 25.2.4- Multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, em cada irregularidade cometida pela empresa e que não gere a inexecução parcial do objeto;
- 25.2.5- Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, quando o atraso injustificado no andamento previsto no cronograma e na conclusão do mesmo, ocasionar a rescisão contratual; e nas demais hipóteses de inexecução parcial do contrato.
- 25.2.6- Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, nos caso de inexecução total do contrato.
- 25.2.7- As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.
- 25.2.8- A multa será cobrada administrativamente pelo Órgão ou, ainda, judicialmente.
 - 25.2.8.1- Quando prestada garantia à execução do contrato, o valor da multa será descontado da garantia, que deverá ser reforçada pela contratada.
 - 25.2.8.2- Se o valor da multa for superior à garantia, a diferença será cobrada administrativamente ou, ainda, judicialmente.
- 25.2.9- Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 25.2.10- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior;
- 25.3. A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.
- 25.4. A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades condições:
 - 25.4.1. Fixa-se a multa de mora em 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), a incidir sobre o valor total atualizado do contrato, ou sobre o saldo atualizado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado.
 - 25.4.2. Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do objeto.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

- 25.4.3. A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no item 26 deste edital e na Lei Federal nº 8.666/93.
- 25.5. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.
- 25.6. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:
 - 25.6.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 25.6.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 25.6.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 25.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 25.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 25.9. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
 - 25.9.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 25.10. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

26. RESCISÃO

26.1. Nas ocasiões e na forma como disposto na Cláusula Décima Quarta da **Minuta de Contrato - ANEXO IV** deste Edital, poderá o Contrato ser rescindido.

27. HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

- 27.1. O julgamento da licitação será submetido à homologação do Prefeito Municipal, que adjudicará o objeto da licitação à empresa vencedora.
- 27.2. O Prefeito Municipal, em despacho fundamentado, poderá revogar a licitação por razões de interesse público e deverá anulá-la de ofício ou por provocação de terceiros, verificada a ocorrência de qualquer ilegalidade.

28. FRAUDE E CORRUPÇÃO

28.1. Os licitantes, fornecedores, empreiteiros e seus agentes (sejam eles declarados ou não), subcontratados, subconsultores, prestadores de serviço e fornecedores, além de todo funcionário a eles vinculado, que mantenham os mais elevados padrões de ética durante a aquisição e execução de contratos:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

- 28.1.1. Define, para os fins desta disposição, os termos indicados a seguir:
 - a) Prática corrupta: significa oferecer, entregar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido a ação de terceiros;
 - **b)** Prática fraudulenta: significa qualquer ato, falsificação ou omissão de fatos que, de forma intencional ou irresponsável induza ou tente induzir uma parte a erro, com o objetivo de obter beneficio financeiro ou de qualquer outra ordem, ou com a intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;
 - c) Prática colusiva: significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um objetivo indevido, inclusive influenciar indevidamente as ações de outra parte;
 - **d) Prática coercitiva**: significa prejudicar ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar indevidamente as ações de uma parte.
 - e) Prática obstrutiva: significa:
 - **e.1)** deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma investigação do Banco de alegações de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada, para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento, ou
 - **e.2)** atos que tenham como objetivo impedir materialmente o exercício dos direitos do Banco de promover inspeção ou auditoria, estabelecidos no parágrafo (28.1.5) abaixo:
- 28.1.2. Rejeitará uma proposta de outorga se determinar que o licitante recomendado para a outorga do contrato, ou qualquer do seu pessoal, ou seus agentes, subconsultores, subempreiteiros, prestadores de serviço, fornecedores e/ou funcionários, envolveu-se, direta ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao concorrer para o contrato em questão;
- 28.1.3. Declarará viciado o processo de aquisição e cancelará a parcela do empréstimo alocada a um contrato se, a qualquer momento, determinar que representantes do Mutuário ou de um beneficiário de qualquer parte dos recursos empréstimo envolveram-se em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de aquisição ou de implementação do contrato em questão, sem que o Mutuário tenha adotado medidas oportunas e adequadas, satisfatórias ao Banco, para combater essas práticas quando de sua ocorrência, inclusive por falhar em informar tempestivamente o Banco no momento em que tomou conhecimento dessas práticas;
- 28.1.4. Sancionará uma empresa ou uma pessoa física, a qualquer tempo, de acordo com os procedimentos de sanção cabíveis do Banco6, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado: (i) para a outorga de contratos financiados pelo Banco; e (ii) para ser designado' subempreiteiro, consultor, fornecedor ou prestador de serviço de uma empresa elegível que esteja recebendo a outorga de um contrato financiado pelo Banco;
- 28.1.5. Os licitantes, fornecedores e empreiteiros, assim como seus subempreiteiros, agentes, pessoal, consultores, prestadores de serviço e fornecedores, deverão permitir que o Banco inspecione todas as contas e registros, além de outros documentos referentes à apresentação das

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

propostas e à execução do contrato, e os submeta a auditoria por profissionais designados pelo Banco.

29. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 29.1. A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 29.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 29.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 29.4. A participação na licitação implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus Anexos, bem como da obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.
- 29.5. Qualquer modificação no instrumento convocatório exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 29.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o **primeiro dia útil** subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação da Comissão em sentido contrário.
- 29.7. É facultada à Comissão ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 29.8. As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 29.9. Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra deste Edital e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos, nos termos do artigo 32, § 5°, da Lei n° 8.666, de 1993.
- 29.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 29.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 29.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.
- 29.13. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão com base nas disposições da Lei nº 8.666, de 1993, e demais diplomas legais eventualmente aplicáveis.
- 29.14. Somente a Comissão Permanente de Licitação está autorizada a prestar, formalmente, informações ou esclarecimento a respeito desta licitação.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

29.15. Será aplicada à prerrogativa disposta no parágrafo 3° do artigo 48 da Lei 8.666/93, o qual dispõe que: "Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo".

29.16. São partes integrantes deste edital os seguintes elementos instrutores, bem como quaisquer adendos posteriores emitidos:

P P P P P P P P P P P P P P P P P P P	ornidado.
Anexo I	Memorial Descritivo;
Anexo II	Planilha orçamentária estimado;
Anexo III	Cronograma físico financeiro;
Anexo IV	Minuta do contrato;
Anexo V	Modelo de carta de credenciamento;
Anexo VI	Modelo de declaração de recebimento de documentos;
Anexo VII	Modelo de declaração de sujeição ao edital e inexistência de fatos supervenientes
	impeditivos da habilitação;
Anexo VIII	Modelo de declaração de inexistência de trabalho de menor;
Anexo IX	Modelo de declaração para microempresa ou empresa de pequeno porte;
Anexo X	Modelo de declaração de não parentesco;
Anexo XI	Modelo de declaração de não servidor público no quadro de empregados da
	empresa;
Anexo XII	Modelo de proposta de preços;
Anexo XIII	Modelo de declaração de responsabilidade técnica;
Anexo XIV	Modelo de capacidade financeira;
Anexo XV	Atestado de visita;
Anexo XVI	Modelo de declaração de renúncia;
Anexo XVII	Modelo de declaração de responsável legal;
Anexo XVIII	Projetos.

Arapoti (PR), 06 de setembro de 2016.

PAULO ROBERTO DA SILVA

Presidente da CPL

ANEXO I

MEMORIAL DESCRITIVO

O arquivo (MEMORIAL DESCRITIVO) estará disponível no site da Prefeitura Municipal no endereço eletrônico www.arapoti.pr.gov.br junto ao edital, ou poderá retirá-lo junto a Comissão de Licitação da Divisão de Licitação e Compras, na Rua Ondina Bueno de Siqueira, 180, Centro Cívico, Arapoti, Paraná, de segunda a quinta-feira das 08h00min às 11h30min e das 13h00min as 17h00min e sexta-feira das 08h00min às 11h30min e das 13h00min as 14h00min.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

ANEXO II

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Demolição de piso de concreto	m²	31,05	39,17	1.216,23
2	Construção de rampas de acessibilidade em concreto com 7 cm de espessura com tela armada de CA-60 a cada 20 cm	m³	31,05	190,00	5.899,50
3	Construção de vigas mestras de concreto com travamento em broca de fundação de 0,6 cm de profundidade	m linear	12,00	89,00	1.068,00
4	Instalação de corrimão metálico de acessibilidade (NBR 9050/2004)	m linear	17,00	149,85	2.547,45
5	Aterro e compactação do solo	m³	1,55	85,00	131,75
6	6 Limpeza do canteiro e das rampas Serv. 1,00 1				158,33
			VA	LOR TOTAL	11.021,26

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

ANEXO III

CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO

ITEM		PRAZO EXECU	COEF.	
	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	30	TOTAL	INFL %
1	Demolição de piso de concreto	100%	1.216,23	11,03%
2	Construção de rampas de acessibilidade em concreto com 7 cm de espessura com tela armada de CA-60 a cada 20 cm	100%	5.899,50	53,53%
3	Construção de vigas mestras de concreto com travamento em broca de fundação de 0,6 cm de profundidade	100%	1.068,00	9,69%
4	Instalação de corrimão metálico de acessibilidade (NBR 9050/2004)	100%	2.547,45	23,11%
5	Aterro e compactação do solo	100%	131,75	1,20%
6	Limpeza do canteiro e das rampas	100%	158,33	1,44%
		TOTAL	11.021,26	100,00%

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

ANEXO XIV

MINUTA CONTRATO

Processo nº 1	27/2016
Convite nº 001	1/2016
Contrato n °_	/20

TERMO	DE	CONT	RATO	DE	OBRA,	QUE
FAZEM	ENTR	E SI C	MUNIC	CÍPIO	DE ARA	APOT
E A EMP	PRESA	\				_

O MUNICIPIO DE ARAPOTI, com sede na Rua Placídio Leite, nº 148, Bairro Centro Cívico, em Arapo
Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o n º 75.658.377/0001-31, neste ato representado pelo Prefei
Municipal, o Senhor BRAZ RIZZI, residente e domiciliado na Rua João Rogenski, nº 290, Bairro Vi
Rudy, em Arapoti, Estado do Paraná, brasileiro, viúvo, portador do RG. nº 882.131-3 expedida pe
SSP/PR, e inscrito no CPF nº 177.929.759-91, doravante denominado CONTRATANTE, e a empres
inscrita no CNPJ/MF sob o nº, sediada na,
, Bairro, Cidade, Estado, doravante designad
CONTRATADA, neste ato representada pelo (a) Sr. (a), portador (a) da Carteir
de Identidade RG. nº, expedida pela SSP/, e inscrito(a) no CPF nº
residente e domiciliado na, nº, Bairro, Cidade, Estac
, tendo em vista o que consta no Processo nº 127/2016 e em observância às disposiçõe
da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, da Lei Complementar nº 123, de 1
de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, resolvei
celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Convite nº 001/2016, mediante as cláusulas condições a seguir enunciadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1- O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no Centro de Convivência do Idoso, mediante o regime empreitada por preço global, que será prestado nas condições estabelecidas no Memorial Descritivo e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Instrumento Convocatório do certame que deu origem a este instrumento contratual.
- 1.2- Este Termo de Contrato vincula-se ao Instrumento Convocatório do Convite nº 001/2016, e seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 2.1- De acordo com o disposto nas cláusulas deste contrato, a fim de atender ao bom desempenho dos compromissos ora assumidos, a **CONTRATADA** obriga-se à:
 - 2.1.1- Se responsabilizar pela preservação do sigilo e pelo uso restrito à execução dos serviços, de informações sensíveis (informações proprietárias) relacionadas a aspectos técnicos, operacionais, comerciais, jurídicos e financeiros da **CONTRATANTE**, a que tenha acesso em decorrência da relação contratual.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

- 2.1.2- Iniciar os serviços de fiscalização no prazo máximo de **05 (cinco) dias** após o recebimento da Ordem de Serviço emitida pela Secretaria Municipal de Infraestrutura;
- 2.1.3- Disponibilizar um aparelho de telefone celular de contato ao responsável técnico que funcione adequadamente no local da obra, de modo a permitir que a Coordenação de Engenharia o contate sempre que necessário.
- 2.1.4- Manter durante toda a execução do contrato, preposto domiciliado em Arapoti, com poderes expressos para responder civil, penal e administrativamente pela contratada. A indicação do preposto deverá ser feita quando da assinatura do contrato;
- 2.1.5- Comunicar ao gestor do contrato da **CONTRATANTE**, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, que venha a afetar o andamento dos trabalhos e prestar os esclarecimentos julgados necessários.
- 2.1.6- Registrar as ocorrências havidas durante a execução do presente contrato, dando ciência a Contratante, respondendo integralmente por sua omissão.
- 2.1.7- Atender no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, quaisquer notificações da Contratante, relativas a irregularidades praticadas por seus empregados, bem como ao descumprimento de qualquer obrigação contratual.
- 2.1.8- Apresentar mensalmente a lista de funcionários envolvidos na prestação do serviço, com sua identificação (nome completo, CPF, CTPS, etc.) e as comprovações de quitação de todos os débitos trabalhistas contratuais e rescisório referentes a estes;
- 2.1.9- Responder pelos postulados vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, bem como assegurar os direitos e cumprimentos de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação específica do setor em que atua, obrigando-se a prestar o serviço em conformidade com os padrões de qualidade e normas expedidas para o setor.
- 2.1.10- Responder pelos danos causados diretamente a Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quanto da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante.
- 2.1.11- Responder por todos os ônus, encargos sociais e trabalhistas, tributos, taxas, seguros, contribuições e indenizações decorrentes da prestação dos serviços.
- 2.1.12 Emitir as Anotações de Responsabilidade Técnica perante o Conselho Profissional ao qual se subordina o profissional responsável técnico, imediatamente após a emissão da Ordem de Serviço e do ato/fato posterior que demande o registro.
- 2.1.13- Responsabilizar-se pelo pagamento de multas e emolumentos cuja incidência se relacione com o serviço objeto contratado.
- 2.1.14- Arcar com todas as responsabilidades decorrentes do objeto licitado, nos termos do Código Civil e do Código de Defesa e Proteção do Consumidor.
- 2.2- A constatação de qualquer procedimento irregular pela **CONTRATADA** implicará na retenção dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, até que seja feita a regularização.
- 2.3- Comunicar ao **CONTRATANTE**, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.
- 2.4- Manter, durante toda execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigida nesta licitação.
- 2.5- Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**.
- 2.6- Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências do CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 3.1- Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por um representante especialmente designado pela autoridade competente da **CONTRATANTE**, nos termos do art. 67 da Lei 8.666/93 e suas alterações.
- 3.2- Permitir acesso dos empregados da contratada às suas dependências, para execução dos serviços referentes ao objeto, quando necessários.
- 3.3- Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da contratada.
- 3.4- Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela empresa contratada, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela **CONTRATANTE**, não devem ser interrompidos.
- 3.5- Emitir, por intermédio da Administração do **CONTRATANTE**, pareceres sobre os atos relativos à execução do contrato, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços, à exigência de condições estabelecidas neste Memorial Descritivo e à proposta de aplicação de sanções.
- 3.6- Tornar disponíveis as instalações e os equipamentos necessários à prestação dos serviços, quando for o caso.

CLÁUSULA QUARTA — DO VALOR, DAS MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS E DA FORMA DE PAGAMENTO

- 4.1- O preço global para a execução do objeto deste Contrato é de R\$ _____ (___valor por extenso___), daqui por diante denominado "VALOR CONTRATUAL".
- 4.2- No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 4.3- O pagamento dos serviços será efetuado pela CONTRATANTE em moeda brasileira corrente, no prazo de até **15 (quinze) dias úteis** dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento das atividades executadas e dos materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 4.4- A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de **05 (cinco) dias**, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.
- 4.5- A Nota Fiscal/Fatura será emitida pela Contratada de acordo com os seguintes procedimentos:
 - 4.5.1- Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia das atividades executadas no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.
 - 4.5.2- Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando as atividades previstas para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executadas em sua totalidade.
 - 4.5.3- Juntamente com a primeira medição, a Contratada deverá apresentar:
 - comprovação de matrícula da obra junto à Previdência Social;
 - ART pela CONTRATADA.

314

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

- 4.5.4- A Contratada apresentará, a cada medição, cópia da guia de recolhimento da Previdência Social GPS do(s) mês(s) de execução por obra(s), devidamente quitada(s), de conformidade com o relatório do SEFIP/GFIP com as folhas detalhadas e resumidas por obra, bem como comprovante(s) de transmissão do(s) arquivo(s) para a Caixa Econômica Federal, e cópia(s) da(s) guia(s) de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS do(s) último(s) recolhimento(s) devido(s), devidamente quitada(s), de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, exclusivo para a(s) obra(s).
- 4.5.4- A Contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.
- 4.5.5- A liberação da última parcela fica condicionada à apresentação:
 - da certidão negativa de débitos, expedida pelo INSS, referente ao objeto contratado concluído;
 - do Termo de Recebimento Provisório.
- 4.6- A Contratante terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data da apresentação da medição, para aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, a medição prévia relatada pela Contratada, bem como para avaliar a conformidade das atividades executadas, inclusive quanto à obrigação de utilização de produtos e subprodutos florestais de comprovada procedência legal.
- 4.7- A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva das atividades executadas.
- 4.8- Após a aprovação, a Contratada emitirá Nota Fiscal/Fatura no valor da medição definitiva aprovada, acompanhada da planilha de medição de serviços e de memória de cálculo detalhada.
- 4.9- O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, acompanhada dos demais documentos exigidos neste instrumento contratual.
- 4.10- O "atesto" da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com as atividades efetivamente executadas, bem como às seguintes comprovações, que deverão obrigatoriamente acompanhá-la:
 - 4.10.1- Do pagamento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social) e da regularidade trabalhista, correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, quanto aos empregados diretamente vinculados à execução contratual;
 - 4.10.2- Da regularidade fiscal, constatada através de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no artigo 29 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 4.11- O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação às atividades efetivamente prestadas e aos materiais empregados.
- 4.12- Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 4.13- Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 4.14- Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

- 4.15- Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 4.16- Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 4.17- Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 4.18- Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.
- 4.19- Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente.
- 4.20- Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei n. 8.212, de 1993.
 - 4.20.1- A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na Lei Complementar n. 123, de 2006.
 - 4.20.2- Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.
- 4.21- Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)

I = (6/100) / 365

I = 0.00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO

- 5.1- O valor do contrato será fixo e irreajustável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do índice INCC DI/FGV ou outro que vier a substituí-lo, e afetará exclusivamente as etapas/parcelas do empreendimento cujo atraso não decorra de culpa da contratada.
- 5.2- Em caso de aditivo contratual em que a vigência do contrato ultrapasse um ano da database da proposta, será efetuado reajuste do contrato com base na aplicação do índice INCC DI/FGV, sobre o saldo remanescente dos serviços, devendo ser aplicado à fórmula a seguir:

SR = S(112/10)

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

R = SR - S

112 = índice INCC-DI/FGV do 12º mês após proposta.

10 = indice INCC-DI/FGV do mês da proposta.

S = saldo de contrato após medição referente ao 12º mês da proposta.

SR = saldo reajustado

R = valor do reajuste

5.3- Os eventuais reajustamentos para garantir o equilíbrio econômico-financeiro deste contrato estarão, ainda, sujeito a leis, medidas provisórias e decretos que venham regular novos procedimentos em função de medidas econômicas de interesse do País e do Estado do Paraná.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

- 6 1- Constituirá motivo de rescisão do Contrato:
 - a) o não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações projetos e prazos definidos para execução dos serviços;
 - b) o desenvolvimento lento na execução do objeto contratual, levando a Fiscalização a comprovar a impossibilidade da sua conclusão no prazo contratual;
 - c) o atraso injustificado no início dos serviços;
 - d) a paralisação da execução do objeto sem justa causa e prévia comunicação à Fiscalização do CONTRATANTE;
 - e) a subcontratação total ou parcial dos serviços contratados sem a anuência prévia do CONTRATANTE; a associação do Contratado com outrem para a execução do objeto contratual; a cessão ou transferência total ou parcial bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas nesta Licitação;
 - f) o desatendimento das determinações da Fiscalização;
 - g) o cometimento reiterado de faltas na sua execução anotadas no Diário de Obras;
 - h) a decretação de falência, a instauração de insolvência civil; ou a dissolução da CONTRATADA;
 - i) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da Contratada, que, a juízo do CONTRATANTE, prejudique a execução do objeto contratual;
 - j) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Prefeito Municipal;
 - k) a supressão, pelo CONTRATANTE, de parte dos serviços contratados, acarretando modificações do valor inicial do contrato além dos limites legais;
 - I) a suspensão de execução do objeto contratual, ordenada por escrito pelo CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras imprevistas, assegurado à Contratada, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
 - m) o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à Contratada direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
 - n) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do objeto;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

- o) o não cumprimento pela CONTRATADA, das obrigações relativas à saúde e à segurança no trabalho dos seus empregados, previstas na Legislação Federal, Estadual e Municipal ou de dispositivos relativos à matéria constantes de acordo, convenção ou dissídio coletivo;
- p) a falta de cumprimento pela CONTRATADA da legislação trabalhista relativa a seus empregados;
- q) a inobservância pela CONTRATADA da legislação relativa à proteção do meio-ambiente;
- r) a falta de comprovação pela CONTRATADA das quitações dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do Contrato.
- 6.2- A rescisão contratual poderá ser:
 - a) determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos em que a legislação assim o permitir;
 - b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da Licitação, desde que haja conveniência;
 - c) judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇOES ADMINISTRATIVAS

- 7.1- Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 a Contratada que inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; ensejar o retardamento da execução do objeto; fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal; ou não mantiver a proposta;
- 7.2- A Contratada que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - 7.2.1- Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
 - 7.2.2- Multa pelo atraso injustificado no início da execução dos serviços, no andamento previsto no cronograma ou na conclusão do mesmo, a contratada ficará sujeita à penalidade de multa, a ser calculada pela seguinte equação:

M=V. F.N Onde:

M=valor da multa

V=valor correspondente à fase, etapa ou parcela da obra em atraso.

N=período de atraso em dias corridos

F=fator percentual progressivo segundo tabela abaixo:

PERÍODO DE ATRASO EM DIAS CORRIDOS	(%)
1º- Até 10 dias	0,3
2º- De 11 a 20 dias	0,6
3 °- De 21 a 30 dias	0,9
4 °- De 31 a 40 dias	1,2
5º- Acima de 41 dias	1,5

- 7.2.3- Multa de 0,1% (zero virgula um por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de reincidência dos motivos determinantes da aplicação da penalidade de advertência;
- 7.2.4- Multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, em cada irregularidade cometida pela empresa e que não gere a inexecução parcial do objeto;



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

- 7.2.5- Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, quando o atraso injustificado no andamento previsto no cronograma e na conclusão do mesmo, ocasionar a rescisão contratual; e nas demais hipóteses de inexecução parcial do contrato.
- 7.2.6- Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, nos caso de inexecução total do contrato.
- 7.2.7- As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.
- 7.2.8- A multa será cobrada administrativamente pelo Órgão ou, ainda, judicialmente.
 - 7.2.8.1- Quando prestada garantia à execução do contrato, o valor da multa será descontado da garantia, que deverá ser reforçada pela contratada.
 - 7.2.8.2- Se o valor da multa for superior à garantia, a diferença será cobrada administrativamente ou, ainda, judicialmente.
- 7.2.9- Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 7.2.10- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior:
- 7.3- A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.
- 7.4-. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.
- 7.5-. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:
 - 7.5.1- Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 7.5.2- Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 7.5.3- Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 7.6- A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 7.7-. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 7.8-. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
 - 7.8.1- Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 7.9- As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA OITAVA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

8.1- Fica estabelecida à forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, nos termos do Artigo 10, Inciso II, "a" da Lei 8.666/93.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 9.1- A Contratada assumirá total responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços, pelo fornecimento de equipamentos, materiais, mão-de-obra, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como por quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados a Contratante ou a terceiros.
- 9.2- Deverão ser observadas todas as normas técnicas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT, Corpo de Bombeiros de Estado do Paraná e INMETRO na execução dos serviços. Se necessário, devem ser considerados requisitos estabelecidos por entidades estrangeiras congêneres (ASTM, DIN, etc.) para determinados materiais e serviços, quando inexistirem especificações brasileiras correspondentes.
- 9.3- A contratada deverá executar os serviços obedecendo a todas as condições descritas neste contrato e deverão atender fielmente os projetos, cronograma e especificações constantes dos Anexos deste Edital, bem como, normas e legislações em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS PRAZOS

- 10.1- O prazo de vigência deste instrumento contratual será de **90 (noventa) dias corridos**, com início na data de __/__/20__ e encerramento em __/__/20__, a contar da assinatura deste contrato.
- 10.2- O prazo máximo para o início dos trabalhos fica fixado em, no máximo, **5 (cinco) dias**, contados da assinatura deste contrato.
- 10.3- O prazo execução para a conclusão total dos serviços fica fixado em **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do **5º (décimo) dia** da assinatura deste contrato.
 - 10.3.1- A prorrogação do prazo ficará a exclusivo critério do CONTRATANTE, desde que ocorram alguns dos motivos elencados no § 1º, do art. 57, da Lei nº 8.666/93.
 - 10.3.2- A CONTRATADA se obriga a acatar as solicitações da **Secretaria Municipal de Assistência Social** do CONTRATANTE, para iniciar ou paralisar os serviços objeto deste contrato, em qualquer fase.
- 10.4- A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU n° 39, de 13/12/2011.
- 10.5- A prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato será precedida da correspondente adequação do cronograma físico financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1- Os recursos necessários ao pagamento das despesas inerentes a este Contrato correrão através:

Órgão: 11 Secretaria Municipal de Assistência Social.

Unidade Executora: 11.001 Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

Funcional Programática: 08.244.0002.2059 Manutenção do Programa Bolsa Família.

Elemento de despesa: 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Fonte: 00795 Programa Bolsa Família.

11.2- Os acréscimos que se fizerem necessários serão circunstancialmente justificados, dependendo de termo aditivo devidamente aprovado pelo CONTRATANTE, observado o disposto no art. 65 e seus parágrafos, da Lei nº 8.666/93.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS RESPONSABILIDADES

12.1- A CONTRATADA assume, integralmente, qualquer responsabilidade de natureza civil, criminal, trabalhista, etc., decorrente da execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ACOMPANHAMENTO, DA FISCALIZAÇÃO E DO GESTOR DO CONTRATO

- 13.1- A Contratante exercerá o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, pelo servidor **GUILHERME NAOTO ENDO**, matrícula nº 4147, RG. nº 9.462.727-3, CPF nº 088.906.989-18, Engenheiro Civil CREA / PR: 150.951/D, especialmente designado pela autoridade competente da CONTRATANTE, nos termos do artigo 67 e 73, da Lei 8.666/93 e suas alterações.
- 13.2- A fiscalização da execução abrange:
 - 13.2.1- O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, podendo rejeitar totalmente ou em parte, qualquer objeto que não esteja de acordo com as exigências, bem como determinar prazo para substituição do material eventualmente fora de especificação;
 - 13.2.3- O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;
 - 13.2.4- A verificação da adequação da prestação contratada deverá ser realizada com base nos critérios previstos nos projetos e demais documentos técnicos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este contrato;
 - 13.2.5- A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993;
 - 13.2.6- A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido nos projetos e demais documentos técnicos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;
 - 13-2.7- O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
 - 13.2.8- O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Contrato e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993;
 - 13.2.9- Exigir da Contratada o cumprimento integral do estabelecido na Cláusula Segunda: Obrigações da Contratada, destas Condições Gerais de Contratação;
 - 13.2.10- Acompanhar a execução da prestação de serviços e comunicar formalmente qualquer irregularidade ao Gestor de Contrato, para que tome as devidas providencias;
 - 13.2.11- 6.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993;

- 13.2.12- A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da CONTRATANTE, não elide nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.
- 13.3- Caberá ao gestor do contrato, o servidor **PAULO ROBERTO DA SILVA**, matrícula nº 1062, RG. nº 3.185.067-3, CPF nº 411.906.539-15, promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas neste Edital, no Contrato, e ainda:
 - 13.3.1- Propor ao órgão competente pela instrução, a aplicação das penalidades previstas neste contrato, no edital e na legislação, no caso de constatar qualquer irregularidade cometida;
 - 13.3.2- Encaminhar o fato à deliberação superior, com vistas a oficiar aos órgãos públicos competentes para a adoção das medidas corretivas e punitivas aplicáveis, no caso de haver indícios de apropriação indébita e de prejuízo ao Erário.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

- 14.1. Quando os serviços contratados forem concluídos, caberá à CONTRATADA apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização da CONTRATANTE, a qual competirá, no prazo de até 15 (quinze) dias, a verificação dos serviços executados, para fins de recebimento provisório.
 - 14.1.1. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 14.2. A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executadas, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pela obra, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
 - 14.2.1. Após tal inspeção, será lavrado **Termo de Recebimento Provisório**, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas.
 - 14.2.2. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.
- 14.3. O **Termo de Recebimento Definitivo** dos serviços contratados será lavrado em até **60** (sessenta) dias após a lavratura do **Termo de Recebimento Provisório**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, desde que tenham sido devidamente atendidas todas as exigências da fiscalização quanto às pendências observadas e somente após solucionadas todas as reclamações porventura feitas quanto à falta de pagamento a operários ou fornecedores de materiais e prestadores de serviços empregados na execução do contrato.
 - 14.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, desde que o fato seja comunicado à Contratante nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão do prazo.
 - 14.3.2. O recebimento definitivo do objeto licitado não exime a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

- 15.1- Serão incorporados a este Contrato, mediante TERMOS ADITIVOS, quaisquer alterações nos projetos, nas especificações técnicas, nos memoriais, nas quantidades, no prazo de execução ou nos valores, decorrentes das obrigações assumidas pela CONTRATADA, com anuência expressa do PREFEITO.
- 15.2- As alterações contratuais, revisões de preços e acréscimos e supressões nos serviços obedecerão rigorosamente às condições estabelecidas no Art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA SUSPENSÃO E PARALISAÇÃO

- 16.1- Reserva-se a PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI, o direito de paralisar ou suspender a qualquer tempo a execução dos serviços contratados, desde que haja conveniência para a Administração, devidamente fundamentada.
- 16.2- Se isso vier a ocorrer, a CONTRATADA terá direito a receber somente os valores dos serviços efetivamente executados, a serem apurados na respectiva medição.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

- 17.1- Os licitantes, fornecedores, empreiteiros e seus agentes (sejam eles declarados ou não), subcontratados, subconsultores, prestadores de serviço e fornecedores, além de todo funcionário a eles vinculado, que mantenham os mais elevados padrões de ética durante a aquisição e execução de contratos:
 - 17.1.1- Define, para os fins desta disposição, os termos indicados a seguir:
 - a) Prática corrupta: significa oferecer, entregar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido a ação de terceiros;
 - **b) Prática fraudulenta**: significa qualquer ato, falsificação ou omissão de fatos que, de forma intencional ou irresponsável induza ou tente induzir uma parte a erro, com o objetivo de obter beneficio financeiro ou de qualquer outra ordem, ou com a intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;
 - c) Prática colusiva: significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um objetivo indevido, inclusive influenciar indevidamente as ações de outra parte;
 - d) Prática coercitiva: significa prejudicar ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar indevidamente as ações de uma parte.
 - e) Prática obstrutiva: significa:
 - e.1) deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma investigação do Banco de alegações de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada, para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento, ou
 - **e.2)** atos que tenham como objetivo impedir materialmente o exercício dos direitos do Banco de promover inspeção ou auditoria, estabelecidos no parágrafo (17.1.5) abaixo:
 - 17.1.2- Rejeitará uma proposta de outorga se determinar que o licitante recomendado para a outorga do contrato, ou qualquer do seu pessoal, ou seus agentes, subconsultores, subempreiteiros, prestadores de serviço, fornecedores e/ou funcionários, envolveu-se, direta ou

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao concorrer para o contrato em questão;

- 17.1.3- Declarará viciado o processo de aquisição e cancelará a parcela do empréstimo alocada a um contrato se, a qualquer momento, determinar que representantes do Mutuário ou de um beneficiário de qualquer parte dos recursos empréstimo envolveram-se em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de aquisição ou de implementação do contrato em questão, sem que o Mutuário tenha adotado medidas oportunas e adequadas, satisfatórias ao Banco, para combater essas práticas quando de sua ocorrência, inclusive por falhar em informar tempestivamente o Banco no momento em que tomou conhecimento dessas práticas;
- 17.1.4- Sancionará uma empresa ou uma pessoa física, a qualquer tempo, de acordo com os procedimentos de sanção cabíveis do Banco6, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado: (i) para a outorga de contratos financiados pelo Banco; e (ii) para ser designado' subempreiteiro, consultor, fornecedor ou prestador de serviço de uma empresa elegível que esteja recebendo a outorga de um contrato financiado pelo Banco;
- 17.1.5- Os licitantes, fornecedores e empreiteiros, assim como seus subempreiteiros, agentes, pessoal, consultores, prestadores de serviço e fornecedores, deverão permitir que o Banco inspecione todas as contas e registros, além de outros documentos referentes à apresentação das propostas e à execução do contrato, e os submeta a auditoria por profissionais designados pelo Banco.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 18.1- Não serão indenizadas pelo CONTRATANTE, quaisquer despesas decorrentes de mobilização e desmobilização de pessoal e equipamentos, bem como de instalações e retirada de canteiros e equipamentos, mesmo na ocorrência de qualquer tipo de rescisão contratual.
- 18.2- À CONTRATADA é vedado prestar informações a terceiros sobre a natureza ou andamento dos trabalhos objeto deste contrato, divulgá-los através da imprensa escrita e falada ou por meio de qualquer divulgação pública, salvo por autorização expressa do CONTRATANTE.
- 18.3- Não constitui novação nem implica aceitação, renúncia ou consentimento, qualquer tolerância por uma das Partes quanto à infração pela outra Parte de cláusulas ou condições previstas neste Contrato, Termos Aditivos e Solicitações de Serviços.
- 18.4- As relações entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE serão por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser confirmados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.
- 18.5- Aplicar-se-á a Lei nº 8.666/93, com as modificações posteriores e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado aos casos omissos do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

- 19.1- As partes elegem o foro da Comarca de Arapoti, Estado do Paraná, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 19.2- E, por estarem assim justos e acordados, depois de lido e achado conforme, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para fins de direito.

F	\rapoti,	de	de 201



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI BRAZ RIZZI -Prefeito-

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FABIANA KLUPPEL LISBOA -Presidente-

NOME DA CONTRATADA NOME DO REPRESENTANTE LEGAL -Representante Legal-

Testemunhas:

NOME DA TESTEMUNHA RG.

NOME DA TESTEMUNHA RG.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

ANEXO V

(MODELO)
(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

CARTA DE CREDENCIAMENTO

A
Prefeitura Municipal de Arapoti
Rua Placidio Leite, 148, Centro Cívico, Arapoti/PR
Att.: Comissão Permanente de Licitação - CPL
Ref.: CONVITE Nº/20
Prezados senhores,
Pela presente, credenciamos junto a Prefeitura Municipal de Arapoti o Sr.
Nome do Responsável Legal RG e Assinatura

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

ANEXO VI

(MODELO) (PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS

refeitura Municipal de Arapoti
ua Placidio Leite, 148, Centro Cívico, Arapoti/PR
tt.: Comissão Permanente de Licitação - CPL
ef.: CONVITE Nº/20
signatário da presente, o senhor(inserir o nome completo), representante legalment
onstituído da proponente(inserir o nome da proponente), declara que a mesma recebeu toda
ocumentação e tomou conhecimento de todas as informações e condições necessárias à execução d
ojeto da licitação supramencionada.
ocal, de de 201
Nome do Responsável Legal
RG e Assinatura

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

ANEXO VII

(MODELO)
(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO AO EDITAL E INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO

A .
Prefeitura Municipal de Arapoti
Rua Placidio Leite, 148, Centro Cívico, Arapoti/PR
Att.: Comissão Permanente de Licitação - CPL
Ref.: CONVITE №/20
O signatário da presente, em nome da proponente(inserir o nome da proponente), declara
expressamente, que se sujeita às condições estabelecidas no edital do Convite e respectivos modelos adendos, anexos e documentos e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador.
Declara, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 32, parágrafo 2°, o Artigo 97 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e que está ciente da obrigatoriedado
de declarar ocorrências posteriores.
Local, de de 201_
Nome do Responsável Legal
RG e Assinatura

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

ANEXO VIII

(MODELO)
(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE TRABALHO DE MENOR

A	
Prefeitura Munici _l	pal de Arapoti
Rua Placidio Leite,	148, Centro Cívico, Arapoti/PR
	ermanente de Licitação - CPL
Ref.: CONVITE Nº	
O signatário da	presente, o senhor(inserir o nome completo), representante legalmente
constituído da pro	ponente(inserir o nome da proponente) declara, sob as penas da Lei, não
	quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno
•	bre e de menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de
• -	
aprendiz a partir d	le 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federa
(Lei nº 9.854/99) e	Decreto Federal nº 4.358/2001.
Local, de	_ de 201_
-	Nome do Responsável Legal
	RG e Assinatura

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

ANEXO IX

(MODELO) (PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Α		
Prefeitura Munici	ipal de Arapoti	
Rua Placidio Leite	, 148, Centro Cívico, Arapoti/PR	
Att.: Comissão P	ermanente de Licitação - CPL	
Ref.: CONVITE N	°/20	
A Empresa(no	me da Empresa), devidamente inscrita no CNPJ /MF nº	, sediada
na(endereço	completo), neste ato representada pelo Sr	, brasileiro, (estado
	Carteira de Identidade nº, inscrito no CPF/MF sob	
	tribuições legais, declara, sob as sanções administrativas cabív	
() Microemp	resa (ME) ou,	
() Empresa d	le pequeno porte (EPP)	
E que não se end	quadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas n	o § 4º do art. 3º da lei
Complementar nº		
	assumo inteira responsabilidade pelas informações prestadas, e está sujeita às penalidades previstas em lei.	stando ciente de que a
Local, de	_ de 201	
-	Nome de Centeder	
	Nome do Contador CRC e Assinatura	
	VIV E DAAMGUIG	



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

ANEXO X

(MODELO) (PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO

Rua Placio Att.: Com	a Municipal de Arapoti dio Leite, 148, Centro Cívico ilssão Permanente de Licit IVITE Nº/20		
DECLARA Acórdão r	•	na Súmula Vinculante nº 13,	, com sede, editada pelo Supremo Tribunal Federal, araná, Prejulgado n° 09 do Tribunal de
	cios de empresas que ma	-	m contratos de qualquer natureza ou que lquer natureza, com o Poder Executivo
comission			n agentes políticos ou exerçam cargo reta ou Indireta do Poder Executivo e do
Ainda, est	a ciente da obrigatoriedade	de declarar ocorrências pos	steriores.
Para os fi	ns desta declaração, consid	eram-se parentes:	
	Parente em linha reta	Parente colateral	Parente por afinidade
			(familiares do cônjuge)
1º grau	Pai, mãe e filho (a).	_	Padrasto, madrasta, enteado (a), sogro (a), genro e nora.
2º grau	Avô, avó e neto (a).	Irmãos.	Cunhado (a), avô e avó do cônjuge
3º grau	Bisavô, bisavó e bisneto	Tio (a) e sobrinho (a)	Concunhado (a).
declaraçã	erdade, assumo inteira resp o falsa está sujeita às penal de de 201_	•	ções prestadas, estando ciente de que a
		N. J. D. J. M.	
		Nome do Responsável Leg	gal
		RG e Assinatura	



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

ANEXO XI

(MODELO) (PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO DE NÃO SERVIDOR PÚBLICO NO QUADRO DE EMPREGADOS DA EMPRESA

A
Prefeitura Municipal de Arapoti
Rua Placidio Leite, 148, Centro Cívico, Arapoti/PR
Att.: Comissão Permanente de Licitação - CPL
Ref.: CONVITE Nº/20
Declaração da própria empresa que não existe em seu quadro de empregados servidores públicos da
contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão, na forma do art. 9°,
inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme modelo abaixo:
DECLARAÇÃO
(Razão Social da LICITANTE), inscrita no CNPJ sob o nº, sediada à (endereço
completo), declara, sob as penas da Lei, para os fins requeridos no inciso III, do artigo 9º da Lei Federal
nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que não tem em seu quadro de empregados, servidores públicos da
contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de. decisão, bem como sócios,
gerentes ou diretores que sejam parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau,
inclusive, de membros ou servidores do Poder Executivo Municipal.
1. 1. 1. 2. 204
Local, de de 201_
Nome do Responsável Legal
RG e Assinatura

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

ANEXO XII

(MODELO) (PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

PROPOSTA DE PREÇOS

	LOCAL, de	de 20
A		
Prefeitura Municipal de Arapoti		
Rua Placidio Leite, 148, Centro Cívico, Arapoti/PR		
Att.: Comissão Permanente de Licitação - CPL		
Ref.: CONVITE Nº/20		
NOME DA EMPRESA:		
CNPJ Nº:		
Pela presente submetemos a apreciação de	e Vossa Senhoria, a nossa Propo	osta de Preços
relativa ao Convite em referência, cujo valor total é de R	\$por extenso) .
O prazo execução para a conclusão total dos	s serviços fica fixado em ()	dias corridos,
contados a partir do 5º (quinto) dia da assinatura deste	contrato	
O prazo de validade desta Proposta de Preç	os é de () dias, contados	a partir da data
de sua apresentação.		
Declaramos ainda nesta proposta, conhece	er os termos do edital de licitaçã	o e da minuta
contratual que o integra.		
Atenciosamente,		
Name de Deserve		
Nome do Respons RG e Assina	•	
NG E ASSIII	aura	

Α

ANEXO XIII

(MODELO) (PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Pre	efeitura Munic	cipal de Arapoti		
Ru	a Placidio Leite	e, 148, Centro Cívico, Arapoti/PR		
		Permanente de Licitação - CPL		
Re	f.: CONVITE N	lº/20		
Em	atendimento	ao item 15.4.7.4 deste Edital do	Convite em referência, indicamos o	(s) profissional(is)
			nico(s) da obra, caso sejamos vence	
	vidamente conf		to (e) and a said, and a cojeco volice	do da nolação e
	T			
Nº	Nome		Especialidade / Título	Nº do CREA
				-
			pelas informações prestadas, estand	lo ciente de que a
dec	claração faisa e	está sujeita às penalidades previs	stas em lei.	
Loc	al, de	_ de 201_		
		Nome do Re	esponsável Legal	
			Assinatura	

ANEXO XIV

(MODELO) (PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

CAPACIDADE FINANCEIRA

Prefeitura Municipal de Arapoti Rua Placidio Leite, 148, Centro C Att.: Comissão Permanente de Ref.: CONVITE Nº/20	ívico, Arapoti/PR
Declaramos que as demonstraçõe foram obtidos no balanço do últim	des abaixo correspondem à real situação da proponente. Esses índices no exercício social.
Declaramos, ainda, que a qualq	uer tempo, desde que solicitado pelo licitador, nos comprometemos a ou informações que comprovarão as demonstrações.
	SÃO AS DEMONSTRAÇÕES:
10-	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
LG =	Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo
90	Ativo Total
3G =	Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo
	Ativo Circulante
LC =	Passivo Circulante
Local, de de 201	_

Nome do Responsável Legal RG e Assinatura

ANEXO XV

ATESTADO DE VISITA

A	
Prefeitura Municipal	de Arapoti
	8, Centro Cívico, Arapoti/PR
	anente de Licitação - CPL
Ref.: CONVITE Nº	
Declaramos que o Sei	nhor(a)(inserir o nome completo), _RG/CREA/CAU nº(inserir o número)
	serir o nome da proponente), devidamente credenciado, visitou o local da
	eto da licitação em epígrafe.
, , ,	and the state of the option of the state of
Local, de de	201_
8	
	Nome do Responsável Legal de Empresa
	RG e Assinatura
t .	
	Nome do Responsável Técnico da Infraestrutrua
	Assinatura

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

ANEXO XVI

(MODELO) (PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA

A
Prefeitura Municipal de Arapoti
Rua Placidio Leite, 148, Centro Cívico, Arapoti/PR
Att.: Comissão Permanente de Licitação - CPL
Ref.: CONVITE Nº/20
A empresa, inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu
representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de identidade no
e do CPF nº, DECLARA, nos termos do Edital em epígrafe, caso seja
habilitado no certame, que abre mão do direito de prazo recursal da fase HABILITAÇÃO da licitação
conforme dispõe o art. 43, III da Lei 8.666/93 e suas alterações, podendo a Comissão prosseguir nos
trabalhos licitatórios
Local, de de 201_
-
Nome do Responsável Legal
RG e Assinatura

ANEXO XVII

(MODELO) (PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO DE RESPONSÁVEL LEGAL

A	
Prefeitura Municipal de Arapoti	
Rua Placidio Leite, 148, Centro Cívico, Arapoti/	
Att.: Comissão Permanente de Licitação - C	PL
Ref.: CONVITE Nº/20	
Declaramos, caso nos seja adjudicado o obje prazo determinado no documento de convocaç	eto da licitação, comprometemos a assinar o Contrato no ão, e, para esse fim, fornecemos os seguintes dados:
Razão Social:	
CNPJ/MF:	
Endereço:	
	UF:
	Tel./Fax:
Dados do Representante Legal da Empresa	
Nome:	
Endereço:	
CEP:Cidade:	UF:
CPF/MF:Cargo/Fu	ınção:
	Expedido por:
	Nacionalidade:
Os dados bancários de nossa empresa são:	
Banco(nº e nome), Agência(nº e nome) a Conta Correnta no
Danco(ii e nome), Agencia(ii e nome)e Conta Corrente n
Local, de de 201_	
	Responsável Legal
RG	G e Assinatura



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

ANEXO XVIII

PROJETOS

Ref.: CONVITE Nº 001/2016

Obs.: Os Projetos que fazem parte deste Edital, poderá ser copiado separado através de CD ou Pendrive na Secretaria Municipal de Infraestrutura da Prefeitura Municipal de Arapoti-PR, no horário das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, em dias úteis.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

Publicação de Extrato do Resumo do Edital

Diátio Oficial do Município PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAPOTI - PR RUA PLACÍDIO LEITE Nº 148 CENTRO CÍVICO CEP 84.990-000 / FONE (43) 3512-3000 CNPJ Nº 75.658.377/0001-31

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Convite nº 001/2016.

Processo nº 127/2016.

Objeto: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no Centro de Convivência do Idoso.

Protocolo dos Envelopes: Até as 08h30min, do dia 30/09/2016.

Abertura dos Envelopes: 30/09/2016, às 09h00min.

Prazo de Execução: 30 (trinta) dias.

Valor Máximo: R\$ 11.021,26 (onze mil, vinte e um reais e vinte e seis centavos)

Informações e Retirada do Edital: Maiores informações poderão ser obtidas na Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180 - Centro Cívico, Arapoti, Paraná, telefones: (43) 3512-3000/3001, no horário das 08h0omin às 11h30min e das 13h00min às 17h30min / site: www.arapoti.pr.gov.br / email: licitacao@arapoti.pr.gov.

Data Edital: 06/09/2016.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 5 DO CONTRATO N. º EXTRATO DU TERMO AUDITION 5 DO CONTRATON. 7 76/2013 REF. TOMADA DE PREÇO 03/2013 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JABOTI, Pes-soa Jurídica de Direla Público, CNPJ 15-98-96/56/001-04, estabelecido na Preça Minas Gerais, 175, Jaboti- PR. CEP estabelecid 84930-000

84930-000.
CONTRATADA: IRMÃOS OLIVEIRA COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LIDA, CNP.) 08.154.9390001-12. estabelecida
a Rua Joaquim de Freitas nº 286, Bairro Born Jesus na cidade
de Siqueira Campos, PR. CEP 84940-000.
CLÁUSILA PRIMEIRA - DO OBJETO DO TERIMO ADITIVO
O Objeto do presente termo activo é a PRORROGAÇÃO
DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA do contrato nº
76/2013.

76/2013. CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO CLAUSULA SEGUINA - DA PROTRICA (ACA)
Fice PRORROGADO, medianto termo additivo nº 53, o prazo de execução do contrato nº 76/2013 a partir de 01 de setembro de 2015 e prazo de vigência eto 30 de abril do 2017.
CLAUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DO VALOR CONTENTIAL.

CLAUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DO VALOR CON-TRATUAL.
Fica alterado, mediante Termo aditivo nº 5, o valor do contrato nº 76/2013 passando de RS 147,620,40 (conto e quaronta e sete mil seiscentos e vinte reals e quarenta certavos) para R\$ 178,181,45 (cerno e setenta e seis mil cerno e obtenta e um reals equaronta e cinco contravos) o noro valor contratual. CLAUSULA QUARTA – DA DISPOSIÇÃO LEGAL: O presente tormo aditivo está de acordo com a Lei de Licita-cões (Lei nº. 8666/93) com o contrato assinado com a empresa contratada, a demals disposições legais pertienentes. CLAUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO:

As partes ratificam as demais cláusulas presentes no contrato nº. 76/2013 e seus aditivos, desde que não colidam com as con-

E, para firmeza e validade do que foi convencionado firmam estu instrumento Aditivo em três vias de igual e teor e forma perante

Jaboti, 25 de agosto de 2016.

Vanderley de Siqueira e Silva, Prefeito Municipal. Morvan Paulo de Oliveira, Representante Legal.

RESULTADO DA LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2016
Tendo transcorrido o prazo de 08 (oto) dias úteis para apresentação do documento faltante, em conformidade com o disposto no parágrafo 3º do artigo 48 da Lei 8.666/93, concedido à proponente KONRAD PARANÁ COMÉRCIO DE CAMINHÕES
LTDA, inscrito pelo CNPJ nº. 10.546.678/0002-09 peia pregoeira na data do cortamo (22/08/2016), e, a proponente nao tendo apresentado a documentação, a licitação fol declarada FRACAS-SADA.

Jaboti, 02 de setembro de 2016. João Antonio Juventino de Siqueira. Pregoeiro Oficial da Prefettura Municipal de Jaboti Portaria nº. 120/2016.

PINHALÃO

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALAO
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL
Aditivo N°: 01 ao CONTRATO N°. 05/2016 – D.L. 02/2016 Processo n° 09/2016
Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALAO
Contratante..: OMAR FRAIZ MORAIS
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica prorrogado o prazo de vigência do presente contrato, passando de 02 de setembro de 2016, ficundo então alterada a cláusula
segunda do referido contrato.
CLÁUSULA SEGUNDA: fica diminuído o valor mensal do contrato
CLÁUSULA SEGUNDA: fica diminuído o valor mensal do contrato m 25% ou será, suma suprossão de 78 8 75 00 (Objecentos

CLAUSULA SEGUNDA: hea diminuido o valor mensal do con-trato em 25%, ou seja, uma supressão de R\$ 375,00 (Otiocentos e selenta e cinco reais), passando o valor mensal do contrato de R\$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais), para R\$ 2.625,00 (Dois mil seiscentos e vinte o cinco reais). CLÁUSULA TERCEIRA: Fica inserida a seguinte dotação ao contrato seima mencionado: 389 – 3.50,36.15,00.00.00 CLÁUSULA QUARTA: Ficam inalteradas as domais Cláusulas Contratus;

Contratuais. Pinhalão - PR, 02 de setembro de 2016.

Lei 1510/2016

SÚMULA: Atribui nome às duas primeiras ruas que iniciam-se na Rua Santa Catarina, partindo do Bairro da Lavrinha em direção ao Bairro Decol, como sendo a primeira Rua Aurora e a asgunda Rua Betánia. A Cámara Municipal de Pinhalão, Estado do Paraná, aprovou e

cu, Claudinei Benetti, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

Art. 1º - A primeira rua, iniciando-se na Rua Santa Catarina

Art. 1º - A primeira rua, iniciando-se na Rua Santa Catarina,
nesta no sentido do Distrito da Lavrinha para o Bairro Decol,
passa a denominar-se RUA AURORA.

Art. 2º - A segunda rua, iniciando-se na Rua Santa Catarina,
nesta no sentido do Distrito da Lavrinha para o Bairro Decol,
passa a denominar-se RUA BETÂNIA.

Edificio da Prefeitura Municipal de Pinhalão, em 06 de actembro
de 2016.

CLAUDINES RENESTET. Desfrito Municipal

CLAUDINEI BENETTI - Prefeito Municipal

WENCESLAU BRAZ

PORTARIA nº, 373/2016
O Sr. ATAHYDE FERREIRA DOS SANTOS JÚNIOR, Profeito Municipal de Wencealau Braz - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe also conferidas por lei,
RESOLVE:
Artigo 1º - CONCEDER FÉRIAS, regulamentares ao servidor JOSÉ ARAMIS DA SILVA, matricula 11676 ocupante de cargo de provimento em comissão de DIRETOR DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL A INTEGRAÇÃO AO TRABALHO, a gozar férias de direito de 10 de Setembro de 2016, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

rtigo 2º Esta postaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrá as

Wenceslau Braz, 06 de Setembro de 2016.

AT HYDE FERREIRA DOS SANTOS JÚNIOR PREFEITO MUNICIPAL

PINHALÃO

PREFEITURA DE PINHALÃO ESTADO DO PARANÁ HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Pinhalão, Estado do Paraná, no uso de

suas atribuições legais: RESOLVE: Homologar o resultado da Licitação na modalidade de Edital de Pregão Presencial nº 48/2016 de 22/08/2016 a FAVOR do

Proponente: ALTIERIS DA SILVA GOMES, CNPJ № 14.282.522/0001-

38, pelo valor total de R\$ 15.900,00 (Quinze mil e nove

reais). Gabinete do Prefeito Municipal de Pinhalão Em 06 de setembro de 2016 CLAUDINEI BENETTI Prefeito Municipal

ARAPOTI

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARAPOTI - PR RUA PLACIDIO LEITE Nº 148 CENTRO CÍVICO CEP 84.980-000 / FORE (43) 3512-3000 CNPJ Nº 75.668.377/0001-31

AVISO DE LICITAÇÃO

ital de Convite nº 081/2916. 000680 nº 127/2016.

colo dos Envelopes: Alé as OBh30min, do dia 30/00/2016

centrous).

Heromacobes e Retiractis do Editat: Neiores Informações poderão ser obtidas na Rue Ondine Bueno Siqueta, nº 180 - Centro CMco. Avegod, Pareira, laietores (45) 5012.5000001, no horatro das Proposito, Pareira Sigueta (50) 5012.500001, no horatro das Ondine Sigueta (50) 5012.500001, no horatro das Ondine Sigueta (50) 5012.50001, no horatro das Ondine Sigueta (50) 5012.5000, no h

JUNDIAÍ DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAI DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

DECRETO Nº 028/2016

O Prefeito do Município de Jundial do Sul Sr. Sebastillo Egidio Leite no uso de atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 106 e § 4º do artigo 109 da Resolução nº 004/2007 de 15 do avecabro de 2008, que attulizou e consolidor a Resolução nº 01/90 de 05/04/1990, que dispõe sobre a Lei Organica do Município e dá outras

providencias.

DECRETA:
ART. 1º. Fice DESAFETADO do Departamento Municipal de
Educação e Cultura o veículo FLAT/UNO MILLE ECONOMY, ano
u modelo de fabricação 2008/2009. Piaca AQX 1792, an core cinza,
Renavan 11.800666-1, por atis omais atender às recessidades do referrid
departamento, em razão de ter adquirido um novo veículo, não seado
necessário a utilização do mesmo neste departamento.
Parágrafo Ducio. O veículo descrito no capru desse artigo, doravante,
ficará AFETADO, so Departamento Municipal de Transporte, onde seri
mais bem utilizado.

ART. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação,
revogando - se la disposições contrárias.
Jundial do SaúPR, em 06 de setembro de 2016.

Sebatião Egido Leite
Prefeito

PREFETTURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL ESTADO DO PARANÁ

RE-RATTFICAÇÃO

Para efeito de disposições o cláusulas contratuais referente nos Termos de Contratos net. 052, 053, 064, 065, 066, 067, 068, 069, 070, 071, 072, 073, 74 e 0752016, vinculados so processo de licitação "Pregão Presencial nt. 014/2016 — SRIP", para acquisição de Equipamentos de Informática e Processador de Dados, Equipamentos de Audio Video, Maquisas Utensilios e Equipamentos Demésticos e Critrajios, Móveis para equipar o Consultário Odostológico e a Unidade Básica de Salda, fine RE-RA/TIFICADA a dotação erquementaria para incluir a rubrica: 12 — DEPARTAMENTO DE SAÚDE 001 — FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 103.05.0021-02100 — MANUTEIRO, ÓD DE CAMPANHAS DE COMBATES E PREVENÇÃO - 04/270 — 44,905.20.00 — 0 — 0 + 947 — Equipamentos e Material Permanente, 4.4.90.52.00.00 - 0 - 0 - 0 - 497 - Equipamentos e Material Porneujo crédito adicional foi aprovado pelo Decreto de Suplementa 027 de 05 de setembro de 2016.

Jundiai do Sul, 06 de setembro de 2016.

Sebastião Egidio Leite Prefeito Municipal

ARAPOTI

DECRETO Nº. 4277/2016

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a abair so Origamento vigorte, Crédito Adriconal Especial no valor de RS 228,700,00 em favor da Secretaria Municipa de Infraestrutra.

O PREFETTO MUNICIPAL DE ARAPOTI, ESTADO DO PARANA, EXCELENTISSIMO SENHOR BRAZ RIZZI, usando des atribuições que lhe ado conferidade por lai e;
Considerando o que dispõe a Lei Municipal 1.667 de 06 de setembro de 2016.

Unidade Orçamentária	Valor RS
15 - Secretaria Municipal De InfraEstrutura	-
15001 - Divisão De Esportes E Lazer	
26,782,0042,1321 - Aquisição de Equipamentos UTI Movel e Caminhões Convenio nº 05/2014	
530 - 4490520000 - 00802 - Equipementos E Meterial Permanente	180.869,47
531 - 4490520000 - 00000 - Equipamentos E Material Permanente	45.830,53
Total da Abertura vt. 2" - Para a cobertura do Credito Adicional mencionad	226,700,00

Red/ n*Conta/Descrição	Valor R\$
095 - 172201020000 - 00000 - Cota Pane Do IPVA	45.830,53
206 - 2.4.72.99.99,12.00 - 00602 - Convénio nº 05/2014 - SEDU - Convénio Caminhões e UTI Movel	180.869,47
Total do Excesso de Arrecadação rt. 3" - Este Decreto entrará em vigor na data de sua o	226.700,00

gera as disposições em contrário. Paço Municipal Vereador Claudir Días Novochadio. Gabineta de Prefeito, 06 de setembro de 2016. BRAZ RIZZI

LEI N°. 1657/2018

Ementa: Autoriza o Poder Executivo s abrit ao Orcamento vigente, Credito Addional Especial no valor de R\$ 222,700,00 em taror da Secretaria Municipal de infraestrutaria.

A CAMARA MUNICIPAL DE ARAPOTI, ESTADO DO PARANA, APROVOLI E ELI, PREFEITO DO MUNICIPIO, SANCIONO A SEGUINTE LEI: Art. 1° Fica o Poder Executivo autorizado a abrit Credito Addional Especial em favor da Secretaria faluricipal de Infraestrutaria, no valor de R\$ 226,700,00 (Duzentos a vinta a seis mil e setacentos reaia), conforma serue.

Unidade Orçamentária	Valor R\$
15 - Secretaria Municipal De InfraEstrutura	
15001 - Divisão De Esportes E Lazer	
26.782.0042.1321 - Aquisição de Equipamentos UTI Movel e Caminhões Convenio nº 05/2014	
530 - 4490520000 - 00802 - Equipamentos E Material Permanente	180.869,47
531 - 4490520000 - 00000 - Equipamentos E Material Permanente	45.830,53
Total da Abertura ut. 2º - Para a cobertura do Credito Adicional mencionad	226.700,00

utilizado como recurso, aquele definido nos termos do Art. 4 1, da Lei 4.320/64, Excesso de Arrecadeção apurado na seg

Red/ n*Conta/Descrição	Valor R\$
095 - 172201020000 - 00000 - Cota Parte Do IPVA	45.830,53
208 - 2.4.72.99.99.12.00 - 00802 - Convérilo nº 05/2014 - SEDU - Convénio Caminhões e UTI Movel	180.869,47
Total do Excesso de Amecadação rt. 3" - Esta Cel entrará em vigor na data de sua publicaci.	226,700.00

as disposições em contrário. Paço Municipal Vereador Claudir Dias Novochadio. Gabinete do Prefeito, 06 de setembro de 2016,

BRAZ RIZZI



Pague para entrar e leia tudo que está lá!

A maior banca digital de jornais e revistas do Brasil

R\$ 3,99 por semana*

1º Semana grátis



WENCESLAU BRAZ

PORTARIA nº. 373/2016

O Sr. ATAHYDE FERREIRA DOS SANTOS JÚNIOR, Prefeito Municipal de Wenceslau ado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, RESOLVE:

Artigo 1° - CONCEDER FÉRIAS, regulamentares ao servidor JOSÉ ARAMIS DA SILVA, 11679, ocupante do cargo de provimento em comissão de DIRETOR DO DEPARTAMENTO AL DE INTEGRAÇÃO AO TRABALHO, a gozar férias de direito de 10 de Setembro de 2016 de Setembro de 2016, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Artigo 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições

Wenceslau Braz, 06 de Setembro de 2016.

ATAHADE FERREIRA DOS SANTOS JÚNIOR

PREFEITO MUNICIPAL

PINHALÃO

PREFEITURA DE PINHALÃO ESTADO DO PARANÁ HOMOLOGAÇÃO

unicipal de Pinhalão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

o resultado da Licitação na modalidade de Edital resencial nº 48/2016 de 22/08/2016 a FAVOR do Proponente:

DA SILVA GOMES, CNPJ Nº 14.282.522/0001r total de R\$ 15.900,00 (Quinze mil e novecentos reais).

inete do Prefeito Municipal de Pinhalão Em 06 de setembro de 2016. CLAUDINEI BENETTI Prefeito Municipal

ARAPOTI

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAPOTI - PR RUA PLACÍDIO LEITE Nº 148 CENTRO CÍVICO CEP 84.990-000 / FONE (43) 3512-3000 CNPJ Nº 75.658.377/0001-31

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Convite nº 001/2016. Processo nº 127/2016.

Objeto: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no Centro de Convivência do Idoso.

Protocolo dos Envelopes: Até as 08h30min, do dia 30/09/2016.

Abertura dos Envelopes: 30/09/2016, às 09h00min.

Prazo de Execução: 30 (trinta) dias.

Valor Máximo: R\$ 11.021,26 (onze mil, vinte e um reais e vinte e seis centavos).

Informações e Retirada do Edital: Maiores informações poderão ser obtidas na Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180 - Centro Cívico, Arapoti, Paraná, telefones: (43) 3512-3000/3001, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min / site: www.arapoti.pr.gov.br / email: licitacao@arapoti.pr.gov.

Data Edital: 06/09/2016.

JUNDIAÍ DO SUL

EITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL ESTADO DO PARANÁ DECRETO №. 028/2016

O Prefeito do Município de Jundiaí do Sul Sr. Se-Leite no uso de atribuições legais que lhe são conferidas e § 4º do artigo 109 da Resolução nº 004/2007 de 13 de 108, que atualizou e consolidou a Resolução nº 01/90 de e dispõe sobre a Lei Orgânica do Município e dá outras providencias.

DECRETA:

ica DESAFETADO do Departamento Municipal de ultura o veiculo FIAT/UNO MILLE ECONOMY, ano labricação 2008/2009, Placa AQX 1792, na cor cinza, 666-1, por não mais atender às necessidades do referido em razão de ter adquirido um novo veículo, não sendo irio a utilização do mesmo neste departamento.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL ESTADO DO PARANÁ

RE-RATIFICAÇÃO

Para efeito de disposições e cláusulas contratuais referente aos Termos de Contratos nsº. 062, 063, 064, 065, 066 067, 068, 069, 070, 071, 072, 073, 74 e 075/2016, vinculados ao processo de licitação "Pregão Presencial nº. 014/2016 – SRP", para aquisição de Equipamentos de Informática e Processador de Dados, Equipamentos de Áudio Vídeo, Maquinas Utensílios e Equipamentos Domésticos e Cirúrgicos, Móveis para equipar o Consultório Odontológico e a Unidade Básiça de Saúde, fica RE-RATIFICADA a dotação orçamentária para incluir a rubrica: 12 – DEPARTAMENTO DE SAÚDE 001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 10.305.0021-02100 – MANUTENÇÃO DE CAMPANHAS DE COMPATES E PREVENÇÃO 04370

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

Publicação no Mural de Licitações do TCE/PR



Voltar

Detalhes processo licitatório

		Inform	ações Gerais			
Entidade Executora	MUNICÍPIO DE	ARAPOTI				
Ano*	2016		At a second property of the second property o			
Nº licitação/dispensa/inexigibilidade*	1					
Modalidade*	Convite					
Número edital/processo*						
	Recursos pi	rovenientes de organism	os internacionais/multilat	erais de crédito		
Instituição Financeira						
Contrato de Empréstimo						
Descrição Resumida do Objeto*	do CRAS e no C	Centro de Convivência do	lequação para a acessibilio Idoso	dade do Prédio		
Forma de Avalição	ivierior Preço	Y				
Dotação Orçamentária*	1100108244000220593390390000					
Preço máximo/Referência de preço - R\$*	11.021,26					
Data de Lançamento do Edital	15/08/2016					
Data da Abertura das Propostas	26/08/2016	Data Registro				
NOVA Data da Abertura das Propostas	30/09/2016	Data Registro	08/09/2016			
Data Cancelamento						
					Editar	Excluir

CPF: 1842515918 (Logout)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

Publicação no Portal de Transparência do Município



COMISSÃO DE PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO CONVITE Nº 001/2016

PROCESSO LICITATÓRIO: 127/2016.

OBJETO: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no Centro de Convivência do Idoso, mediante o regime empreitada por preço global.

VALOR GLOBAL: R\$ 11.021,26 (Onze mil vinte e um reais e vinte e seis centavos).

PROTOCOLO DOS ENVELOPES: Até as 08h30min do dia 30 de setembro de 2016.

ABERTURA DA LICITAÇÃO: Dia 30 de setembro de 2016, ás 09h00min.

LOCAL DE ABERTURA: Sala de licitações, localizada no primeiro andar do Prédio denominado Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, Centro Cívico, Arapoti, Paraná.

RETIRADA DO EDITAL.

O edital completo poderá ser adquirido na <u>Divisão de Licitação e Compras</u> no Prédio do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, n° 180, salas 60, 61, 62 ou 63, Bairro Centro Cívico, Cidade de Arapoti, Estado do Paraná, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min, ou solicitado via email no endereço eletrônico: <u>licitacao@arapoti.pr.gov.br</u>.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

Maiores informações poderão ser obtidas por meio dos telefones: (43) 3512-3032 / 3512-3033 / 3512-3160 / 3512-3162 ou pelo email: licitacao@arapoti.pr.gov.br.

Arapoti, 06 de setembro de 2016.

PAULO ROBERTO DA SILVA
-Presidente da CPL-



PROCESSOS LICITATÓRIOS

Pesquisar Licitação

Para visualizar os arquivos é necessário ter instalado no computador o Winrar, o Adobe Reader e o Gerador de Propostas. Clique nas Aguardando imagens para fazer o download. Abertura



Aguardando **Homologação**

Realizadas

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 079/2016 Valor Máximo:

R\$ 171.289,10

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 129/2016

Objeto: Data Abertura: 20/09/2016 às 14:00:00

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVICOS NA REALIZAÇÃO DE EXAMES VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL....

Situação: AGUARDANDO ABERTURA

- AVISOS E EDITAIS

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 078/2016 Valor Máximo:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 128/2016

R\$ 23.800,00 Objeto:

Data Abertura: 20/09/2016 às 09:00:00

REGISTRO DE PRECOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS NA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ELETROCARDIOGRAMA COM FORNECIMENTO DE APARELHO DIGITAL VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL 18 DE DEZEMBRO...

Situação: AGUARDANDO ABERTURA

- AVISOS E EDITAIS

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2016 Valor Máximo: PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 115/2016

R\$ 215.390,24 Objeto:

Data Abertura: 19/09/2016 às 14:00:00

REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE URGENCIA E EMERGENCIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA DEFESA CIVIL MUNICIPAL E HOSPITAL MUNICIPAL....

Situação: AGUARDANDO ABERTURA

- AVISOS E EDITAIS

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 076/2016 Valor Máximo:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 110/2016

R\$ 45.333,32 Objeto:

Data Abertura: 16/09/2016 às 09:00:00

CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO DE PECAS DOS EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL **MUNICIPAL**

Situação: <u>AGUARDANDO ABERTURA</u>

- AVISOS E EDITAIS

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 075/2016 Valor Máximo:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 135/2016

R\$ 58.439,04 Objeto:

Data Abertura: 14/09/2016 às 09:00:00

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS AOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, ASSISTÊNCIA

SOCIAL. SAÚDE E ENSINO....

Situação: AGUARDANDO ABERTURA

- AVISOS E EDITAIS

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 074/2016 Valor Máximo:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 131/2016

R\$ 137.863,32 Objeto:

Data Abertura: 14/09/2016 às 09:00:00

AQUISIÇÃO DE 03 (TRES) VEÍCULOS ZERO QUILOMETRO VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE....

Situação: AGUARDANDO ABERTURA

- AVISOS E EDITAIS

Modalidade: TOMADA DE PRECO Nº 009/2016 Valor Máximo: R\$ PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 134/2016

Objeto:

Data Abertura: 21/09/2016 às 09:00:00

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECU DE ARAPOTI...

DE SERVICOS DE AMPLIAÇÃO DA LINHA AZUL NO MUNICÍPIO

Situação: AGUARDANDO ABERTURA

- AVISOS E EDITAIS

Modalidade: CARTA CONVITE Nº 001/2016 Valor Máximo: R\$

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 127/2016

11.021,26 Objeto:

Data Abertura: 30/09/2016 às 09:00:00

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR ADEQUAÇÃO PARA A ACESSIBILIDADE DO PRÉDIO DO CRAS E NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO...

Situação: AGUARDANDO ABERTURA

- RETIFICAÇÃO DE AVISO/EDITAL

Página 1 de 1

- ACESSO RÁPIDO -



Rua Placídio Leite, 148

Centro Cívico - CEP: 84.990-000

(43) 3512-3000

assessoria.gabinete@arapoti.pr.gov.br

HORÁRIO DE ATENDIMENTO

De Segunda à Quinta

08h00 às 11h30 - das 13h00 às 17h30

Sexta - Feira

08h00 às 11h30 - das 13h00 às 16h00

Última Atualização: 06/09/2016 às 09:21:35

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

Esclarecimento ao Edital

ARAPETI C

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

REFERÊNCIA - Pedido de Esclarecimento ao Edital de CONVITE Nº 001/2016, Processo Licitatório nº 127/2016, cujo objeto é a contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no Centro de Convivência do Idoso.

À empresa ALEXANDRE SOARES - ME

RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS DO EDITAL DE CONVITE Nº 001/2016

Considerando o pedido de esclarecimentos da empresa ALEXANDRE SOARES - ME, o Presidente da Comissão Permanente de Licitação do certame apresenta a resposta ao pedido, conforme segue:

ESCLARECIMENTOS:

O representante da empresa Alexandre Soares, argüiu se o Atestado de Visita exigido no item 15.4.7.5 do edital de Convite nº 001/2016, deverá ser assinado somente pelo responsável legal da empresa participante.

RESPOSTA:

RESPOSTA AO 1º ESCLARECIMENTO:

O ATESTADO DE VISITA deverá ser **assinado** pelo <u>técnico responsável</u> do licitador (Secretaria Municipal de Infraestrutura) e **assinado** pelo <u>responsável legal</u> e/ou pelo <u>responsável técnico</u> da proponente.

O inteiro teor do presente Esclarecimento 01 ao Edital de Convite nº 001/2016, será encaminhado para todos os licitantes que retiraram o edital, para ciência de todos os interessados.

Arapoti, 12 de setembro de 2016.

PAULO ROBERTO DA SILVA

Presidente da CPL

Assunto

ESCLARECIMENTO AO EDITAL

Remetente

Licitação Arapoti < licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Para

Alexandre Soares - ME Construtora <adm_fasmanutec@hotmail.com>

Data

12/09/2016 12:39

• ESCLARECIMENTO DE EDITAL - I.pdf (29 KB)

PREZADO SENHOR,

SEGUE ANEXO ESCLARECIMENTO AO EDITAL DE CONVITE № 001/2016.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS (43) 3512-3159/3160/3162/3032/3033



Assunto

ESCLARECIMENTO AO EDITAL

Remetente

Licitação Arapoti < licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Para

<cosmevalmir@outlook.com>

Data

12/09/2016 12:43

roundcube

• ESCLARECIMENTO DE EDITAL - I.pdf (29 KB)

PREZADO SENHOR,

SEGUE ANEXO ESCLARECIMENTO AO EDITAL DE CONVITE Nº 001/2016.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS (43) 3512-3159/3160/3162/3032/3033

Assunto

ESCLARECIMENTO AO EDITAL

Remetente

Licitação Arapoti < licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Para

Alex P. Mello Construtora <alexpmello@yahoo.com.br>

Data

12/09/2016 12:44

roundcube

• ESCLARECIMENTO DE EDITAL - I.pdf (29 KB)

PREZADO SENHOR,

SEGUE ANEXO ESCLARECIMENTO AO EDITAL DE CONVITE Nº 001/2016.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS (43) 3512-3159/3160/3162/3032/3033

Assunto

ESCLARECIMENTO AO EDITAL

Remetente

Licitação Arapoti < licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Para

Compacta Construtora - Jeferson < jefersonprestes@yahoo.com.br>

Cc

Compacta - Jeferson < compacta.civil@gmail.com>

Data

12/09/2016 12:46

ESCLARECIMENTO DE EDITAL - I.pdf (29 KB)

PREZADO SENHOR,

SEGUE ANEXO ESCLARECIMENTO AO EDITAL DE CONVITE № 001/2016.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS (43) 3512-3159/3160/3162/3032/3033



Assunto

ESCLARECIMENTO AO EDITAL

Remetente

Licitação Arapoti < licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Para

HB CONSTRUTORA - HELCIO <hbconstrutoracivil@gmail.com>

Сс

<helcioconstrutoracivil@gmail.com>

Data

12/09/2016 12:47

ESCLARECIMENTO DE EDITAL - I.pdf (29 KB)

PREZADO SENHOR,

SEGUE ANEXO ESCLARECIMENTO AO EDITAL DE CONVITE № 001/2016.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS (43) 3512-3159/3160/3162/3032/3033



35!

Assunto

ESCLARECIMENTO AO EDITAL

Remetente Licitação Arapoti < licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Para

Euricocfilho <euricocfilho@ibest.com.br>

Data 12/09/2016 12:51

roundcubs

ESCLARECIMENTO DE EDITAL - I.pdf (29 KB)

PREZADO SENHOR,

SEGUE ANEXO ESCLARECIMENTO AO EDITAL DE CONVITE № 001/2016.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS (43) 3512-3159/3160/3162/3032/3033

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

Aviso de Licitação

Assunto **AVISO DE LICITAÇÃO**

Remetente Licitação Arapoti < licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Para Construtora MAV Ltda <construtoramav@yahoo.com.br>

Data 08/09/2016 12:16



AVISO DE LICITAÇÃO.pdf (46 KB)

RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL.DOC (52 KB)

COMUNICADO

Comunico que encontra-se liberado um Edital que pode ser de seu Interesse.

DADOS DO EDITAL Número/Ano: 001/2016 Modalidade: Convite

Objeto: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no

Centro de Convivência do Idoso

O edital completo poderá ser adquirido na Divisão de Licitação e Compras no Prédio do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, salas 60, 61, 62 ou 63, Bairro Centro Cívico, Cidade de Arapoti, Estado do Paraná, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min.

Poderá também solicitar via e-mail: licitacao@arapoti.pr.gov.br, através de envio do RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL em anexo.

Maiores informações, entre em contato com a Divisão de Licitação, sito à Rua Ondina Bueno de Siqueira, 180, Centro, Arapoti/PR, pelos telefones (43) 3512-3000, 3512-3001.

Atenciosamente,

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

Assunto AVISO DE LICITAÇÃO

Remetente Licitação Arapoti < licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Para TMS Engenharia Construtora <engenheirocivil_tms@hotmail.com>

Data 08/09/2016 12:12



AVISO DE LICITAÇÃO.pdf (46 KB)

RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL, DOC (52 KB)

COMUNICADO

Comunico que encontra-se liberado um Edital que pode ser de seu Interesse.

DADOS DO EDITAL Número/Ano: 001/2016 Modalidade: Convite

Objeto: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no

Centro de Convivência do Idoso

O edital completo poderá ser adquirido na Divisão de Licitação e Compras no Prédio do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, salas 60, 61, 62 ou 63, Bairro Centro Cívico, Cidade de Arapoti, Estado do Paraná, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min.

Poderá também solicitar via e-mail: licitacao@arapoti.pr.gov.br, através de envio do RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL em anexo.

Maiores informações, entre em contato com a Divisão de Licitação, sito à Rua Ondina Bueno de Siqueira, 180, Centro, Arapoti/PR, pelos telefones (43) 3512-3000, 3512-3001.

Atenciosamente,

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

Assunto AVISO DE LICITAÇÃO

Remetente Licitação Arapoti < licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Para Se-Costa Construtora <se-costaconstrutoracivil@hotmail.com>

Data 08/09/2016 12:11

roundcube

AVISO DE LICITAÇÃO.pdf (46 KB)

RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL.DOC (52 KB)

COMUNICADO

Comunico que encontra-se liberado um Edital que pode ser de seu Interesse.

DADOS DO EDITAL Número/Ano: 001/2016 Modalidade: Convite

Objeto: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no

Centro de Convivência do Idoso

O edital completo poderá ser adquirido na Divísão de Licitação e Compras no Prédio do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, salas 60, 61, 62 ou 63, Bairro Centro Cívico, Cidade de Arapoti, Estado do Paraná, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min.

Poderá também solicitar via e-mail: licitacao@arapoti.pr.gov.br, através de envio do RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL em anexo.

Maiores informações, entre em contato com a Divisão de Licitação, sito à Rua Ondina Bueno de Siqueira, 180, Centro, Arapoti/PR, pelos telefones (43) 3512-3000, 3512-3001.

Atenciosamente,

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS Para

Assunto

AVISO DE LICITAÇÃO

Remetente Licitação Arapoti < licitacao@arapoti.pr.gov.br>

SANTEX GLOBAL - CONSTRUTORA <santexglobal@globo.com>

Data 08/09/2016 12:10



AVISO DE LICITAÇÃO.pdf (46 KB)

RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL.DOC (52 KB)

COMUNICADO

Comunico que encontra-se liberado um Edital que pode ser de seu Interesse.

DADOS DO EDITAL Número/Ano: 001/2016 Modalidade: Convite

Objeto: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no

Centro de Convivência do Idoso

O edital completo poderá ser adquirido na Divisão de Licitação e Compras no Prédio do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, salas 60, 61, 62 ou 63, Bairro Centro Cívico, Cidade de Arapoti, Estado do Paraná, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min.

Poderá também solicitar via e-mail: licitacao@arapoti.pr.gov.br, através de envio do RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL em anexo.

Maiores informações, entre em contato com a Divisão de Licitação, sito à Rua Ondina Bueno de Siqueira, 180, Centro, Arapoti/PR, pelos telefones (43) 3512-3000, 3512-3001.

Atenciosamente,

roundcuba

Assunto

AVISO DE LICITAÇÃO

Remetente

Licitação Arapoti < licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Para

Pizzi Construtora <rodrigo@construtorapizzi.com.br>

Cc

Rapizzi Construtora <vendas@construtorapizzi.com.br>

Data

08/09/2016 12:10

AVISO DE LICITAÇÃO.pdf (46 KB)

RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL.DOC (52 KB)

COMUNICADO

Comunico que encontra-se liberado um Edital que pode ser de seu Interesse.

DADOS DO EDITAL Número/Ano: 001/2016 Modalidade: Convite

Objeto: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no

Centro de Convivência do Idoso

O edital completo poderá ser adquirido na Divísão de Licitação e Compras no Prédio do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, salas 60, 61, 62 ou 63, Bairro Centro Cívico, Cidade de Arapoti, Estado do Paraná, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min.

Poderá também solicitar via e-mail: licitacao@arapoti.pr.gov.br, através de envio do RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL em anexo.

Maiores informações, entre em contato com a Divisão de Licitação, sito à Rua Ondina Bueno de Siqueira, 180, Centro, Arapoti/PR, pelos telefones (43) 3512-3000, 3512-3001.

Atenciosamente,

· 362

Assunto

AVISO DE LICITAÇÃO

Remetente

Licitação Arapoti < licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Para

O M Costa Construtora <omcosta@gmail.com>

Data 08/09/2016 12:09



- AVISO DE LICITAÇÃO.pdf (46 KB)
- RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL DOC (52 KB)

COMUNICADO

Comunico que encontra-se liberado um Edital que pode ser de seu Interesse.

DADOS DO EDITAL Número/Ano: 001/2016 Modalidade: Convite

Objeto: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no

Centro de Convivência do Idoso

O edital completo poderá ser adquirido na Divisão de Licitação e Compras no Prédio do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, salas 60, 61, 62 ou 63, Bairro Centro Cívico, Cidade de Arapoti, Estado do Paraná, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min.

Poderá também solicitar via e-mail: licitacao@arapoti.pr.gov.br, através de envio do RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL em anexo.

Maiores informações, entre em contato com a Divisão de Licitação, sito à Rua Ondina Bueno de Siqueira, 180, Centro, Arapoti/PR, pelos telefones (43) 3512-3000, 3512-3001.

Atenciosamente,

AVISO DE LICITAÇÃO

Remetente

Licitação Arapoti < licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Para

F. Moreira Construtora <mercadaofaxinal@hotmail.com>

Data 08/09/2016 12:08



AVISO DE LICITAÇÃO.pdf (46 KB)

RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL.DOC (52 KB)

COMUNICADO

Comunico que encontra-se liberado um Edital que pode ser de seu Interesse.

DADOS DO EDITAL Número/Ano: 001/2016 Modalidade: Convite

Objeto: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no

Centro de Convivência do Idoso

O edital completo poderá ser adquirido na Divisão de Licitação e Compras no Prédio do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, salas 60, 61, 62 ou 63, Bairro Centro Cívico, Cidade de Arapoti, Estado do Paraná, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min.

Poderá também solicitar via e-mail: licitacao@arapoti.pr.gov.br, através de envio do RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL em anexo.

Maiores informações, entre em contato com a Divisão de Licitação, sito à Rua Ondina Bueno de Siqueira, 180, Centro, Arapoti/PR, pelos telefones (43) 3512-3000, 3512-3001.

Atenciosamente,

roundcube I

Assunto

AVISO DE LICITAÇÃO

Remetente

Licitação Arapoti < licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Para

Geometrica Construtora <betojap6@hotmail.com>

Geometrica - L P Carvalho Construtora Cc lpcarvalho@brturbo.com.br>

Data 08/09/2016 12:07

AVISO DE LICITAÇÃO.pdf (46 KB)

RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL.DOC (52 KB)

COMUNICADO

Comunico que encontra-se liberado um Edital que pode ser de seu Interesse.

DADOS DO EDITAL Número/Ano: 001/2016 Modalidade: Convite

Objeto: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no

Centro de Convivência do Idoso

O edital completo poderá ser adquirido na Divisão de Licitação e Compras no Prédio do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, salas 60, 61, 62 ou 63, Bairro Centro Cívico, Cidade de Arapoti, Estado do Paraná, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min.

Poderá também solicitar via e-mail: licitacao@arapoti.pr.gov.br, através de envio do RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL em anexo.

Maiores informações, entre em contato com a Divisão de Licitação, sito à Rua Ondina Bueno de Siqueira, 180, Centro, Arapoti/PR, pelos telefones (43) 3512-3000, 3512-3001.

Atenciosamente,

U. 36

Assunto

AVISO DE LICITAÇÃO

Remetente

Licitação Arapoti < licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Para

Construtora Masconi <masconi@sercomtel.com.br>

Data

08/09/2016 12:06



AVISO DE LICITAÇÃO.pdf (46 KB)

RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL.DOC (52 KB)

COMUNICADO

Comunico que encontra-se liberado um Edital que pode ser de seu Interesse.

DADOS DO EDITAL Número/Ano: 001/2016 Modalidade: Convite

Objeto: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no

Centro de Convivência do Idoso

O edital completo poderá ser adquirido na Divisão de Licitação e Compras no Prédio do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, salas 60, 61, 62 ou 63, Bairro Centro Cívico, Cidade de Arapoti, Estado do Paraná, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min.

Poderá também solicitar via e-mail: licitacao@arapoti.pr.gov.br, através de envio do RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL em anexo.

Maiores informações, entre em contato com a Divisão de Licitação, sito à Rua Ondina Bueno de Siqueira, 180, Centro, Arapoti/PR, pelos telefones (43) 3512-3000, 3512-3001.

Atenciosamente.

J. 366

Assunto

AVISO DE LICITAÇÃO

Remetente

Licitação Arapoti < licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Para

Construtora Thamar < constr_thamar@uol.com.br>

Data

08/09/2016 12:05



AVISO DE LICITAÇÃO.pdf (46 KB)

RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL.DOC (52 KB)

COMUNICADO

Comunico que encontra-se liberado um Edital que pode ser de seu Interesse.

DADOS DO EDITAL Número/Ano: 001/2016 Modalidade: Convite

Objeto: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no

Centro de Convivência do Idoso

O edital completo poderá ser adquirido na Divisão de Licitação e Compras no Prédio do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, salas 60, 61, 62 ou 63, Bairro Centro Cívico, Cidade de Arapoti, Estado do Paraná, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min.

Poderá também solicitar via e-mail: licitacao@arapoti.pr.gov.br, através de envio do RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL em anexo.

Maiores informações, entre em contato com a Divisão de Licitação, sito à Rua Ondina Bueno de Siqueira, 180, Centro, Arapoti/PR, pelos telefones (43) 3512-3000, 3512-3001.

Atenciosamente,

Assunto

AVISO DE LICITAÇÃO

Remetente Licitação Arapoti < licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Para

Construtora Ramav <construtoramav@yahoo.com.br>

Data 08/09/2016 12:05



AVISO DE LICITAÇÃO.pdf (46 KB)

RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL.DOC (52 KB)

COMUNICADO

Comunico que encontra-se liberado um Edital que pode ser de seu Interesse.

DADOS DO EDITAL Número/Ano: 001/2016 Modalidade: Convite

Objeto: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no

Centro de Convivência do Idoso

O edital completo poderá ser adquirido na Divisão de Licitação e Compras no Prédio do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, salas 60, 61, 62 ou 63, Bairro Centro Cívico, Cidade de Arapoti, Estado do Paraná, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min.

Poderá também solicitar via e-mail: licitacao@arapoti.pr.gov.br, através de envio do RECIBO DE RETIRADA

Maiores informações, entre em contato com a Divisão de Licitação, sito à Rua Ondina Bueno de Siqueira, 180, Centro, Arapoti/PR, pelos telefones (43) 3512-3000, 3512-3001.

Atenciosamente,

AVISO DE LICITAÇÃO

Remetente

Licitação Arapoti < licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Para

JR ENGENHARIA ENGENHARIA < jr-engenharia@uol.com.br>

Data

08/09/2016 11:57



AVISO DE LICITAÇÃO.pdf (46 KB)

RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL.DOC (52 KB)

COMUNICADO

Comunico que encontra-se liberado um Edital que pode ser de seu Interesse.

DADOS DO EDITAL Número/Ano: 001/2016 Modalidade: Convite

Objeto: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no

Centro de Convivência do Idoso

O edital completo poderá ser adquirido na Divisão de Licitação e Compras no Prédio do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, salas 60, 61, 62 ou 63, Bairro Centro Cívico, Cidade de Arapoti, Estado do Paraná, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min.

Poderá também solicitar via e-mail: licitacao@arapoti.pr.gov.br, através de envio do RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL em anexo.

Maiores informações, entre em contato com a Divisão de Licitação, sito à Rua Ondina Bueno de Siqueira, 180, Centro, Arapoti/PR, pelos telefones (43) 3512-3000, 3512-3001.

Atenciosamente,

Assunto AVISO DE LICITAÇÃO

Remetente Licitação Arapoti < licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Para Informativo Prime Licitações <informativo@primelicitacoes.com.br>

Data 08/09/2016 11:50



AVISO DE LICITAÇÃO.pdf (46 KB)

RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL.DOC (52 KB)

COMUNICADO

Comunico que encontra-se liberado um Edital que pode ser de seu Interesse.

DADOS DO EDITAL Número/Ano: 001/2016 Modalidade: Convite

Objeto: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no

Centro de Convivência do Idoso

O edital completo poderá ser adquirido na Divisão de Licitação e Compras no Prédio do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, salas 60, 61, 62 ou 63, Bairro Centro Cívico, Cidade de Arapoti, Estado do Paraná, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min.

Poderá também solicitar via e-mail: licitacao@arapoti.pr.gov.br, através de envio do RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL em anexo.

Maiores informações, entre em contato com a Divisão de Licitação, sito à Rua Ondina Bueno de Siqueira, 180, Centro, Arapoti/PR, pelos telefones (43) 3512-3000, 3512-3001.

Atenciosamente,

Assunto

AVISO DE LICITAÇÃO

Remetente

Licitação Arapoti < licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Para

CRISTIANO ALVES DE OLIVEIRA - CONSTRUTORA <cristiano@globomail.com>

~cristiano@gioboman.com.

Data

08/09/2016 11:49



AVISO DE LICITAÇÃO.pdf (46 KB)

RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL.DOC (52 KB)

COMUNICADO

Comunico que encontra-se liberado um Edital que pode ser de seu Interesse.

DADOS DO EDITAL

Número/Ano: 001/2016 Modalidade: Convite

Objeto: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no

Centro de Convivência do Idoso

O edital completo poderá ser adquirido na Divisão de Licitação e Compras no Prédio do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, salas 60, 61, 62 ou 63, Bairro Centro Cívico, Cidade de Arapoti, Estado do Paraná, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min.

Poderá também solicitar via e-mail: licitacao@arapoti.pr.gov.br, através de envio do RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL em anexo.

Maiores informações, entre em contato com a Divisão de Licitação, sito à Rua Ondina Bueno de Siqueira, 180, Centro, Arapoti/PR, pelos telefones (43) 3512-3000, 3512-3001.

Atenciosamente,

roundcube

Assunto

AVISO DE LICITAÇÃO

Remetente

Licitação Arapoti < licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Para

Correia Neto (Construtora) Correia Neto (Construtora) Oficial (Con

Cc

Correia Neto (Construtora) Oficial <correianeto@mail.crea-

pr.org.br>

Data

08/09/2016 11:47

AVISO DE LICITAÇÃO.pdf (46 KB)

RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL.DOC (52 KB)

COMUNICADO

Comunico que encontra-se liberado um Edital que pode ser de seu Interesse.

DADOS DO EDITAL Número/Ano: 001/2016 Modalidade: Convite

Objeto: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no

Centro de Convivência do Idoso

O edital completo poderá ser adquirido na Divisão de Licitação e Compras no Prédio do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, salas 60, 61, 62 ou 63, Bairro Centro Cívico, Cidade de Arapoti, Estado do Paraná, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min.

Poderá também solicitar via e-mail: licitacao@arapoti.pr.gov.br, através de envio do RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL em anexo.

Maiores informações, entre em contato com a Divisão de Licitação, sito à Rua Ondina Bueno de Siqueira, 180, Centro, Arapoti/PR, pelos telefones (43) 3512-3000, 3512-3001.

Atenciosamente,

Assunto

AVISO DE LICITAÇÃO

Remetente Licitação Arapoti < licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Para

MPS Construtora <cristianjpr@live.com>

Data

08/09/2016 11:46



AVISO DE LICITAÇÃO.pdf (46 KB)

RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL.DOC (52 KB)

COMUNICADO

Comunico que encontra-se liberado um Edital que pode ser de seu Interesse.

DADOS DO EDITAL Número/Ano: 001/2016 Modalidade: Convite

Objeto: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no

Centro de Convivência do Idoso

O edital completo poderá ser adquirido na Divisão de Licitação e Compras no Prédio do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, salas 60, 61, 62 ou 63, Bairro Centro Cívico, Cidade de Arapoti, Estado do Paraná, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min.

Poderá também solicitar via e-mail: licitacao@arapoti.pr.gov.br, através de envio do RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL em anexo.

Maiores informações, entre em contato com a Divisão de Licitação, sito à Rua Ondina Bueno de Siqueira, 180, Centro, Arapoti/PR, pelos telefones (43) 3512-3000, 3512-3001.

Atenciosamente,

J. 373

Assunto AVISO DE LICITAÇÃO

Remetente Licitação Arapoti < licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Para Flama Construções e serviços <flamacs@yahoo.com.br>

Data 08/09/2016 11:45



AVISO DE LICITAÇÃO.pdf (46 KB)

RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL.DOC (52 KB)

COMUNICADO

Comunico que encontra-se liberado um Edital que pode ser de seu Interesse.

DADOS DO EDITAL Número/Ano: 001/2016 Modalidade: Convite

Objeto: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no

Centro de Convivência do Idoso

O edital completo poderá ser adquirido na Divisão de Licitação e Compras no Prédio do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, salas 60, 61, 62 ou 63, Bairro Centro Cívico, Cidade de Arapoti, Estado do Paraná, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min.

Poderá também solicitar via e-mail: licitacao@arapoti.pr.gov.br, através de envio do RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL em anexo.

Maiores informações, entre em contato com a Divisão de Licitação, sito à Rua Ondina Bueno de Siqueira, 180, Centro, Arapoti/PR, pelos telefones (43) 3512-3000, 3512-3001.

Atenciosamente,

AVISO DE LICITAÇÃO

Remetente

Licitação Arapoti < licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Para

Se-Costa Construtora <se-costaconstrutoracivil@hotmail.com>

Data

08/09/2016 11:40



AVISO DE LICITAÇÃO.pdf (46 KB)

RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL.DOC (52 KB)

COMUNICADO

Comunico que encontra-se liberado um Edital que pode ser de seu Interesse.

DADOS DO EDITAL Número/Ano: 001/2016 Modalidade: Convite

Objeto: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no

Centro de Convivência do Idoso

O edital completo poderá ser adquirido na Divisão de Licitação e Compras no Prédio do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, salas 60, 61, 62 ou 63, Bairro Centro Cívico, Cidade de Arapoti, Estado do Paraná, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min.

Poderá também solicitar via e-mail: licitacao@arapoti.pr.gov.br, através de envio do RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL em anexo.

Maiores informações, entre em contato com a Divisão de Licitação, sito à Rua Ondina Bueno de Siqueira, 180, Centro, Arapoti/PR, pelos telefones (43) 3512-3000, 3512-3001.

Atenciosamente.

AVISO DE LICITAÇÃO

Remetente Licitação Arapoti < licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Para

<obras@tecnoenge.com.br>

Data

08/09/2016 11:39



AVISO DE LICITAÇÃO.pdf (46 KB)

RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL.DOC (52 KB)

COMUNICADO

Comunico que encontra-se liberado um Edital que pode ser de seu Interesse.

DADOS DO EDITAL Número/Ano: 001/2016 Modalidade: Convite

Objeto: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no

Centro de Convivência do Idoso

O edital completo poderá ser adquirido na Divisão de Licitação e Compras no Prédio do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, salas 60, 61, 62 ou 63, Bairro Centro Cívico, Cidade de Arapoti, Estado do Paraná, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min.

Poderá também solicitar via e-mail: licitacao@arapoti.pr.gov.br, através de envio do RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL em anexo.

Maiores informações, entre em contato com a Divisão de Licitação, sito à Rua Ondina Bueno de Siqueira, 180, Centro, Arapoti/PR, pelos telefones (43) 3512-3000, 3512-3001.

Atenciosamente.

roundcuba

Assunto AVISO DE LICITAÇÃO

Remetente Licitação Arapoti < licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Para HB CONSTRUTORA - HELCIO <hbconstrutoracivil@gmail.com>

Cc <helcioconstrutoracivil@gmail.com>

Data 08/09/2016 11:38

AVISO DE LICITAÇÃO.pdf (46 KB)

RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL.DOC (52 KB)

COMUNICADO

Comunico que encontra-se liberado um Edital que pode ser de seu Interesse.

DADOS DO EDITAL Número/Ano: 001/2016 Modalidade: Convite

Objeto: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no

Centro de Convivência do Idoso

O edital completo poderá ser adquirido na Divisão de Licitação e Compras no Prédio do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, salas 60, 61, 62 ou 63, Bairro Centro Cívico, Cidade de Arapoti, Estado do Paraná, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min.

Poderá também solicitar via e-mail: licitacao@arapoti.pr.gov.br, através de envio do RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL em anexo.

Maiores informações, entre em contato com a Divisão de Licitação, sito à Rua Ondina Bueno de Siqueira, 180, Centro, Arapoti/PR, pelos telefones (43) 3512-3000, 3512-3001.

Atenciosamente,

roundcube

Assunto AVISO DE LICITAÇÃO

Remetente Licitação Arapoti < licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Para JG ENGENHARIA - ELAINE <elaine@jgengenharia.net>

Cc JG ENGENHARIA - PAULO <pjanino@uol.com.br>

Data 08/09/2016 11:36

AVISO DE LICITAÇÃO.pdf (46 KB)

RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL.DOC (52 KB)

COMUNICADO

Comunico que encontra-se liberado um Edital que pode ser de seu Interesse.

DADOS DO EDITAL Número/Ano: 001/2016 Modalidade: Convite

Objeto: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no

Centro de Convivência do Idoso

O edital completo poderá ser adquirido na Divisão de Licitação e Compras no Prédio do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, salas 60, 61, 62 ou 63, Bairro Centro Cívico, Cidade de Arapoti, Estado do Paraná, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min.

Poderá também solicitar via e-mail: <u>licitacao@arapoti.pr.gov.br</u>, através de envio do RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL em anexo.

Maiores informações, entre em contato com a Divisão de Licitação, sito à Rua Ondina Bueno de Siqueira, 180, Centro, Arapoti/PR, pelos telefones (43) 3512-3000, 3512-3001.

Atenciosamente,

AVISO DE LICITAÇÃO

Remetente Licitação Arapoti < licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Medicseg Atendimento <atendimento@medicseg.com.br>

Para

Data 08/09/2016 11:36



AVISO DE LICITAÇÃO.pdf (46 KB)

RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL.DOC (52 KB)

COMUNICADO

Comunico que encontra-se liberado um Edital que pode ser de seu Interesse.

DADOS DO EDITAL Número/Ano: 001/2016 Modalidade: Convite

Objeto: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no

Centro de Convivência do Idoso

O edital completo poderá ser adquirido na Divisão de Licitação e Compras no Prédio do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, salas 60, 61, 62 ou 63, Bairro Centro Cívico, Cidade de Arapoti, Estado do Paraná, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min.

Poderá também solicitar via e-mail: licitacao@arapoti.pr.gov.br, através de envio do RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL em anexo.

Maiores informações, entre em contato com a Divisão de Licitação, sito à Rua Ondina Bueno de Siqueira, 180, Centro, Arapoti/PR, pelos telefones (43) 3512-3000, 3512-3001.

Atenciosamente,

Assunto

AVISO DE LICITAÇÃO

Remetente Licitação Arapoti < licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Para Critec Eng

Critec Engenharia < critectopografiaengenharia@yahoo.com.br>

Data 08/09/2016 11:35



AVISO DE LICITAÇÃO.pdf (46 KB)

RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL.DOC (52 KB)

COMUNICADO

Comunico que encontra-se liberado um Edital que pode ser de seu Interesse.

DADOS DO EDITAL Número/Ano: 001/2016 Modalidade: Convite

Objeto: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no

Centro de Convivência do Idoso

O edital completo poderá ser adquirido na Divisão de Licitação e Compras no Prédio do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, salas 60, 61, 62 ou 63, Bairro Centro Cívico, Cidade de Arapoti, Estado do Paraná, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min.

Poderá também solicitar via e-mail: licitacao@arapoti.pr.gov.br, através de envio do RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL em anexo.

Maiores informações, entre em contato com a Divisão de Licitação, sito à Rua Ondina Bueno de Siqueira, 180, Centro, Arapoti/PR, pelos telefones (43) 3512-3000, 3512-3001.

Atenciosamente,

Para

Assunto

AVISO DE LICITAÇÃO

Remetente Licitação Arapoti < licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Construtora Guetter - Paulo <guetter@guetter.com.br>

Data 08/09/2016 11:34

roundcube

AVISO DE LICITAÇÃO.pdf (46 KB)

RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL DOC (52 KB)

COMUNICADO

Comunico que encontra-se liberado um Edital que pode ser de seu Interesse.

DADOS DO EDITAL Número/Ano: 001/2016 Modalidade: Convite

Objeto: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no

Centro de Convivência do Idoso

O edital completo poderá ser adquirido na Divisão de Licitação e Compras no Prédio do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, salas 60, 61, 62 ou 63, Bairro Centro Cívico, Cidade de Arapoti, Estado do Paraná, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min.

Poderá também solicitar via e-mail: licitacao@arapoti.pr.gov.br, através de envio do RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL em anexo.

Maiores informações, entre em contato com a Divisão de Licitação, sito à Rua Ondina Bueno de Siqueira, 180, Centro, Arapoti/PR, pelos telefones (43) 3512-3000, 3512-3001.

Atenciosamente,

roundcube

Assunto

AVISO DE LICITAÇÃO

Remetente

Licitação Arapoti licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Para Cc

Construtora Alvorada <construtoraalvorada@yahoo.com.br>

L. Fujita Construtora <alvoradaconstrucaocivil@outlook.com>

Data 08/09/2016 11:34

AVISO DE LICITAÇÃO.pdf (46 KB)

RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL DOC (52 KB)

COMUNICADO

Comunico que encontra-se liberado um Edital que pode ser de seu Interesse.

DADOS DO EDITAL Número/Ano: 001/2016 Modalidade: Convite

Objeto: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no

Centro de Convivência do Idoso

O edital completo poderá ser adquirido na Divisão de Licitação e Compras no Prédio do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, salas 60, 61, 62 ou 63, Bairro Centro Cívico, Cidade de Arapoti, Estado do Paraná, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min.

Poderá também solicitar via e-mail: licitacao@arapoti.pr.gov.br, através de envio do RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL em anexo.

Maiores informações, entre em contato com a Divisão de Licitação, sito à Rua Ondina Bueno de Siqueira, 180, Centro, Arapoti/PR, pelos telefones (43) 3512-3000, 3512-3001.

Atenciosamente,

Cc

Assunto AVISO DE LICITAÇÃO

Remetente Licitação Arapoti < licitação@arapoti.pr.gov.br>

Para Consbarra Construções - Comercial

<comercial.construtorabarra@gmail.com>

Consbarra Construções - Grupo Barra

licitacao@grupobarra.com.br>

Data 08/09/2016 11:33

AVISO DE LICITAÇÃO.pdf (46 KB)

RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL.DOC (52 KB)

COMUNICADO

Comunico que encontra-se liberado um Edital que pode ser de seu Interesse.

DADOS DO EDITAL Número/Ano: 001/2016 Modalidade: Convite

Objeto: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no

Centro de Convivência do Idoso

O edital completo poderá ser adquirido na Divisão de Licitação e Compras no Prédio do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, salas 60, 61, 62 ou 63, Bairro Centro Cívico, Cidade de Arapoti, Estado do Paraná, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min.

Poderá também solicitar via e-mail: licitacao@arapoti.pr.gov.br, através de envio do RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL em anexo.

Maiores informações, entre em contato com a Divisão de Licitação, sito à Rua Ondina Bueno de Siqueira, 180, Centro, Arapoti/PR, pelos telefones (43) 3512-3000, 3512-3001.

Atenciosamente,



∴ **38**3

Assunto

AVISO DE LICITAÇÃO

Remetente Licitaçã

Licitação Arapoti <licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Para Data Casaalta Construções <casaalta@casaalta.com.br> 08/09/2016 11:32



AVISO DE LICITAÇÃO.pdf (46 KB)

RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL.DOC (52 KB)

COMUNICADO

Comunico que encontra-se liberado um Edital que pode ser de seu Interesse.

DADOS DO EDITAL Número/Ano: 001/2016 Modalidade: Convite

Objeto: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no

Centro de Convivência do Idoso

O edital completo poderá ser adquirido na Divisão de Licitação e Compras no Prédio do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, salas 60, 61, 62 ou 63, Bairro Centro Cívico, Cidade de Arapoti, Estado do Paraná, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min.

Poderá também solicitar via e-mail: licitacao@arapoti.pr.gov.br, através de envio do RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL em anexo.

Maiores informações, entre em contato com a Divisão de Licitação, sito à Rua Ondina Bueno de Siqueira, 180, Centro, Arapoti/PR, pelos telefones (43) 3512-3000, 3512-3001.

Atenciosamente,

Assunto

AVISO DE LICITAÇÃO

Remetente

Licitação Arapoti licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Para

BC Construtora - Thais <orcamento.bc@hotmail.com>

Data 08/09/2016 11:31



AVISO DE LICITAÇÃO.pdf (46 KB)

RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL.DOC (52 KB)

COMUNICADO

Comunico que encontra-se liberado um Edital que pode ser de seu Interesse.

DADOS DO EDITAL Número/Ano: 001/2016 Modalidade: Convite

Objeto: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no

Centro de Convivência do Idoso

O edital completo poderá ser adquirido na Divisão de Licitação e Compras no Prédio do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, salas 60, 61, 62 ou 63, Bairro Centro Cívico, Cidade de Arapoti, Estado do Paraná, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min.

Poderá também solicitar via e-mail: licitacao@arapoti.pr.gov.br, através de envio do RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL em anexo.

Maiores informações, entre em contato com a Divisão de Licitação, sito à Rua Ondina Bueno de Siqueira, 180, Centro, Arapoti/PR, pelos telefones (43) 3512-3000, 3512-3001.

Atenciosamente,

roundcube

Assunto

AVISO DE LICITAÇÃO

Remetente

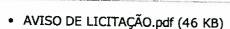
Licitação Arapoti < licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Para

Andréa de Barros Netto Construtora <andrea@starkeconstrutora.com.br>

Data

08/09/2016 11:31



RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL.DOC (52 KB)

COMUNICADO

Comunico que encontra-se liberado um Edital que pode ser de seu Interesse.

DADOS DO EDITAL Número/Ano: 001/2016 Modalidade: Convite

Objeto: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no

Centro de Convivência do Idoso

O edital completo poderá ser adquirido na Divisão de Licitação e Compras no Prédio do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, salas 60, 61, 62 ou 63, Bairro Centro Cívico, Cidade de Arapoti, Estado do Paraná, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min.

Poderá também solicitar via e-mail: licitacao@arapoti.pr.gov.br, através de envio do RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL em anexo.

Maiores informações, entre em contato com a Divisão de Licitação, sito à Rua Ondina Bueno de Siqueira, 180, Centro, Arapoti/PR, pelos telefones (43) 3512-3000, 3512-3001.

Atenciosamente,

Assunto

AVISO DE LICITAÇÃO

Remetente

Licitação Arapoti < licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Para

Alex P. Mello Construtora <alexpmello@yahoo.com.br>

Data 08/09/2016 11:30



AVISO DE LICITAÇÃO.pdf (46 KB)

RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL.DOC (52 KB)

COMUNICADO

Comunico que encontra-se liberado um Edital que pode ser de seu Interesse.

DADOS DO EDITAL Número/Ano: 001/2016 Modalidade: Convite

Objeto: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no

Centro de Convivência do Idoso

O edital completo poderá ser adquirido na Divisão de Licitação e Compras no Prédio do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, salas 60, 61, 62 ou 63, Bairro Centro Cívico, Cidade de Arapoti, Estado do Paraná, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min.

Poderá também solicitar via e-mail: licitacao@arapoti.pr.gov.br, através de envio do RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL em anexo.

Maiores informações, entre em contato com a Divisão de Licitação, sito à Rua Ondina Bueno de Siqueira, 180, Centro, Arapoti/PR, pelos telefones (43) 3512-3000, 3512-3001.

Atenciosamente,

AVISO DE LICITAÇÃO

Remetente Licitação Arapot.

Licitação Arapoti < licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Para

Alexandre Soares - ME Construtora <adm_fasmanutec@hotmail.com>

Data 08/09/2016 11:29

09/00/2016 11:20



AVISO DE LICITAÇÃO.pdf (46 KB)

RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL.DOC (52 KB)

COMUNICADO

Comunico que encontra-se liberado um Edital que pode ser de seu Interesse.

DADOS DO EDITAL Número/Ano: 001/2016 Modalidade: Convite

Objeto: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no

Centro de Convivência do Idoso

O edital completo poderá ser adquirido na Divisão de Licitação e Compras no Prédio do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, salas 60, 61, 62 ou 63, Bairro Centro Cívico, Cidade de Arapoti, Estado do Paraná, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min.

Poderá também solicitar via e-mail: licitacao@arapoti.pr.gov.br, através de envio do RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL em anexo.

Maiores informações, entre em contato com a Divisão de Licitação, sito à Rua Ondina Bueno de Siqueira, 180, Centro, Arapoti/PR, pelos telefones (43) 3512-3000, 3512-3001.

Atenciosamente,

Assunto AVISO DE LICITAÇÃO

Remetente Licitação Arapoti < licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Para Compacta - Jeferson <compacta.civil@gmail.com>

Cc Compacta Construtora - Jeferson < jefersonprestes@yahoo.com.br>

Data 08/09/2016 11:29

• RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL.DOC (52 KB)

AVISO DE LICITAÇÃO.pdf (46 KB)

COMUNICADO

Comunico que encontra-se liberado um Edital que pode ser de seu Interesse.

DADOS DO EDITAL Número/Ano: 001/2016 Modalidade: Convite

Objeto: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no

Centro de Convivência do Idoso

O edital completo poderá ser adquirido na Divisão de Licitação e Compras no Prédio do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, salas 60, 61, 62 ou 63, Bairro Centro Cívico, Cidade de Arapoti, Estado do Paraná, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min.

Poderá também solicitar via e-mail: licitacao@arapoti.pr.gov.br, através de envio do RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL em anexo.

Maiores informações, entre em contato com a Divisão de Licitação, sito à Rua Ondina Bueno de Siqueira, 180, Centro, Arapoti/PR, pelos telefones (43) 3512-3000, 3512-3001.

Atenciosamente,



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

Solicitação do Edital Por E-mail

Assunto **CV/1/2016**

Remetente <euricocfilho@ibest.com.br>
Para <LICITACAO@arapoti.pr.gov.br>

Data 09/09/2016 19:19

Com interesse me participar da processo licitatório na modalidade CV sob nº 01/2016, solicito copia do edital e anexos.

No aguardo, agradeço.

Att.

ECF Construções

Eurico



Assunto Re: CV/1/2016

Remetente Licitação Arapoti < licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Para <euricocfilho@ibest.com.br>

Data 11/09/2016 10:06



- ANEXO I MEMORIAL DESCRITIVO.pdf (1,6 MB)
- EDITAL CV 001-2016.pdf (361 KB)
- RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL.DOC (52 KB)

Em 09/09/2016 19:19, euricocfilho@ibest.com.br escreveu:

Com interesse me participar da processo licitatório na modalidade CV sob n^2 01/2016,

solicito copia do edital e anexos.

No aguardo, agradeço.

Att.

ECF Construções

Eurico

A Empresa

ECF CONSTRUÇÕES

Assunto: Encaminhamento de Edital de Licitação

Referente: Edital de Convite nº 001/2016

Prezado(a) senhor(a), junto ao prazer em cumprimentá-lo, vimos por meio deste, encaminhar o Edital com seus respectivos anexos referente a licitação supramencionada, para sua apreciação.

Favor assinar o recibo de entrega do edital e nos encaminhar.

Sendo o que tínhamos para o momento, nos colocamos à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

Comissão Permanente de Licitação Prefeitura Municipal de Arapoti

CV/1/2016

Remetente Para <euricocfilho@ibest.com.br>
<licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Data

22/09/2016 20:59



Boa Noite!

Com intenção de participar do processo licitatório na modalidade CONVITE sob nº 01/2016,

e conforme o disposto no Edital, item 16.12, solicito a disponibilização dos arquivos abaixo:

Proposta de Preços (arquivo word)

Planilha Orçamentaria (arquivo Excel)

Cronograma Fisico Financeiro (arquivo Excel)

Sem Mais, agradeço.

Att. ECF Construções

Eurico

Re: CV/1/2016

Remetente L

Licitação Arapoti < licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Para

<euricocfilho@ibest.com.br>

Data

23/09/2016 07:56



- CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO.xls (23 KB)
- DECLARAÇÕES.DOC (89 KB)
- PLANILHA ORÇAMENTARIA.xls (22 KB)
- PROPOSTA DE PREÇOS.DOC (47 KB)

Em 22/09/2016 20:59, euricocfilho@ibest.com.br escreveu:

```
Boa Noite!

Com intenção de participar do processo licitatório na modalidade CONVITE sob nº 01/2016,

e conforme o disposto no Edital, item 16.12, solicito a disponibilização dos arquivos abaixo:

Proposta de Preços ( arquivo word )

Planilha Orçamentaria ( arquivo Excel )

Cronograma Fisico Financeiro ( arquivo Excel )

Sem Mais, agradeço.

Att. ECF Construções

Eurico
```

PREZADO SENHOR,

SEGUE A PROPOSTA, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA.

ATT.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
(43) 3512-3159/3160/3162/3032/3033

Assunto SOLICITAÇÃO DE EDITAL CONVITE N°001/2016

Remetente Demotay Serviços e Manutenção <demotay@hotmail.com>

Para Licitação Arapoti <licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Data 23/09/2016 11:56



Bom dia,

venho solicitar que me envie por gentileza o edital da licitação Convite nº 001/2016.

Aguardo o retorno.

Desde já agradeço.

Att,

Josy Martins

"Excelência e Comprometimento com a Qualidade"

Fone: (44) 3023-2043

www.demotay.com.br

roundcube

Assunto

Re: SOLICITAÇÃO DE EDITAL CONVITE N

°001/2016

Remetente

Licitação Arapoti < licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Para

Demotay Serviços e Manutenção <demotay@hotmail.com>

Data

23/09/2016 13:43

EDITAL CV 001-2016.rar (1,6 MB)

A Empresa

DEMOTAY SERVIÇOS E MANUTENÇÃO

Assunto: Encaminhamento de Edital de Licitação

Referente: Edital de Convite nº 001/2016

Prezado(a) senhor(a), junto ao prazer em cumprimentá-lo, vimos por meio deste, encaminhar o Edital com seus respectivos anexos referente a licitação supramencionada, para sua apreciação.

Favor assinar o recibo de entrega do edital e nos encaminhar.

Sendo o que tínhamos para o momento, nos colocamos à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

Comissão Permanente de Licitação Prefeitura Municipal de Arapoti

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

Comprovante de Retirada do Edital

CONVITE Nº 001/2016 PROCESSO Nº 127/2016

Razão Social: ALEXANDRE SOARES - ME

CNPJ nº: 20.480.536/0001-69

Endereço: RUA DOLORES BARROS DIAS, 88 - JARDIM CERES

E-mail: adm_fasmanutec@hotmail.com

Cidade: ARAPOTI Estado: PARANÁ

Telefone: (43) 9669-3164 Fax:

Pessoa para contato: VALTER JOSÉ DE OLIVEIRA

Nesta data, (X) RECEBEMOS e ou () FIZEMOS o download do instrumento convocatório acima identificado no endereço eletrônico: http://www.arapoti.pr.gov.br.

Arapoti, 09 de setembro de 2016.

Valter Jose de Oliveiro Assinatura

Senhor Licitante,

CONVITE N° 001/2016 PROCESSO N° 127/2016

Razão Social: C. V. Manutenção Predial Urbana

CNPJ nº: 22.005.355/0001-06

Endereço: Rua Jurandir Correia - 288

E-mail:

Cidade: Arapoti Estado: Pr

Telefone: (41) 9894-3517 Fax:

Pessoa para contato: Cosme

Nesta data, (X) RECEBEMOS e ou () FIZEMOS o download do instrumento convocatório acima identificado no endereço eletrônico: http://www.arapoti.pr.gov.br.

Arapoti, 09 de setembro de 2016.

Assinatura

Senhor Licitante,

CONVITE Nº 001/2016 PROCESSO Nº 127/2016

Razão Social: COMPACTA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA - ME

CNPJ nº: 20.732.496/0001-03

Endereço: RUA MARIA DA LUZ WERNER, 79 - VILA ROMANA II

E-mail: compacta.civil@gmail.com

Cidade: ARAPOTI Estado: PARANÁ

Telefone: (43) 3512-9002 / (43) 9902-0079 Fax:

Pessoa para contato:

Arapoti, 09 de setembro de 2016.

ANTONIO PEREIRA ALBINO

Senhor Licitante,

CONVITE N° 001/2016 PROCESSO N° 127/2016

Razão Social: ALEX PAULO DE MELO 98093428968

CNPJ nº: 14.878.001/0001-48

Endereço: RUA GENIPLO PEDROSO, 165 - VILA BURRINHO

E-mail: alexpmello@yahoo.com.br

Cidade: ARAPOTI Estado: PARANÁ

Telefone: (43) 9959-7674 Fax:

Pessoa para contato: ALEX PAULO DE MELO

Arapoti, 09 de setembro de 2016.

Assinatura

Senhor Licitante,



CONVITE Nº 001/2016

NOME:

HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP

CNPJ/CPF:

19.639.120/0001-61

ENDEREÇO: RUA PEDRO NUNES DE LARA, 467 - JARDIM CERES

CIDADE:

ARAPOTI

ESTADO: PR

E-MAIL:

hbconstrutoracivil@gmail.com / helcioconstrutoracivil@gmail.com

TELEFONE:

FAX:

CELULAR:

(43) 9641- 5506

PESSOA PARA CONTATO: HELCIO BATISTA DE ALMEIDA

Nesta data, RECEBEMOS, diretamente na Divisão de Licitação e Compras, cópia do instrumento convocatório acima identificado.

Arapoti, 12 de setembro de 2016

HELCIO BATISTA DE ALMEIDA

Responsável pela Retirada do Edital

CONVITE N° 001/2016 PROCESSO N° 127/2016

Razão Sociai: EURICO CARVALHO FILHO CONSTRUÇÃO CIVIL ME

CNPJ nº: 17.467.552/0001-07

Endereço: RUA TIRADENTES, 347

E-mail: euricocfilho@ibest.com.br

Cidade: CASTRO Estado: PARANÁ

Telefone: 42 9934-9900 Fax:

Pessoa para contato: Eurico Carvalho Filho

Castro, 12 de setembro de 2016.

Assinatura

(Decollo

Assunto

CV/1/2016

Remetente

<euricocfilho@ibest.com.br>

Para

<licitacao@arapoti.pr.gov.br>

Data

11/09/2016 20:36



RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL.DOC (130 KB)

Segue anexo recibo de retirada de edital.

Att.

Eurico

CONVITE Nº 1/2016

NOME:

INGRED DOS SANTOS RODRIGUES

CNPJ/CPF:

22.468.203/0001-40

ENDEREÇO: RUA JOÃO PAULO II, 354 - VILA ROMANA

CIDADE:

ARAPOTI

ESTADO: PR

E-MAIL:

TELEFONE: (43) 9659-0225

FAX:

CELULAR:

PESSOA PARA CONTATO:

Nesta data, RECEBEMOS, diretamente na Divisão de Licitação e Compras, cópia do instrumento convocatório acima identificado.

Arapoti, 22 de setembro de 2016

Responsável pela Retirada do Edital

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

Comprovante de Protocolo dos Envelopes



Prefeitura Municipal de Arapoti

Rua Ondina Bueno de Siqueira, nº 180, Centro Cívico - Arapoti - ParanáFone - CEP 84.990-000 CNPJ 75.658.377/0001-31 E-mail: licitacao@arapoti.pr.gov.br / Fone: (43) 3512-3000

Comprovante de Protocolo

 Protocolo:
 Data:
 Horário:
 Convite

 950
 30/09/2016
 08:25
 001/16

Origem:

HG DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP

Interessado:

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

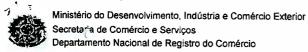
Assunto:

Entrega dos Envelopes de HABILITAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇOS

Assinatura/do Responsável

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

Documentos de Habilitação



REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIQO 8

The second second	make the Manager of the Control		STATE OF THE STATE						JUNIA COMERCIAL
NÚMERO DE IDENTIFICAÇ	ÃO DO REGISTRO DE E	MPRESA - NIR	E DA SEDE		NIRE DA FILIAL (preencher sor	mente se ato refere	ote = filial\	DO PARANÁ
XXXXXXXXXXXXXX				XXXXXXXX		July and reselve	= mal)	CIA REGIO	
NOME DO EMPRESARIO (completo, sem abreviaturas) HELCIO BATISTA DE ALMEIDA								-	COLUMN TEN
VACIONALIDADE	214 DE ALME	IDA			T				A MARIE A
BRASILEIRA				CASAD	0				
SEXO REGIME DE BENS(se casado)					CAGADI				
MX F			PARCIAL					0	
FILHO DE (pai) SEBASTIÃO NASCIMENTO DE ALMEIDA TEREZINHA DE ALMEIDA									
NASCIDO EM (data de nascimento) IDENTIDADE (número)					Órgão emissor UF CPF(número)				
29/02/1976 6.339.345-2 SSP PR 965.501.989-68 EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor)									
XXXXXXXXXXXXXXX		ille 110 Caso De	inenor)						
OMICILIADO NA (LOGRA									NÚMERO
OMPLEMENTO	L CARNEIRO L	.OBO							609
CASA			FUNCION			CEP 84.990-000		00.000	CÓDIGO DO MUNICIPIO (Uso d junta Comercial)
MUNICIPIO			1 01101011	711100			04.98	30-000	5784 UF
ARAPOTI						-			PF
leclara, sob as p outro registro de	enas da lei, não empresário e r	estar im equer à .	pedido de e JUNTA COM	ERCIAL DO	dade empres PARANÁ	ária, que	não possui		
ÓDIGO DO ATO	DESCRIÇÃO DO A					CÓDIGO DO EVENTO DESCR		SCRIÇÃO DO EVENTO	
080 ODIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO E	VENTO			XXXXXXXXXX	The state of the s	DESCRIÇÃO DO		
XXXXXXXXXXXXXXXX	xxxxxxxxxxxxxxx				XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX		XXXXXXXXXXX		
OME EMPRESARIAL		ITODA O	N. (II		70000000				
	IDA CONSTRU	TORAC	JIVIL						
OGRADOURO (rua,ev, etc	:) NUNES DE LA	RA							NÚMERO
OMPLEMENTO			BAIRRO/DISTRITO				CEP		486 CODIGO DO MUNICIPIO
SALA			JARDIM C	ERES			84.990	000-	(Uso da junta Comercial) 5784
ARAPOTI			UF L c	200	011	CORREIO EL	ETRONICO (E-MA	L)	•
ALOR DO CAPITAL - R\$		VALOR DO CA	APITAL - (por exten	PR BRA	SIL	XXXXXX	XXXXXXX		
280.000,00			OS E OITE	-	REAIS				
ÓDIGO DE ATIVIDADE CONÔMICA	DESCRIÇÃO DO OBJE								
(cnae)	CONSTRUÇ	ÃO DE E	DIFICIOS	E REDES [DE ABASTE	CIMENT	O DE AGL	A, COL	ETA DE ESGOTO, STALAÇÃO
tividade Principal 4120400	∣ INSTALAÇA I E MANUTEN	U HIDRA ICÃO FI	AULICAS, S ETRICA XX	ANITARIO XXXXXXXX	XXXXXXXX	DE TERF XXXXXX	RAPLENAG XX XXXXX	EM, INS	STALAÇÃO XXXXX XXXXXXXXXX
ividade secundária		. y . 10		(1 171				200000700000000000
4321500				LE A CUTATION	DE AF	RAPOTI	Ĺ		Λ
4222701			PREFE	LIUKA IA LOĀRRIJU II.	A LIZITAÇ	ÃO			
4322301			00	WEERE C	ONORIG	921			
4313400		CONFERE COLLORIGINAL							
XXXXXXXX									
XXXXXXX DATA DE INICIO DAS ATIVIDADES NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE EU AL DE QUITRA UE USA DE INICIO DAS ATIVIDADES									
			RIÇÃO NO CNPJ	NIRE ANT		U DE FILIAL D	DE OUTRA UF	UF	DEPENDENTE DE
01/02/2014 XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX									
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESARIO (ou pelo representante/assistente/gerente)									
HB DE ALMEISA CONSTRUTORA CIVIL									
15/01/2014									
ARA USO EXC	LUSTVO DA T	TINTA C	OMERCIAL						
	LOSIVO DA O	SOLO BENEVIA DE LA COMPANSION DE LA COMP	NAME OF TAXABLE PARTY.						11/49/8
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE									
Adriano Antrecido de Chua Certifico O REGISTRO EM: 29/01/2014									
RG 8,692-186-37 PR Agencia Regional Jaquaria/va - PR Protocolo: 14/047180-4, DE 17/01/2014 moffs									
Agencia Regional Jaquariaiya - PR RELATOR SUPLENTE									
ALADEDA CONSTROTORA CIVIL									
2 9 JAN /2014 SECRETARIO GERAL									



Secretaria da Micro e Pequena Empresa Secretaria da Racionalização e Simplificação Departamento de Registro Empresarial e Integração Junta Comercial do Estado do Paraná - JUCEPAR

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

	CONTRACTOR				SERVICE LESSES DE L'AUTORISSE	ron:		
NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO I	REGISTRO DE EMP	RESA - NIRE DA SEDE		NIRE DA FILIAL (pregneter so	morto so No relevante a kligi)			
41107562671 NOME DO BMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas)				xxx				
						₹ v		
HELCIO BATISTA DE ALI	MEIDA					•		
The second secon				ESTADO CIVIL				
BRASILEIRA				Casado				
SENO		REGIME DE BE	NS(se casado)	•				
Masculino FILHO DE (pal)		Comunhão	Parcial.			·		
				(code)				
SEBASTIÃO NASCIMENT				TEREZINHA DE ALN	4EIDA	1		
NASCIDO BM (data de rescimento) IDENTIDADE (número) 29/02/1976 63903452				Orgão emissor	GPF:numero			
EMANCIPADO POR (forms de emano		3393452		SSP	PR	96550198968		
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO		camp ga welch.)						
RUA MANOEL CARNEIRO						NUMERO		
COMPLEMENTO	BAIRROIDIST	1070				609		
CASA	FUNCIO			CEP		IPIO (Uso da Jurta Comurcial)		
MUNICIPIO	1 FUNCIO	MANUS	-	84990-000	005784 - Arap	自己的原理。 1. 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1		
Arapoti					•	U+		
						PR		
deciara, sob as penas da	a lei, não esta	r impedido de ex	ercer atividade	empiesária , que não	possui outro regis	tro de empresário e requer à JUN?		
TOWNE DO LOTAL	O DO FAIDAIL	A:						
1	CRIÇÃODO ATO					CODISO DO EVENTO		
DESCRIÇÃO DO EVENTO	LTERAÇÃO					021		
	100000							
ALTERAÇÃO DE DADOS	(EXCETO NO	ME EMPRESARI	AL)					
HS DE ALMEIDA CONSTI	HUTOHA CIVI	L • EPP				:		
RUA PEDRO NUNES DE	LADA					NÚMERO		
COMPLEMENTO						467		
COMPLEMENTO	BAIRROOIST			CEP		CIPIO (Uso da junta Comercial)		
MUNICIPIO	JARDIM	CEMES		84990-000	005784 - Arap	and the second of the second o		
Arapoti			UF PR	PAIS	CORREIO ELETROI			
VALOR DO CAPITAL - RS	IVALDO DO C	APITAL- (por extenso)	- FR	BRASIL	OHGAÇONA	RAPOTI@TERRA.COM.BR		
280.000.00	1	e olienta mil real						
CÓDIGO DE ATIMDADE ECONOMIS		sericio do Objeto						
(CNAE Fiscal)			licine- Instalania	a Manusanaka Elderica.	Canada eta Cad	es de Abastecimento de Água,		
Afvidade Principal	13	Coleta de espoto:	instalações Hidri	e waranerição Eleuca; julicas e Sanitárias e de	Coustração de Hedi	aplenagem; Serviços de Pintura		
4120400		de Edificios; Obras	de Acabamento	da Construção tais con	no: Chapirco, emboo	o e Reboco: Obras de		
Alividade Secundário	[1	nstalações em Co	nstrução tais con	no: Revestimento de Tu	bulações; Atividades	de Limpeza tais como em		
4321500, 4222701, 43223	ισι, [(Caixas de Ágüa e	Caixas de		• 655			
4313400, 4330404, 43304 4329199, 8129000, 81303	•					ν.		
DATA DE INICIO DAS ATIVIDADES		UMERO DE INSCRIÇÃO	OMO CNP.I	TRANSFERÊNCIA DE SI	DE ON DE ENTAL DE	UF USO DA JUNTA COMERCIALITA		
01/02/2014		19639120000161		OUTRAUF NIRE ANTER		UF USO DA JUNTA COMERCIAL DEPONDENTE DE 1SIM		
						GOVERNMENTAL S-NAC		
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMP	RESARIO (ou palo re	apresentante/assistente/gr	erente)		1925	A STATE OF THE STA		
11BNe 1	siendo	Leve te	سيرتواميك	Pulled I -	FOP			
DATA ASSIVATORA 1 PO	A.	Selvito, A Elwas	s'io	J-(1			
28/04/2016		CAP _		•				
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA	COMERCIAL				_ Profidential of a			
DEFERIDO, PUB	LIQUE-SE E A	the same of the sa	AUTENT	ICAÇÃO				
				וועו הפולפטן ו		en e		
· 一 · · · · · · · · · · · · · · · · · ·					AND ORDER HAND LEADER HAVING WITH PROFIT ONLY			
			1			PR1160000178685		
A PERSONAL PROPERTY ASSESSMENT OF THE PERSON	ASSERTION OF THE PARTY OF THE P	AMERICAN PROPERTY.	or the second	ार्थन्त्रके क्षेत्रहा सम्बद्धाः स्टब्स्	Helican Committee States States	o filman kalkon kan kan kan kan kan kan kan kan kan ka		
PARA USO EXCLUSIVO DA	JUNTA COME	RCIAL			* Fela documento	foi gerado no portal Empresa Fácil		
					F346 ADCRINE(IÓ	TO BALBOO IIO POINT CHIDISPE LECAL		
	art					/-1		

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 02/05/2016 11:05 SOB N° 20162926677. PROTOCOLO: 162926677 DE 29/04/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11600240117. NIRE: 41107562671. HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - - EPP

Libertad Bogus SECRETÁRIA GERAL CURITIBA, 02/05/2016 www.empresafacil.pr.gov.br

JUNTA COMERCIAL DO PARANA

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 27/09/2016 às 08:45:28 (data e hora de Brasília).

.

Consulta QSA / Capital Social

Voltar

De



Preparar Página para Impressão

Página: 1/1





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP

CNPJ: 19.639.120/0001-61

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

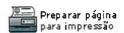
A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços http://www.receita.fazenda.gov.br> ou http://www.pgfn.fazenda.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014. Emitida às 08:45:55 do dia 27/09/2016 <hora e data de Brasília>.

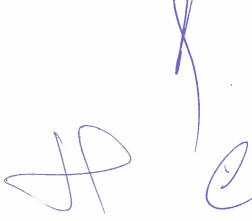
Válida até 26/03/2017.

Código de controle da certidão: A62C.5606.905A.5F00 Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Nova Consulta









Estado do Paraná Secretaria de Estado da Fazenda Coordenação da Receita do Estado

U. 412

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual Nº 015309661-74

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: 19.639.120/0001-61

Nome: CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 25/01/2017 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet www.fazenda.pr.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS Nrº da Certidão: 004900/2016

Interessado:- HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP

Contribuinte: 7934 - HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP Endereco....: R. PEDRO NUNES DE LARA 467 JARDIM CERES

Dt Abertura..: 29/01/2014

Ressalvado o direito de inscrever e cobrar tributos ainda não lançados ou que venham a ser apurados posteriormente, CERTIFICAMOS para os devidos fins que, em observância ao disposto no artigo 205 da Lei Federal nº 5.172/66 - Código Tributário Nacional, foram verificados os registros em sistema eletrônico e constatado que o(a) contribuinte acima identificado(a) não possui débitos tributários com a Fazenda Municipal.

VALIDADE DE 30 (TRINTA) DIAS

Arapoti, 27 de Setembro de 2016

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

DAD	OS PARA CONSULTAR	VALIDADE DO DOCUM	IENTO			
	arapoti.sigiss.com.br					
Nrº CND:	CNPJ Interessado:	Data Emissão CND:	Código Validade:			
004900/2016	19.639.120/0001-61	27/09/2016	5JQE0HTL			





Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 19639120/0001-61

Razão Social: HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL EPP Nome Fantasia: HD DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL

Endereço: PR / 84990-000

RUA PEDRO NUNES DE LARA 486 SALA / JARDIM CERES / ARAPOTI /

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 09/09/2016 a 08/10/2016

Certificação Número: 2016090904355685777371

Informação obtida em 27/09/2016, às 08:47:16.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 19.639.120/0001-61

Certidão nº: 96278965/2016

Expedição: 27/09/2016, às 08:50:01

Validade: 25/03/2017 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 19.639.120/0001-61, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores

Trabalhistas. Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do

Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Dúvidas e sugestões: cndt@tst.jus.br



Página 1/1 CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA Nº 0000000333621



CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA

Validade: 21/02/2017

CERTIFICAMOS que a Empresa mencionada encontra-se registrada neste Conseiho, nos Termos da Lei 12.378/10, de 31/12/2010, conforme os dados impressos nesta certidão. CERTIFICAMOS, aínda, que a Empresa não se encontra em débito com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, estando habilitada a exercer suas atividades, circunscrita à(s) atribuição(ções) de seu(s) responsável(veis) técnico(s)

INFORMAÇÕES DO REGISTRO

Razio Sociai: HD DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL Registro CAU: 33099-0

CNPJ: 19.639.120/0001-61

Objetivo social: atividade primaria: construção de edificios; atividade secundaria: instalação e manutenção elétrica; atividade de palsagistas; construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação; obras de terraplanagem, outras obras de acabamento de construção; atividades de limpeza; instalações hidráulicas e sanitárias e de gás.

Atividades econômicas:

- CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS Capital social; R\$ 280.000,00

Última atualização do capital: 29/01/2014

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Nome: ANDRE AVELINO DE CARVALHO E SILVA

Titulo:

- Arquiteto e Urbanista

Início da responsabilidade técnica: 13/05/2016

Impresso em: 25/06/2016 às 17:00:23 por: HD DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EFP, ip: 200.138.71.161



Rua Pedro Nunes de Lara, 467 - Fone 43-9641.5506 CNPJ 19.639.120/0001-61 Rua Pedro Nunes de Lara, 467, Jardim Ceres – CEP 84.990-000

Tel: (43) 9641-5506

E-Mail: helcioconstrutoracivil@gmail.com Arapoti - Paraná

ANEXO XIII

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Α

Prefeitura Municipal de Arapoti

Rua Placidio Leite, 148, Centro Cívico, Arapoti/PR

Att.: Comissão Permanente de Licitação - CPL

Ref.: CONVITE Nº 001/2016.

Em atendimento ao **item 15.4.7.4** deste Edital do Convite em referência, indicamos o(s) profissional(is) abaixo para atuar(em) como responsável(is) técnico(s) da obra, caso sejamos vencedor da licitação e devidamente contratado:

Nº	Nome	Especialidade / Título	Nº do CREA
01	ANDRE AVELINO DE CARVALHO E SILVA	ARQUITETO URBANISTA	PR-21381/D

Por ser verdade, assumo inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a declaração falsa está sujeita às penalidades previstas em lei.

Arapoti; Pr., 27 de Setembro de 2016.

HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL – EPP CNPJ N°. 19.639.120/0001-61 HELCIO BATISTA DE ALMEIDA

SOCIO ADM.



Conselho de Arquitetura e Urbanismo CERTIDÃO DE RESISTRO E QUITAÇÃO Lai Nº 12378 de 31 de Decembro de 2010

Página 1/1 CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO Nº 0000000333703



CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Validade: 22/02/2017

CERTIFICAMOS que o Profissional ANDRE AVELINO DE CARVALHO E SILVA encontra-se registrado neste Conselho, nos Termos da Lei 12.378/10, de 31/12/2010, conforme os dados impressos nesta certidão. CERTIFICAMOS, ainda, que o Profissional não se encontra em débito com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR

INFORMAÇÕES DO REGISTRO

Nome: ANDRE AVELINO DE CARVALHO E SILVA

Registro CAU: A15807-0 Registro Anterior CAU: 33078-7

CPF: 453.653.509-87

Tipo de registro: DEFINITIVO (PROFISSIONAL DIPLOMADO NO PAÍS)

Situação de registro: ATIVO

Titulo(s):

- Arquiteto e Urbanista

Cursos anotados no SICCAU:

- Nenhum curso anotado.

ATRIBUIÇÕES

As atividades, atribuições e campos de atuação profissional são especificados no art. 2o da Lei 12.378, de 31 de dezembro de 2010.

OBSERVAÇÕES

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.
- Válida em todo território nacional.

A autenticidade desta Certicito pode ser verificada em: https://sicoau.cautr.org.br/app/view/eight/actemo?ftcm=Servicos, com a chave: 490225 4mpresso em: 26/08/2016 às 12:08:03.por: ANDRE AVELINO DE CARVALHO & SILVA, ip: 201.24.197.17

*

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

CONTRATADO: ANDRE AVELINO DE CARVALHO E SILVA, Brasileiro, Casado, Arquiteto e Urbanista, inscrito no CAU sob nº. A15807.0, Carteira de Identidade nº. 3135788-1-SSP/PR, CPF nº. 453.653.509-87, residente e domiciliado a Rua Thomas Abdala, 382, Jardim Ceres, localizado neste Município de Arapoti, no Estado do Paraná.

CONTRATANTE: HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP, pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 19.639.12010001-61, com a sede á Rua Pedro Nunes de Lara, 467, Jardim Ceres, localizado neste Município de Arapoti, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Sr. HELCIO BATISTA DE ALMEIDA, portador da Cédula de Identidade RG sob o nº. 633934-52-SSP/PR, e ainda do CPF sob o nº. 965.501.989-68.

As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato de Prestação de Serviços, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no presente (entre 13/05/2016 e 13/05/2020).

DO OBJETO DO CONTRATO

Cláusula 1ª. O objeto do presente contrato consiste na prestação pelo CONTRATADO ao CONTRATANTE, dos seguintes serviços profissionais:

Responsável Técnico pela empresa perante o CAU e seus clientes e serviços.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- Cláusula 2ª. O CONTRATANTE deverá fornecer ao CONTRATADO todas as informações necessárias à realização do serviço, que será executado nas dependências do CONTRATADO, e ainda fornecer os documentos necessários para seu desempenho.
- Cláusula 3º. O CONTRATANTE se compromete a enviar ao CONTRATADO os documentos citados na cláusula anterior sempre com no mínimo de 10 (dez) dias úteis de antecedência ao prazo estipulado para entrega dos mesmos aos clientes, para que haja tempo necessário ao desenvolvimento dos trabalhos solicitados.
- Cláusula 4º. O CONTRATANTE se compromete em fornecer CONTRATADO dados, documentos e informações necessárias ao desempenho serviços ora contratados, em tempo hábil, nenhuma responsabilidade cabendo segunda acaso recebidos intempestivamente.
- Cláusula 5ª. O CONTRATANTE se responsabiliza por eventuais multas e ou prejuízos decorrentes de atraso na entrega de serviços de mão-de-obra, mão-de-obra e ou materiais com qualidade abaixo do combinado com seus clientes.

de-

Página 1 de 4

Cláusula 6ª. Cabe apenas ao CONTRATANTE a responsabilidade de mão-de-obra eficiente e com qualidade técnica, e a utilização de materiais e insumos de qualidade e eficiência inquestionáveis em todos os trabalhos por Ele realizados sob a responsabilidade técnica do CONTRATADO.

Cláusula 7º. O CONTRATANTE deverá ressarcir com no máximo 3 dias úteis, todas as despesas ao CONTRATADO para que o mesmo possa visitar e acompanhar diariamente se necessário cada trabalho elaborado.

Cláusula 8ª. O CONTRATANTE deverá seguir criteriosamente todas as especificações e orientações técnicas de trabalhos orientados pelo CONTRATADO, ficando responsável por qualquer ação de ressarcimento de trabalho mal executado caso não siga estas instruções.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Cláusula 9ª. O CONTRATADO se compromete a cumprir os prazos estabelecidos na legislação vigente quanto aos serviços contratados, acompanhando-os com zelo, diligência e honestidade, assegurando os interesses do CONTRATANTE, sujeitando-se às normas do Código de Ética Profissional de Arquiteto Urbanista.

Cláusula 10°. O CONTRATADO se responsabiliza por eventuais multas fiscais decorrentes de atrasos nos serviços por Ele executados (de sua responsabilidade) e entregues com atraso, com exceção dos trabalhos onde seja necessário informações e documentos fornecidos pelo CONTRATANTE, e o mesmo deixar de fazer ou o fizer fora do prazo acordado.

Cláusula 11º. O CONTRATADO se obriga a fornecer ao CONTRATANTE todas as informações relativas ao andamento dos serviços ora contratados, responsabilizando-se pelos documentos que estiverem sob sua guarda, respondendo pelo seu mau uso, perda, extravio ou rasuras que comprometam a eficácia destes documentos.

Cláusula 12^a. O CONTRATADO não responde por informações, declarações ou documentação inidôneas que lhe forem apresentadas pelo CONTRATANTE.

Cláusula 13°. O CONTRATADO deverá fornecer recibo(s), referente ao(s) pagamento(s) efetuado(s) pelo CONTRATANTE.

DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Cláusula 14^a. O presente serviço será remunerado pela quantia de 6 (seis) salários mínimo nacional vigente (R\$ 5.280,00 = cinco mil, e duzentos e oitenta reais) por mês, acrescidos do recolhimento de todos os encargos sociais referentes ao valor do salário pago. Sendo as atividades exercidas 4 (quatro) horas diária, não precisando necessariamente cumprir horário em nenhum estabelecimento, deixando esse tempo para visitas em obras e trabalhos em seu escritório, todos referentes ao CONTRATANTE.

\$ 5 A

Página 2 de 4

Cláusula 15^a. Os serviços extraordinários executados pelo CONTRATADO serão cobrados em separado, segundo valor específico constante de orçamento previamente aprovado pelo CONTRATANTE, que devem ser especificados em no mínimo de 5% do valor de cada contrato de trabalho a ser executado pelo contratante com responsabilidade técnica do CONTRATADO.

Cláusula 16^a. O pagamento de salários deverá ser feito até o 5^o (quinto) dia útil de cada mês subsequente ao mês trabalhado. Os pagamentos dos trabalhos extras deverão ser feitos após a emissão da 1^a (primeira) Nota Fiscal referente ao trabalho em questão.

DO INADIMPLEMENTO, DO DESCUMPRIMENTO E DA MULTA

Cláusula 17^a. Em caso de inadimplemento por parte do CONTRATANTE quanto ao pagamento do serviço prestado, deverá incidir sobre o valor do presente instrumento, multa pecuniária de 2%, juros de mora de 1% ao mês e correção monetária.

Cláusula 18^a. Em caso de cobrança judicial, devem ser acrescidas custas processuais e 20% de honorários advocatícios.

Cláusula 19^a. No caso de não haver o cumprimento de qualquer uma das cláusulas do presente instrumento, a parte que não cumpriu deverá pagar uma multa de 10% do valor do contrato para a outra parte, além de permitir a parte lesada o cancelamento imediato deste objeto de contrato sem aviso prévio.

DA RESCISÃO IMOTIVADA

Cláusula 20^a. Poderá o presente instrumento ser rescindido por qualquer uma das partes, em qualquer momento, sem que haja qualquer tipo de motivo relevante, não obstante a outra parte deverá ser avisada previamente por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias.

Cláusula 21º. Caso o CONTRATANTE já tenha realizado o pagamento pelo serviço, e mesmo assim, requisite a rescisão imotivada do presente contrato, terá o valor da quantia paga devolvido, deduzindo-se 2% de taxas administrativas.

DO PRAZO

Cláusula 22º. Caso seja o CONTRATADO quem requeira a rescisão imotivada, deverá devolver a quantia que se refere aos serviços por ele não prestados ao CONTRATANTE, acrescentado de 2% de taxas administrativas.

Cláusula 23^a. O CONTRATADO assume o compromisso de realizar os serviços por prazo de 04 (quatro) anos, de acordo com a forma estabelecida no presente contrato.

DAS CONDIÇÕES GERAIS

Cláusula 24^a. Fica compactuada entre as partes a total inexistência de vínculo trabalhista entre os contratantes, excluindo as obrigações previdenciárias e os encargos sociais,

Página 3 de 4

não havendo entre CONTRATADO e CONTRATANTE qualquer tipo de relação de subordinação.

Cláusula 25°. Salvo com a expressa autorização do CONTRATANTE, não pode o CONTRATADO transferir ou subcontratar os serviços previstos neste instrumento, sob o risco de ocorrer à rescisão imediata deste contrato sem aviso prévio.

DO FORO

Cláusula 26^a. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente contrato, as partes elegem o foro da comarca de Arapoti/PR;

Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

ANDRE AVELINO DE CARVALHO E SILVA
Arquiteto e Urbanista – CAU A15807.0

HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP
Arquiteto e Urbanista – CAU A15807.0

Servico Notarial de Arapoti

Rua Emiliano Carnelro, 1215 - Arapoti / PR - Tel.: 13 3-35, 1293

Selo Rhkbc. 9u12r. Ng9xG-jPy31. 0v)

Consulte em http://funarpen.com.pr

'econheço por SEMELHANOA as Firma de

ANDRE AVELINO DE CARVALI O E SILVA (1065)

e HELCIO BATISTA DE ALMEIDA (*1000).

Arapoti-Parana 24 de agosto de 2016 - 14 40 49h

Fran (ielle de Fatima Antunes - Escrevante Segurari, a F. Py IA (1012) - 170-12 19 RNICO NOTARIA - DI ARAPOTI CONTARIA - DI AR

Pá

Página 4 de 4

HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP Rua Pedro Nunes de Lara, 467, Jardim Ceres – CEP 84.990-000

Tel: (43) 9641-5506

E-Mail: helcioconstrutoracivil@gmail.com Arapoti - Paraná

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS

Α

Prefeitura Municipal de Arapoti

Rua Placidio Leite, 148, Centro Cívico, Arapoti/PR

Att.: Comissão Permanente de Licitação - CPL

Ref.: CONVITE Nº. 001/2016

O signatário da presente, o senhor HELCIO BATISTA DE ALMEIDA, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG sob o nº. 6.339.345-2/Pr, e ainda do CPF sob o nº. 965.501.989-68, residente e domiciliado neste Município de Arapoti, Estado do Paraná, representante legalmente da empresa "HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP", pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 19.639.120/0001-61, com a sede á Rua Pedro Nunes de Lara, 467, Jardim Ceres, localizado neste Município de Arapoti, Estado do Paraná, declara que a mesma recebeu toda a documentação e tomou conhecimento de todas as informações e condições necessárias à execução do objeto da licitação supramencionada.

Arapoti; Pr., 27 de Setembro de 2016.

HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP CNPJ N°. 19.639.120/0001-61 HELCIO BATISTA DE ALMEIDA

SOCIO ADM.

ATESTADO DE VISITA

Α

Prefeitura Municipal de Arapoti

Rua Placídio Leite, 148, Centro Cívico, Arapoti/PR

Att.: Comissão Permanente de Licitação - CPL

Ref.: CONVITE Nº 001/2016

Declaramos que o Sr. ANDRÉ AVELINO DE CARVALHO E SILVA, CAU/PR NPº A15807-0 da proponente HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL- EPP, devidamente credenciado, visitou o local da execução da obra, objeto da licitação em epígrafe.

Arapoti, 26 de setembro de 2016.

ANDRÉ AVELINO DE CARVALHO E SILVA

Arquiteto

CAU/PR Nº A15807-0

GUILHERME NAOTO ENDO Chefe de Divisão de Obras Públicas

CREA/PR 150951/D

Peceli die 25/03

1

CIPA WINCIPA

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR, CONTADOR, PARTIDOR, AVALIADOR E DEPOSITÁRIO PÚBLICO

FÁTIMA APARECIDA PADILHA <u>Titular</u> MARINA DOMINGUES CANO Auxiliar Juramentada

CERTIDÃO

CERTIFICO que a pedido verbal de parte interessada, a quem interessar possa, e para os devidos fins civis que se fizerem necessários que, revendo os livros de Distribuições de FALÊNCIAS, CONCORDATAS, INSOLVÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL a meu cargo, deles verifiquei NÃO CONSTAR distribuída nenhuma ação em andamento, contra a empresa HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP, situada na Rua Pedro Nunes de Lara, nº 467, Jardim Ceres, Arapoti/PR, inscrita no CNPJ nº 19.639.120/0001-61.

O referido é Verdade e dou Fé. Arapoti, 27 de Setembro de 2016.

Mauria Domingues Cano
Marina Domingues Cano
Auxiliar Juramentada
Portaria 011/2016

Certidão -- R\$ 28,25

CERTIDÃO VÁLIDA POR 30 DIAS

Rua Placídio Leite 164 – Fórum – Arapoti PR. – CEP 84.990-000 Fone/fax – (43) 3557-4386 e 3557-1114 fax – (43) 3557-4386 e 3557-1114

HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL EPP

CNPJ: 19.639.120/0001-61

Balanço Patrimonial

Página: Data:

27/09/2016

NIRE nº 41107562671 de 29/01/2014

Hora:

13:48

Consolidação: Empresa

Grau: 5

Encerrado em: 31/08/2016

ATIVO ATIVO CIRCULANTE DISPONIVEL CAIXA Caixa Geral

280.000,00 280.000,00 280.000,00 280.000,00 280.000,00

TOTAL DO ATIVO

280.000,00

S

HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL EPP

CNPJ: 19.639.120/0001-61

Balanço Patrimonial

Data:

27/09/2016

NIRE nº 41107562671 de 29/01/2014

Página: Hora:

13:48

Consolidação: Empresa

Grau: 5

Encerrado em: 31/08/2016

PASSIVO PATRIMONIO LIQUIDO CAPITAL CAPITAL SOCIAL Capital Social Subscrito 280.000,00 280.000,00 280.000,00 280.000,00 280.000,00

TOTAL DO PASSIVO

280.000,00

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial com base nas informações e na documentação apresentada, encerrado em 31/08/2016, somando tanto no Ativo como no Passivo, a importância de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais).

HELCIO BATISTA DE ALMEIDA

TITULAR

CPF 965.501.989-68

LUIZ CARLOS LARA **TEC CONTABIL** CRC PR 026314/O-2 Sold of the state of the state



HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP Rua Pedro Nunes de Lara, 467, Jardim Ceres – 428 CEP 84.990-000

Tel: (43) 9641-5506 E-Mail: helcioconstrutoracivil@gmail.com Arapoti - Paraná

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO AO EDITAL E INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO

Α

Prefeitura Municipal de Arapoti

Rua Placidio Leite, 148, Centro Cívico, Arapoti/PR

Att.: Comissão Permanente de Licitação - CPL

Ref.: CONVITE Nº 001/2016

O signatário da presente, em nome da proponente empresa "HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL – EPP", pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 19.639.120/0001-61, com a sede á Rua Pedro Nunes de Lara, 467, Jardim Ceres, localizado neste Município de Arapoti, Estado do Paraná, declara, expressamente, que se sujeita às condições estabelecidas no edital do Convite e respectivos modelos, adendos, anexos e documentos e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador.

Declara, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 32, parágrafo 2°, e Artigo 97 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Arapoti; Pr, 27 de Setembro de 2016.

HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL – EPP CNPJ N°. 19.639.120/0001-61 HELCIO BATISTA DE ALMEIDA

SOCIO ADM.



HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP Rua Pedro Nunes de Lara, 467, Jardim Geres – 425 CEP 84.990-000

Tel: (43) 9641-5506

E-Mail: helcioconstrutoracivil@gmail.com Arapoti - Paraná

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE TRABALHO DE MENOR

Α

Prefeitura Municipal de Arapoti

Rua Placidio Leite, 148, Centro Cívico, Arapoti/PR

Att.: Comissão Permanente de Licitação - CPL

Ref.: CONVITE Nº 001/2016

O signatário da presente, o senhor HELCIO BATISTA DE ALMEIDA, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG sob o nº. 6.339.345-2/Pr, e ainda do CPF sob o nº. 965.501.989-68, residente e domiciliado neste Município de Arapoti, Estado do Paraná, representante legalmente da empresa "HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL — EPP", pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 19.639.120/0001-61, com a sede á Rua Pedro Nunes de Lara, 467, Jardim Ceres, localizado neste Município de Arapoti, Estado do Paraná declara, sob as penas da Lei, não possuir em nosso quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Lei nº 9.854/99) e Decreto Federal nº 4.358/2001.

Arapoti; Pr, 27 de Setembro de 2016.

HB DE ÁLMEIDA CONSTRUTORA CIVIL – EPP CNPJ N°. 19.639.120/0001-61 HELCIO BATISTA DE ALMEIDA

SOCIO ADM.



HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP Rua Pedro Nunes de Lara, 467, Jardim Ceres – 43 CEP 84.990-000

Tel: (43) 9641-5506 E-Mail: helcioconstrutoracivil@gmail.com Arapoti - Paraná

ANEXO X

DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO

Α

Prefeitura Municipal de Arapoti

Rua Placidio Leite, 148, Centro Cívico, Arapoti/PR

Att.: Comissão Permanente de Licitação - CPL

Ref.: CONVITE Nº 001/2016

A Empresa "HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL – EPP", pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ sob o n°. 19.639.120/0001-61, com a sede á Rua Pedro Nunes de Lara, 467, Jardim Ceres, localizado neste Município de Arapoti, Estado do Paraná, DECLARA, para os fins do disposto na Súmula Vinculante n° 13, editada pelo Supremo Tribunal Federal, Acórdão n° 2745/2010 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Prejulgado n° 09 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná que:

NÃO POSSUI cônjuge, companheiro ou parentes que mantenham contratos de qualquer natureza ou que sejam sócios de empresas que mantenham contratos de qualquer natureza, com o Poder Executivo Municipal.

NÃO POSSUI cônjuge, companheiro ou parentes que sejam agentes políticos ou exerçam cargo comissionado ou função gratificada na Administração Pública Direta ou Indireta do Poder Executivo e do Poder Legislativo Municipal.

Ainda, está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Para os fins desta declaração, consideram-se parentes:

	Parente em linha reta	Parente colateral	Parente por afinidade (familiares do cônjuge)
1º grau	Pai, mãe e filho (a).	4 111	Padrasto, madrasta, enteado (a), sogro (a), genro e nora.
2º grau	Avô, avó e neto (a).	Irmãos.	Cunhado (a), avô e avó do cônjuge
3º grau	Bisavô, bisavó e bisneto	Tio (a) e sobrinho (a)	Concunhado (a).

Por ser verdade, assumo inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a declaração falsa está sujeita às penalidades previstas em lei.

Arapoti; Pr, 27 de Setembro de 2016.

HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL – EPP CNPJ N°. 19.639.120/0001-61 HELCIO BATISTA DE ALMEIDA SOCIO ADM.

D &





HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP Rua Pedro Nunes de Lara, 467, Jardim Ceres – 431 CEP 84.990-000

Tel: (43) 9641-5506 E-Mail: helcioconstrutoracivil@gmail.com Arapoti - Paraná

ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE NÃO SERVIDOR PÚBLICO NO QUADRO DE EMPREGADOS DA EMPRESA

Α

Prefeitura Municipal de Arapoti

Rua Placidio Leite, 148, Centro Cívico, Arapoti/PR

Att.: Comissão Permanente de Licitação - CPL

Ref.: CONVITE Nº 001/2016.

Declaração da própria empresa que não existe em seu quadro de empregados servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão, na forma do art. 9°, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme modelo abaixo:

DECLARAÇÃO

A Empresa "HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL – EPP", pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 19.639.120/0001-61, com a sede á Rua Pedro Nunes de Lara, 467, Jardim Ceres, localizado neste Município de Arapoti, Estado do Paraná, declara, sob as penas da Lei, para os fins requeridos no inciso III, do artigo 9° da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, que não tem em seu quadro de empregados, servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de. decisão, bem como sócios, gerentes ou diretores que sejam parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou servidores do Poder Executivo Municipal.

Arapoti; Pr, 27 de Setembro de 2016.

HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL – EPP CNPJ N°. 19.639.120/0001-61 HELCIO BATISTA DE ALMEIDA

SOCIO ADM.



Rua Pedro Hunes de Lara, 467 – Fone 43-9641.5506 CNP) 19.639.120/0001-61

HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP 432 Rua Pedro Nunes de Lara, 467, Jardim Ceres - 432 CEP 84,990-000

Tel: (43) 9641-5506 E-Mail: helcioconstrutoracivil@gmail.com Arapoti - Paraná

ANEXO XVII

DECLARAÇÃO DE RESPONSÁVEL LEGAL

Α

Prefeitura Municipal de Arapoti

Rua Placidio Leite, 148, Centro Cívico, Arapoti/PR

Att.: Comissão Permanente de Licitação - CPL

Ref.: CONVITE Nº 001/2016

Declaramos, caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e, para esse fim, fornecemos os seguintes dados:

Razão Social: HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP

CNPJ/MF: 19.639.120/0001-61

Endereço: Rua Pedro Nunes de Lara, 467

CEP: 84.990-000 Cidade: Arapoti UF: Paraná

Email: helcioconstrutoracivil@gmail.com Tel./Fax: 43-9641-5506

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato:

Nome: HELCIO BATISTA DE ALMEIDA

Endereço: Rua Pedro Nunes de Lara, 467, Jardim Ceres,

CEP: 84.990-000 Cidade: Arapoti UF: Paraná

CPF/MF: 965.501.989-68 Cargo/Função: sócio adm.

Carteira Identidade nº: 6.339.345-2 Expedido por: Pr, Naturalidade: São Jose

da Boa Vista Nacionalidade: Brasileira

Os dados bancários de nossa empresa são:

Banco Caixa E. Federal Agência 3175-Arapoti-Pr e Conta Corrente nº 00000404-4.

Arapoti; Pr, 27 de Setembro de 2016.

HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP

CNPJ:19.639.120/0001-61

HELCIO BATISTA DE ALMEIDA

RG nº :633934-52 CPF nº.: 965.501.989-68

HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP Rua Pedro Nunes de Lara, 467, Jardim Ceres – CEP 84.990-000

Tel: (43) 9641-5506 E-Mail: helcioconstrutoracivil@gmail.com Arapoti - Paraná

ANEXO IX

DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Α

Prefeitura Municipal de Arapoti

Rua Placidio Leite, 148, Centro Cívico, Arapoti/PR Att.: Comissão Permanente de Licitação - CPL

Ref.: CONVITE Nº. 001/2016.

A Empresa "HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL – EPP", pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 19.639.120/0001-61, com a sede á Rua Pedro Nunes de Lara, 467, Jardim Ceres, localizado neste Município de Arapoti, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Sr. o senhor HELCIO BATISTA DE ALMEIDA, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG sob o nº. 6.339.345-2/Pr, e ainda do CPF sob o nº. 965.501.989-68, residente e domiciliado neste Município de Arapoti, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, declara, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, ser:

(____) Microempresa (ME) ou,

(X) Empresa de pequeno porte (EPP)

E que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da lei Complementar nº 123/2006.

Por ser verdade, assumo inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a declaração falsa está sujeita às penalidades previstas em lei.

Arapoti; Pr, 27 de Setembro de 2016.

HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL – EPP CNPJ N°. 19.639.120/0001-61 HELCIO BATISTA DE ALMEIDA

SOCIO ADM.

1





SECRETARIA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA ENTO DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial

HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP

Natureza Jurídica: EMPRESÁRIO

Número de Identificação do Registro de

Empresas - NIRE (Sede)

41 1 0756267-1

CNPJ 19.639.120/0001-61 Data de Arquivamento

do Ato de inscrição

Data de Início de Atividade

29/01/2014

01/02/2014

Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro/Distrito, Município, UF, CEP)

RUA PEDRO NUNES DE LARA, 467, JARDIM CERES, ARAPOTI, PR, 84.990-000

Objeto

Construção de Edifícios; Instalação e Manutenção Elétrica; Construção de Redes de Abastecimento de Água, Coleta de esgoto; Instalações Hidráulicas e Sanitárias e de Gás; Obras de Terraplenagem; Serviços de Pintura de Edifícios; Obras de Acabamento da Construção tais Chapisco, emboço e Reboco; Obras de Instalações em Construção tais Revestimento de Tubulações; Atividades de Limpeza tais como em Caixas de Água e Caixas de Gordura, Limpeza de Ruas; Atividades Paisagística tais poda de árvores na área urbana.

Capital: R\$

280.000,00

(DUZENTOS E OITENTA MIL REAIS)

Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei nº 123/2006)

Empresa de pequeno porte

Último Arquivamento

Data: 02/05/2016

是不是

Número:, 20162926677

Situação da Empresa **REGISTRO ATIVO**

Ato: ALTERAÇÃO

Evento (s): ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

Status

Nome do Empresário

HELCIO BATISTA DE ALMEIDA

Identidade: 63393452,SSP/PR

CPF: 965.501.989-68

Estado Civil: Casado

Regime de Bens: Comunhão Parcial

JAGUARIAÍVA - PR, 27 de setembro de 2016

16/674943-5



LIBERTAD BOGUS SECRETARIA GERAL



MUNICÍPIO DE ARAPOTI - PR **DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO**

ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO Nº

4473

O Município de Arapoti, conforme Lei Municipal nº 529/97 concede Alvará de Licença à:

Razão / Nome

HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP

Endereço

Rua PEDRO NUNES DE LARA, nº 467

Bairro

JARDIM CERES

CNPJ / CPF

3.639.120/0001-61

Data Abertura 29/01/2014

Área Ocupada

Cadastro

7934

PREFEITURA MUN. DE ARAPOTI

COMICSÃO DE LICITAÇÃO

WEERE COM ORIG

Tipo Atividade Atividade

Principal Construção de edifícios Secundária Obras de terraplenagem Secundária Atividades paisagísticas Secundária Instalação e manutenção elétrica

Secundária Outras obras de acabamento da construção Secundária Serviços de pintura de edifícios em geral Secundária Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás

Secundária Atividades de limpeza não especificadas anteriormente

Secundária Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente

Secundária Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto

Contador

HOMAR NEGRAO

C. R. C

017.655/O-2/PR

Telefone

FICA O MESMO SUJEITO AS EXIGÊNCIAS CONSTANTES EM LEI, SOB PENA DE SUSPENSÃO DE SUAS ATIVIDADES E DEMAIS FINALIDADES

SERÁ OBRIGATÓRIO NOVA LICENÇA TODA VEZ QUE OCORREREM MODIFICAÇÕES NAS CARACTERÍSTICAS DO ESTABELECIMENTO.

ÃO DE TRIBUTAÇÃO E CADASTRO

Válido até:

31/12/2016



Rua Pedro Hunes de Lara, 467 – Fone 43-9641.5506 CNPJ 19.639.120/0001-61 HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP
Rua Pedro Nunes de Lara, 467, Jardim Ceres – 4
CEP 84.990-000

Tel: (43) 9641-5506

E-Mail: helcioconstrutoracivil@gmail.com Arapoti - Paraná

ANEXO XVI

DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA

Α

Prefeitura Municipal de Arapoti

Rua Placidio Leite, 148, Centro Cívico, Arapoti/PR

Att.: Comissão Permanente de Licitação - CPL

Ref.: CONVITE Nº 001/2016

A Empresa "HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL – EPP", pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 19.639.120/0001-61, com a sede á Rua Pedro Nunes de Lara, 467, Jardim Ceres, localizado neste Município de Arapoti, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Sr. o senhor HELCIO BATISTA DE ALMEIDA, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG sob o nº. 6.339.345-2/Pr, e ainda do CPF sob o nº. 965.501.989-68, DECLARA, nos termos do Edital em epígrafe, caso seja habilitado no certame, que abre mão do direito de prazo recursal da fase HABILITAÇÃO da licitação, conforme dispõe o art. 43, III da Lei 8.666/93 e suas alterações, podendo a Comissão prosseguir nos trabalhos licitatórios

Arapoti; Pr, 27 de Setembro de 20,16.

HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL – EPP CNPJ N°. 19.639.120/0001-61 HELCIO BATISTA DE ALMEIDA SOCIO ADM.

1

Envelope de Habilitação

Proposta de Preços



HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP Rua Pedro Nunes de Lara, 467, Jardim Ceres -CEP 84.990-000

Tel: (43) 9641-5506

E-Mail: helcioconstrutoracivil@gmail.com Arapoti - Paraná

ANEXO XII

PROPOSTA DE PREÇOS

Arapoti; Pr. 27 de Setembro de 2016.

Α

Prefeitura Municipal de Arapoti

Rua Placidio Leite, 148, Centro Cívico, Arapoti/PR

Att.: Comissão Permanente de Licitação - CPL

Ref.: CONVITE Nº 001/2016

A Empresa "HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP", pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 19.639.120/0001-61, com a sede á Rua Pedro Nunes de Lara, 467, Jardim Ceres, localizado neste Município de Arapoti, Estado do Paraná.

Pela presente submetemos a apreciação de Vossa Senhoria, a nossa Proposta de Preços relativa ao Convite em referência, cujo valor total é de R\$ 10.139,32 (DEZ MIL E CENTO E TRINTA E NOVE REIAS E TRINTA E DOIS CENTAVOS).

O prazo execução para a conclusão total dos serviços fica fixado em 30 (TRINTA) dias corridos, contados a partir do 5º (quinto) dia da assinatura deste contrato

O prazo de validade desta Proposta de Preços é de 60 (SESSENTA) dias, contados a partir da data de sua apresentação.

Declaramos ainda nesta proposta, conhecer os termos do edital de licitação e da minuta contratual que o integra.

Atenciosamen[®]

HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL – EPP

CNPJ:19.639.120/0001-61

HELCIO BATISTA DE ALMEIDA

RG nº :633934-52 CPF nº.: 965.501.989-68

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

- Charles Organization					
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇOS	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Demoliçao de piso de concreto	m²	31,05	36.03	1.118,73
2	Construção de rampas de acessibilidade em concreto com 7 cm de espessura com tela armada de CA-60 a cada 20 cm	m³	31,05	174,80	5.427,54
3	Construção de vigas mestras de concreto com travamento em broca de fundação de 0,6 cm de profundidade	m linear	12,00	81,88	982,56
4	Instalação de corrimão metálico de acessibilidade (NBR 9050/2004)	m linear	17,00	137,86	2.343,62
5	Aterro e compactação do solo	m³	1,55	78,20	121,21
6	Limpeza do canteiro e das rampas	Serv.	1,00	145,66	145,66
				VALOR TOTAL	10.139,32

Arapoti-Pr, 28de setembro de 2016

Helcio Batista de Almeida

Sócio Gerente

ARAPOTI - PARANÁ

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

		COMMAND	LINO	
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇOS	PRAZO EXECU	COEF	
	DESCRIÇÃO DO SERVIÇOS	30	TOTAL	INFL%
1	Demolição de piso de concreto	100%	1.118,73	11,04%
2	Construção de rampas de acessibilidade em concreto com 7 cm de espessura com tela armada de CA-60 a cada 20 cm	100%	5.427,54	53,53%
3	Construção de vigas mestras de concreto com travamento em broca de fundação de 0,6 cm de profundidade	100%	982,56	9,69%
4	Instalação de corrimão metálico de acessibilidade (NBR 9050/2004)	100%	2.343,62	23,11%
5	Aterro e compactação do solo	100%	121,21	1,20%
6	Limpeza do canteiro e das rampas	100%	145,66	1,43%
100		TOTAL	10.139,32	100,00%

Arapoti-Pr, 28 de setembro de 2016

Helcio Batista de Almeida

Sócio Gerente

ARAPOTI - PARANÁ

Envelope de Proposta de Preços

Ata da Sessão de Julgamento

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DOS ENVELOPES CONTENDO OS "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO" E "PROPOSTA DE PRECO"

REF.: EDITAL DE CONVITE Nº 001/2016

Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e dezesseis, às 09h00min, no prédio do Centro Administrativo Municipal — CAM, sala de licitações, situada na Rua Ondina Bueno de Siqueira, nº 180, Centro Cívico, Térreo, 1º andar, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação, designada através do Decreto nº 4.030, de 07 de janeiro de 2016, pelo senhor Prefeito Municipal em exercício, BRAZ RIZZI, composta pelos membros: PAULO ROBERTO DA SILVA, IDINEU ANTONIO DA SILVA e LUCIANO AGUIAR ROCHA, todos servidores desta municipalidade sob a presidência do primeiro, declinado para apreciar, analisar e julgar a licitação na modalidade de Convite nº 001/2016, do Processo nº 127/2016, cujo objeto na contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no Centro de Convivência do Idoso, cujo Edital de Licitação, foi resumidamente publicado no Jornal Folha Extra (Diário Oficial do Município) da edição nº 1607, do dia 08/09/2016 (fls. 341), Mural de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná no site www.tce.pr.gov.br, do dia 08/09/2016 (fls. 344), além de disponibilizado no sitio oficial do Município www.tce.pr.gov.br, do dia 08/09/2016 (fls. 347).

Retiram-se o Edital para participarem deste certame, as seguintes empresas:

Empresas	CNPJ	Contato
ALEXANDRE SOARES ME	20.480.536/0001-69	(43) 9669-3164
C. V. MANUTENÇÃO PREDIAL URBANA	22.005.355/0001-06	(41) 9894-3517
COMPACTA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA - ME	20.732.496/0001-03	(43) 9902-0079
ALEX PAULO DE MELO 98093428968	14.878.001/0001-48	(43) 9959-7674
HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP	19.639.120/0001-61	(43) 9641-5506
EURICO CARVALHO FILHO CONSTRUÇÃO CIVIL - ME	17.467.552/0001-07	(42) 9934-9900/
INGRED DOS SANTOS RODRIGUES	22.468.203/0001-40	(43) 9656-0225

Até o horário designado em edital, ou seja, para protocolo dos envelopes de "Documentação e Proposta", entregando tempestivamente os envelopes as quais passo a declinar:

Empresa	CNPJ
HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP	19.639.120/0001-61

O Senhor Presidente deu andamento aos trabalhos, convidando o representante da licitante presente a entregar os "DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO", a saber:



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

Empresa	Representante	Documento
HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP	HELCIO BATISTA DE ALMEIDA	RG. 6.339.345-2

Em diante, o Senhor Presidente solicitou aos membros da Comissão e ao representante que rubricassem os envelopes e que conferissem sua inviolabilidade. Aberta a palavra, não houve manifestação.

Em seguida, o Presidente deu início aos trabalhos, instalando a sessão pública, com abertura do **ENVELOPE**, contendo os "**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**" para verificação de sua conformidade com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório, colocando à disposição do representante os documentos neles contidos para rubrica.

O Senhor Presidente solicitou que o representante legal do licitante aguardasse na sala de espera para que a Comissão de Licitação deliberassem quanto à fase de habilitação.

Da análise dos documentos resultou que a única licitante participante estava de acordo com as exigências editalícias, portanto, deliberou a Comissão, **declará-lo HABILITADO**.

Resultado de Habilitação (1ª Fase):

Empresa	ME/EPP/MEI	Habilitada/Inabilitada
HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP	EPP	HABILITADA

Em prosseguimento aos trabalhos, o presidente da comissão solicitou a presença do representante, tendo divulgado o resultado do julgamento, ficando a parte intimada do resultado. Não houve nenhuma solicitação para manifestação e registro em ata.

O Senhor Presidente indagou do presente se desistir de recurso contra a fase de habilitação, o que possibilitaria a abertura do envelope contendo a "PROPOSTA DE PREÇOS".

O representante respondeu positivamente, o Senhor Presidente acordou com todas as proponentes, que tal fato será registrado em ata, a qual deverá ser assinada pelo representante da proponente, e que, em ato contínuo, será aberto o ENVELOPE Nº 2 contendo a "PROPOSTA DE PREÇOS".

A sessão teve prosseguimento com a abertura do envelope contendo a "PROPOSTA DE PREÇOS", tendo o seu conteúdo sido lido e colocado à disposição do presente para rubrica. Aberta a palavra, o representante não se manifestou.

Deu início a deliberação da Comissão. Da análise e exame da proposta, planilha orçamentária e cronograma físico financeiro, à vista das exigências constantes do edital de licitação, a Comissão deliberou:

Rua Ondina Bueno Siqueira, nº 180, Centro Cívico, Arapoti, Paraná - Fone/Fax (0xx43) 3512-3000 - CEP 84.990.000 CNPJ nº 75.658.377/0001-31 - SITE: www.arapoti.pr.gov.br - E-MAIL: licitacao@arapoti.pr.gov.br



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

CLASSIFICAR a proposta:

Empresas	Classificação	Valor Global
HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP	1º Lugar	R\$ 10.139,32

Utilizando dos critérios previstos no instrumento convocatório, o tipo Menor Preço Global, cujo, preço máximo estabelecido é de R\$ 11.021,26 (Onze mil, vinte e um reais e vinte e seis centavos), a Comissão de Licitação, DECLARA VENCEDORA a licitante HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL – EPP, por apresentar proposta no valor global de R\$ 10.139,32 (Dez mil, cento e trinta e nove reais e trinta e dois centavos).

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão, às 09h55min, encerrou a reunião e lavrou esta Ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Arapoti e pelo representante presente.

PAULO ROBERTO DA SILVA Presidente da CPL

IDINEU ANTONO DA SILVA Membro da CPL Membro da CPL

HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP Hélcio Batista de Almeida

Parecer Jurídico do Resultado do Certame



PROCURADORIA JURÍDICA

Parecer nº 267/2016

Consulente: Paulo Roberto da Silva - Divisão de Licitação e Compras.

Processo nº 127/2016

PARECER FINAL

Trata-se de processo licitatório na modalidade CONVITE, cujo critério de julgamento é o menor preço, para contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do prédio do CRAS e no Centro de Convivência do Idoso.

I - DAS ETAPAS:

Em suma, o certame se realizou com as seguintes etapas:

- 1) Solicitação de processo licitatório (fl. 02);
- 2) Memorial descritivo (fls. 04/10);
- 3) Cotações de preços (fls. 12/14);
- 4) Autorização de abertura de processo licitatório (fl. 16);
- 5) Decreto que nomeou a Comissão Permanente de Licitação (fl. 18);
- 6) Autorização para licitar (fl. 20);
- 7) Indicação de servidor para fiscalizar o contrato (fls. 22/23);
- 8) Reserva de saldo financeiro e contábil (fls. 25/26);
- 9) Minuta do edital e anexos (fls. 28/90);
- 10) Edital de convite e anexos (fls. 92/147);
- 11) Publicação no mural de licitações do TCE/PR (fl. 149);





PROCURADORIA JURÍDICA

- 12) Publicação no site oficial do município (<u>www.arapoti.pr.gov.br</u>) (fls. 151/152);
- 13) Extrato do resumo do edital (fl. 154);
- 14) Publicação de extrato do resumo do edital Diário Oficial do Município (fls. 156/157);
- 15) Aviso de licitação (fls. 159/176);
- 16) Comprovante de retirada do edital (fls. 178/187);
- 17) Comprovante de protocolo (fls. 189/190);
- 18) Documentos de habilitação (fls. 192/254);
- 19) Envelopes de habilitação (fls. 256/257);
- 20) Ata da sessão pública de habilitação (fls. 259/261);
- 21) Decisão da comissão de licitação (fls. 263/273);
- 22) Comprovante de recebimento de cópia da decisão da comissão de licitação (fls. 275/276);
- 23) Declaração de inexistência de recurso (fl. 278);
- 24) Termo de retificação do edital de convite nº 001/2016 (fls. 280/281);
- 25) Edital retificado e remarcado Convite 001/2016 (fls. 283/338);
- 26) Publicação de extrato do resumo do edital Diário Oficial do Município (fls. 340/342);
- 27) Publicação no mural de licitações do TCE/PR (fl. 344);
- 28) Publicação no portal de transparência do município (fls. 346/348);
- 29) Esclarecimento ao edital (fls. 349/355);
- 30) Aviso de licitação (fls. 357/388);
- 31) Solicitação do edital por e-mail (fls. 390/395);
- 32) Comprovante de retirada do edital (fls. 397/404);
- 33) Comprovante de protocolo dos envelopes (fl. 406);
- 34) Documentos de habilitação (fls. 408/436);
- 35) Envelope de habilitação (fl. 438);
- 36) Proposta de preços (fls. 440/442);
- 37) Envelope de proposta de preços (fl. 444);





PROCURADORIA JURÍDICA

38) Ata da sessão de julgamento (fls. 446/448).

Após a abertura dos envelopes contendo a proposta e documentos de habilitação, o pregoeiro e a equipe de apoio analisaram mencionados documentos, concluindo pela habilitação da empresa HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL -EPP, logrando vencedora por apresentar a proposta mais vantajosa para a administração.

No tocante ao fato de ter comparecido apenas um interessado na presente licitação, realizada na modalidade convite, estabelece o art. 22, § 3º, da Lei n° 8.666/1993 que devem ser convidados no mínimo 03 (três) possíveis interessados, o que foi feito neste processo, no qual ocorreu o convite de 15 (quinze) possíveis interessados (fls. 159/173).

O art. 22, § 7º, da Lei de Licitações estabelece a possibilidade de validade da licitação quando houver o manifesto desinteresse dos convidados (não comparecendo 03 interessados), devendo tal circunstância ser justificada no processo. A justificativa mencionada foi apresentada pela Comissão de Licitação ao formular o pedido de parecer que agora está sendo elaborado.

Saliente-se ainda que foi dada ampla publicidade ao presente convite com publicações em jornais e em meios eletrônicos. Nota-se assim que agiu corretamente a Comissão de Licitação na condução deste certame.

> CONSULTA – CÂMARA MUNICIPAL – LICITAÇÃO – MODALIDADE CONVITE – AUSÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO NO CERTAME DO NÚMERO LEGAL MÍNIMO DE LICITANTES DO RAMO PERTINENTE AO OBJETO LICITADO - DESINTERESSE DOS CONVIDADOS - PROSSEGUIMENTO DO CERTAME - POSSIBILIDADE -NECESSIDADE DE JUSTIFICATIVA NO PROCESSO E COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL DO DESINTERESSE - DECISÃO UNÂNIME.





PROCURADORIA JURÍDICA

- 1. Tratando-se de hipótese de desinteresse dos convidados e comparecendo apenas um licitante com proposta válida, a obrigatoriedade de repetição do convite somente subsiste se não houver no processo licitatório a justificativa a que alude o §7º do art. 22 da Lei n. 8.666/93.
- 2. A ausência das empresas convidadas não é o bastante para caracterizar o manifesto desinteresse preconizado no §7º, art. 22, da Lei n. 8.666/93; deve a Administração, observadas as particularidades de cada caso, justificá-lo comprovando, no mínimo, a convocação de número significativo de interessados, atestadamente atuantes no ramo pertinente ao objeto licitado, bem como a efetiva entrega e recepção das cartas-convite ou de outro documento que comprove o desinteresse dos participantes. (TCU. Consulta nº 862126. Tribunal Pleno. Rel. Cons. Sebastião Helvecio. Sessão de 28/03/2012)

Desse modo, não há necessidade de repetição da presente licitação, podendo a mesma ser homologada.

II - CONCLUSÃO

Analisando os autos, <u>verifica-se que todas as exigências legais foram cumpridas</u>, inclusive os incisos I, II, III, IV, V, VI, XI e XII, e o parágrafo único, do artigo 38 da Lei n. 8.666/93.

<u>Diante do exposto</u>, opino pela homologação e adjudicação do objeto em comento.

Por fim, destaco a necessidade de fiscalização do cumprimento do contrato.

É o parecer que submeto à apreciação do(s) interessado(s).





PROCURADORIA JURÍDICA

Arapoti, 04 de outubro de 2016

DIONE BATISTA DOS SANTOS

OAB/PR nº 55.989

RUA ONDINA BUENO SIQUEIRA Nº 180 CENTRO CÍVICO FONE/FAX (0xx43) 3512-3000 CNPJ Nº 75.658.377/0001-31 ARAPOTI - PARANÁ

Arapoti, 30 de setembro de 2016.

De : Divisão de Licitação e Compras.

Para: Procuradoria Juridica Municipal.

Assunto : Solicitação de parecer jurídico acerca de julgamento do certame.

Origem: Processo nº 127/2016-PMA - Edital de Convite nº 001/2016-PMA.

Objeto : Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do

Prédio do CRAS e no Centro de Convivência do Idoso.

Senhor Procurador:

Solicito a Vossa Senhoria, para análise quanto à legalidade e verificação das demais formalidades, no que tange a atuação da Comissão de Licitações, na execução das atribuições e atos realizados pela Comissão Permanente de Abertura e Julgamento do Processo de Licitação supramencionado.

Vale fazer, alguns esclarecimentos a respeito do processo licitatório na modalidade convite.

A própria Lei n. 8.666/93, estabelece que **CONVITE** "é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de três pela unidade administrativa [...]"

O art. 22,§3°, da Lei nº 8.666/93, estabelece que a unidade administrativa deve convidar, no número mínimo, três possíveis interessados para contratar com o Poder Público.

O mesmo diploma legal, determina que compete à unidade administrativa afixar, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório.

Veja-se que a Comissão de Licitação, valeu-se de todos os instrumentos possíveis para garantir a devida publicidade ao convite, inclusive pelos meios eletrônicos a fim de garantir a ampla participação dos interessados e o consequente alcance da proposta mais vantajosa, e também conceder aos interessados, não convidados, a oportunidade de participar do certame, vejamos os meios de publicidade:

RUA ONDINA BUENO SIQUEIRA Nº 180 CENTRO CÍVICO FONE/FAX (0xx43) 3512-3000 CNPJ Nº 75.658.377/0001-31 ARAPOTI - PARANÁ

- Jornal Folha Extra (Diário Oficial do Município) da edição nº 1607, do dia 08/09/2016 (fls. 341)
- Mural de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná no site www.tce.pr.gov.br, do dia 08/09/2016 (fls. 344);
- Sitio oficial do Município www.arapoti.pr.gov.br, do dia 06/09/2016 (fls. 347);
- Convite para as licitantes cadastradas no e-mail da licitação do mesmo ramo de atividade do objeto licitado, (fls. 357 a 388);
- Comprovante de empresas que retiram o Edital (fls. 397 a 404).

O edital, por sua vez, seguiu todas as cautelas recomendadas pela Lei Federal nº 8.666/93, no entanto, compareceu apenas <u>uma (01) empresa interessada no certame</u>.

A Lei n. 8.666/93, em seu art. 22, § 3º, estabelece que os participantes de licitação na modalidade convite deverão ser escolhidos e convidados em número de três, já a Súmula 248 do Tribunal de Contas da União estabelece que em licitação na modalidade convite é imprescindível que se apresentem no mínimo três licitantes, devidamente aptos à seleção.

Assim, diante o que rege a Lei de Licitações e da jurisprudência do TCU, qual o entendimento deve ser acolhido quando em um processo licitatório, modalidade convite forem convidados mais de três licitantes e apenas 1 (um) comparecer à sessão pública da licitação.

No que respeita ao manifesto desinteresse, § 7º do art. 22 da Lei de Licitações, a própria ausência das empresas convidadas é bastante para caracterizá-lo.

Contudo, aguardamos o retorno de um parecer conclusivo dos mesmos para HOMOLOGAR ou REPETIR O PROCESSO, visto que o processo já foi repetido por uma vez, ou outra medida que a Comissão de Licitação deva tomar.

Atenciosamente,

PAULO ROBERTO DA SIVLA

Presidente da CPL

Edital de Habilitação

EDITAL DE HABILITAÇÃO

REF: EDITAL DE CONVITE Nº 001/2016

A Comissão Permanente de Licitação, designada pelo Decreto nº 4.030/2016, comunica aos interessados no objeto da licitação supra referenciada, que após a análise e verificação da documentação de habilitação, decidiu habilitar a seguinte licitante:

Nº	LICITANTE
01	HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP

Comunica, outrossim, que o representante da proponente participante do certame em sessão pública, renunciou expressamente a intenção de interposição de recurso.

Arapoti, 04 de outubro de 2016.

PAULO ROBERTO DA SILVA

Presidente da CPL

Edital de Classificação

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO

REF: EDITAL DE CONVITE Nº 001/2016

A Comissão Permanente de Licitação, designada pelo Decreto nº 4.030/2016, comunica aos interessados no objeto da licitação supra referenciada, a presente classificação:

Classificação	Licitante	Valor (R\$)
1°	HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP	10.139,32

Comunica, outrossim, que o representante da proponente participante do certame em sessão pública, renunciou expressamente a intenção de interposição de recurso.

Arapoti, 04 de outubro de 2016.

PAULO ROBERTO DA SILVA

Presidente da CPL

Publicação do Extrato de Edital de Habilitação e Classificação

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAPOTI - PR RUA PLACÍDIO LEITE Nº 148 CENTRO CÍVICO CEP 84.990-000 / FONE (43) 3512-3000 CNPJ Nº 75.658.377/0001-31

EXTRATO EDITAL DE HABILITAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

Edital de Convite nº 001/2016.

Processo nº 071/2016.

A Comissão Permanente de Licitação, designada pelo Decreto nº 4.036/2016, comunica aos interessados no objeto da licitação supra referenciada, que após a análise e verificação da documentação de habilitação, decidiu habilitar a seguinte empresa licitante:

	Empresa
01	HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP

Ainda, a Comissão Permanente de Licitação, designada pelo Decreto nº 4.036/2016, comunica aos interessados no objeto da licitação supra referenciada, a presente classificação:

Nº	Empresa	Valor
01	HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL	10.139,32

Comunica, outrossim, que o representante da proponente participante do certame em sessão pública, renunciou expressamente a intenção de interposição de recurso.

Arapoti, em 04 de outubro de 2016.

PAULO ROBERTO DA SILVA Presidente da CPL

462-A A6 EDITAIS



ARAPOTI

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAPOTI - PR RUA PLACÍDIO LEITE Nº 148 CENTRO CÍVICO CEP 84.990-000 / FONE (43) 3512-3000 CNPJ Nº 75.658.377/0001-31

EXTRATO TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Despacho do Prefeito Municipal De 04/10/2016.

Adjudicando o objeto da licitação realizada na modalidade CONVITE nº 001/2016, a empresa:

Empresa	Section 1 to 1
	Valor
HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP	10.139,32

Autorizando a despesa e a lavratura do respectivo empenho.

Objeto: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no Centro de Convivência do Idoso.

Braz Rizzi Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAPOTI - PR RUA PLACÍDIO LEITE Nº 148 CENTRO CÍVICO CEP 84.990-000 / FONE (43) 3512-3000 CNPJ Nº 75.658.377/0001-31

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº 082/2016. Processo nº 149/2016.

A Prefeitura Municipal de Arapoti, através do Pregoeiro comunica aos interessados que a licitação referente ao **PREGÃO PRESENCIAL № 082/2016**, objetivando a "aquisição de 01 (uma) Ambulância UTI Móvel", está **SUSPENSA** para uma possível alteração no edital ou cancelamento do pregão. Caso haja alteração no edital, a nova data da sessão pública será informada através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente. Outras informações poderão ser obtidas na Divisão de Licitação e Compras da Prefeitura Municipal de Arapoti/PR, na Rua Ondina Bueno Siqueira, 180, salas 60, 61, 62, 63 e 64, Centro Cívico, Arapoti/PR, ou através do fone/fax 0XX43 3512-3000/3001

Arapoti, 04 de outubro de 2016.

LUCIANO AGUIAR ROCHA Pregoeiro

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAPOTI - PR RUA PLACÍDIO LEITE Nº 148 CENTRO CÍVICO CEP 84.990-000 / FONE (43) 3512-3000 CNPJ Nº 75.658.377/0001-31

EXTRATO EDITAL DE HABILITAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

Edital de Convite nº 001/2016. Processo nº 071/2016.

A Comissão Permanente de Licitação, designada pelo Decreto nº 4.036/2016, comunica aos interessados no objeto da licitação supra referenciada, que após a análise e verificação da documentação de habilitação, decidiu habilitar a seguinte empresa licitante:

The second second	mpresa	
01 H	IB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP	

Ainda, a Comissão Permanente de Licitação, designada pelo Decreto nº 4.036/2016, comunica aos interessados no objeto da licitação supra referenciada, a presente classificação:

No	Empresa	4
01	HR DE ALMEIRA COMOTE	Valor
0	HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL –	10.139,32

Comunica, outrossim, que o representante da proponente participante do certame em sessão pública, renunciou expressamente a intenção de interposição de recurso.

JABOTI

PORTARIA Nº 139, de 03 de outubro de 2016.

Súmula: Concede Aposentadoria Voluntária por ide contribuição a servidora MARIA DAS DORES CURAN.

O Prefeito, do Município de Jaboti, do estado no uso de suas atribuições que lhe são conferidas considerando o processo de aposentadoria da se DAS DORES MORE CURAN,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida a servidora MARIA D/MORE CURAN, brasileira, servidora pública municula Jaboti - PR, ocupante do cargo efetivo de PROFE matricula 113-1, nível 1 C, classe L— conforme Qu gos de Provimento Efetivo do Grupo Ocupacional portadora do RG. nº 4.773.991-8 e inscrito no CPF nº 038.681.198-92, aposentadoria voluntaria por ic de contribuição, com proventos integrais, com funcartigo 6º da Emenda Constitucional n.º 41/2003. c/da CF/1988.

Art.2°. Fica estipulado como prode sua aposentadoria o valor de R\$ 2.242,85 (dois tos e quarenta e dois reais e oitenta e cinco centav forme valor constante no demonstrativo do calculo tos de Aposentadorias do processo n.º 08/2016.

Art. 3º. Revisão do benefício com par servidor sem atividade, de acordo com o art. 7º da Constitución al nº 41, de 19 de dezembro de 2003.

Art.4º. Esta Portaria entra em vigor nac publicação, revogadas as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal, em 03

de 2016.

VANDERLEY DE SIQUEIRA E SILVA PREFEITO MUNICIPAL

OUTRAS PUBLICAÇÕES

SUMULA DE RECEBIMENTO DE L.P E PEDIDO Janaína Padilha de Oliveira torna público que receb Instituto Ambiental

do Paraná – IAP a Licença Ambiental Prévia L.P nº com validade até 28/09/2018

e requer a Licença de Instalação para produção de c vegetal, no município de Wenceslau Braz – PR

EXTRATO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

cho do Prefeito Municipal De 04/10/2016.

Adjudicando o objeto da lickação resión nº 001/2016, a empresa:

Empresa Valor
H8 DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP 10.139,32 endo a despesa e a lavratura do respectivo empenh

Braz Rizzi Prefelio Municipal

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARAPOTT. PR RUA PLACIOIO LEITE M° 148 CENTRO CÍVICO CEP 84.990-009 / FONE (43) 3612-3000 CNPJ M° 75.858.377/0001-31

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº 082/2018, Processo nº 149/2016,

Processo nº 148/2016.
A Prefetura Manicipal de Arapod, atravos do Progoeiro comunica aos intensasolos que a licitação referente ao PRECACO PRESENCIAL PROZESTA DE ARABOR DE CAMBRILLO DE CA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARAPOTI - PR RUA PLACIDIO LEITE Nº 146 CENTRO CÍVICO CEP 84.989-000 / FONE (43) 3612-3988 CNPJ Nº 75.656.3778001-31

Nº Empresa D1 H8 DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP

Ainde, a Comissão Parmanente de Ucitação, designada pelo Decreto nº 4.036/2016, comunice sos interesacios no objeto de Scitação supra referenciade, a presente classificação;

Valor 10,139,32

PREFETURA DO MUNICIPIO DE ARAPOTI - PR RUA PLACIDIO LETTE Nº 145 CENTRO CÍVICO CEP 84.080-80 I FONE (43) 3612-3000 CNPJ Nº 78.868.3778001-31

Despecto do Pr De 64/10/2016.

Homologando o procedimento lic Convite, sob e nº 981/2018.

Déjate: Contratação de emprese pera resitzar adequação pera a acessibilidade do Prédio do CRAS a no Centro de Convivência do

Braz Rizzi Prafeito Municipal

PORTARIA Nº 139, de 03 de outubro de 2016.

Súmula: Concede Aposentadoria Voluntária por idade e tempo de contribuição a servidora MARIA DAS DORES MORÉ CURAN.

O Prefeito, do Município de Jeboti, do estado do Parané, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando o processo de aposentadoria da servidora MARIA DAS DORES MORE CURAN,

Art. 1°. Fica concedida a servidora MARIA DAS DORES MORE CURAN, brasileira, servidora pública municipal de Jaboti - PR. ocuparte de cargo efetivo de PROFESSORA, matricula 113-1, nivel 1 C. classe L.- conforme Quadro de Corgos de Provimento Efetivo do Grupo Ocupacional Magistario, portedora do RG. "4 .773.991-8 e inscrito no CPF/MF sob o m 038.681.198-92, aposertadoria do voltaria por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais, com fundamento no artigo 6° de Emenda Constitucional n.º 41/2003. c/c art. 40, § 5° da CF/1988.

Art.2*. Fica estipulado como provento mensal de sua aposentadoria o valor de R\$ 2.242,85 (dois mi), duzen-tos e quarento e dois reals e otienta e cinco centavos), con-forme valor constante no demonstrativo de calculo de proven-tos de Aposentadorias do processo n.* 08/2016.

Art. 3°. Revisão do beneficio com paridade aos servidores em stividade, de acordo com 1. 7° de Emenda Constitucional n° 41, de 19 de dezemb 2003.

Art. 4°. Esta Portant entra em viol anada de sua publicação, revogadas a disposições em entro.

Cornete do Prefe unicipal, em 03 de outubro

NDERLEY DE QUEIRA E SILVA PREFEITO IUNICIPAL

OUTRAS PUBLICAÇÕES

SUMULA DE RECEBIMENTO DE L.P E PEDIDO DE L.I. Janaina Padilha de Oliveira torna público que recebeu do Instituto Ambiental

do Paraná – IAP a Licença Ambiental Prévia L.P nº 116515 com validade até 28/09/2018

e requer a Licença de Instalação para produção de carvão

PINHALÃO

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALAO EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº..: 173/2016

Licitação....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 38/2016 Recursos: Dotação: 2.011.3.3.90.36,00,00.00,00 (56) Saldo:

5.800,00

Objeto: Aluguel de residência para realocação de familia em processo de desapropriação junto a Prefeitura Municipal. Pinhalão, 29 de setembro de 2016

WENCESLAU BRAZ

MUNICIPIO DE WENCESLAU BRAZ EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISFENSA DE LICITAÇÃO N° 27/2816 OBJETO: AQUISIÇÃO DE LIVROS DE LITERATURA INFANTIL DESTINADOS AS ESCOLAS MUNICIPAIS.

A Comissão de Licitospoes de Prefeitura Municipal de Wescoules Braz - PR., pers fins do sar 24, inciso 'TT, de Lei Federal s' 8,666/92, inclusido e alteração de Lei 99-646, de 27 de maio de 1994. TORNA PÚBLICO, que o Esmo, Se Prefeito Municipal - ATAMYDE FERREIRA DOS SANTOS JUNIOR, proferir decisido processo em destages appre, RATIFICANDO A DEFENSA DE LICITAÇÃO, para a constrateção, justo a empresa - VIZU DESTRIBUIDORA DE LIVROS DE

ANDRÉIA IL PADILHA DOS SANTOS PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO - FREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2016

O Manicípio de Wencushus Bra: - FR tons público que fará rusitara na sede da Prefostras Musicipal, procusso identativo na modalado Pregão Presencial, que tom por objeto "Aquisição de publicalas protetoras, destinadas a acordaria Municipal de Sadde, para aplicação nas Poste de Sadde FFS3". A abevirar dos movelopes se dará so dás 19 de osabito de 2016, ŝa 09:00 borno. Esclarecimentos poderão ser obstâno ao Edificio de Perfeitare Musicipal, polo fone; (43) 3523-1010 43523-1137. Wencombas Brac-PR, Ol de conbiero de 2016,

Malenda de Oldaria-Preguedra Municipal

ARAPOTI



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAPOTI ESTADO DO PARANA FUNDO MUNICÍPIA, DE SAÚDE DIVISÃO DE LICITAÇÃO - Iedzacao@arapoti,pr.gov RUA PLACÍDIO LETE nº 148 CENTRO CIVICO CEP 8498000 FONE (043) 3512-3000/3001 CNPJ Nº 75.658.377/0001-31 = 09.277,712/0001-27

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS DO PREGÃO ELETRONICO 055/2016 PROCESSO 095/2016 Contrato: 254/2016 Contrato: 254/2016 Contrato: 254/2016 Parzo de Prorrogação: 2609/2016 ato 26/10/2016 Data de Assinatura: 25/09/2016

está al e revistas do Brasil

Pague para entrar e leia tudo que

A maior banca digital de jornais



www.nuvemdo.iomaieiro.com.br



PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARAPOTI - PR RUA PLACÍDIO LEITE Nº 148 CENTRO CÍVICO CEP 84.990-000 / FONE (43) 3512-3000 CNPJ Nº 75.658.377/0001-31

EXTRATO DE ERRATA

No Jornal Folha Extra, edição sob o nº 1624, de 05/10/2016, na página A6, publicação como Extrato de Edital de Habilitação e Classificação:

ONDE SE LÊ:

Processo nº <u>071/2016</u>.

A Comissão Permanente de Licitação, designada pelo Decreto nº 4.036/2016, comunica aos interessados no objeto da licitação supra referenciada, que após a análise e verificação da documentação de habilitação, decidiu habilitar a seguinte empresa licitante:

(...)

Ainda, a Comissão Permanente de Licitação, designada pelo Decreto nº 4.036/2016, comunica aos interessados no objeto da licitação supra referenciada, a presente classificação:

LEIA-SE:

Processo nº 127/2016.

A Comissão Permanente de Licitação, designada pelo Decreto nº 4.030/2016. comunica aos interessados no objeto da licitação supra referenciada, que após a análise e verificação da documentação de habilitação, decidiu habilitar a seguinte empresa licitante:

Ainda, a Comissão Permanente de Licitação, designada pelo Decreto nº 4.030/2016, comunica aos interessados no objeto da licitação supra referenciada, a presente classificação:

(...)

FOLHA EXTRA

QUINTA-FEIRA, 06 DE OUTUBRO DE 2016 - ED. 1625

ARAPOTI

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAPOTI - PR RUA PLACÍDIO LEITE Nº 148 CENTRO CÍVICO CEP 84.990-000 / FONE (43) 3512-3000 CNPJ Nº 75.658.377/0001-31

EXTRATO - 4° TERMO ADITIVO

Contrato nº: 264/2014-PMA

Inexigibilidade n°: 20/2014-PMA.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI.

Contratada: EDITORA POSITIVO LTDA.

Objeto: O presente aditivo tem como objeto a reprogramação e acréscimo das quantidades do material apostilado para suprir as necessidades do 4º bimestre da Rede Municipal de Ensino, ano letivo de 2016, decorrente da necessária alteração da estimativa inicialmente prevista no Contrato nº 264/2014. O valor total estimado do presente aditivo é de R\$ 33.328,91 (Trinta e Três Mil Trezentos e Vinte e Oito Reais e Noventa e Um Centavos), o que representa um acréscimo percentual de 3,8557% (Três Vírgula Oitenta e Cinco e Cinquenta e Sete por cento) ao valor do contrato.

Disposições finais: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato Original a que se refers Termo Aditivo.

Data da Assinatura; 20/09/2016.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAPOTI - PR **RUA PLACÍDIO LEITE Nº 148 CENTRO CÍVICO** CEP 84.990-000 / FONE (43) 3512-3000 CNPJ Nº 75.658.377/0001-31

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PRECOS

Ata de Registro de Preços nº 323/2016.

Pregão Presencial nº 071/2016.

Contratante: Prefeitura Municipal de Arapoti. Contratada: W. A. M. Licitações Ltda ME

Itens Registrados:

Item	Descriç	ão	Quant.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	Bola Futsal Adulto	de	20	Penalty	R\$266,00	R\$5.320,00

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 meses.

Data da assinatura: 13/09/2016.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAPOTI - PR **RUA PLACÍDIO LEITE Nº 148 CENTRO CÍVICO** CEP 84.990-000 / FONE (43) 3512-3000 CNPJ Nº 75.658.377/0001-31

EXTRATO CONTRATO

Contrato nº 326/2016.

Dispensa de Licitação nº 067/2016.

Contratante: Prefeitura Municipal de Arapoti. Contratada: Art 100 Limites Toldos Ltda - ME.

Objeto: Contratação de empresa especializada para realizar serviços de fabricação e instalação de toldos e letreiros nas escolas municipais.

Valor Global: R\$15.498,00 (Quinze mil quatrocentos e noventa e oito reais)

Dotação Orçamentária: 0800212361001520893390390000.

Prazo de Execução: 12 (doze) meses. Prazo de Vigência: 12 (doze) meses Data da assinatura: 15/09/2016.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAPOTI - PR RUA PLACÍDIO LEITE Nº 148 CENTRO CÍVICO CEP 84.990-000 / FONE (43) 3512-3000 CNPJ Nº 75.658.377/0001-31

EXTRATO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Edital de Pregão Presencial nº 067/2016.

Objeto: Contratação de empresa especializada para realizar servide fabricação e instalação de toldos e letreiros nas escri

Despacho do Prefeito Municipal De 15/09/2016

Homologando o procedimento licitatório realizado na modalidade supramencionada.

Despacho do Pregoeiro De 15/09/2016

Adjudicando o procedimento licitatório realizado na modalid supramencionada, a(s) empresa(s):

Empresa	Valor (R\$
Mario Scharan Junior Imbituva – EPP	21.000,00
Art 100 Limites Toldos Ltda - ME	15.498,00

Braz Rizzi Prefeito Municipal Luciano Aguiar Rocha Pregoeiro

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAPOTI - PR RUA PLACÍDIO LEITE Nº 148 CENTRO CÍVICO EP 84.990-000 / FONE (43) 3512-3000 NPJ Nº 75.658.377/0001-31

EXTRATO DE ERRATA

No Jornal Folha Extra, edição sob o nº 1624, de 05/10/2016 página A6, publicação como Extrato de Edital de Habilitação Classificação:

ONDE SE LÊ

Processo nº 071/2016.

A Comissão Permanente de Licitação, designada pelo Decret 4.036/2016, comunica aos interessados no objeto da licitação s referenciada, que após a análise e verificação da documentação habilitação, decidiu habilitar a seguinte empresa licitante:

Ainda, a Comissão Permanente de Licitação, designada pelo De nº 4.036/2016, comunica aos interessados no objeto da licitação s referenciada, a presente classificação:

(...)

LEIA-SE:

Processo nº 127/2016.

A Comissão Permanente de Licitação, designada pelo Decre 4.030/2016, comunica aos interessados no objeto da licitação : referenciada, que após a análise e verificação da documentação habilitação, decidiu habilitar a seguinte empresa licitante:

(...)

Ainda, a Comissão Permanente de Licitação, designada pelo De nº 4.030/2016, comunica aos interessados no objeto da licitação s referenciada, a presente classificação:

(...)

DECRETO N°. 4290/2016

Ementa: Designa Comissão de Inquérito Administrativo e dá outra providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAPOTI, no uso de suas atribuição legais e;

CONSIDERANDO o Estatuto dos Servidores, Lei Municipal nº 411 de Janeiro de 1993 e;

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAPOTI - PR RUA PLACÍDIO I FITE-Nº 148 CENTRO CÍVICO

ARAPOTI

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARAPOTI. PR RUA FLACIDIO LETTE N° 148 CENTRO CÍVICO CEP 84.990-000 / FONE (43) 3512-3000 CNPJ N° 78.686.377/9001-31

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAPERE PR RUA PLACÍDIO LETTE Nº 148 CENTRO CIVI CEP 84,990-800 / FONE (43) 3812-3800 CNPJ Nº 78,888,377/8001-31

EXTRATO DE ATA DE REC

Ala de Registro de Prepas nº 323/2018. Pregilo Presentelal nº 071/2018. Contratente: Prefeitura Municipal de Arap Contrateda: W. A. M. Uotações Lide ME

Item	Descri	p\$0	Quent.	Morse	Valor Unitário	Valor Total
01	Bole Futsel Adulto	de	20	Penalty	R\$266,00	R\$5,320,00
Validad	- 40 84-	4- 8		Man		

Validade de Ata de Registro de Propus: 12 m Data de acelnatura: 13/09/2016.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARAPOTI - PR RUA PLACIDIO LEITE IN 146 CENTRO CÍVICO CEP 84.990-090 / FONE (43) 3812-3000 CNPJ IN 76.668.377/9091-51

EXTRATO CONTRATO

Contrate n° 326/2018.

Contrato nº 326/2016.
Dispansa de Loblagão nº 067/2018.
Contratanto: Prefeitura Municipal de Arapoti.
Contratanto: Prefeitura Municipal de Arapoti.
Contratanto: An 100 Limites Tolicos toto - ME.
Objeto: Contratação de entranse especializada para realizar serviço de tabricação e imatalação de tolicos a intrairos nes escola municipala. municipale. Valor Global: R\$15,496,00 (Quinze mil quatroc reals).

reans).
Possello Orgamentária: 0600212361001520863390390000.
Prato de Execução: 12 (doze) meses.
Prato de Vigênola: 12 (doze) meses.
Dete de assinatura: 15/06/2015.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARAPOTI - PA RUA PLACIDIO LETTE Nº 146 CENTRO CIVICO CEP 84.080-000 / FONE (43) 3612-3800 CNPJ Nº 76.464.377/8001-31

EXTRATO CONTRATO

Integrance de Lieltagée n° 057/2016, Centralante: Prefettura Marcido de Arapori, Centralante: Mario Scharan Aurior Imbinue - EPP, Odjetic: Contratagio de empresa especializade para realizar serviços de fabricação e instalação de todos s latratros nas escolas municipales.

municipales, 1821,000,00 (vinte e um mil nesie), Dotașile Orpementidat, 080021208100152088390090000 Prazo de Esseușile: 12 (doze) meses Prazo de Vigincia 12 (doze) meses Data de asalnetura: 1509(2016.

PREPEITURA DO MUNICIPIO DE ARAPOTI - PR RUA PLACIDIO LETTE Nº 148 CENTRO CÍVICO CEP BA.1980-980 / PONE (43) 3812-3888 CHPJ Nº 78,888,377/0001-31

EXTRATO CONTRATO

Contrate nº 319/2016.

Contrate nº 319/2016.

Contratente: Prefeiture Municipal de Arapoti.

Contratente: Prefeiture Municipal de Arapoti.

Contratente: Prefeiture Municipal de Arapoti.

Contratente: Apollo Begurança e Monitoremento Lide - ME.

Objeter. Contratenção de emprese especializade para resilizar de vigilância para os locals de votação das elejões 2016.

Valer Objeteis: \$4.14,000 (culturo mil cardo e quamenta resilo.)

Dotagão Organizadas: (2001/041220036200333803800000.)

Prazo de Especiajed: 30 (trirta) disa.

Prazo de Vigilandia: 30 (trirta) disa.

Data de assimatora: 28/08/2016.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARAPOTI- PI RUA PLACÍDIO LIETE Nº 148 CENTRO CÍVICO CEP 84.883-880 / FONE (43) 3512-3688 CNPJ Nº 78.888.3770001-31

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO

Ratifico o processo de Disperses de Licitação nº 92/1/2016, para contratação de empresa especializade para resilizar serviços de vigilância para es locais de vetação des elécições 2016, el devor de empresa: Apellica Segarrança el Identificação 2016, el Set va contra no CAPI de Dr. 1064/1703/1703/1016), no valer de 184 4.148, lei (esatire no CAPI de Dr. 1064/1703/1703/1016), no valer de 184 4.148, lei (esatire conformidade com o art. 25 da Lai nº 8.666/33, derede pela Lai nº 8.865/44, com base no artigo 24, da Lai nº 8.666/33.

Arapoti, 29 de estembro de 2016.

BRAZ RIZZI Profeito Municipel

PREFETURA DO MUNICIPIO DE ARAPOT) - PR RUA PLACÍDIO LETTE IM 148 CENTRO CÍNICO CEP 84.996-901 / PONE (43) 1512-3908 CNPJ IM 76.884.377/0001-31

EXTRATO TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Despecto de Proteto Municipal De 13/89/2016.

icando o objeto da licitação resitzada melal nº 071/2016, a(s) empresa(s);

Empresa W.A.M Licitações Lixia - ME Valor R\$5.320,00

ess e a lavratura do respectivo

Braz Rizzi Prefetto Municip

PREPETURA DO MUNICIPIO DE ARAPOTI - PR RUA PLACIDIO LEITE Nº 148 CENTRO CIVICO CEP 84.004-000 / FORE (43) 3413-3000 CIND IN 73.448.5770001-31

FOLHA EXTRA

EXTRATO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDIÇAÇÃO

d do Progão Presencial nº 067/2016. Objete: Contratação de empirem especializada para resilizar serviço de taloficação e instalação de toldos a letreiros nas escola-

Homologando o procedim supramencionade

Derpache de Pregoeiro De 1886/2015

Adjudicando o procedimento licitatório realizado na m aupramencionada, a(e) empresa(e):
 Empresa
 Valor (R\$)

 Mario Scheran Junior Imbiture – EPP
 21,000,00

 Art 100 Limites Toldos Ltdg - ME
 15,498,00
 Lucieno Aguiar Roche Pregoeim

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARAPOTI - PI RIJA PLACÍDIO LETTE Nº 148 CENTRO CÍVICO CEP 84.980-000 / FONE (43) 3812-3000 CNPJ N° 78.688.377/0001-31

EXTRATO DE ERRATA

Jornal Folha Edra, edigilia sob o nº 1624, de 05/10/2016, na gina AS, publicaplia como Extrato de Edital de Habilitação e Classificação: ONDE SE LÉ: Processo nº 071/2018.

A Comissão Permanente de Licitação, designada pelo Decreto nº 4.038/2015, convurios sos intereseados no objeto da licitação supra referenciadas, que apóa a análise e evilidação da documentação de habilitação, decidiu habilitar a seguinte empresa licitante;

Ainda, a Comissão Permanente de Licitação, designada pelo Decreto nº <u>4.096/2018</u>, comunica aos interesados no objeto da licitação supra referenciada, a presente classificação;

A Comissão Permanente de Licitação, designada pelo Decreto nº 4.038/2016, comunica soa interressados no objeto de licitação supra referenciada, que após a snáles a verificação de documentação de habilitação, decidid habilitar a seguinte empresa Sictente:

(...) Ainda, a Comissão Permanente de Licitação, designada pelo Deco nº 4.030/2018, comunica aos interesados no objeto da licitação sup referenciade, a presente classificação:

DECRETO Nº. 4290/2016

Ements: Designa Comissão de Inquérito Administrativo e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAPOTI, no uso de suas atribuições legates e; CONSIDERANDO o Estatuto dos Servidores, Lei Municipal nº 411 de 20 de Janeiro de 1993 e;

CONSIDERANDO o contido no julgamento folhas de nº. 402 a 408 do Processo de Sindicância nº. 04/2015 designado pela Porteria 569 de 26

Art. 1º - Nomeia Corrissão de Inquérito Administrativo para p julgar fatos ocorridos com o servidor de marícula nº, 3745. Art. 2º - A comissão de nº 03/2016 será composta pelos segu-

Presidente – Andres Cristina da Silva – RG n°. 30.419.764-6 Membro – Maria Olivia Dipizzolli Zacharles – RG n°. 7.854,708-5 Membro – Josimera Maria Diniz Moneira – RG n°. 25.191.850-8

Art. 3º - A comissão de Inquérito Administrativo instituíde no artigo ente-rior deverá apresentar suas conclusões no prazo de 30 (trinta) des. Art. 4º - A comissão de Inquérito Administrativo a qua se refere este de-creto deverá seguir a Lie Municipal 411/1963 — Estatuto dos Sarvidores Municipais, para conduçido de trabelhos realizarios.

Art. 5° - Deve a Assessoria de Gabinete, tomar as m oficialização deste eto,

Art. 5° - Este Decreto entrerá em vigor na dete de sus publicação, revogendo-se as disposições em contrário.

Peço Municipal Vereador Claudir Dies Novoch Gebinete do Prefeito, 05 de outubro de 2016.

-BRAZ RIZZI-Profeito

JABOTI

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 29/2016 — REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014 PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JABOTI — PR.

O Prefeto Municipal de Jaboti, Estado do Paraná, no uso de suas atribulções legans e em contemidade com o Edital de Resultado Final nº 11/2014 do Concurso Público nº 10/2014, HOMOLOGADO no día 26/06/2014, publicado no diário oficial do municipó de 26/06/2014, considerando rigorosamente a ordem de diaselficação, CONVOCA o candidato classificado abaixo resicionado, para se apresentar no período de 05 de outubro de 2016 a 24 de outubro de 2016, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Jaboti, sito à Praça Minas Gerias 175, Centro da cidade de Jaboti — PR, no horário das 08/00min às 11th/30min e das 13h/00min as 16h/00min, munidos dos documentos descritos nos anexos II a Vi de Edital de Convocação nº 001/2014, Disponível no site da Prefeitura Municipal de Jaboti, no endereço eletrônico <u>www.faboti.pr.gov.br.</u>

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

l	INSC	NOME	NOTA	TIT	EINIAL	CIACC
1		CARLATTO DE			Luana	MEDIN
l		OLIVEIRA	65.00	1	65.00	40

O não comparecimento dentro do prazo estabelecido na convo O nad comparedmento centro do prazo estabelecido na convo-cação ou a expresentação dentro dos prazos estabelecidos para a contratação, porém, sem satisfazer as exigências previstas neste Edita, implicará a inabilitação do candidato, reservando-se à Prefetura Municipal o direito de convocar o próximo candi-dato da lista de classificação. Jabod, 03 de outubro de 2016. Vanderley de Siquelra e Silva, Prefeito Municipal.

JABOTI

PORTARIA Nº143/2016

O Prefeito Municipal de Jaboti, Estado do Paraná, no uso de suas atribulções que ihe são conferidas por Lei;

Art. 1º -Exonerar, a servidora, Tattane Rodrígues da Silva , Portadora do RG Nº9.811.309-6 e CPF Nº067.146.069-23, ocu-pante do Cargo de provimento em comissão de Coordenador do Setor das Unidades Básicas de Saúde do Município , a partir de 06/10/2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jaboti, 06 de outubro de 2016.

VANDERLEY DE SIQUEIRA È SILVA PREFEITO MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Jaboti, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1* - Fica revogada a Portaria nº. 12/2013, de 02 de janeiro de 2013, Exonerar o servidor, Jean Pierre Correia Costa, portador do CPF nº. 018-547-669-70 a RG nº. 6.221-530-5, ocupante do Cargo em Comiseão de Secretario Municipal de Agricultura, Pecuaria e Meio Ambiente, a partir de 05/10/2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpre

Gabineta do Prefeito Municipal de Jaboti, 05 de outubro de 2016.

VANDERLEY DE SIQUEIRA E SILVA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 140/2016.

O Prefetto Municipal de Jaboti, Estado do Paraná, no uso de suas atribulções que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE

CONCEDER ao Servidor, Dionisio Arrais de Alencar, RG nº 5,197,365-8, ocupente do Cargo de Farmacâutico, desta Municipalidade, o3 (Três meses) de Licença Prêmio, beseado no Artigo 114, § único da Lei 33 d e 30 de junho de 1994, correspondente ao período squisitivo de 2011/2016, a partir de 04/10/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jaboti, 04 de outubro de 2016.

VANDERLEY DE SIQUEIRA E SILVA PREFEITO MUNICIPAL

JUNDIAL DO SUL

MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ DO SUL

DECRETO Nº 031/2016

O Prefeito Municipal de Jundial do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 480 de 08 de Dezembro de 2015 e artigo 43 da Lei nº 4.320/64. DECRETA

Artigo 1º - Fica aberto no atual orçamento vigento um Crédito Adicio-nal Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), para reforço das seguintes dotações

14 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

14 – DEPARIAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
01 – GABINETE DO DIRETOR
08.244.026.2123 – MANUTENÇÃO DO PISO DE ASSISTÊNCIA A
FAMÍLIA PARANAENSE
05190 – 3.3.90.39.00.00 – 0 – 0 – 770 – Outros Serviços de Terceiros –
Pessos Jurídica 10.000,00

Artigo 2º - Servirá como recursos os cancelamentos das segu-ções do atual orçamento vigente:

05 - DEPARIAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 001 - D.A. - ADMINISTRAÇÃO GERAL 04.122.0010.2012 - ENCARGOS CENTRALIZADOS COM ESTAG-

IÁRIOS 00520 - 3,3,90,39,00.00 - 0 - 0 - 000 - Outros Serviços de Te

Pessoe Juridica 10.000,00
TOTAL 10.000,00
Artigo 3°- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições ao contrário Jundiaí do Sul, 05 de Outubro de 2016,

Sebastião Egidio Leite Prefeito Municipal

PINHAL TO

PORTARIA Nº 131/2016 O Prefeito Municipal de Pinhalão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE
REVOGAR a Portaria nº 74/2016 de 05/03/2016, que concedia
ao o servidor: ARAO XAVIER DE FREITAS JUNIOR, portador da RG: 8615/54-3 e de COPT: 049/20/449-97, o direzo compar o Cargo de CONTROLADOR INTERNO do Município,

Cargo em Comissão.

Edificio da Prefeitura Municipal de Pinhalso,
Em 04 de Outubro de 2016.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
CLAUDINEI BENETTI Prefeito Municipal

Termo de Homologação



RUA ONDINA BUENO SIQUEIRA, 180 - CENTRO CÍVICO - FONE/FAX (43) 3512-3000 CNPJ 75.658.377/0001-31 - ARAPOTI - PARANÁ

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Ref.: Convite nº 1/2016.

Objeto: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do

Prédio do CRAS e no Centro de Convivência do Idoso.

O Município de Arapoti, pessoa jurídica de direito público representado pela autoridade competente, abaixo assinado, no uso de suas atribuições legais e considerando o que dispõe Inciso VII, do Art. 38 e Inciso VI do Art. 43 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, analisa e confirma todos os atos praticados no curso do certame, declarando não haver nenhum ato impróprio na classificação das propostas que possam argüir a nulidade proporcional ou total do processo.

Diante disto homologa efetivando juízo de conveniência acerca da licitação na modalidade de Convite nº 1/2016 - Processo nº 127/2016.

Arapoti, 4 de outubro de 2016

BRAZ RIZZI
Prefeite Municipal

FABIANA KLUPPEL LISBOA

Presidente do FMAS

Publicação do Extrato de Homologação

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAPOTI - PR RUA PLACÍDIO LEITE Nº 148 CENTRO CÍVICO CEP 84.990-000 / FONE (43) 3512-3000 CNPJ Nº 75.658.377/0001-31

EXTRATO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Despacho do Prefeito Municipal De 04/10/2016.

Homologando o procedimento licitatório realizado na modalidade de Convite, sob o nº 001/2016.

Objeto: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no Centro de Convivência do Idoso.

Braz Rizzi Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARAPOTI - PR RUA PLACIDIO LEITE INº 148 CENTRO CIVICO CEP 84,910-000 / FONE (43) 3512-3000 CNPJ N° 75,858,377/0001-31

EXTRATO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

De barrazzone.
Adjudicando o objeto da ficitação realizada na modalidade CONVITE
nº 001/2018, a empresa:

Empresa Valor
HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP 10.139,32

Objeto: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prádio do CRAS e no Cantro de Convivência do

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAPOTI. PR RUA PLACIDIO LEITE Mº 148 CENTRO CIVICO CEP 84,980-000 / FONE (43) 3512-3000 CNPJ Nº 75,868,377/0001-31

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº 062/2018. Processo nº 148/2016.

Pregato Presencial inf 08/2/2018.

Processon of 148/2018.

A Profouser Minincipal de Araposi, servets do Proposito comunica aos interessacion que a licitacio referense ao PRECATO PRESENCALA IMPROVADA PROGRAMA PROGRAMA POLICIA DE MANORE DE MANORE

Arapoti, 04 de outubro de 2016.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARAPOTI- PR RUA PLACIDIO LETTE Nº 146 CENTRO CÍVICO CEP 34.998-090 / FOME (43) 3412-3000 CNPJ Nº 75.488,3778001-31

EXTRATO EDITAL DE HABILITAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

tel de Convile n° 801/2016. xxesso n° 671/2016.

A Comissão nº e11/2019.

A Comissão Permanente de Licitação, designada palo Decreto nº 4.038/2016, comunica aos intersessados no objeto da licitação aupra referencidad, que após a mellés e verificação de documentação de habilitação, deddiu habilitar a seguinte empresa licitante.

N° Empresa 01 HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP Ainda, a Comissão Permanente de Licitação, designada pelo Decreto nº 4.036/2016, comunica soa interessados na objeto de licitação aupri referenciade, a presente classificação:

ndivernolada, a presento cassumos, suv.

Nº Empresa

O' HIS DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL EPP

Arapoti, em 04 de outubro de 2016. PAULO ROBERTO DA SILVA Presidente de CPL

EXTRATO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Despecho do Profeito Municipal De 04/10/2016,

Homologando o procedimento ficitatório melizado ne mo Cenvite, sob o nº 901/2916.

Objeto: Contratação de empresa para realizar adequação para a scensibilidade do Prádio do CRAS a no Centro de Convivência do

PORTARIA № 139, de 03 de outubro de 2016.

Súmula: Concede Aposentadoria Voluntária por idade e tempo de contribulção à servidora MARIA DAS DORES MORE CURAN.

O Prefeito, do Município de Jabod, do estado do Parané, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando o processo de aposentadoria da servidora MARIA DAS DORES MORE CURAN.

Art. 1º. Fica concedide a servidora MARIA DAS DORES MORE CURAN, brasileira, servidora pública municipal de Jabod - PR. ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA, matricual 113-1, nivel 1 C. Lasse L. - conforme Quadro de Cargos de Provimento Efetivo do Grupo Ocupacional Magisterio, portadora do RG. ni 4.773.991-8 e inscrito no CPF/MF sob o no 1038.881.198-92, aposentadoria voltunicaria por idade e tempo de constituição, com proventos integrais, com fundamento no artigo 6º de Emenda Constitucional n.º 41/2003. c/c art. 40, § 5º da CF/1988.

Art.2°. Fica estipulado como provento mensal de sua aposentadoria o valor de R\$ 2.242,85 (dois mil, duzen-tos e quarenta e dois reals e otienta e cinco centavos), con-forme valor constante no demonstrativo do calculo de proven-tos de Aposentadorias do processo n.º 08/2016.

Art. 3º, Revisão do beneficio com paridade aos servidores em atividade, de acordo com o art. 7º da Emenda Constitucionai nº 41, de 19 de dezembro de 2003.

Art.4º. Esta Portaria entra em vigor nada de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 03 de outubro

de 2016

VANDERLEY DE SIQUEIRA E SILVA PREFEITO MUNICIPAL

OUTRAS PUBLICAÇÕES

SUMULA DE RECEBIMENTO DE L.P.E PEDIDO DE L.I

ental Prévia L.P nº 116515

e requer a Licença de Instalação vegetal , no município de vegetal , no município de Wenceslau Braz - PR.

INHALÃO

ESTADO DO PARANÁ REFEITURA MUNICIPAL DE PINHALAO

EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº..: 173/2016
patratanto...: PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALAO Contratada...: VANDER LUIZ TENORIO JUNIOR

WENCESLAU BRAZ

MUNICIPIO DE WENCESLAU BRAZ EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISFENSA DE LICITAÇÃO Nº 27/2016 OBJETO: AQUESIÇÃO DE LIVROS DE LITERATURA INFANTIL DESTINADOS AS ESCOLAS MUNICIPAIS.

A Comisado de Licinsches de Prefeitura Municipal de Wescoalem Brez - PR., pura fina do ur. 24, inciso 'TT, de Lei Federal s' 8,666.97; achinido a stempto de Liu "9,646, de 2 de maio de 1994. TORNA PÓBLICO, que o Enzo. Se Prefeito Municipal - ATABYDE FERREIRA DOS SANTOS JUNIOS, proferio decisio processo em destages apper, RATIFEANDO A DESPENSA DE LECTAÇÃO, pare a contranção, justo a empresa - VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVEGOS LITA, que se adocto e a most propo para o fixaceimante do disea, so vote total de R5 7.792.00 (sete mi), estocatos e acortas do disea, so vote total de Acortamento de Santos de Carlos de Carl

ANDRÉIA B. PADILHA DOS SANTOS PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO FRESENCIAL Nº 6//2016
O Manicípio de Wimoushus Braz - PR tona público que fast realizar na sode de
Fradistara Manicipal, procumo licitatário as modificide Pregão Presencial, que
tam por objeto "Apanicípal de policulas proteturas, destinadas a ascentaria
Manicipal da Sadade, para aplicação nos Protes de Sadade FPS3" A Abertara dos
envelopes se dará ao dia 19 de outsivo de 2016, de 09:00 horm. Escleroimentos
poderão hare oblicia so Edificio de Verhainas Manicipal, polo fines. (43) 3522-1010
1322-1157. Wemonias Braz-PR, Ol de outsivo de 2016,
Modicia de Oldrain-Proguelas Manicipal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAPOTI
ESTADO DO PARANA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIVISÃO DE LICITAÇÃO - INSURCIPADO DE ARAPOSI, pr. gov.br
RUA PLACIDIO LEITE Nº 148 CENTRO CÍVICO
CNP 84990-000 PONE (043) 3512-3000/3001
CNP N° 75.658.377/0001-31 - 09.277.712/0001-27

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS DO PREGÃO ELETROMICO OSS/2016 PROCESSO 095/2016 Contrato: 254/2016 Contrato: 254/2016 Contrato: 254/2016 Contrato: 254/2016 Contrato: 254/2016 Prizzo de Prorrogação: 256/9/2016 ano 26/10/2016 Data de Assinistura: 25/09/2016

Pague para entrar e leia tudo que está lál

A major banca digital de jornais e revistas do Brasil



www.nuvemdo.jornaleiro.com.br



470-

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAPOTI - PR RUA PLACÍDIO LEITE Nº 148 CENTRO CÍVICO CEP 84.990-000 / FONE (43) 3512-3000 CNPJ Nº 75.658.377/0001-31

EXTRATO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Despacho do Prefeito Municipal De 04/10/2016.

Homologando o procedimento licitatório realizado na modalidade de Convite, sob o nº 001/2016.

Objeto: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no Centro de Convivência do Idoso.

Braz Rizzi Prefeito Municipal

PINHALÃO

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº..: 173/2016

Contratante..: REFEITURA MUNICIPAL DE PIN Contratation...: VANDER LUIZ TENORIO JUN

Valor........: 5.280,00 (cinco mil duzentos e oiter Vigência......: Início: 29/09/2016 Término: 29/0 Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e

N°.: 38/2016

Recursos: Dotação: 2.011.3.3.90.36.00.00.00.00 (5 5.800,00

Objeto: Aluguel de residência para realocação de fa processo de desapropriação junto a Prefeitura Mu Pinhalão, 29 de setembro de 2016



Termo de Adjudicação



RUA ONDINA BUENO SIQUEIRA, 180 - CENTRO CÍVICO - FONE/FAX (43) 3512-3000 CNPJ 75.658.377/0001-31 - ARAPOTI - PARANÁ

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

O Município de Arapoti, pessoa jurídica de direito público representado pela autoridade competente, abaixo assinado, no uso de suas atribuições legais e considerando o que dispõe o Inciso VII, do Art. 38 e Inciso VI do Art. 43 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, ADJUDICO:

- Processo Licitatório nº 127/2016;
- Convite nº 1/2016.

Cujo OBJETO consiste na Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no Centro de Convivência do Idoso.

DETERMINO que sejam adotadas as medidas cabíveis para a contratação da(s) empresa(s) abaixo mencionada(s):

Proponente(s)		Valor (R\$)
HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP	T	10.139,32
	Total (R\$):	10.139.32

Arapoti, 4 de outubro de 2016

BRAZ RIZZI
Prefeito Municipal

FABIANA KLUPPEL LISBOA
Presidente do FMAS

Publicação do Extrato de Adjudicação

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARAPOTI - PR RUA PLACÍDIO LEITE Nº 148 CENTRO CÍVICO CEP 84.990-000 / FONE (43) 3512-3000 CNPJ Nº 75.658.377/0001-31

EXTRATO TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Despacho do Prefeito Municipal De 04/10/2016.

Adjudicando o objeto da licitação realizada na modalidade CONVITE nº 001/2016, a empresa:

Empresa	Valor
HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP	10.139,32

Autorizando a despesa e a lavratura do respectivo empenho.

Objeto: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no Centro de Convivência do Idoso

Braz Rizzi Prefeito Municipal

ARAPOTI

EXTRATO TERMO DE ADJUDICAÇÃO

pacho do Prefeito Municipal Despecto do F De 64/10/2018,

Adjudicando o objeto de licitação re nº 001/2016, a empresa:

Empresa Valor
HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP 10.139,32

orizando a despesa e a lavratura do respectivo empenho

Objeto: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prádio do CRAS e no Centro de Convivência de

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARAPOTI - PR RUA PLACIDIO LEITE M° 146 CENTRO CIVICO CEP 84.860-000 / FONE (43) 3612-3000 CNPJ M° 75.868.377/0001-31

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

Pregao Presencial nº 062/2016, Processo nº 149/2016,

Processo nº 148/2016.
A Prifébura Municipal de Arapod, etravés do Proposirio comunica aos intornasados que a licitação referente ao PRECATO PRESENCIAL PRESENCIA PR

Arapoti, 04 de outubro de 2016. LUCIANO AGUIAR ROCHA

PREFETURA DO MUNCIPIO DE ARAPOTI - PR RUA PLACIDIO LEITE Mº 148 CENTRO CÍVICO CEP 64.889-899 / PONE (43) 3612-3088 CNPJ Nº 78.668.377/8001-31

EXTRATO EDITAL DE HABILITAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

Nº Empresa O1 HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP

Ainde, a Comissão Permanente de Licitação, designade pelo Decret nº 4.036/2016, comunica sos interessados no objeto de Iloitação supr referenciada, a presente classificação;

referenciada, a presenie claseificação:

Nº Empresa
Interpreta Valor
Into DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - 10,138,32
EPP

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARAPOT) - PR RUA PLACIDIO LEITE Nº 148 CENTRO CÍVICO CEP 84.980-909 / FONE (43) 3612-3089 CNPJ Nº 78.688.377/8081-31

EXTRATO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

De 64/10/2016.

Objeto: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prácio do CRAS a no Centro de Convivância do Idean.

Braz Rizzi Prafeito Municipal

PORTARIA Nº 139.

de Aposenta ona Voluntária por idade e terr a socialora MARIA DAS DORES MORE ouição a sea

efeito, do Município de Jaboti, do estado do Parané, no sou e suas atribuições que fite são conferidas por Lei, e considerando o processo de aposentadoria da servidora MARIA DAS DORES MORE CURAN,

Art. 1°. Fica concedida a servidora MARIA DAS DORES MORE CURAN, brasileira, servidora pública manicipal de Jaboti - PR. ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA, matricula 113-1, nivel 1°. C. classe L.—conforme Quedro de Cargos de Provimento Efetivo do Grupo Ocupacional Magistário, portadora do RS. n° 4.737. 3991-8 e inscribo no CPF/Mª Sob o n° 038.881.198-92, aposentadoria voluntaria por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais, com fundamento no artigo 8° da Emenda Constitucional n.º 41/2003. c/c art. 40, § 5° da CF/1988.

Art.2°, Fica estipulado como provento mensal de sua aposentadoria o valor de R\$ 2.242,85 (dols mil. duzen-tos e quarenta e dois reals e otienta e cinco centavos), con-forme valor constante no demonstrativo do calculo de proven-tos de Aposentadorias do processo n.º 08/2016.

Art. 3º. Revisão do beneficio com paridade aos servidores em atividade, de acordo com o art. 7º de Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003.

Art.4º. Esta Portaria entra em vigor nada de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeto Municipal, em 03 de outubro

VANDERLEY DE SIQUEIRA É SILVA PREFEITO MUNICIPAL

OUTRAS PUBLICAÇÕES

SUMULA DE RECEBIMENTO DE L.P E PEDIDO DE L.I. Janaina Padilha de Oliveira torna público que recel Instituto Ambiental

do Paraná – IAP a Licença Ambiental Prévia L.P nº 116515 com validade até 28/09/2018

e requer a Licença de Instalação para produção de carvão vegetal, no município Wenceslau Braz - PR.

PINHALÃO

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALAO EXTRATO CONTRATUAL

EXTRATO CUNTRATUAL
Contrato Nº..: 173/2016
Contratonto..: PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALAO
Contratada...: VANDER LUIZ TENORIO JUNIOR
Valor......... 5. 280,00 (cinco mil duzento e oitenta reais)
Vigência....... Início: 29/09/2016 Término: 29/03/2017

Vigencia......: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços N°.; 34/2016
Recursos: Dotação: 2.011.3.3.90.36.00.00.00.00 (56) Saldo:

5.800,00

Objeto: Aluguel de residência para realocação de familia em processo de desapropriação junto a Prefeitura Municipal.

Pinhalão, 29 de setembro de 2016

WENCESLAU RRAZ

MUNICIPIO DE WENCESLAU BRAZ EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISFENSA DE LICITAÇÃO N° 27/2016 OBJETO: AQUISIÇÃO DE LIVROS DE LITERATURA INFANTIL DESTINADOS AS ESCOLAS MUNICIPAIS.

A Consinato de Licitações de Prefeitara Municipal de Wencolas Braz - PR., para fins do art. 24, inciso Tr., da Lei Fadoral aº 8,66653, inclaindo a aktração da Lei aº 9,646, de 27 de maso de 1998, TORNA PUBLICO, que o Exmo. St. Prafeito Municipal - ATAMPOE EZERERA DOS SANTOS LUNDOR, proferir decisão no processo em destaque supra, RATFICANDO A DEFENSA DE LECTIAÇÃO, porta e contradêo, junto a supresa - VIZU DESTREBULDORA DE LUYGOS LITUA, que indicese o mesor preço para o firmacima dos do isans, no valor total de 52, 7,792,00 (sete mil.) seleccentes e novembra e dois rosis), funde conforma decumentara nos asses.

Wenceslan Braz-PR, 84 de outubro de 2016.

ANDRÉIA B. PADILHA DOS SANTOS PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO - FREGÃO FRESENCIAL Nº 61/2016

O Mensicipio de Wenczalm Brez - FR tons público que fart realizar na sade de
Fredienta Mensicopal, procanos licitativo na modalede Pregão Frencencia, que
tou por objeto "Aquisição de publicalas protetoras, denfinades a socretaria
Municipal de Sadde, para spilicação nos Protecto de Sador FFSS" A Aberbar dos
envelopes se daria ao día 19 de onabro de 2016, de 09-00 horn. Esclercimentos
poderto ser obicidos no Edificio de Heridares Mansiega, polo finar. (43) 3522-1010
e 3522-1157. Wencoolas Bran FR, Ol de outstroe de 2016.

ARAPOTI



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAPOTI
ESTADO DO PARAMA
FUNDO MUNICÍPIO DE SAÚDE
DIVISÃO DE LICITAÇÃO – SCÍBLICA GARAPOSI, F. govib.
RUA PLACÍDIO LEITE N° 148 CENTRO CÓNICO
CIPE P84990-000 PONE (643) 351-2-3000/3001
CNPJ N° 75.558.377/0001-31 – 09.277.712/0001-27

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS DO PREGÃO ELETRÓMECO 055/2016 PROCESSO 095/2016 Contrato: C54/2016 Contratosia: VO COMERCIO DE VEICULOS LIDA Prazo de Prorrogação: 28/09/2016 ate 26/10/2016 Data de Assirvatura: 26/09/2016 ate 26/10/2016

Pague para entrar e leia tudo que

A maior banca digital de jornais e revistas do Brasil



www.nuverndo.jornaleiro.com.br



475-A A6 EDITAIS



ARAPOTI

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAPOTI - PR RUA PLACÍDIO LEITE Nº 148 CENTRO CÍVICO CEP 84.990-000 / FONE (43) 3512-3000 CNPJ Nº 75.658.377/0001-31

EXTRATO TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Despacho do Prefeito Municipal De 04/10/2016.

Adjudicando o objeto da licitação realizada na modalidade CONVITE n° 001/2016, a empresa:

Empresa		M-1
HP DE ALMEIDA	00110771	Valor
TIB DE ALMEIDA	CONSTRUTORA CIVIL - EPP	10.139,32
		10.100,02

Autorizando a despesa e a lavratura do respectivo empenho.

Objeto: Contratação de empresa para realizar adequação para a acessibilidade do Prédio do CRAS e no Centro de Convivência do

Braz Rizzi Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAPOTI - PR RUA PLACÍDIO LEITE Nº 148 CENTRO CÍVICO CEP 84.990-000 / FONE (43) 3512-3000 CNPJ Nº 75.658.377/0001-31

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº 082/2016. Processo nº 149/2016.

A Prefeitura Municipal de Arapoti, através do Pregoeiro comunica aos interessados que a licitação referente ao PREGÃO PRESENCIAL Nº 082/2016, objetivando a "aquisição de 01 (uma) Ambulância UTI Móvel", está SUSPENSA para uma possível alteração no edital ou cancelamento do pregão. Caso haja alteração no edital, a nova data da sessão pública será informada através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente. Outras informações poderão ser obtidas na Divisão de Licitação e Compras da Prefeitura Municipal de Arapoti/PR, na Rua Ondina Bueno Siqueira, 180, salas 60, 61, 62, 63 e 64, Centro Cívico, Arapoti/PR, ou através do fone/fax 0XX43 3512-3000/3001

Arapoti, 04 de outubro de 2016.

LUCIANO AGUIAR ROCHA Pregoeiro

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAPOTI - PR RUA PLACÍDIO LEITE Nº 148 CENTRO CÍVICO CEP 84.990-000 / FONE (43) 3512-3000 CNPJ Nº 75.658.377/0001-31

EXTRATO EDITAL DE HABILITAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

Edital de Convite nº 001/2016. Processo nº 071/2016.

Comissão Permanente de Licitação, designada pelo Decreto nº 4.036/2016, comunica aos interessados no objeto da licitação supra referenciada, que após a análise e verificação da documentação de habilitação, decidiu habilitar a seguinte empresa licitante:

Nº	Empresa
	HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL - EPP
	THE THE PERSON OF THE PERSON O

Ainda, a Comissão Permanente de Licitação, designada pelo Decreto nº 4.036/2016, comunica aos interessados no objeto da licitação supra referenciada, a presente classificação:

Nº	Empresa	Valor
01	HB DE ALMEIDA CONSTRUTORA CIVIL –	10.139,32

Comunica, outrossim, que o representante da proponente participante do certame em sessão pública, renunciou expressamente a intenção de interposição de recurso.

Aranoti em 04 de outubro de 2016

JABOTI

PORTARIA Nº 139, de 03 de outubro de 201

Súmula: Concede Aposentadoria Voluntária de contribuição a servidora MARIA DAS DO CURAN.

O Prefeito, do Município de Jaboti, do no uso de suas atribuições que lhe são conf considerando o processo de aposentadoria DAS DORES MORE CURAN,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida a servidora MAF MORE CURAN, brasileira, servidora pública Jaboti - PR, ocupante do cargo efetivo de Pl matricula 113-1, nível 1 C, classe L- conforn gos de Provimento Efetivo do Grupo Ocupac portadora do RG. nº 4.773.991-8 e inscrito n o 038.681.198-92, aposentadoria voluntaria de contribuição, com proventos integrais, co artigo 6 da Emenda Constitucional n.º 41/2(da OF/1988

Art.2º. Fica estipulado con de sua aposentadoria o valor de R\$ 2.242,8 tos e quarenta e dois reais e oitenta e cinco forme valor constante no demonstrativo do c tos de Aposentadorias do processo n.º 08/20

Art. 3º. Revisão do benefício co servidores em atividade, de acordo com o ar Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de

Art.4º. Esta Portaria entra em viç publicação, revogadas as disposições em co

Gabinete do Prefeito Municipal, de 2016.

VANDERLEY DE SIQUEIRA E SILVA PREFEITO MUNICIPAL

OUTRAS PUBLICAÇÕ

SUMULA DE RECEBIMENTO DE L.P E I Janaína Padilha de Oliveira torna público qu Instituto Ambiental

do Paraná - IAP a Licença Ambiental Prévia com validade até 28/09/2018

e requer a Licença de Instalação para produç vegetal, no município de Wenceslau Braz - PR.

DINLIALÃO